



Renata Sousa Monteiro

A RUA E AS MEIAS CASAS DE PESCADORES DE CAMINHA

Janeiro, 2015

escola superior  gallaecia

MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO



A Rua e as Meias Casas de Pescadores de Caminha
Renata Sousa Monteiro

Vila Nova de Cerveira, janeiro de 2015

escola superior  gallaecia

Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo
Vila Nova de Cerveira, janeiro de 2015

MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

A Rua e as Meias Casas de Pescadores de Caminha

Renata Sousa Monteiro

Orientadora: Prof. Doutora Arq.^a Lúgia Nunes Pereira da Silva

Vila Nova de Cerveira, janeiro de 2015

À Vila de Caminha, a Bela Marinheira... À Nanda, a mais bela das Minhotas...

Agradecimentos

À orientadora Prof.^a Doutora Arq. Lígia Nunes, por todo o seu trabalho, a sua paciência, a sua sabedoria e apoio moral. Por ter sabido lançar os desafios certos e colocar as questões mais indicadas, só com a sua orientação foi possível aprender tudo o que aprendi... Obrigada por ter sido, para além de professora e orientadora, companheira nesta minha caminhada...

À Prof.^a Doutora Arq. Mariana Correia e à Prof.^a Doutora Goreti Sousa, por todo o apoio e compreensão durante o desenvolvimento deste projecto. Sem a vossa contribuição, o trabalho não seria o mesmo.

Ao Dr. Manuel Teixeira, pela disponibilidade, pela maneira como fui recebida, pelo interesse sincero demonstrado, por todos os esclarecimentos e pela sua contribuição! À Dra. Sara Costa, pela ajuda na documentação de arquivo, pelas palavras orientadoras e pela simpatia com que sempre me tratou! Ao Prof. Paulo Bento, por acreditar nas potencialidades deste estudo, por ter feito de mim uma orgulhosa caminhense, por tudo o que me ensinou... Ainda vamos fazer grandes coisas pelas 'meias casas'!

Ao Prof. Doutor Arq. David Viana e à Mestre Arq. Ana Lima, por me terem despertado o "bichinho" do património e da investigação e por me terem desafiado a seguir este tema... Fizeram-me tomar uma das minhas mais agradáveis decisões!

Aos restantes docentes e funcionários da Escola Superior Gallaecia, por tudo o que me ensinaram e pela maneira como sempre me senti acarinhada.

Ao Marco Mourão, por ter sido incansável e paciente comigo, pelo teu apoio e pela tua contribuição, o teu talento e as tuas capacidades são ilimitadas... Obrigada por seres um bom amigo!

Às pessoas da 'Rua', por se terem revelado a melhor das fontes, pelo vosso saber, por me terem recebido como o fizeram, pelas conversas sinceras, porque a dissertação simplesmente não seria possível sem a vossa ajuda! Um agradecimento especial à Sra. Maria José da Casa Armada, por aquelas tardes, pelas memórias, pelo orgulho guerreiro que tem da comunidade piscatória Caminhense e nas 'meias casas'. À D. Petronila e família, pela proximidade, pelo carinho, pela sabedoria, por tudo, não existem palavras que agradeçam o suficiente... Ao Augusto, presidente da Comissão de Pescadores de Caminha, ao Sr. Vítor, pelo tempo que me disponibilizaram.

Aos proprietários das 'meias casas' que foram visitadas, por me terem permitido entrar nas vossas casas, perguntar e indagar, foram essenciais... Todos são de Caminha, mas são da 'Rua'!

Ao Prof. Miguel, Pres. da Junta de Caminha, por todo o interesse demonstrado...por vezes o sentirmos que há quem acredite no nosso trabalho é a melhor das recompensas! Aos Funcionários da Biblioteca Municipal de Caminha, do Arquivo Municipal de Caminha e da Biblioteca Municipal de Viana do Castelo (em especial ao Sr. João Oliveira), por serem companheiros silenciosos nestes dias de trabalho, pela disponibilidade e pelo "bom dia" e "até amanhã", sempre com um sorriso! Um obrigada especial à Paula, à Alda, à Rita, todas 'da Rua' com um orgulho imenso, por se terem tornado 'fãs' atentas, por terem sido muito mais que funcionárias de biblioteca; porque chegaram a acreditar mais do que eu... Porque esse brilhaço nos olhos quando se fala deste trabalho me gratifica tanto!

À Catarina e ao Tiago, porque sei que acreditam tanto em mim como eu em vocês...da mesma forma que nos confiamos, cegamente, como a amizade tem de ser! À Joana Morais e ao Russo, por aqueles domingos de descontração, pelo interesse constante, pelo "está quase", "tu consegues isso e mais", "como é que isso vai?!"... Não há como explicar a ajuda que me deram neste desafio, a amizade que me dão sempre! Ao 'Joninhas', ao Pedrinho, à Ni: que haja quem sorria de forma natural pelas vitórias que fui alcançando é das melhores sensações que possam existir; porque o brio do "foi ela sozinha que fez!" de uns pequenos aos seus amigos enche-me o peito; porque ter o apoio e a amizade verdadeira de 'mais pequenos' é uma daquelas coisas boas que a vida às vezes dá! À Sofia, porque a amizade surge em qualquer altura; a nossa foi pela 'Meia Casa', mas foi inteira... Porque o orgulho sincero sente-se poucas vezes, e esse que me demonstraste em cada passo que dei, serviu para me levar mais longe... porque as (nossas!) estupidezes e tolices às vezes também ajudam muito! À Joana Terleira, por me suportares no dia-a-dia, porque a força que me foste dando nunca me deixou desistir! À Sara e à Ema, por estarem sempre lá! À Maurinha, porque as nossas longas conversas, as sugestões, as gargalhadas, as opiniões, as noites mal dormidas, me trataram e acarinharam tantas vezes... Aos meus 'folclóricos' (em especial À Nádia, ao Daniel, à Sofia, ao Ricardo) por todos aqueles longos momentos em que me ouviam (outra vez!) a falar da Meia-Casa, pela escuta atenta, mas também pelas gargalhadas e pelos momentos de 'braços pra cima' que me 'biravam' as preocupações! Ao Patrick, por ter sido tantas vezes professor, mas 'deste lado'...

Ao Beni, ao Izar e sobretudo à Loli, 'companheiros de batalha'... Obrigada por toda a vossa contribuição, foram incansáveis, conseguimos!

Aos meus colegas de turma, os que me acompanharam todos estes anos, fazem parte da minha história...

A todos os que de alguma forma me ajudaram na Dissertação e no Percurso Académico!

Aos mais importantes... Ao Gero, por me teres dito que sabes que ponho tudo de mim no que faço, por nunca teres duvidado, mesmo quando eu o fiz, simplesmente por teres testemunhado cada passo desta etapa! Ao meu Pai, à minha Mãe e ao Helder, a quem eu devo tudo. Por terem sabido ser pacientes e terem percebido o esforço que foi posto nesta investigação; por nunca me ter faltado o colo, a fé inabalável em mim e as palavras certas no momento indicado, durante esta caminhada e em todos os meus e nossos dias! Obrigada...

Preâmbulo

A presente investigação é desenvolvida para a obtenção do grau de *Mestre em Arquitectura e Urbanismo*, apresentada na *Escola Superior Gallaecia* e realizada pela aluna Renata Sousa Monteiro, n.º 506/07.

A investigação enquadra-se na Unidade Curricular Projecto-Dissertação do Mestrado Integrado de Arquitectura e Urbanismo, dirigida pela Professora Dra. Mariana Correia. A realização deste estudo levou-se a cabo sob a orientação da Professora Dra. Lígia Nunes.

O estudo enquadra-se no âmbito do Património, especificamente Património Vernáculo ou Rural, Património Marítimo e Conjuntos Patrimoniais, focalizado na Casa de Pescadores. O estudo foca a análise da arquitectura construída numa relação com a actividade pesqueira, identificando os vínculos mais relevantes entre o espaço edificado e as necessidades e expressões da comunidade piscatória caminhense.

Pretende-se realizar uma contribuição para o conhecimento neste âmbito e facilitar a progressão do estudo da temática, consciencializando para a valorização deste tipo de Património.

Portugal é um país com uma extensa linha litoral, que viveu grande parte da sua história virado ao mar. Ele fez parte da nossa evolução, da maneira como as restantes nações nos viam e encaravam, do mito da coragem portuguesa capaz de ir descobrir culturas e ultrapassar desafios do outro lado do globo, da saudade lusitana. É uma peça essencial da nossa poesia, escrita, pintura e monumentos; marcou estilos arquitectónicos, impôs correntes artísticas, cobriu o nosso litoral de construções a ele dedicadas.

Urge o restauro desse lado marítimo e da expressão construída que ele possui, em parte representada pelos bairros, ruas e habitações piscatórias.

Resumo . Português

O património adquire o seu significado e importância por possuir uma expressão social e de comunidade. Este é a manifestação dos valores, princípios e modos de vida de um grupo de indivíduos que possuem elementos em comum, parte de uma identidade e memória colectiva. Actualmente o património adquire novos significados e expressões, surgindo novos tipos de bens patrimoniais. Os conjuntos patrimoniais, o património vernáculo e o recente património marítimo são exemplos.

As ruas ou bairros de pescadores são importantes exemplos de conjuntos patrimoniais que urgem ser identificados, valorizados e preservados. As casas de pescadores possuem elementos muito característicos e próprios que contribuem para a imagem do conjunto e são, individualmente, um tipo de construção vernácula ou rural com valor patrimonial, estando igualmente inseridas no tipo de património marítimo. As alterações na actividade pesqueira, nos modos de vida sociais e as novas exigências da habitação, bem como o afastamento da ligação ao mar que Portugal possuía, conduziram ao desinteresse por este tipo de património construído e, consequentemente, a sua descaracterização e destruição, perdendo-se uma parte importante da expressão das comunidades piscatórias portuguesas.

O principal objectivo da investigação é proporcionar conhecimento sobre este tipo de património rural e marítimo português, através da identificação, análise e definição de indicadores e valores, contribuindo para a consciencialização da necessidade de valorização e salvaguarda. Actualmente não se encontram publicações específicas referentes à arquitectura piscatória; as que existem são de índole social, etnológica e antropológica. Assim, foi realizada uma revisão de autores que incide especialmente em temas como o património vernáculo e rural, conjuntos patrimoniais, património marítimo.

O estudo foi desenvolvido através da análise da Rua de Pescadores da vila de Caminha através de uma investigação documental e de sete estudos de caso, baseados em análise qualitativa. A dissertação desenvolve-se em sete capítulos que acompanham as fases de investigação: fundamentação teórica (cap.2), evolução histórica e espacial da vila piscatória (cap.3), evolução histórica e análise espacial da rua de pescadores caminhense como um conjunto (cap. 4), fichas de observação e análise dos dados do estudo dos sete casos seleccionados (cap.5); o cruzamento de dados entre a revisão bibliográfica e os resultados da análise permite uma sistematização dos conteúdos (cap. 6) e uma consequente conclusão que responde aos objectivos estabelecidos inicialmente (cap. 7).

A investigação pretende representar um importante e rigoroso contributo para o conhecimento deste tipo de património local Caminhense, tendo em vista a sua valorização e salvaguarda, consciencializando para a presença destes exemplares ao longo da costa portuguesa que urgem lhes seja dada interesse e apreciação.

Palavras-chave:

Património Rural, Património Marítimo, Rua de Pescadores, Casa de Pescadores, 'Meia Casa', Caminha

Abstract . English

Heritage gains meaning and relevance for having a social and community expression. It is the expression of the values, principles and ways of living of a group of individuals, who share common elements, and who are part of an identity and a collective memory. Currently, heritage acquires new meanings and expressions, emerging new types of assets. The heritage sets, the vernacular heritage and the recent maritime heritage are examples of these kind of assets.

The streets or fishing neighbourhoods are significant examples of heritage sets that urge to be identified, valued and preserved. The fishermen's houses present very characteristic and singular elements that generally contribute to the whole set they are in, as they are also, individually, a type of vernacular or rural construction with heritage value, assigned to the maritime heritage type. Changes in the fishing activity, in social ways of living, and the new demands of housing, as well as the removal of the connection to the sea that Portugal used to have, led to the lack of interest in this type of built heritage and, consequently, its distortion and destruction, and thus losing an important part of the expression of the Portuguese fishing communities.

The main aim of the research is to provide knowledge about this type of Portuguese rural and maritime heritage, through the identification, analysis and development of indicators and values; also contributing to raise awareness to the need of value and safeguard of this heritage.

Presently there are no specific publications related to fishing architecture; and the existing ones are of social, ethnological and anthropological nature. Thus, a review of authors was conducted, focusing on issues such as the vernacular and rural heritage, property sets, and maritime heritage.

The study conducted, based on the analysis of the Fishermen Street in *Caminha*, was carried out through documental research and the qualitative analysis of seven case studies. The dissertation is developed throughout seven chapters that follow the stages of research: theoretical basis (Cap.2), historical and spatial evolution of the fishing village (chapter 3), historical evolution and spatial analysis of the Fishermen Street in *Caminha* as a whole (chapter 4), observation forms and analysis of the study data of the seven selected case studies (cap.5.); the exchange of data between the literature review and the analysis of the results allowed a systematization of the contents (ch. 6) and a consequent conclusion that meets the objectives initially set (Ch. 7).

The research is intended to represent an important and accurate contribution to the knowledge of this type of local heritage in *Caminha*, aiming at its recovery and protection, and at the raising of awareness to the presence of this heritage along the Portuguese coast, which urges to be given attention and appreciation.

Keywords:

Rural Heritage, Maritime Heritage, Fisherman Street, Fisherman House, 'Meia Casa', Caminha

Resumen . Español

El patrimonio adquiere su significado y su importancia por poseer una expresión social y de comunidad. Éste es la manifestación de los valores, principios y modos de vida de un grupo de individuos con elementos en común. Es decir, parte de una identidad y memoria colectiva. Actualmente, el patrimonio adquiere nuevos significados y expresiones, surgiendo así nuevos tipos de bienes patrimoniales. Como ejemplos de esto: los conjuntos patrimoniales, el patrimonio vernáculo y el reciente patrimonio marítimo.

Las calles o *barrios de pescadores* son conjuntos patrimoniales que han de ser identificados, valorizados y preservados con urgencia. Las casas de pescadores poseen elementos característicos propios que contribuyen a su imagen de conjunto. Individualmente son un tipo de construcción vernácula o rural. El valor patrimonial relacionado con el mar incluye a esta tipología en la del patrimonio de tipo marítimo. Las alteraciones en las actividades pesqueras, en los modos de vida sociales y en las nuevas formas de habitar, condujeron al desinterés de este patrimonio construido. Si a esto le sumamos la ruptura de la relación con el mar que Portugal poseía tiempo atrás, el resultado es una descaracterización, degradación y destrucción de esta tipología. Se está perdiendo una parte importante de la expresión e identidad de las comunidades pesqueras portuguesas.

Aquí entra ésta investigación. Su objetivo es proporcionar conocimiento sobre este tipo de patrimonio rural y marítimo portugués. Los métodos empleados serán la identificación, el análisis, la definición de indicadores y valores. Con todo esto se pretende concienciar de la necesidad de una valorización y salvaguarda de estos bienes inmuebles. Actualmente no se encuentran publicaciones específicas referentes a la arquitectura pesquera. Las que existen son de índole social, etnológica o antropológica. Por ello se realizó una búsqueda de autores que tratan especialmente temas como el patrimonio vernáculo, patrimonio rural, conjuntos patrimoniales y patrimonio marítimo.

El estudio se desarrolla a través del análisis de la *Rua de Pescadores* de la villa de Caminha, en el norte de Portugal. La metodología consiste en un análisis documental de siete estudios de caso, basándose en un tipo de análisis cualitativo. Esta disertación se desarrolla en siete capítulos que acompañan a las fases de investigación: Fundamentación teórica (cap. 2). Evolución histórica y espacial de la villa pescadora (cap. 3). Evolución histórica y análisis espacial de la *Rua de Pescadores* de Caminha como conjunto (cap. 4). Fichas de observación y análisis de los datos del estudio de caso de los siete edificios seleccionados (cap.5.). Cruzamiento de datos entre la revisión bibliográfica y los resultados del análisis permiten una sistematización de los contenidos (cap. 6). Una conclusión consecuente como respuesta a los objetivos establecidos inicialmente (cap. 7).

La investigación pretende ser una rigurosa contribución para el conocimiento de este patrimonio Caminhense, teniendo en cuenta su valorización y salvaguarda. Pretende concienciar acerca de la desvalorización de estos ejemplares a lo largo de la costa portuguesa

Palabras clave: Patrimonio Rural, Patrimonio Marítimo, Rua de Pescadores, Casa de Pescadores, 'Meia Casa', Caminha

Siglas

ADP – Arquivo Distrital do Porto

ADVC – Arquivo Distrital de Viana do Castelo

AMC – Arquivo Municipal de Caminha

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BA – Biblioteca da Ajuda

BN – Biblioteca Nacional

BPMP - Biblioteca Pública Municipal do Porto

CEO – Comissão Estratégica dos Oceanos

CMC – Câmara Municipal de Caminha

ENM – Estratégia Nacional para o Mar

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites – Conselho
Internacional de Monumentos e Sítios

NMCHC – Núcleo Museológico do Centro Histórico de Caminha

UNESCO – United Nations Educational Scientific and Cultural Organization –
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

ZEP – Zona Especial de Protecção

ZP – Zona de Protecção

Índice de Conteúdos

Preâmbulo
Agradecimentos
Resumo
Abstract
Resumen
Siglas
Índice de Conteúdos

1.	Introdução	19
1.1.	Justificação da Problemática e Definição de Objectivos	21
1.2.	Metodologia Aplicada	25
1.2.1	Critérios de Selecção	26
1.2.2	Métodos de Obtenção de Informação	27
1.2.3	Análise dos Dados	30
1.3.	Estrutura de Conteúdos	33
2.	Fundamentação Teórica	35
2.1	Conceitos de Património e Salvaguarda	37
2.1.1	Conjuntos Patrimoniais	40
2.1.2	Património Vernáculo e Património Popular	45
2.1.3	Património Marítimo	52
2.1.4	Identidade e Memória	59
2.2.	A Casa de Pescadores	65
2.3.	Lote, Quarteirão, 'Chão' e 'Meio-Chão'	77
3.	Análise da Vila de Caminha	85
3.1.	Contextualização Histórica	87
3.2.	Contextualização Espacial	113
3.2.1	A Evolução do Lote Urbano	113
3.2.2	A Casa em Caminha	120
	. Casa Nobre	121
	. Casa Burguesa	121
	. Casa Plebeia	124
	. Vivenda	125
4.	Análise da 'Rua'	127
4.1	Contextualização Histórica e Espacial	129

4.2 – A Identidade da Rua e da ‘Meia Casa’ do Pescador Caminhense	147
4.3 – Análise do Conjunto	157
4.3.1 Análise de Dimensões do Lote – Largura	162
4.3.2 Análise de Número de Pisos	164
4.3.3 Análise de Usos	166
4.3.4 Análise de Elementos Dissonantes	170
4.3.5 Análise do Estado de Conservação	174
4.3.6 Níveis de Interesse	176
5. Análise da ‘Meia Casa’	179
5.1 – Análise Individual	183
Fichas de Análise	186
5.2 – Análise Comparativa	201
5.2.1 Análise Morfológica	201
5.2.1.1 Evolução Morfológica	202
5.2.1.2 O elemento ‘Torre’	204
5.2.2 Análise Funcional	211
5.2.3 Análise de Fachadas	216
5.2.3.1 Fachada Principal - Entrada	216
5.2.3.2 Fachada Poente - Posterior	220
5.2.4 Materiais e Técnicas de Construção	222
5.3 – Matriz da Meia Casa	225
6. Sistematização	229
7. Conclusão	237
Bibliografia	245
Índice de Imagens	263
Anexos	275



1.1. Justificação da Problemática e Definição de Objectivos

O património marítimo é (...) memória, mas também esquecimento
(Pereira, 2009, p. 17)

A presente dissertação centra a sua investigação na valorização de um tipo de construções dedicadas à habitação de uma comunidade ligada ao mar, a comunidade piscatória. Prende-se portanto com temáticas como Património Marítimo, Património Rural e Conjuntos Patrimoniais.

O Conceito de comunidade marítima tão só se pode aplicar a aqueles colectivos que pela sua localização geográfica e pelo tipo de actividade principal de subsistência vinculada ao mar, desenvolvem uns conhecimentos, umas relações sociais e uma forma de ver o mundo característico com este vínculo. (Pereira, 2009, p.16)

A crise nas pescas, a emigração, as alteações sociais e as novas formas de habitar tiveram uma incidência directa na progressiva descaracterização, abandono e esquecimento do património construído próprio das comunidades marítimas e piscatórias.

O património cultural é a herança cultural própria do passado de uma comunidade, com a que a comunidade actual convive e que transmite a gerações presentes e futuras; é o conjunto de bens imóveis e imateriais que se herda do passado e que são entendidos como merecedores da nossa atenção e protecção como parte da nossa identidade social e histórica. Os bens que integram o património cultural existem desde que o homem deixa testemunhos materiais da sua presença e actividades, dando lugar a objectos de todo o tipo (González-Varas, 2008, p. 21).

Legalmente e segundo a Lei nº 13/1985 de 6 de Julho: “O património é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultural portuguesa através do tempo”. Da mesma forma, conforme a Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro: “Integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização” (*in* Diário da República, p. 1865 e 5808).

Assim, atendendo à definição que a legislação nacional elabora da noção de património, os espaços relacionados com as comunidades piscatórias

representam efectivamente um interesse para a identidade cultural portuguesa, e para que esta permaneça em estado de a representar urgem medidas em prol dos mesmos.

Como qualquer outro tipo de património, as actuações não reguladas e o simples passar do tempo, representam as mais sérias e graves acções de ameaça aos bens identificados.

O crescimento desmedido das populações, o abandono da pesca, as alterações nos modos de vida e as novas edificações tem vindo lentamente a provocar danos na imagem e na conservação deste tipo de património que, se não forem tidas em consideração num futuro próximo, poderão inclusive levar ao seu irreparável desaparecimento.

A situação actual de muitos dos bens que conformam o património marítimo (...) dista de ser tranquilizadores e inexoravelmente vão desaparecendo ou deteriorando-se (...) construções, a arquitectura popular, as embarcações de interesse patrimonial. (Pereira, 2009, p. 26)

Da mesma forma, a Comissão Estratégica dos Oceanos, criada pelo Governo português em 2003, refere com clareza que a preocupação com o Património Arquitectónico ligado ao Mar é, a nível nacional, e aliado com a sua situação de deterioração e desaparecimento, uma preocupação real, a ser respondida o mais prontamente possível. Apesar das estratégias criadas por esse organismo, entra as quais se destacava uma relacionada com a preservação deste tipo de património (CEO, 2004), as medidas reais tardam em surgir, apesar da sua desesperada necessidade.

Assim, e tomando o exemplo da vila de Caminha, a problemática principal a ser tratada nesta dissertação, passa pela identificação e caracterização deste tipo de património, bem como uma abordagem à sua evolução até à actualidade, tentando clarificar o estado em que este se encontra, documentando-o e consciencializando a comunidade para as ameaças de que é alvo.

A localidade Caminhense foi escolhida, considerando a comunidade piscatória lá existente desde os tempos de surgimento e fundação da vila. As habitações de pescadores caminhenses, vistos por alguns como um tipo de património local, encontram-se actualmente em verdadeiras vias de descaracterização e desaparecimento, sendo um dos objectivos indirectos do presente projecto, a consciencialização da comunidade local para esta situação.

Desta forma, a ideia central da investigação é contribuir para uma estratégia de valorização do património marítimo e piscatório nacional, em particular da Rua de Pescadores da vila de Caminha. Surgem como principais objectivos:

- I. **Determinar** o surgimento e a evolução da Rua dos Pescadores, no contexto da Vila de Caminha.

Ao invés do que se pode verificar para outros arruamentos da vila, o que é dirigido à localização da habitação da comunidade piscatória caminhense é pouco estudado. Pouco se conhece sobre a sua história e sobre a sua evolução, apesar de ter sido sempre das zonas mais habitadas de Caminha. Por outro lado, e uma vez que se pretende a consciencialização para a presença de edificações com características e valores patrimoniais próprios, contribuindo para a imagem da rua de pescadores como conjunto, é necessário obter dados acerca da evolução e história do arruamento, bem como o seu papel a par dos mesmos tipos de evolução da vila.

- II. **Definir** as características singulares das Casas e da Rua de Pescadores na Vila de Caminha, tendo em vista a sua valorização.

Actualmente, a consciência patrimonial aumentou a demanda da recuperação da memória histórica e a valorização dos testemunhos materiais e construídos de importância para a identidade das comunidades. As Ruas e Bairros de Pescadores um pouco por toda a costa litoral oferecem perspectivas e ambientes especialmente pitorescos que se envolvem com parte de uma identidade nacional ou local, a identidade marítima.

Assim, e tomando o caso da vila piscatória de Caminha, pretende-se sistematizar e reunir a informação sobre o conjunto de características e elementos que possam diferenciar esses espaços de outros, tornando-os atractivos do ponto de vista patrimonial para a sociedade. Pretende-se ainda ter em conta os factores de descaracterização aparente nos mesmos espaços, concluindo sobre o valor patrimonial que a Rua de Pescadores e os seus elementos construídos, as casas de pescadores, possam possuir.

1.2. Metodologia Aplicada

O termo metodologia remete-nos para “um conjunto de princípios ou regras” ou para um “programa que antecipadamente regulará uma sequência de operações a executar, com vista a atingir certo resultado”; trata-se de uma “estratégia, modo de proceder, esforço para atingir um fim”. Metodologia, pode ainda ser vista como a “parte da lógica que estuda os métodos das diversas ciências” (Costa & Melo, 1998, p. 1088).

Para a realização do estudo do qual resulta a presente dissertação, definiram-se objectivos e estabeleceu-se uma metodologia que distingue e delimita as técnicas e ferramentas de recolha de informação, de material a tratar, bem como o tipo de análise que se deve levar a cabo depois de esta ser recolhida. Assim, o projecto inicia-se pela definição da problemática a abordar, a sua importância científica e social e pelo estabelecimento claro dos objectivos a cumprir.

Esta dissertação apresenta um estudo de caso (Yin, 2003) centrado na vila de Caminha, aliado por sua vez ao estudo multicaso das habitações de pescadores da mesma localidade, procurando retratar a realidade da comunidade piscatória caminhense e da sua reflexão construída desde uma perspectiva completa e profunda de um problema que até agora não foi devidamente tratado a nível local, uma vez que não existe qualquer publicação ou documentação específica sobre o tema. Desta maneira, esta investigação ganha importância ao recolher e criar um estudo único sobre esta temática, transformando de forma gráfica os dados recolhidos.

Numa fase inicial será levada a cabo uma revisão bibliográfica ou uma análise documental de dados, pretendendo elaborar desta forma uma base de informação fundamental que possibilite a orientação das fases seguintes, bem como correlação final de termos e de conhecimentos entre o teórico e o prático (o visitado). Realizada esta revisão após a busca em fontes como livros, publicações, artigos, entre outros, será elaborada a contextualização e fundamentação teórica do projecto, que se desenvolverá principalmente no capítulo de Fundamentação Teórica.

Num segundo momento, é realizada uma análise histórico-urbana evolutiva quer da vila de Caminha, quer do espaço em que se fixou a comunidade de pescadores caminhenses, conhecida pela *Rua*, seguindo uma linha temporal; esta análise permitirá compreender as alterações que provocaram a actual situação actual em Caminha.

Numa terceira fase, é realizada uma recolha de dados específicos mediante o trabalho de campo. Respondendo aos indicadores do que observar e registar, obtidos através da revisão teórica elaborada na primeira fase, são utilizadas várias técnicas que possibilitam a recolha de dados, entre as quais se distinguem a elaboração de desenhos rigorosos, realizados a partir de levantamentos e medições no local; a observação directa, da qual se podem lavrar notas de campo ajustando as expectativas resultantes da revisão teórica à realidade encontrada; a fotografia, que completa e apoia a observação do investigador e ainda a análise documental específica.

Numa quarta e final fase, procede-se a um tratamento dos dados e informações recolhidas, a sua análise e interpretação, procedendo a uma final correlação com a contextualização, estruturando resultados e conclusões finais de todo o processo.

A metodologia optada é assim baseada numa estrutura piramidal invertida, partindo dos temas más gerais (obtidos a partir da revisão dos teóricos e das expectativas alcançadas) até aos mais particulares (obtidos após a observação directa e a análise física dos objectos de estudo).

1.2.1 Critérios de Selecção

O presente estudo concentrou-se, como foi referido, na vila piscatória de Caminha, na região do Minho, no Norte de Portugal.

A escolha foi realizada, tendo em conta a existência de um núcleo de comunidade piscatória desde o surgimento da localidade em questão, podendo dessa forma analisar e interpretar habitações e edificações que acompanharam a própria evolução da dita comunidade piscatória. A comunidade piscatória Caminhense, bem como a Rua de Pescadores da vila de Caminha tem expressão desde a fundação e edificação da localidade, pelo que representou a escolha final do objecto de estudo.

A escolha, deveu-se ainda pela falta de um estudo e de um documento elaborado sobre as habitações e a rua e pescadores da vila de Caminha, a qual se pretendia colmatar.

Após uma breve revisão bibliográfica inicial e ao primeiro contacto com a comunidade piscatória, foram identificadas 34 habitações de pescadores, ao longo dos dois quarteirões principais da Rua Benemérito Joaquim Rosas, ainda

possíveis de analisar sobre as quais foi elaborado uma análise e estudo preliminar genérico. A nível individual foram ainda analisados 7 exemplares.

Esta escolha final foi levada a cabo seguindo parâmetros como a melhor conservação de elementos característicos da tipologia abordada e possibilidade de acesso através dos proprietários identificados, bem como a contribuição que a documentação desses casos poderia dar ao estudo. Estes exemplares foram analisados desde o ponto de vista morfológico e formal, construtivo, tipológico e de distribuição espacial.

Assim, foram realizadas as fichas de análise aos exemplares analisados, estabelecendo as relações e as dissonâncias entre elas e analisando os aspectos definidos pelos indicadores que se retiraram da fundamentação teórica.

1.2.2 Métodos de Obtenção de Informação

De forma a contribuir para o rigor científico do estudo e de todo o processo, aliado muitas vezes à falta de meios para a recolha de dados neste sentido, foi tido o cuidado de considerar toda a documentação que revelasse importância, que fosse rigorosa e com um enfoque sobre a temática do objecto de estudo (Quivy & Campenhoudt, 1992).

Seguidamente são apresentadas as diferentes técnicas e ferramentas para a obtenção de informação.

- **Análise Documental** (Albarelo, 1997) - A análise documental revelou-se de especial importância para este projecto e o seu processo de evolução; esta serviu como base de sustentação para o desenvolver de toda a investigação, possibilitando o encontro com os indicadores e direcções correctas a seguir.

Após a definição da problemática, em parte também suportada pelo início da análise documental, foram tratados diversos tipos e documentos de forma a proceder a uma sistematização da documentação; assim foram consultados e tratados livros, publicações, artigos, mapas, plantas, fotografias, manuscritos, relatórios, entre outros.

Pela falta de bibliografia específica sobre construções piscatórias e património desse tipo, foram consultadas fontes de informação literárias sobre Património, Património Vernáculo, Património Rural, Património Marítimo, Arquitectura Popular e Tradicional, entre outros; ao ser necessária a análise da evolução urbana da vila de Caminha, bem como dos aglomerados

piscatórios da mesma localidade, foram igualmente consultadas publicações que se referem ao estudo do espaço urbano e temporal das cidades em geral.

De especial importância neste processo, revelou ser a análise documental realizada em arquivos históricos. Esta permitiu colmatar algumas das falhas e interrogações às quais a análise dos restantes documentos não conseguiu dar resposta.



A análise documental revela-se como uma técnica de recolha de dados empíricos, chegando a possibilitar o surgimento de novos dados. Este é um processo que envolve a selecção, tratamento e interpretação da informação existente em documentos, com o principal objectivo de subtrair deles algum sentido (Bogdan & Biklen, 1994).

Albarello considera que a procura documental apresenta-se a si mesma como um método de recolha e verificação de dados, visando o acesso a fontes pertinentes, escritas ou não, fazendo parte integrante de qualquer investigação (1997, p. 30).

- **Observação** (Albano, 1990) - No processo de elaboração da presente dissertação, procedeu-se à observação directa das diversas habitações de pescadores da vila de Caminha.

Os resultados da observação e a delimitação do campo de observação determinam a estratégia a seguir. Inicialmente escolhe-se, de entre as opções existentes, o que se pretenda observar, bem como o método pretendido de observação, que neste caso se preferiu e possibilitou pela observação directa do objecto de estudo.

Após a observação estar definida, opta-se por um critério para o registo de dados, seguido neste caso pelos indicadores que se identificaram na fundamentação e revisão teórica.

Finalmente, leva-se a cabo os métodos e técnicas para a observação, resultando posteriormente numa análise dos dados obtidos nas várias observações realizadas.

Gil, refere acerca desta técnica que, “a observação apresenta como principal vantagem, em relação a outras técnicas, a de que os fatos são percebidos directamente. Desse modo, a subjectividade (...) tende a ser reduzida” (1995, p. 104).

- **As Notas de Campo** (Bodgan & Biklen, 1994) - As notas de campo entendem-se como uma técnica de recolha de informação, no sentido que representam relatórios e registos do que o que o investigador ouve, vê e observa, experimenta, imagina e pensa no decorrer da recolha de informação.

Estas formam parte de um estudo de carácter qualitativo.

Estas podem ser descritivas, representadas pelas notas escritas, por desenhos, esquemas ou representações gráficas, revelando a tentativa de registar o mais objectivamente possível o que acontece no local em observação. Por outro lado, podem igualmente ser reflexivas, captando a perspectiva do observador e investigador; estas são as ideias, as preocupações, as dúvidas e as interpretações (Bogdan & Biklen, 1994).

- **A Fotografia** (Bodgan & Biklen, 1994) - A fotografia forma parte deste processo e desta investigação, por se tratar de uma investigação do tipo qualitativo.

Serão utilizadas fotografias realizadas por outros autores, bem como fotografias da autora. O objectivo passa por registar as características específicas das casas de pescadores visitadas como construções e parte do património rural e marítimo que são. Serão ainda, por vezes, comparadas com fotografias de outras épicas, estabelecendo comparações.

- **Fichas de Análise ou de Inquérito** - As fichas de inquérito constituem uma ferramenta de recolha de informação de forma sistemática de dados de cada habitação. Trata-se de uma informação de carácter individual que tem por objectivo tratar os aspectos de concepção formal, construtiva, tipológica e de distribuição espacial de cada construção para a sua posterior análise. As

fichas são assim documentos no quais são registados os dados específicos de cada exemplar analisado.

De acordo com Lessard–Hébert, Goyete e Boutin, “O inventário por fichas individuais faculta a anotação de uma grande quantidade de informação, numa estrutura qualitativa” (1994, p. 159).

Consequentemente, é a partir da comparação das fichas de inquérito que começam a surgir dados, do ponto de vista formal, construtivo, tipológico e de distribuição de espaços, de forma a concertar a conclusão em resposta aos objectivos estabelecidos. O modelo e os elementos da ficha foram estruturados a partir dos indicadores obtidos no estudo da temática abordada.

- **Entrevista** - As entrevistas compõem uma metodologia de investigação habitualmente usada para obter informações através da conversação. Este método poderá ser apresentado de diversas formas, consoante a opção do autor e da informação que este pretende obter através das mesmas. No desenrolar deste trabalho, optou-se por realizar um tipo de entrevista individual (semiestruturada, sem qualquer condicionante, quanto a ordem e ao desenrolar da entrevista).

Estas conversações foram mantidas com pescadores ainda residentes nas habitações analisadas; com outros habitantes, comerciantes e utilizadores da rua de pescadores de Caminha, assim como outros habitantes Caminhenses.

1.2.3 Análise dos Dados

Após a recolha da maior quantidade possível de informação possível para a investigação desenvolvida, esta deve de ser tratada mediante uma série de técnicas: identificar os dados para a análise, comparar os resultados obtidos com os esperados teoricamente e procurar o significado e explicação das discrepâncias (Quivy & Campenhoudt, 1992).

Tão só a partir da análise de todos os dados recolhidos se torna possível a obtenção de resposta aos objectivos lavrados, ou seja, as conclusões. O método de análise de dados que foi empregue nesta investigação é a análise qualitativa e quantitativa, uma vez que se criam significados e se trata de uma lógica racional (Bogdan & Biklen, 1994).

A interpretação e a sistematização dos resultados parte do desenvolvimento das ideias e dos objectivos inicialmente propostos. Numa primeira fase, contextualizam-se os dados adquiridos e relacionam-se os

conhecimentos teóricos. Após a recolha bibliográfica e da contextualização dos documentos, interpretam-se os dados. Realiza-se uma análise para obter os indicadores e construir as fichas.

Finalmente, comparam-se as fichas obtidas para distinguir as discrepâncias e as concordâncias e responder aos objectivos iniciais, propondo soluções e abordagens futuras.

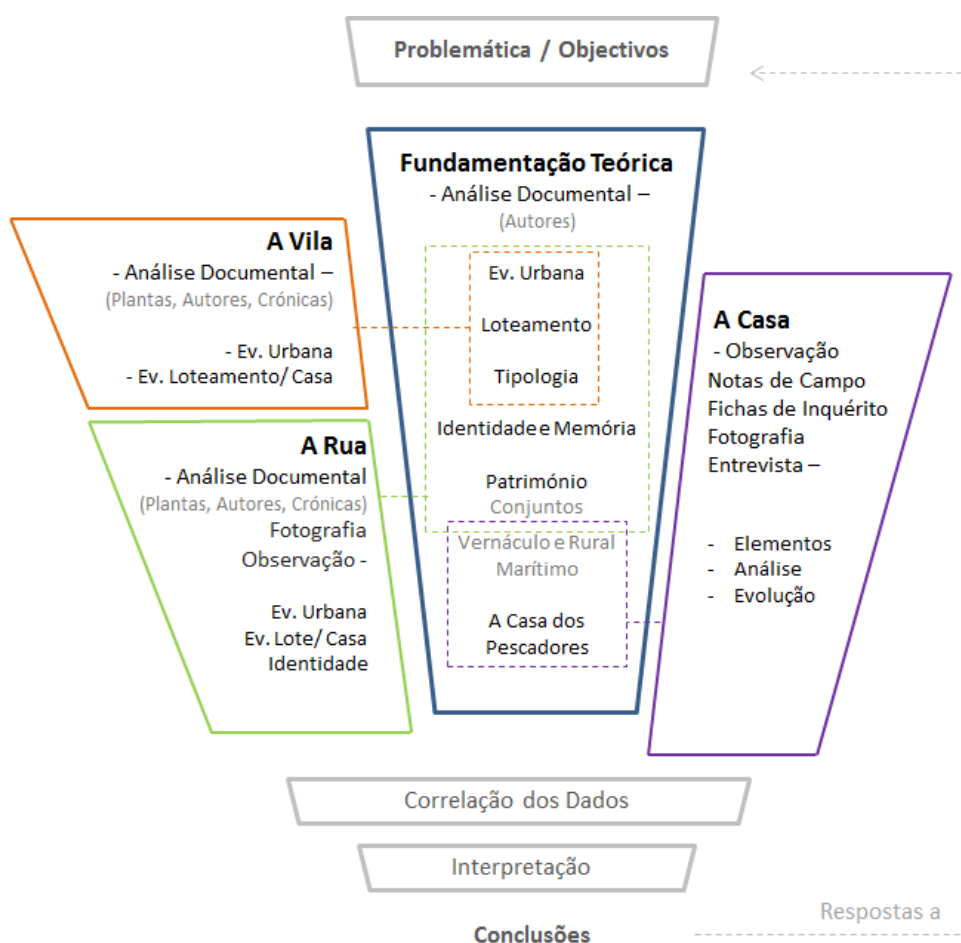


Fig. 2 – Esquema interpretativo da Metodologia Utilizada

1.3. Estrutura de Conteúdos

A estrutura da investigação é adaptada aos conceitos relacionados directamente com o processo de estudo. Esta acompanha as diferentes etapas da investigação e de obtenção de dados, seguindo a análise por escalas “Vila-Rua-Casa”, de acordo com a revisão da literatura. O estudo assenta as bases da estrutura na distinção das diferentes partes da investigação que, conjugadas e interpretadas, permitem consolidar o conhecimento e a importância que as habitações de pescadores possuem como parte do património cultural.

Assim, em base à metodologia aplicada e aos objectivos colocados, a presente investigação estrutura-se da seguinte forma:

Capítulo 1 – Introdução: Neste capítulo é realizada uma breve contextualização que justifica a escolha da problemática, são expostos e explicados os objectivos da investigação e a metodologia aplicada. A estruturação deste capítulo permite a identificação das partes do estudo, a relação entre elas e os objectivos do estudo.

Capítulo 2 – Fundamentação Teórica: Neste capítulo é feita uma revisão de autores sobre a problemática em s, enquadrando o objecto de estudo. A revisão é estruturada de acordo com os temas relacionados com a problemática, os conjuntos patrimoniais, o património vernáculo e rural, o património marítimo, e a identidade e a memória; são ainda revistos autores que se tenham debruçado sobre a casa de pescadores e os elementos de urbanização medieval e renascentista das localidades portuguesas. São assim estabelecidos indicadores que possibilitam a parte do estudo, a análise do caso de Caminha.

Capítulo 3 – Análise da Vila de Caminha: No capítulo 3 é apresentada uma contextualização histórica e espacial da vila de Caminha, na qual estão inseridas a Rua de Pescadores e as habitações a analisar. São ainda referidos as diferentes tipologias que se podem encontrar pelos vários arruamentos da vila. Os dados recolhidos ao longo deste capítulo, permitem a clarificação da evolução da Rua dos Pescadores, o seu papel no contexto da vila e as comparações entre as tipologias encontradas.

Capítulo 4 – Análise da ‘Rua’: Neste capítulo é desenvolvido o estudo sobre a evolução histórica e espacial do arrumamento em análise, a par da evolução que foi anteriormente estabelecida para a vila. São ainda analisadas

as questões da identidade da comunidade da ‘Rua’, bem como a diferenciação ‘Rua – Vila’. Ainda, é consultado um conjunto de autores que se debruça sobre a tipologia que pode ser encontrada no arruamento, a ‘Meia Casa’, de forma a clarifica-la teoricamente. É realizada uma breve análise dos elementos da ‘Rua’ como conjunto, bem como a observação e registo das características da totalidade das edificações da área seleccionada. Assim, são diferenciadas as que são ‘Meias Casas’ das que não e estabelecidos Níveis de Interesse, de acordo com a revisão de autores, de forma a seleccionar uma amostra para a análise individual.

Capítulo 5 – Análise da ‘Meia Casa’ : Ao longo do capítulo 5, é desenvolvido a maior parte do trabalho de campo que foi levado a cabo. É feita uma análise individual dos casos seleccionados, através das fichas de análise, realizadas com os indicadores que foram obtidos na fundamentação teórica. Após a Análise Individual é apresentada uma análise comparativa e qualitativa das fichas elaboradas de forma a obter os dados que possam clarificar a constituição e caracterização da ‘Meia Casa’ como tipologia.

Capítulo 6 – Sistematização: Neste capítulo realiza-se uma correlação entre os dados obtidos na análise dos casos de estudo e dos dados analisados na contextualização das ‘Meias Casas’. São expostas as primeiras conclusões alcançadas, bem como a verdadeira contribuição ao conhecimento e à temática.

Capítulo 7 – Conclusões: Neste capítulo indica-se o cumprimento dos objectivos propostos, sintetizando os resultados obtidos ao longo do estudo. Procura responder-se à sistematização, indicando a definição dos elementos identificadores do tipo de património a que este estudo dedica a sua atenção.

Ao longo da estrutura, associados principalmente aos capítulos 3, 4 e 5, será possível encontrar um QRCode nos separadores dos capitulos. Através de um dispositivo que permita o acesso à internet, este dá acesso a um domínio online onde está presente um percurso interactivo que possibilitará ao autor ter uma percepção real dos arruamentos analisados. Este percurso, realizado através de vídeos e da análise desenvolvida, está igualmente disponível em www.ruasdecaminha.pt. Convida-se o leitor a utilizar esta ferramenta a par da leitura do corpo de texto.





2. Fundamentação Teórica

2.1. Conceitos de Património e Salvaguarda

Entre os autores, a definição de património não é consensual. Esta depende da conotação que se lhe atribui, a interpretação, o valor e até a especificação.

Entre Cartas e Convenções, o conceito 'Património' é definido na Carta Internacional sobre o Turismo Cultural, redigida pelo ICOMOS a 1999 na Cidade do México, como:

(...) um conceito vasto que abrange, quer o meio ambiente natural, quer o cultural. Engloba as noções de paisagem, de conjuntos históricos, de sítios naturais e construídos, bem como as noções de biodiversidade, de acervos culturais, de práticas culturais, tradicionais ou actuais e de conhecimento. Recorda e expressa a longa caminhada do desenvolvimento histórico que constitui a essência das diversas identidades nacionais, regionais, autóctones e locais, e faz parte integrante da vida moderna. (ICOMOS, 1999)

De uma forma geral, o conceito de património está ligado ao legado que se transmite das gerações passadas às presentes e que, por sua vez, será legado às futuras. De acordo com Ballart, a noção de património surge "quando um indivíduo identifica como seus um objecto ou conjunto de objectos" (1997, p.17).

Património tem então uma forte ligação ao pessoal, mas igualmente ao social. Apesar de um indivíduo, na sua singularidade, atribuir mais ou menos valor a um determinado tipo de património, é na sociedade que esse valor (patrimonial) tem a sua verdadeira reflexão, uma vez que só em sociedade ele poderá ser interpretado como representação de uma identidade ou cultura colectiva. Talvez por isso Prats tende a denominá-lo como uma "construção social" (1997, p.19).

Peralta deixa ainda uma última visão de como algo é considerado ou não património e, por isso, detentor de valor cultural: "Aquilo que é ou não é património, depende do que, para um determinado colectivo humano e num determinado lapso de tempo, se considera socialmente digno de ser legado a gerações futuras" (2000, p.218).

De qualquer forma, o conceito de património e o entendimento consequente do seu trato e salvaguarda não foi visto ou considerado sempre

da mesma forma. Torna-se essencial uma abordagem à evolução que os termos tiveram ao longo do tempo, tendo em conta que essa mesma evolução acabou por definir o entendimento actual dos mesmos. Assim, como o património depende de um valor histórico para ser aceite como tal, também o próprio conceito não deve de ser de forma alguma dissociado das suas mutações e aprendizagens.

Choay afirma que devem de ser feitas diferenciações entre o termo monumento e monumento histórico, conceitos fundadores da preocupação dirigida aos bens patrimoniais. Estas duas noções estabelecem relações antagónicas, uma vez que Monumento é universal no espaço e no tempo, enquanto Monumento Histórico é uma “invenção” europeia extremamente limitada. O Monumento é uma criação deliberada para possuir importância, quase que forjada e emoldurada como tal; por outro lado, Monumento Histórico ganha esse carácter após a sua criação, tendo inicialmente apenas servido e respondido a necessidades humanas na sua construção e surgimento. O Monumento está exposto ao desinteresse, ao esquecimento, e finalmente ao seu desaparecimento, enquanto o Monumento Histórico é alvo de observação, admiração e conservação (2000). Se inicialmente património era associado apenas à figura de Monumento e estes eram apenas e só os únicos a serem tidos em conta no restauro e na salvaguarda, nos dias que correm património adquiriu e tende a adquirir novas formas e conceitos, nomeadamente o de conjuntos patrimoniais, nos quais não só a obra singular e individual interessa, mas sim a colectividade de pequenas edificações, sem uma enorme expressão arquitectónica, mas que num todo tem uma fisionomia e história própria.

Em 1976, a comunidade científica sente a necessidade de definir e clarificar o conceito de “salvaguarda” acabando por fazê-lo através da Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea. Salvaguarda é vista como “a identificação, a protecção, a conservação, o restauro, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos, e do seu enquadramento” (UNESCO, 1976)

González-Varas (2008) considera 3 grandes teorias sobre a forma de intervir no património: a teoria Intervencionista, representada pelo seu máximo defensor, Violet Le Duc; a teoria Anti-Restauro, associada a John Ruskin; e a teoria intermédia, a do Restauro Folológico, atribuída a Camillo Boito.

Para um melhor esclarecimento sobre a evolução do conceito ‘património’ ao longo dos tempos e sobre as diferentes teorias da intervenção no património, consultar o Anexo 1 da presente dissertação.

Ao longo dos tempos, com o mudar da sociedade e da sua relação com o património, este foi sofrendo variadas interpretações, admitindo novos conceitos e ‘formas’, demandando novas interpretações.

Na sua evolução dinâmica, o pensamento contemporâneo sobre a preservação do património cultural tem-se alargado a novas áreas do conhecimento e vem incorporando novos conceitos e critérios. Estes *novos patrimónios* estão a colocar novos desafios às comunidades que vão desde a dificuldade em seleccionar os bens a preservar (face aos meios humanos e financeiros disponíveis) até à exigência de novas fórmulas (ainda não experimentadas) de gestão. (Lopes & Correia, 2004, p.34)

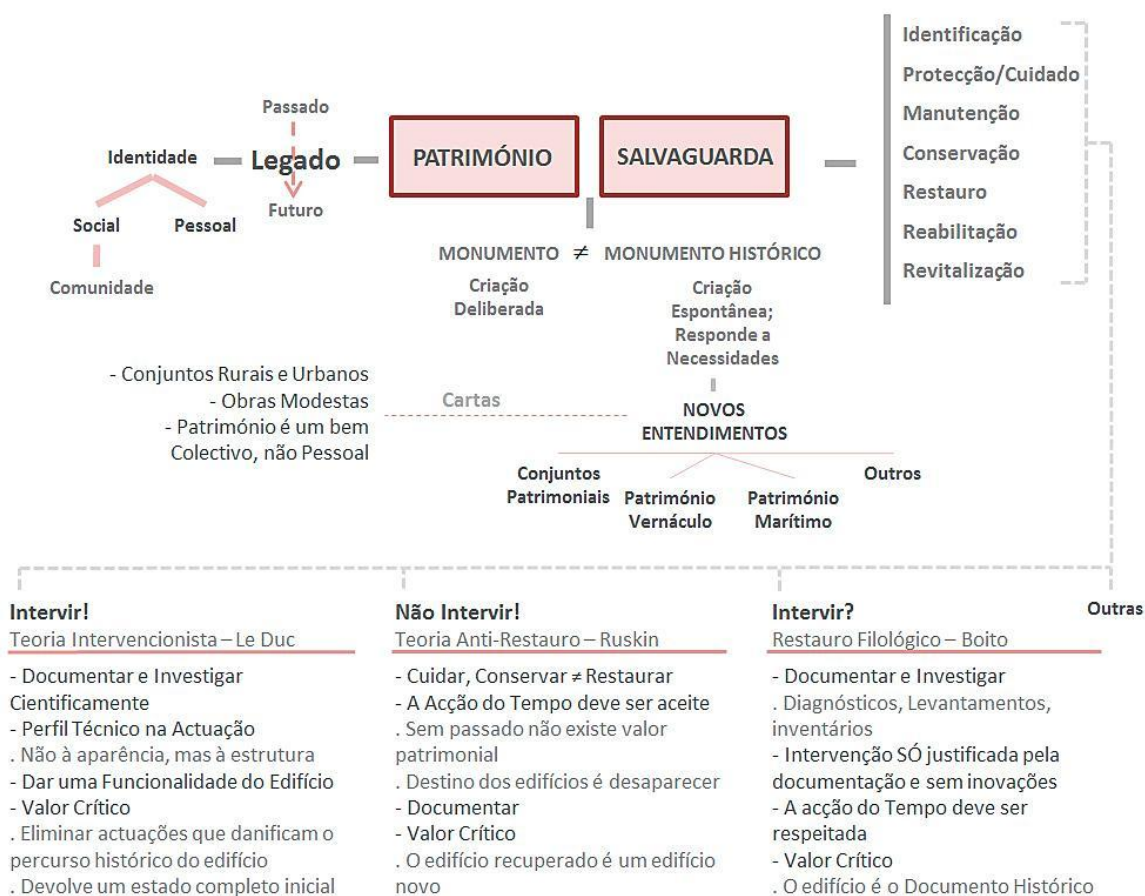


Fig. 3– Esquema-Resumo da Revisão Bibliográfica sobre Património e Salvaguarda

2.1.1 Conjuntos Patrimoniais

Como foi já mencionado, ainda antes do surgimento da Carta de Atenas, Gustavo Giovannoni já se havia pronunciado sobre o conceito de património dever corresponder tão só a monumentos históricos isolados ou se deveria, por sua vez, incluir grupos e conjuntos urbanos. Choay, na sua obra *Alegoria do Património*, chega mesmo a considera-lo como o verdadeiro pai e inventor do termo “património urbano” (2000, p.160).

Na Carta de Atenas de 1931, a única referência feita a qualquer tipo de abordagem para além do Monumento Histórico isolado é dada pela simples chamada de atenção a respeitar o carácter e a fisionomia das cidades aquando da construção de novos edifícios, afirmando que é preciso respeitar paralelamente certas perspectivas particularmente pitorescas (ICOMOS, 1931). Os conceitos de património mudavam e a comunidade científica, especialmente depois da Segunda Grande Guerra e das consequências terríveis que esta revelou para o património edificado, toma consciência da importância e necessidade de protecção de mais do que, simplesmente, o Monumento isolado.

Assim, em 1964, na Carta de Veneza, são pela primeira vez definidos os “sítios” como património cultural a ser salvaguardado:

A noção de monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada, bem como o sítio, rural ou urbano, que constitua testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. (ICOMOS, 1964)

Oito anos mais tarde, a 1972, aquando da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural levado a cabo pela UNESCO, em Paris, o património, para além do Monumento isolado, ganha uma nova interpretação, separando-o claramente de qualquer outra definição e abrindo um precedente para o trato com os Conjuntos edificados. Na Convenção, os conjuntos são então definidos como “grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte e da ciência” (UNESCO, 1972).

Se os Conjuntos e Bairros Históricos eram desde há anos abordados pelos teóricos e autores como de extrema importância para a cultura e identidade das cidades, vilas, aldeias e dos seus habitantes, a Convenção de 1972

marcava um ponto de inflexão na maneira de olhar e interpretar este tipo de Património.

Ramalho Ortigão, já em 1896, na sua obra “O Culto da Arte em Portugal” afirmava que “por toda a Europa, os velhos bairros históricos são hoje o thesouro das cidades que os possuem” (citado por Lopes & Correia, 2004, p. 13).

Ainda no ano de 1972, na Recomendação sobre a Protecção, no âmbito Nacional, do Património Cultural e Natural da UNESCO, em Paris, o conceito de conjunto é novamente apresentado e definido como já o havia sido anteriormente, dissociado do termo de Monumento individual. No entanto, surge um novo conceito como exemplo de Património Cultural, o de Sítio, este diferente do que havia sido apresentado na Carta de Veneza. Sítio ganha então uma conotação muito mais ambiental e ligada à Natureza, enquanto Conjunto se prende a obras de carácter arquitectónico e construído. Os Conjuntos nesta Recomendação de 1972 são então definidos como:

(...) topograficamente delimitados, obras conjugadas do Homem e da Natureza apresentando um valor especial devido à sua beleza ou ao seu interesse do ponto de vista arqueológico, histórico, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972)

As casas de pescadores poderão assim ser consideradas justificadamente como um conjunto de interesse, uma vez que representam uma criação arquitectónica de valor etnológico, histórico e antropológico.

Apenas 4 anos mais tarde, em 1976, a UNESCO, por demanda da comunidade científica, elabora uma Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea, em Nairobi.

Poucas Cartas ou Recomendações se mostraram tão extensas e detalhadas. A preocupação com os Conjuntos Históricos e tradicionais revelou-se uma demanda internacional da qual resultou uma discussão que quis abordar toda e qualquer situação que pudesse envolver a preservação e salvaguarda dos mesmos. Em parte, essa demanda era levantada precisamente pelas atrocidades que se levavam a cabo em algumas cidades para ‘libertar’ os monumentos isolados de construção que os ‘distráissem’.

Esta Recomendação marcaria de igual forma um antes e um depois na maneira de se ver o Património, de se actuar sobre ele e de o proteger, levando inúmeros Estados a promover medidas diferentes daquelas que vinham a tomar, consciencializando-se do património que possuíam e de

como ele estava lentamente a desaparecer. Nos dias que correm é impossível imaginar determinadas cidades, vilas, aldeias, pequenas povoações, bairros característicos ou quarteirões como não sendo património Cultural.

Considera-se ‘conjunto histórico’ todo o grupo de construções e de espaços, incluindo as estações arqueológicas e paleontológicas, que constituam um povoamento humano, quer em meio urbano, quer em meio rural, e cuja coesão e valor sejam reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitectónico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural. Nestes conjuntos, que são muito variados, podem distinguir-se em especial: os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros antigos, as aldeias e o casario, bem como os conjuntos monumentais, homogéneos, os quais deverão, regra geral, ser cuidadosamente conservados sem alterações. (UNESCO,1976)

A Recomendação discute temas tão preciosos como a forma de preservar e restaurar estes Conjuntos, apresentando uma série de medidas muito precisas para o efeito. Prevê ainda a questão dos usos a serem dados aos edifícios que fazem parte dos Conjuntos a serem salvaguardados, bem como as questões da manutenção da habitação e do comércio e outros serviços aos proprietários e utilizadores habituais deste património.

Em 1985, na Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa levada a cabo pelo Conselho da Europa em Granada, o Conceito de Património Arquitectónico volta a ser definido pelos seus três componentes: os monumentos, os conjuntos e os sítios. Aqui volta a ter-se em consideração a capacidade da limitação topográfica dos conjuntos construídos e atenta-se não só ao seu valor histórico, arqueológico, artístico e científico, como também ao seu valor técnico e social.

Um outro marco de especial importância é o da criação da Carta Internacional sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas de 1987. Apesar de esta Carta aludir a “cidade” como histórica, “refere-se a conjuntos urbanos históricos, de maior ou menor dimensão, incluindo as cidades, as vilas e os centros ou bairros históricos com a sua envolvente natural ou construída pelo homem, os quais para além de constituírem documentos históricos são a expressão dos valores próprios das civilizações urbanas tradicionais” (ICOMOS, 1987)

Os conjuntos históricos e os seus componentes são pela primeira vez associados a expressões dos seus habitantes e utilizadores; é estabelecida uma relação directa com o homem que os constrói, que os usa e que os

compreende, definindo-os inclusive como autênticos documentos ou relatos dos seus valores.

Os valores a preservar são o carácter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que determinam a sua imagem urbana, nomeadamente:

- a) a forma urbana, definida pelo traçado das ruas e pelo parcelamento dos terrenos;
- b) as relações entre os diferentes espaços urbanos: espaços construídos, espaços livres, espaços verdes;
- c) a forma e o aspecto dos edifícios (interiores e exteriores), definidos através da sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração;
- d) as relações entre a cidade e o ambiente envolvente natural ou criado pelo homem;
- e) as diferentes funções da cidade, adquiridas ao longo da sua história.

(ICOMOS, 1987)

Para além da questão da mera existência como Património Cultural enquanto conjuntos históricos e Tradicionais, esta Carta apresenta todo e cada componente que deve ser levado a cabo na definição destes bens patrimoniais. Questões como a forma, parcelamento, ruas, materiais, e a própria função dos edifícios, relacionadas então com os seus utilizadores e pelos indivíduos que assim ‘os vivem’ todos fazem parte de uma condição inequívoca de património destes conjuntos.

Por se poder considerar as casas da Rua de Pescadores em Caminha, às quais esta dissertação dedica a sua atenção, como exemplares únicos, no que toca precisamente à forma, ao parcelamento, à estrutura, ao relacionamento com a rua e com os diferentes espaços, assim como com os seus utilizadores, os pescadores, deverá assim considerar-se a possibilidade de tratá-las como um tipo de património de Conjunto Edificado Histórico e Tradicional.

Ainda sobre a relação dos Conjuntos edificados e patrimoniais com o seu utilizador e a sua identidade única, Pereira de Oliveira refere-nos que:

São estes espaços “construídos” e vividos ao longo dos tempos pelas sucessivas gerações, que os legaram de umas para as outras, plasmando a cada momento um pouco de cada uma delas e onde o equilíbrio do todo como espaço vivido deve ser entrevisto também numa perspectiva de adaptação conservada entre o peso dos valores histórico-culturais que

nele se inscrevem e a qualidade de vida dos actuais urbanistas. (Marques & Martins, 1998, p.123)



Fig. 4– Esquema-Resumo da Revisão Bibliográfica sobre Conjuntos Patrimoniais

2.1.2 Património Vernáculo e Património Popular

Se até ao momento, as cartas e os teóricos têm vindo a comprovar que existe mais do que um tipo de património, dependendo da sua constituição e classificação, também é possível, na abordagem ao património edificado, definir vários tipos de arquitectura representativos, por sua vez, de diferentes tipos de património. Uma obra de arquitectura contemporânea, apesar de constituir um bem Cultural, não poderá ser interpretada ou classificada com os mesmos parâmetros que, por exemplo, uma antiga habitação de uma pequena aldeia o seria, assim como uma antiga fábrica não poderá ser comparada com um sítio arqueológico.

Um tipo de património arquitectónico que a comunidade científica tem procurado aprofundar no seu conhecimento e no seu domínio, por considerá-lo de especial interesse social e em via de desaparecimento, é o Património Vernáculo. É certo que a já referida Carta de Veneza não faz distinção exclusiva a este tipo de património, mas considera que a noção de monumento histórico “estende-se não somente às grandes criações mas também às obras modestas que ganharam com o tempo um significado cultural” (ICOMOS, 1964).

Em 1975, e apesar de ainda não existir uma consciencialização direccionada ao Património Vernáculo, este já é referenciado. Na Carta Europeia do Património Arquitectónico refere-se que:

(...) o património arquitectónico europeu é constituído, não só pelos nossos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos de construções mais modestas das nossas cidades antigas e aldeias tradicionais inseridas nas suas envolventes naturais ou construídas pelo homem. (citado por Lopes & Correia, 2004, p.156)

Unicamente dedicada ao Património Vernáculo, foi publicada a Carta sobre o Património Construído Vernáculo de 1999. Apesar da criação desta Carta, a definição deste património é ainda um tanto abstracta e ambígua. O significado final deste tipo de património nunca é verdadeiramente apresentado de forma concreta ao longo da Carta, mas é pela primeira vez associado a um tipo de construção tradicional:

O Património construído vernáculo é a expressão fundamental da identidade de uma comunidade, das suas relações com o território e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade cultural do mundo. O

património vernáculo é o meio tradicional e natural pelo qual as comunidades criam o seu habitat. (ICOMOS, 1999)

Também em 1999 é redigida a Carta de Burra na qual se pode incluir igualmente o Património Vernáculo. Esta mostra-se ainda menos esclarecedora, referindo que esta se aplica “a todo o tipo de sítios de significado cultural, incluindo os naturais, indígenas e históricos que contenham valores culturais” (1999, p.2).

O termo Vernáculo, associado à arquitectura é apresentado por Oliver na “Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World”: “Todas as formas da arquitectura vernácula são construídas para conhecer usos específicos, edificar valores, economias e modos de viver das culturas que as produzem” (1997, vol. 1, p.129).

As referências a Arquitectura Vernácula devem ser sempre, associadas a relações históricas, económicas, materiais e sociais. Ainda na obra de Oliver, citando Rapoport, este apresenta a construção vernácula como um tipo de construção para a qual não existem ordenações ou normas teóricas ou estéticas, esta responde ao lugar em que se insere e ao clima, respeita os restantes habitantes e as suas próprias construções, respeitando desta forma o ambiente, natural ou construído (1997, vol.1).

A arquitectura Vernácula resume-se então a um tipo de arquitectura que se adapta ao local e aos seus constituintes (materiais, relevo, recursos, entre outros) e ao clima no qual se insere, que resulta de uma tradição histórica, social e cultural do grupo de indivíduos que a constrói. É uma arquitectura sem projecto ou arquitecto, responde às necessidades dos utilizadores e à evolução dos seus modos de vida e trabalho. É por isso uma arquitectura natural, criativa e espontânea, mutável e evolutiva.

Se se recordar a definição de monumento histórico da Carta de Veneza, esta referia o carácter rural que pode ser considerado na criação arquitectónica isolada ou conjunta. Assim, a certeza de que as casas de pescadores representam uma criação rural, é revelada no Apelo de Granada sobre a Arquitectura Rural e o Ordenamento do Território, redigida pelo Conselho da Europa em Granada a 1977.

Os participantes consideram que é necessário reconhecer no património arquitectónico rural, não apenas os valores estéticos mas também o testemunho de uma sabedoria secular. Consideram-se como fazendo parte deste património todas as construções isoladas ou agrupadas que:

- estejam ligadas às actividades agrícolas, pastoris e florestais, bem como à pesca;
 - apresentem um interesse, quer pelo valor histórico, arqueológico, artístico, lendário, científico ou social, quer pelo seu carácter típico e pitoresco;
- (...) Este património está presentemente ameaçado. O seu desaparecimento constituiria uma perda irreparável. (Conselho da Europa, 1977, citado por Lopes & Correia, 2004, p.190)

No que toca a publicações sobre as comunidades piscatórias e suas construções a nível nacional, esta é praticamente inexistente. No entanto o mesmo não acontece com publicações acerca da Arquitectura Popular ou Tradicional. Na vizinha Galicia, local de inúmeras comunidades piscatórias, algumas delas muito perto da abordada nesta dissertação, o mesmo se passa.

As publicações sobre Arquitectura Popular podem ser interpretadas, também, incluindo a Arquitectura Rural e Vernácula. Deve ter-se em conta que grande parte dessas publicações remetem a alturas anteriores ou muito próximas às Cartas e Convenções Europeias sobre o Património Vernáculo ou Rural, pelo que a terminologia poderia ainda não estar actualizada entre a comunidade científica.

Como fenómeno cultural e na sua plena acepção, as artes populares são (...) sociais. Têm por função servir material ou espiritualmente os homens que as utilizam, dando solução às suas necessidades ou expressão aos seus sentimentos. A significação profunda dos seus conteúdos vem-lhes de uma completa fidelidade aos materiais, de uma adequação ao meio, da ligação a uma realidade viva e em transformação permanente, que são as comunidades humanas. (Pacheco, 1985, p.18)

Pacheco define desta forma o conceito de artes populares, nas quais insere a arquitectura. Estas são relacionadas directamente com o ambiente natural em que se inserem, respeitando a utilização dos materiais, adequando-se ao meio e ao modo de vida e evolução da comunidade que servem, tal como acontecia com as disposições que definiam Património de Arquitectura Vernácula e Rural.

Pacheco defende ainda que a arquitectura popular deve ser definida tendo em conta a inexistência de processos tecnológicos na sua edificação e a sua total adaptação às funções que desempenha cada divisão, acabando uma só a desempenhar vários “papéis”:

Na arquitectura popular, encontramos aquilo que podemos considerar como uma tendência ecológica. Espontaneamente expressa, ela afirma-se na inexistência de tecnologias agressivas de construção e na aplicação de meios predominantemente locais (...), que possibilitavam a existência de relações harmoniosas entre o homem e a natureza. Os espaços construídos transcendiam a sua restrita funcionalidade. (Pacheco, 1985, p.77)

Ainda sobre esta questão da distribuição e das funções dadas às divisões, Demangeon refere que as habitações rurais não devem de forma alguma ser definidas pelos materiais com que são construídas, nem com as suas formas exteriores, mas segundo o seu plano interior, sobretudo de acordo com as relações que nelas se verificam entre os homens e a sua função; a casa rural é “uma ferramenta adaptada ao trabalho do homem (...), este transmite-a tal como os seus antepassados a conceberam e realizaram” (Demangeon, 1942, citado por Oliveira & Galhano, 1992, p.13)

Pode ser-se seduzido pela decoração ingénua de uma janela, pelo perfil gracioso de um telhado, pelo encanto e frescura que se desprendem de uma casa de aldeia; mas a sua verdadeira originalidade não provém desses caracteres exteriores que evoluem, se deterioram e se perdem: ela reside no plano, na repartição dos diferentes locais nessa ordem interna que faz reinar, no meio das coisas inertes, uma ideia de alma. (Demangeon, 1942, citado por Oliveira & Galhano, 1992, p.14)

Se a arquitectura rural serve as funções laborais que desempenha e não é mais do que uma expressão de uma comunidade que a vai passando de geração em geração, então esta responde a caracteres etnológicos, antropológicos e de cultura social, tal como o faziam o Património Vernáculo e Rural, que por sua vez também eram associados a uma determinada função.

Carlos Flores refere que a arquitectura popular constitui um fenómeno surgido de uma sociedade não industrial, de um meio não proletário (1973, p.3).

Se aceitamos que a arquitectura poderia ser definida (...) como arte técnica de projectar, construir e transformar o entorno vital do homem, arquitectura popular seria a arte e técnica de projectar, construir e transformar no entorno vital de esse grupo social a que chamamos povo, realizando-se toda ela por indivíduos saídos do próprio grupo. (Flores, 1973, p.8)

Flores apresenta ainda uma lista de características através das quais devem ser interpretadas todas as obras de Arquitectura Popular, nos quais se destacam a total adaptação desta ao terreno e ao ambiente em que se insere, a resposta “imediate ou directa” que esta oferece às necessidades e possibilidades dos usuários, uma vez que “predomina o sentido utilitário” da construção; as técnicas sempre tradicionais construtivas com as quais se leva a cabo, raramente introduzindo inovações; desprendida de caracteres estéticos e sempre extremamente ligada às tradições da zona, bem como de “estilos históricos”; é alheia a ideias de conforto e comodidade, uma vez que é quase totalmente dedicada ao cumprimento de funções ligadas ao trabalho dos seus utilizadores (Flores, 1973).

A totalidade da lista de características da Arquitectura Popular redigidas pelo autor pode ser consultada no Anexo 2 desta dissertação.

São então vários os pontos comuns entre Arquitectura Vernácula, Rural e Popular. No entanto, Arquitectura Popular tende a ser mais direccionada apenas e tão só para um tipo de comunidade, representada num determinado espaço, enquanto a Vernácula pode ser representada, com as mesmas características, em vários locais e ser representativa de várias comunidades, apesar das diferenciações serem vagas e difíceis de concretizar.

A recente Declaração de Boceguillas – Princípios para o estudo, a protecção e a conservação da Arquitectura Tradicional de 2012, trata sobre o Património Vernáculo, visto como Arquitectura Tradicional, que por sua vez é definida como:

(...) conjunto de edificações pré-industriais (...) que se mantiveram à margem de correntes (...) da Arquitectura (...). Trata-se de uma arquitectura funcional, sustentável e pouco custosa pela aplicação inteligente dos seus recursos, cristalizados em soluções construtivas e tipológicas quase invariáveis ao longo do tempo (...). Aprende-se, desenvolve-se e transmite-se mediante a via oral e herdada: a tradição. (2012, p.16)

Esta Declaração sente igualmente a necessidade de fazer a diferenciação entre termos “tradicional”, “popular” e “rural”, ainda que o faça de forma muito vaga e nada esclarecedora:

Apesar de que frequentemente se costume classificar de ‘popular’ ou ‘rural’, devido à sua abundante presença em áreas longe das grandes cidades ou em pequenos núcleos modestos, sem marcos monumentais, a Arquitectura Tradicional encontra-se em todos

aqueles lugares e em todos aqueles círculos sociais nos quais surgiu uma forma de construção espontânea, económica, muito pouco determinada por modelos culturais formais, convenientemente adaptada ao meio e aos recursos da sociedade que a produz, ficando definida e consagrada através da transmissão directa dos seus valores de geração em geração. (2012, p.17)

Contudo, e apesar de apresentar algumas justificações e características de diferenciação entre o que se considera arquitectura “popular”, “rural” e “tradicional” ou vernácula, estas mesmas características tendem a ser muito próximas entre os termos, a não ser, como já havia sido referido, a questão da localização focada da arquitectura popular ou rural em comparação à vernácula ou tradicional.

Ainda na Declaração de Boceguillas é, sobre este ponto, clarificado que, na sua salvaguarda, devem ser tidos em conta muito mais os pontos em comum do que os que as diferenciam:

Apesar de se poderem estabelecer diferenças conceptuais, de valor científico, técnico e histórico indiscutível entre as arquitecturas ‘tradicional’, ‘popular’ e ‘vernácula’ não devemos incidir nos seus rasgos distintos senão aglutinar tais noções procurando deste modo a sua protecção e salvaguarda plenas, dada sobretudo a proximidade e frequente coincidência das mesmas num âmbito sociocultural comum, tendo ainda em conta que sofrem muitas vezes de problemas idênticos e semelhantes. (2012, p.18)

Pedro de Llano, na sua obra “Arquitectura Popular en Galicia”, uma extensa análise e documentação deste património vizinho, faz por variadas vezes a utilização dos termos, “tradicional”, “rural”, “popular” e “vernáculo”, considerando ainda que é de extrema dificuldade efectuar uma classificação tipológica deste tipo de arquitectura em qualquer âmbito, mesmo espacial, uma vez que “a influência de uma a outra localidade é tal, que sempre que se encontrem misturados muitos distintos modelos edificados” (Llano, 1983, p. 13).

As casas de pescadores, apesar de se poderem encontrar em mais do que uma localização, respondem a características muito próprias que se relacionam com o local onde se inserem, a comunidade a que respondem e até ao tipo de pesca que se pratica. Por não serem frequentemente repetidas em mais do que uma localização, mas apenas em zonas litorais; por se tratar de construções que respondem também ao uso e ao labor dos seus

utilizadores, a pesca, e, por resultarem de uma construção espontânea, as casas de pescadores deveriam ser consideradas um tipo de Património Popular, ainda que tal atribuição não seja ‘estanque’, tais são as ambiguidades do tema.

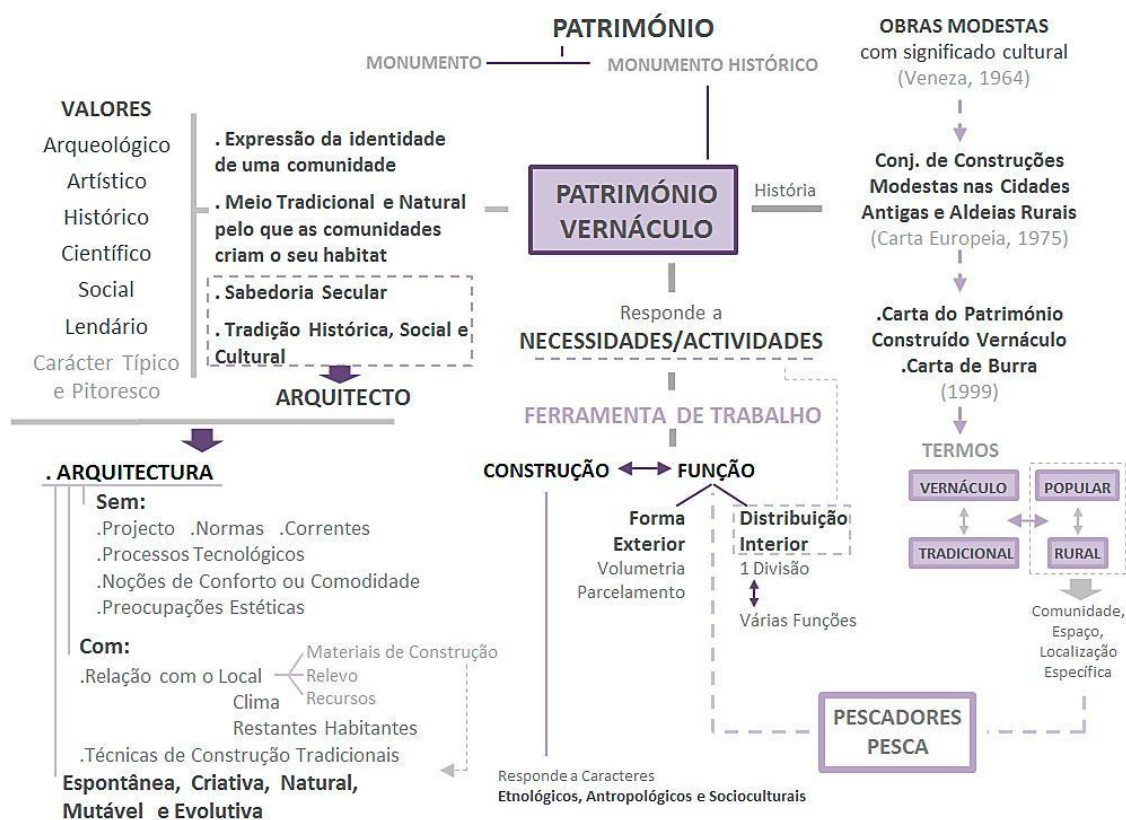


Fig. 5— Esquema-Resumo da Revisão Bibliográfica sobre Património Vernáculo

2.1.3 Património Marítimo

O património marítimo-cultural de Portugal, entendido no seu significado mais amplo, é dos mais ricos do mundo. Assim, não é difícil de compreender que a sua preservação e projecção constituam um elo-chave deste eixo da valorização da ligação de Portugal ao Oceano. (CEO,2004, p.27)

Portugal nunca poderá negar a sua forte e intrínseca cultura e identidade marítima. Todos os portugueses, até os dos territórios mais interiores e mais longe das zonas costeiras vivem com a memória do papel que o mar tem no povo lusitano. Portugal Continental tem uma linha costeira de cerca de 832 km, correspondentes a cerca de 41% da sua linha de limites fronteiriços.

Foi precisamente essa proximidade ao mar, que levou a que as populações portuguesas, desde muito cedo, ocupassem o litoral e as costas (Medeiros, 2005). Por todo o estreito litoral português, distribuindo-se e adaptando-se ao espaço e visando o desenvolver das suas actividades, através do aproveitamento dos recursos, “abrigam-se populações dedicadas às fainas do mar ou da costa” (Lema, 1996 citado em Azevedo, 2013, p.9).

A pesca surgiu como principal meio de sustento para muitas das localidades, algumas delas inicialmente bastante isoladas, do litoral português. Manteve-se como fonte de rendimento (ainda que cada vez mais escasso) e elemento moldador de identidades e comunidades, em vários casos, até aos dias de hoje. “Este fenómeno deveu-se ao saber da experiência e das práticas adquiridas das artes da pesca, transmitido de geração em geração, pela memória, permitindo conservar a cultura e os conhecimentos que as comunidades piscatórias detêm do litoral” (Azevedo, 2013, p.9)

A memória marítima adquire na sociedade Portuguesa valores de extrema relevância e amplitude. Portugal é sinónimo de Descobrimentos, de coragem, viagens ‘além-mar’ e saudade lusitanas. O mar foi sempre visto pelos portugueses como uma oportunidade de futuro, um elemento a explorar, uma barreira a quebrar e um obstáculo a transpor.

Na verdade, não será exagero afirmar que o Mar é um dos principais elementos forjadores da nossa identidade nacional, tendo sido ao longo dos séculos, e sobretudo a partir da opção estratégica feita no rescaldo da revolução de 1385, substrato importante da realidade política, económica, social e, principalmente, da realidade cultural de

Portugal, como transparece com evidência na poesia de Luís de Camões e Fernando Pessoa. (CEO, 2004, p.18)

Mas, antes de serem mareantes e navegadores, antes de dominar as técnicas e as “manhas” do mar, o povo português foi pescador e “foram as expedições para a pesca, o princípio inaugural para que o mar adquirisse toda a carga simbólica que representa na cultura portuguesa” (Sena, 2011 em Azevedo, 2013, p. 11).

(...) Os mais fortes elos da ligação entre a terra e o Mar são, em Portugal, as comunidades de pescadores. Nelas se desenvolveram os conhecimentos úteis às tripulações de pesca, nas áreas próximas da costa. (CEO, 204, p. 38)

Portugal passou ainda por um período de afastamento com a cultura e com o património cultural marítimo que possui. Após o Estado Novo, o libertar das colónias e a liberdade do 25 de Abril, a nação portuguesa entrou num estado de “recuperação” do excesso de cultura marítima com o qual havia vivido. Nos anos 70/80 o abandono das pescas foi de tal forma considerável que os portugueses perderam ainda mais um pouco da ligação que possuíam com o mar e seu património. No entanto, o país reconciliou-se com a sua cultura marítima aquando da realização da Expo 98 em Portugal com uma temática totalmente dedicada ao Mar e aos Oceanos; a partir de então, a “vista” foi voltada para o património que havia estado esquecido, ainda que foi encontrado em estado bastante danificado (CEO, 2004).

Pereira define Património Marítimo como:

a totalidade das manifestações vinculadas à actividade marítima desenvolvida ao longo do tempo pelas comunidades localizadas no litoral, manifestações que estão enquadradas na paisagem costeira e no próprio meio marinho; este, por sua vez, forma parte do património natural. (2009, p.16)

Assim, pode defender-se que existe efectivamente um tipo de património específico às comunidades ligadas ao mar, das quais se destacam as comunidades piscatórias. “ (...) O conceito de comunidade marítima tão só se pode aplicar aqueles colectivos que pela sua localização geográfica e pelo tipo de actividade principal de subsistência vinculada ao mar, desenvolveram uns conhecimentos, umas relações sociais e uma forma de ver o mundo característico deste vínculo” (Pereira, 2009, p.16).

O conceito de património marítimo-cultural pode ser entendido como o conjunto de elementos materiais e imateriais (artefactos e mentefactos) relativos, directa ou indirectamente, às actividades humanas que se desenvolveram ou se desenvolvem no meio marinho, e que são reconhecidos pelos grupos sociais como herança própria e constituinte de uma identidade que é digna de ser transmitida às gerações vindouras. (CEO, 2004, p.32)

Ora a comunidade piscatória da vila de Caminha, à qual esta dissertação dirige a sua atenção pode efectivamente considerar-se uma comunidade marítima, uma vez que a sua localização geográfica e o tipo de actividade principal de subsistência vinculada ao mar, a pesca, assim a define. É certo que Caminha possui igualmente uma ligação tão forte ao rio Minho como a marítima (lembre-se que Caminha se situa precisamente na desembocadura do rio Minho para o mar Atlântico), mas é no mar que os pescadores caminhenses ganhavam e ganham o seu sustento.

Ainda relativamente a este ponto de relação com o rio, Pereira avança-nos que “ irmanado com o património marítimo, devemos considerar também o entorno fluvial, com o seu património natural e cultural específico, sim, mas vinculado sem dúvida ao mar, tanto no que se refere às embarcações, pequenas instalações portuárias, arquitectura popular, técnicas de navegação, etc., como nos ecossistemas das desembocaduras dos rios” (Pereira, 2009, p.18)

O património marítimo possui inúmeros constituintes, dos quais são de destacar:

(...) tanto as construções como objectos ou criações imateriais: portos, sinais marítimos ou vivendas marinheiras; embarcações de todo o tipo, artes de pesca (...); cancionero e tradição oral, fala marinheira, técnicas de trabalho ou a hidro-toponímia. (...) Neste sentido, o património marítimo é, como todo o património, uma construção social e cultural que varia ao longo do tempo. (Pereira, 2009, p.16)

A totalidade dos bens que Pereira considera como sendo elementos materiais ou imateriais do Património Cultural Marítimo aparecem descritos no Anexo 3 desta dissertação.

Precisamente por se poder associar o património com a memória colectiva, o património cultural marítimo pode encontrar-se representado num extraordinário leque de diversidades do mesmo. Torna-se necessário considerar este tipo de património desde variadas amplitudes:

Amplitude no tempo: o património marítimo vai-se construindo dia a dia (...) o património marítimo, como criação dinâmica e modificadora que é, tece-se continuamente e mau seria que não acontecesse assim, porque ficaria mumificado (...)

Amplitude enquanto às características das manifestações que compõe o património marítimo: este abarca não só o universo das práticas tradicionais, representado em muitas ocasiões pela arquitectura popular ou pelas embarcações (...)

Amplitude no espaço: no património marítimo é preciso ter em conta igualmente o património natural representado pelo mar e pelo litoral; (...) a paisagem litoral, (...) uma construção cultural que varia com o tempo e com o imaginário colectivo; (...) lugares de memória onde aconteceram e acontecem numerosos sucessos que ficam no imaginário colectivo. (Pereira, 2009, p.18)

Em resumo, “todo este universo constitui um conjunto de bens e valores que lhe dão a cada comunidade que realiza uma actividade marítima, uma personalidade singular, uma identidade própria, que a diferenciam das demais” (Pereira, 2009, p.18).

De especial interesse para esta dissertação são apenas as habitações de pescadores, ‘vivendas marinheiras’ como Pereira (2009) as denomina, inseridas no património cultural marítimo arquitectónico que a CEO refere como sendo “um património significativo e encontra-se disperso, (...) por toda a orla costeira nacional” e sobre o qual acrescenta que:

Dado, por um lado, o impacto deste património, nomeadamente o seu impacto visual, estético e paisagístico, bem como a riqueza da herança histórica que revela, e por outro, o facto de se encontrar, em muitos casos, em situação de ruína e deterioração acelerada, impõe-se tomar medidas de salvaguarda deste património. (2004, p. 37)

Como foi já referido, a sociedade portuguesa encontra-se actualmente num período de reconhecimento do património cultural marítimo que possui, especialmente o construído. São vários os Museus e outras entidades que se dedicam a recolher, inventariar e documentar este património. No entanto, a atenção dedicada às edificações de residência de pescadores é muito escassa, dedicando-se especialmente à memória das embarcações, dos objectos de pesca e outros do quotidiano piscatório. De entre estes são de destacar o Museu da Marinha, em Lisboa; a Casa-Museu do Pescador na Nazaré, edificada numa antiga residência de pescadores e o Museu Etnográfico da Praia de Mira na Figueira da Foz.

O Património Cultural Marítimo português, especialmente o construído, encontra-se em acentuado degrado e esquecimento, apesar das suas potencialidades. Pereira refere quais as suas preocupações e o estado do interesse acerca do património marítimo Galego, tão próximo do caso que abordamos:

Interpretamos o património marítimo como um elemento identitário de primeira magnitude. Não obstante (...) devemos considera-lo (...) como um recurso socioeconómico que é preciso desenvolver, com a finalidade de criar riqueza no espaço costeiro e/ou melhorar os serviços públicos. (...) o enfoque não pode ser outro que a consideração social, a conservação e a revalorização dos elementos patrimoniais de interesse, algo que noutros territórios (Grã Bretanha, Países Baixos, Escandinávia, EUA, França (...)) cometeram em maior ou menor medida há já bastante tempo. (Pereira, 2009, p.24)

Relativamente a esta preocupação e necessidade, também em Portugal surgem algumas acções e proclamações.

Ainda sobre a influência da Expo 98, em 1999, no decorrer da 1ª edição do Festival dos Oceanos, foi realizado no Padrão dos Descobrimentos, em Lisboa, o 1º Congresso do Património Marítimo, do qual surgiu a criação da Associação Portuguesa do Património Marítimo.

Em 2003, o Governo Nacional criou a Comissão Estratégica dos Oceanos, que emitiria em 2004 o Relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos com uma apresentação das estratégias para a preservação e divulgação social do Património Marítimo Português. Nesta, é referido que:

No contexto actual, o património marítimo-cultural contém elementos altamente qualificadores que, quando recuperados, valorizados ou mesmo recriados, podem contribuir, em larga medida, para dar sentido às comunidades, para gerar bem-estar, para desenvolver novas sinergias e para reforçar a coesão social em bases simultaneamente selectivas e simbólicas.

A Estratégia Nacional para o Mar (2006-2016) aprovada em Resolução do Conselho de Ministros nº 163/2006, de 12 de Dezembro, demarca oito estratégias, com base na proposta da Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar (EMAM) que apelam à sensibilização, consciencialização e mobilização da sociedade para a importância do mar, a divulgação do mar e das actividades ligadas ao mar, e ainda o conhecimento e a protecção do património cultural

marítimo, de acordo com as recomendações da Comissão Estratégica dos Oceanos (Tavares, 2011 em Azevedo, 2013, p.13).

A Estratégia Nacional para o Mar (2013-2020) integra um novo plano de acção, o Plano Mar-Portugal, que integra todos os programas e acções que se apresentaram na ENM, com o intuito de recuperar a identidade marítima nacional; desenvolver o potencial económico que este elemento tem para o nosso país; criar condições para que surjam novos investimentos neste sector em Portugal; desenvolver a investigação científica e tecnológica neste sector, de modo a “consagrar Portugal, a nível global, como nação marítima” (ENM 2013-2020, 2013 em Azevedo, 2013, p.13).

Apesar de todas estas medidas em prol da salvaguarda, protecção e dinamização do Património Cultural Português, no qual se inserem as casas de pescadores da vila de Caminha, por elas próprias serem um testemunho construído da identidade piscatória da comunidade Caminhense, este encontra-se ainda demasiado abandonado e esquecido pelos nossos poderes nacionais, locais e, porque não, por grande parte da sociedade portuguesa.

Muito raras são as comunidades piscatórias nacionais que possuem alguma medida de protecção ou salvaguarda, bem como directrizes de actuação nas construções que as compõe. Urge a abertura de um diálogo mais consciente e de atitudes mais reais, a criação de medidas em prol da manutenção, documentação e intervenção no Património Marítimo Arquitectónico português, pois como identidade de uma comunidade, o “património marítimo é, neste sentido, memória, mas também esquecimento” (Pereira, 2009, p. 17).



Fig. 6– Esquema-Resumo da Revisão Bibliográfica sobre Património Marítimo

2.1.4 Identidade e Memória

Ao longo deste capítulo, já por algumas vezes, foram associados termos como os de Identidade ou Memória à temática do Património.

Identidade e Memória são dois daqueles termos especialmente difíceis de definir, que se podem incluir no grupo de conceitos extremamente claros e fáceis de compreender, sempre que não se tente encontrar uma definição para eles.

Aquilo que é ou não é património, depende do que, para um determinado colectivo humano e num determinado lapso de tempo, se considera socialmente digno de ser legado a gerações futuras. Trata-se de um processo simbólico de legitimação social e cultural de determinados objectos que conferem a um grupo um sentimento colectivo de identidade. (Peralta, 2000, p.218)

No que toca ao discurso sobre Identidade, impõe-se definir e explicitar o âmbito em que este se enquadra, uma vez que existem variadas noções associadas a inúmeros ramos do conhecimento, entre eles a Sociologia, a Antropologia, o Direito, entre outros. Extraem-se então variadas noções do próprio conceito de Identidade, sendo possível encontrar referências a Identidade Pessoal, Social, Colectiva, Local, Nacional, entre outros.

Maioritariamente, podem distinguir-se dois tipos de Identidade, a Pessoal ou Individual, própria de cada indivíduo e a Social ou Cultural, colectiva e associada a um grupo, seja ele de que tipo: “um indivíduo possui uma identidade pessoal e uma identidade colectiva ou cultural (que o relaciona com os demais sujeitos com quem interage diariamente) e que estará na base das identidades locais” (Café, 2007, p. 36).

São as relações entre indivíduos, em sociedade, que dotam o indivíduo de características pessoais e únicas; ora para interagir em sociedade, em grupo, o sujeito individual acaba também por interagir em comum com outros num determinado espaço ou local. As vivências, as trocas e as aprendizagens em colectividade ajudam a distinguir e a formar a Identidade Pessoal de cada um. Poderemos então deduzir que a Identidade Colectiva ou Social influencia e dita o surgimento de uma Identidade Pessoal e que por sua vez, ao estar associada a um espaço determinado, essa Identidade Colectiva poderá ser identificada como Identidade Local.

Ao estar em contacto com as características do local onde vive, com o seu património, o indivíduo estabelece uma ligação com a sua própria história, a sua memória, preservando a memória do seu grupo social e desenvolvendo um processo de identidade social e cultural. (Café, 2007, p. 36)

A identidade de um sujeito relaciona-o então com o seu meio, com a sua envolvência, com a sua vivência e, inclusive, com o seu local físico. Assim é também fácil de compreender que a Identidade de um indivíduo não é algo que se demonstra constante e inalterável, mas antes “é mutável, (re)inventada, transitória e, às vezes, provisória, subjetiva; a identidade é (re)negociada e vai-se transformando, (re)construindo-se ao longo do tempo” (Rodrigues, n.d., p.3).

A questão da Identidade relacionada com o Património remete então para uma primeira questão. É realmente o Património que detém uma Identidade característica própria, ou serão os indivíduos que, por estabelecerem relações com esse Património, possuem uma Identidade com ele relacionada?!

Peralta tende a responder quando afirma que “o património é antes de mais o património dos povos e das gentes que lhe adstringem valor” (2000, p.218). Se o património é dotado pelo valor que os indivíduos lhe conferem “o património cultural compreenderá então todos aqueles elementos que fundam a identidade de um grupo e que o diferenciam dos demais.” (Peralta, 2000, p.219). Choay (2000) confirma esta teoria quando defende que o património é um bem e um contributo colectivo, geral e comum a todos os que o partilham e usufruem e, então, é ao mesmo tempo construtor e definidor da identidade de um grupo ou sociedade, representando-a de forma física e substancial.

Assim, parte considerável da importância ou definição do património com mais ou menos valor é a capacidade que este tem de representar simbólica e expressamente uma identidade de um determinado grupo que o defende e lhe confere apreço suficiente para que este seja legado a gerações futuras, tendo inicialmente sido recebido como uma herança de gerações passadas (Peralta, 2007). “A identidade de um grupo fundamenta-se, muitas vezes, em construções históricas e arcos patrimoniais” (Faria & Almeida, 2006, p.124).

Na Carta de Cracóvia de 2000, Identidade é ainda definida como “a referência colectiva englobando, quer os valores actuais que emanam de uma

comunidade, quer os valores autênticos do passado” (em Lopes & Correia, 2004, p.295).

Existe então uma relação óbvia entre Património e Passado como elementos esclarecedores e integrantes na Identidade de um determinado grupo. As vivências, as lembranças, as histórias e as memórias, associadas ou não a um local, tornam-se essenciais para a atribuição ou classificação de bens patrimoniais de valor.

É através desta identidade passado-presente que nos reconhecemos colectivamente como iguais, que nos identificamos com os restantes elementos do nosso grupo e que nos diferenciamos dos demais. O passado, dá-nos um sentido de identidade, de pertença e faz-nos conscientes da nossa continuidade como pessoas através do tempo. (Peralta, 2000, p.218)

Na realidade, os termos Identidade e Memória são inúmeras vezes confundidos, associados ou inclusive utilizados em simultâneo ao abordar-se a temática do Património.

(...) a identidade reflete todo o investimento que um grupo faz, ao longo do tempo, na construção da memória. Portanto, a memória coletiva está na base da construção da identidade. Esta reforça o sentimento de pertença identitária e, de certa forma, garante unidade/coesão e continuidade histórica do grupo. (Halbwachs, 1992 citado em Rodrigues, n.d., p.5)

O património pode ser visto como uma resposta à necessidade de passado da sociedade actual cosmopolita; através dele recuperam-se antigos valores, quebra-se e responde-se à nostalgia, afirmando-se esta ou aquela Identidade Social em que o indivíduo se revê quando todas as Identidades tendem a igualar-se nos dias que correm.

Sabemos que recordar ou relembrar é um acto individual, que a memória pode ser vista como a acção ou a capacidade de lembrar o passado, mas poderá ter a memória, se relacionada com noções como Identidade e Património, uma conotação social?!

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou colectiva, cuja busca é uma das actividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje. Mas a memória colectiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objectivo de poder. São as sociedades cuja memória social é

sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória colectiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela denominação da recordação e da tradição. (Le Goff, 1984, citado por Santos, 2008, p.10)

Entenda-se então que a memória colectiva possui um papel essencial nas relações entre indivíduos de um determinado grupo comum ou sociedade; é ela que lhes atribui características do passado comum que os torna semelhantes e constituintes de um mesmo conjunto. A memória contribui ainda para a preservação da identidade desse grupo ao longo do tempo, conferindo-lhe uma espécie de segurança de reconhecimento como diferente de uns e comum a outros.

A memória comum a todos os elementos de um grupo, ainda que com ligeiras alterações e interpretações individuais torna-se então o mais importante meio de união de indivíduos, já que ele estabelece uma relação pessoal e social ao mesmo tempo, isto é, “é na sociedade que as pessoas adquirem normalmente as suas memórias, que recordam, reconhecem e localizam as suas memórias”, sendo que esta “conceptualização pressupõe uma sujeição das memórias individuais aos padrões colectivos, visto que, em última análise, o que recordamos, enquanto indivíduos, é sempre condicionado pelo facto de pertencermos a um grupo” (Peralta, 2007, p. 6 citada em Santos, 2008, p. 10).

No que toca à identidade e às memórias ligadas ao mar das povoações piscatórias, estas possuem ligações entre os indivíduos fortíssimas. Em comum com os seus semelhantes, o pescador tem todo um modo de vida e as memórias que isso lhes traz: o trabalho dedicado à pesca e às artes do mar, as tradições ligadas ao peixe, as rotinas diárias de quem deve respeitar os “horários da natureza” (marés, condições meteorológicas, fases lunares, entre outros), os espaços adaptados aos processos e às necessidades da pesca... Essas memórias que lhes são comuns, que receberam já das gerações passadas, reflectem-se nas linguagens, nos ideais, nas preferências.

Peralta chega mesmo a afirmar que:

(...) no topo das hierarquias simbólicas da memória local estão aquelas actividades univocamente ligadas ao mar, que pressupõem uma dedicação exclusiva, e às quais corresponde um estilo de vida próprio, com tempos, espaços e relações sociais claramente diferenciados. A pesca de largo, em especial a pesca do bacalhau, está entre as actividades que detêm maior valor simbólico. (2010, p.449)

Pode então ser concluído que a memória é um dos mais importantes componentes de formação de identidade, seja ela Pessoal ou Colectiva. Um grupo que partilha de uma mesma Identidade é facilmente diferenciado de outros e tal acontece, em grande parte, por partilharem as mesmas memórias que acabam por dirigir-lhes a formação da sua própria personalidade. Associados estes temas aos locais físicos, a um património que pode ser edificado, um grupo social que partilhe de uma identidade comum acaba por influenciar os próprios rasgos da construção em que se insere. Assim, para além de um grupo ser facilmente destacado e diferenciado por entre as variadas identidades sociais que existam, um determinado espaço é também rapidamente identificado através de elementos comuns que lhes são legados pelas memórias individuais e colectivas que seus utilizadores lhe conferem.

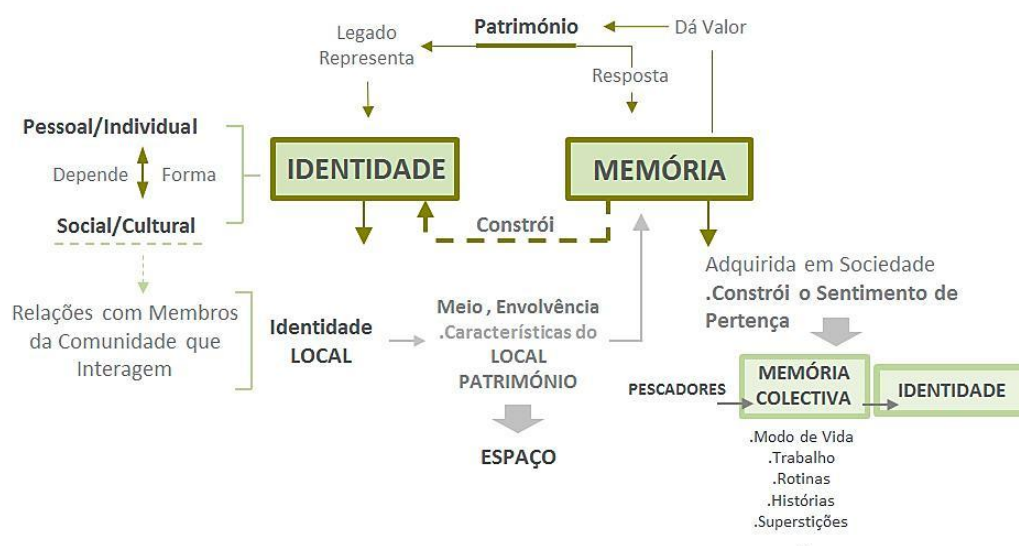


Fig. 7– Esquema-Resumo da Revisão Bibliográfica sobre Identidade e Memória

2.2. Casa de Pescadores

Partindo para a abordagem à Casa Portuguesa, torna-se essencial compreender o termo ‘tipologia’, uma vez que este tipo de habitação, à semelhança de outras, é por variadas vezes referida como tal. Assim, Quaroni define tipologia como o estudo dos vários tipos, “ (...) ao falar-se de arquitectura, é comum usar-se o termo ‘tipologia’ da construção para indicar o ‘tipo’ de construção. Esta noção é um claro erro já que ‘tipologia’ é precisamente o estudo dos diferentes tipos” (1980, p. 63). Uma revisão mais aprofundada sobre os conceitos associados ao termo ‘tipologia’ pode ser consultada no Anexo 4 da presente dissertação.

A única menção à arquitectura ligada à actividade piscatória existente nas Cartas e Convenções relativas ao Património e sua Salvaguarda, como o serão as casas de pescadores, é feita no Apelo de Granada sobre a Arquitectura Rural e o Ordenamento do Território, redigida pelo Conselho da Europa em Granada a 1977, no qual são reconhecidos os valores estéticos e o testemunho de uma sabedoria secular de todas as construções isoladas ou agrupadas que estejam ligadas às actividades agrícolas, pastoris, florestais e à pesca (1977 em Lopes & Correia, 2001, p. 190).

Não tem nenhum sentido falar-se numa ‘casa portuguesa’ em abstracto. Existem tantos modelos de casas quantas as identidades culturais locais, influenciadas pelos meios em que se integram. (...) É possível, na tradição da arquitectura popular, estabelecer três tipos de habitação: a urbana (...); a das zonas marítimas ligadas a actividades piscatórias; a rural. (Pacheco, 1985, p. 79 e 80)

Na sua obra “Portugal- Património Popular Cultural”, Helder Pacheco faz, mais uma vez, a utilização dos vocábulos “popular”, “rural” e “vernáculo”; relaciona a casa de pescadores com as actividades piscatórias, influenciada pelo meio em que se inserem e pela comunidade das quais são testemunho. Apesar da breve referência à casa das zonas marítimas ligadas à pesca, a restante obra é dedicada quase na sua totalidade à habitação da aldeia e pequenas vilas portuguesas, muito mais ligadas ao trabalho e função agrícola.

A casa de pescadores responde às necessidades que a faina exige: o secar e remendar das redes, o preparar dos iscos, o secar do peixe, o arranjo dos remos e das embarcações. É o local de descanso do árduo trabalho do pescador, de famílias numerosas e condições reduzidas.

Mário Moutinho apresenta na obra “A arquitectura popular Portuguesa” os vários tipos de casa que considera mais comuns e identificativas de cada região. Assim, na região do Minho, na qual se insere Caminha, não faz qualquer referência a casas de pescadores e suas características.

Sobre os povoamentos de pescadores, refere que nestes “as ruas são geralmente perpendiculares à praia” (Moutinho, 1979, p. 89).

Como principais exemplares da arquitectura piscatória, o autor faz alusão às Casas de Madeira da região Centro-Litoral e às casas de pescadores da região do Algarve.

Sobre as primeiras refere que se trata de casas de um só piso e planta rectangular, completamente construídas com recursos a tábuas de madeira e sobre estacaria, que por vezes pode ser também fechada para arrumações; possuem quartos, cozinha e uma varanda corrida através da qual se tem acesso à casa; cobertura é de duas águas e raramente possui chaminé.

Também dedicada a banhistas, quando assim sucede, há um aumento do número de quartos (Moutinho, 1979, p. 89).

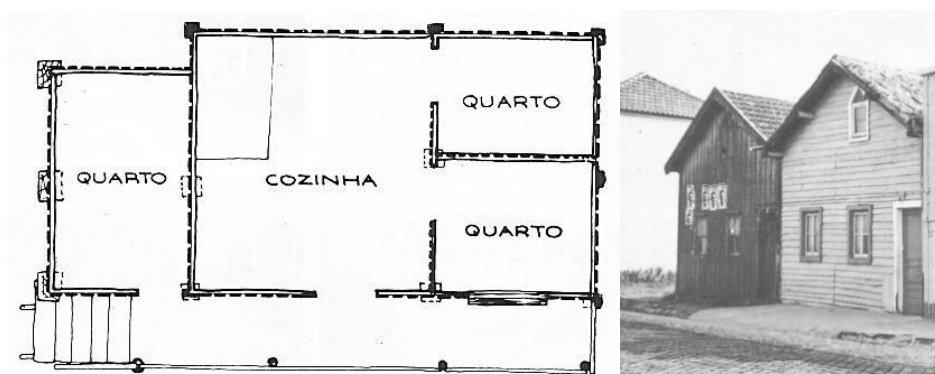


Fig. 8 e 9- Planta e Fotografias das Casas de Pescadores do Centro-Litoral

Já sobre as casas de pescadores da região do Algarve, estas são descritas como de um só piso, de planta rectangular e possuem açoteia que é acessível pelo interior da habitação ou por um pequeno pátio através de uma escada que pode estar coberta por um “pangaio” ou um “mirante”; as divisões são geralmente abobadadas e a cozinha situa-se nas traseiras da casa. Estas são construídas em alvenaria de pedra ou tijolo, apoiando-se a açoteia nas abóbodas das divisões e é contornada pelas “platibandas”; as paredes são brancas e o rodapé e as guarnições de portas e janelas coloridos (Moutinho, 1979, p. 141).

Neste caso, os povoadamentos de pescadores são “caracterizados pelos alinhamentos de “platibandas”, os quais escondem telhados de duas águas ou bordam as açoteias” (Moutinho, 1979, p. 414).

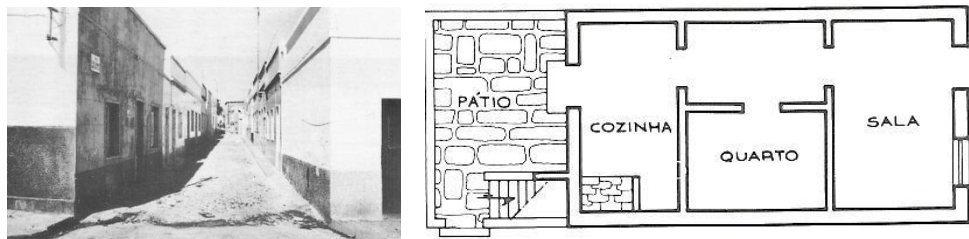


Fig. 10 e 11 – Fotografia e Planta das Casas de Pescadores do Algarve

Confirma-se a distribuição simples do interior das habitações, simplesmente por cumprimento de funções necessárias e às funções essenciais da vida dos pescadores: trabalho, descanso, refeição.

Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, na sua obra “Arquitectura Tradicional Portuguesa”, apesar de a abordarem sempre num passado não muito longínquo pelo seu desaparecimento, fazem uma documentação e descrição completa e pormenorizada da Casa de Pescadores da Póvoa do Varzim.

Inicialmente optam os autores por definir três tipos de casa principais no território nacional, são elas a “casa-bloco” nas suas vertentes térreas e de andar, a casa térrea e a casa urbana, associando as habitações piscatórias do norte à segunda condição: “em terras nortenhas são (...) térreas as casas dos aglomerados piscatórios ou dos bairros de pescadores em povoados litorâneos (...) alinhadas ao longo de compridos arruamentos” (Oliveira & Galhano, 1992, p. 20).

Já sobre a casa de pescadores da Póvoa de Varzim, apontam que estas eram “térreas, baixas e pequenas, com telhado de telha caleira portuguesa, de duas águas desiguais, sendo a (...) das traseiras a mais comprida” (Oliveira & Galhano, 1992, p. 240). Sobre estas referem ainda:

Representam certamente um dos elementos basilares da poderosa tradição local, eram, apesar de inteiramente ao serviço de gente muito prolífica e cuja profissão exclusiva implicava aparelhagem de vulto, de dimensões reduzidas e com acomodações precárias e inconvenientes. Com frequência, várias gerações da mesma família (...) habitavam sob o mesmo tecto, dormindo todas as pessoas na sala única. (Oliveira & Galhano, 1992, p. 247)

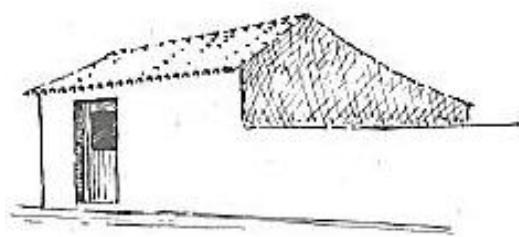


Fig. 12 – Gravura de uma Casa de Pescadores da Póvoa de Varzim

“Elas situavam-se do mesmo modo à face da rua, para onde mostravam uma fachada nua e pobre”, com uma porta de entrada, com uma janela, duas e a porta entre elas ou sem nenhuma, caiadas de branco e com os madeiramentos das janelas pintadas de vermelho ou cores mais vivas. (Oliveira & Galhano, 1992, p. 240)



Fig. 13, 14 e 15 – Fotografias de Casas de Pescadores da Póvoa de Varzim

Referem ainda que, com alguma frequência, o pavimento da casa ficava a um nível um pouco inferior ao da rua, pelo que nesses casos a fachada era extremamente baixa e, para entrarem, as pessoas tinham de se curvar e seguidamente descer uns pequenos degraus que prolongavam a soleira da porta que era “de uma só folha, (...) e na sua parte superior, abria-se um postigo largo com uma simples portada móvel sem vidros, que, quando não havia janela, era o único rasgo de iluminação à frente da casa” (Oliveira & Galhano, 1992, p. 241).

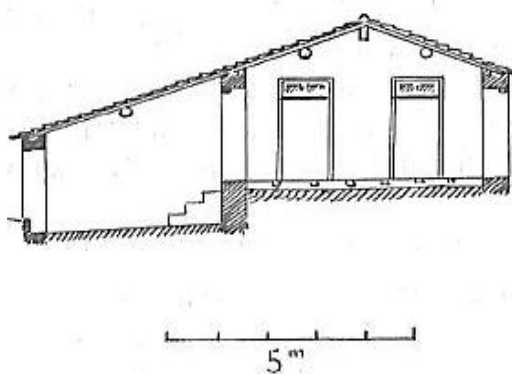
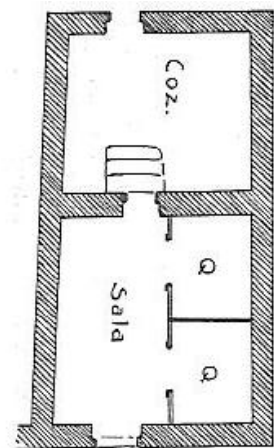


Fig. 16 e 17 – Planta e Corte de uma Casa de Pescadores da Póvoa de Varzim

Estas casas mediam cerca de 5 a 6 metros de frente, por 10 a 12 de fundo e a parede da frente pouco passava dos 2 metros de altura. Constavam apenas de duas divisões estruturais: a sala, à frente, abrindo directamente para a rua, e a cozinha, nas traseiras, tendo também como único rasgo exterior uma porta semelhante à da entrada, igualmente de postigo, que dava para o 'quintal'. (Oliveira & Galhano, 1992, p. 241)

As paredes eram de alvenaria de granito, com cerca de 60 cm de espessura, “grosseiramente rebocadas e caiadas”, a divisória entre a sala e a cozinha era muitas vezes um muro de pedra igual aos restantes ou então uma parede de tabique, revestido e caiado. O quintal era, por sua vez, uma faixa de terreno estreito e arenoso, todo rodeado de muro à largura da casa e estendia-se até à rua paralela àquela onde se situava a frente da casa. O chão da cozinha costumava ser de terra batida e o da sala em soalho; para “romper” a inclinação dos terrenos, entre a sala e a cozinha, por vezes existiam alguns degraus e nenhuma das divisões tinha tecto, as armações da cobertura estavam à vista (Oliveira & Galhano, 1992, p. 242).

O elemento mais característico e único destas casas seriam as “camaretas” e, por vezes, o “camarote” que ocupavam de um lado a outro a parede lateral da sala. Estas eram duas pequenas alcovas totalmente abertas “com a largura precisa para armar os bancos e colocar sobre eles as tábuas que, com o colchão e o travesseiro, cheio de palha solta, constituem a cama do Poveiro. No camarote do centro fechado guardava o Poveiro as suas roupas” e seus restantes apetrechos de pesca (Graça citado em Oliveira & Galhano, 1992, p. 242).

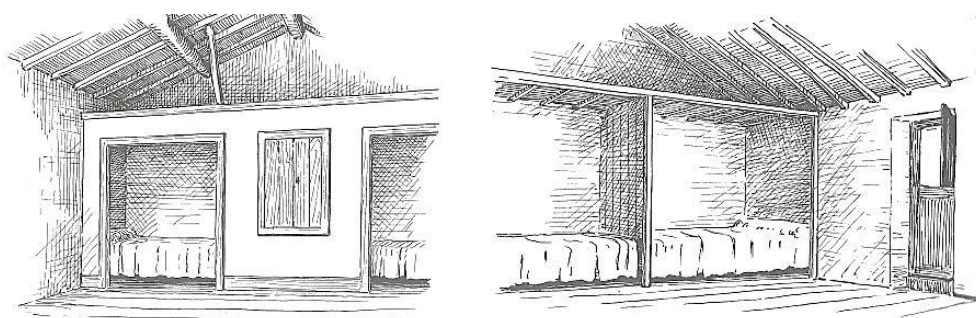


Fig. 18 e 19 – Gravuras das Camaretas de uma Casa de Pescadores da Póvoa de Varzim

Na cozinha, havia um forno e uma pequena lareira e por toda a casa eram comuns apetrechos e objectos que ajudavam nas lides do mar, assim como no quintal, onde frequentemente eram tratadas as redes, guardados os remos, mastros e outros (Oliveira & Galhano, 1992, p. 246-47).

Os autores situam no final do século anterior à sua obra o abandono do plano que vinham a descrever no que toca às casas de pescadores da Póvoa de Varzim, justificando-o com a necessidade de melhor se ajustarem às novas necessidades dos seus habitantes e às novas noções de condições e modos de vida.

A casa muda quando a classe rompe os seus quadros rígidos, escolhe profissões diversas, se diferencia economicamente em vários níveis, adopta princípios e modos de viver estranhos – quando, numa palavra, a força da tradição cede perante as considerações utilitárias e o nivelamento cultural do mundo moderno. (Oliveira e Galhano, 1992, p. 248)

Entre as principais alterações, os autores apresentam o facto das cores das fachadas terem sido alteradas para variadas tonalidades e até a utilização de azulejo para revesti-las; as “camaretas” evoluíram para quartos um pouco maiores, ainda que de dimensões muito reduzidas; a sala e os quartos agora possuem tecto, criando um “falso” que pode ser utilizado agora como uma simples desvão de arrumos, ou como uma pequena divisão mais.

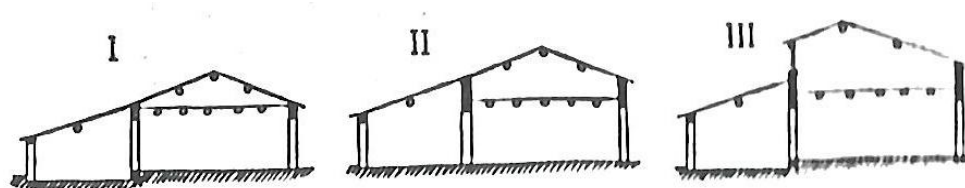


Fig. 20 Evolução em Corte da Casa de Pescadores da Póvoa de Varzim

Uma vez que a bibliografia específica de arquitectura piscatória era escassa ou insuficiente e focando o factor proximidade do caso de estudo, optou-se por rever algumas das obras dedicadas à arquitectura popular galega. Recorde-se que no caso da vila de Caminha, a proximidade a Galícia é muito superior do que à Póvoa de Varzim. Na margem contrária do rio Minho, encontra-se a localidade de La Guardia, igualmente com uma forte ligação às actividades piscatórias.

De entre alguns autores que abordaram a questão da arquitectura da casa piscatória, ou como em espanhol designam, “vivenda marinheira”, destacamos a obra de Pedro de Llano e Carlos Flores. Pedro de Llano dedica precisamente uma atenção às localidades de La Guardia e Baiona, igualmente próxima de Caminha.

A costa galega esteve ocupada até não há muitos anos por belas aldeias e vilas marinheiras que no seu momento concentraram uma

importante e rica parcela da nossa arquitectura popular. (Llano, 1983, p.29)

Considerando que a casa de pescadores conta com umas características próprias, perfeitamente diferenciadas, geradas pelo singular modo de vida dos seus utilizadores, Llano aborda que de maneira geral, esta edificação encontra-se situada “no interior de um compacto núcleo de edificações, e muitas vezes construída entre paredes medianeiras, conta com uma muito reduzida superfície, que dá lugar a uns condicionantes de grande importância para as suas divisões” (Llano, 1983, p. 33).

A casa propriamente dita, (...) conta pelo comum com uma sala frontal (...), uma cozinha de muito pequenas dimensões ocupada pela mesa de comer e mais por uma lareira de pequeno tamanho e considerável altura (...); um ou dois diminutos quartos interiores, nos quais apenas há mais espaço que o ocupado pelas camas e uma última dependência situada sob a cobertura, tão só presente em algumas situações, na qual se situa mais um quarto ou o armazém para as redes. (Llano, 1983, p. 33)

Apesar de todas estas características comuns, o autor refere que se torna impossível considerar apenas um modelo extensível a toda a costa galega, uma vez que cada localidade impõe os seus condicionantes.

À semelhança do que ocorre na vila de Caminha, as casas de La Guardia ou Baiona são inseridas pelo autor no grupo das vivendas marinheiras com paredes medianeiras (Llano, 1983, p. 85- 97).

Dando frente a alguma estreita rua ou caminho, conta a maioria das vezes (...) com estreitas fachadas de dimensões que oscilam entre os seis e sete metros (...). Através dessa fachada terá a vivenda em muitos casos a sua única possibilidade de ventilação e iluminação, uma vez que a fachada posterior desaparece com frequência, porque a densidade da concentração do núcleo faz com que as casas situadas entre das ruas se levantem unindo as suas costas numa medianeira. (Llano, 1983, p. 86)

No que toca às distribuições interiores, estas casas contam com variadas combinações, dependendo das suas dimensões finais e a quantidade de andares, que o autor refere variarem entre 2 a 3, destacando a utilização da planta inferior como arrumos e local de trabalho, podendo eventualmente contar com a cozinha neste local, os quartos e uma pequena sala no piso superior. Os materiais de construção variam com a localização do povoamento

em terras galegas, sendo que os do Sul, nos quais se inserem La Guardia e Baiona, costumam ser a pedra granítica.

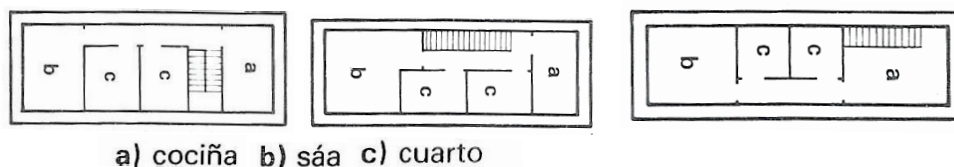


Fig. 21 – Distribuições das Casas Maríneas Galegas

A solução adoptada para a cobertura é normalmente a de “duas águas, com a cumeeira paralela à fachada, mas é necessário constatar a par destas a presença de coberturas de uma água, fundamentalmente utilizadas nas casas construídas semi-escavadas na ladeira, de duas águas com a cumeeira perpendicular à fachada e coberturas a três águas (...) nas quais a terceira água, de pequenas dimensões, cai sobre a fachada” (Llano, 1983, p. 89)

Com coberturas a duas ou três águas, variam entre rés-do-chão e primeiro andar ou dois andares. Em Baiona, abundam as distribuições elementares, compreendidas entre um nível térreo onde se situam um armazém, hoje transformados num quarto e cozinha, separados por uma escada que divide ora o andar de baixo nessas duas divisões, ora o andar de cima em dois pequenos quartos (Llano, 1983, p. 93-94).

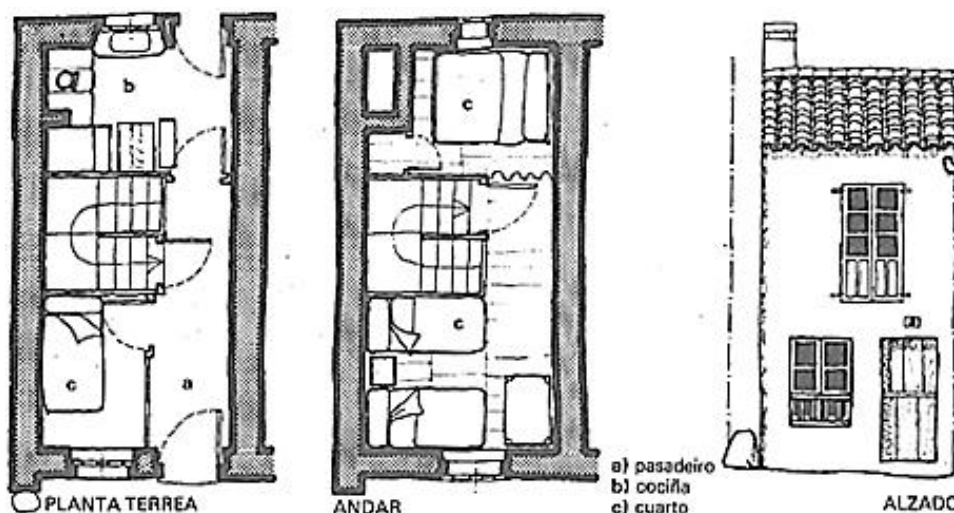


Fig. 22 – Plantas e Alçado da Casa Marín de Baiona

No caso de La Guardia, as casas são no seu geral medianeiras e são de muito reduzidas dimensões, sendo que ao nível térreo, esta é apenas dedicada a armazém dos utensílios de pesca e no superior uma cozinha virada ao mar

na maioria das vezes e um único quarto no qual dorme toda a família (Llano, 1983, p. 96-97).

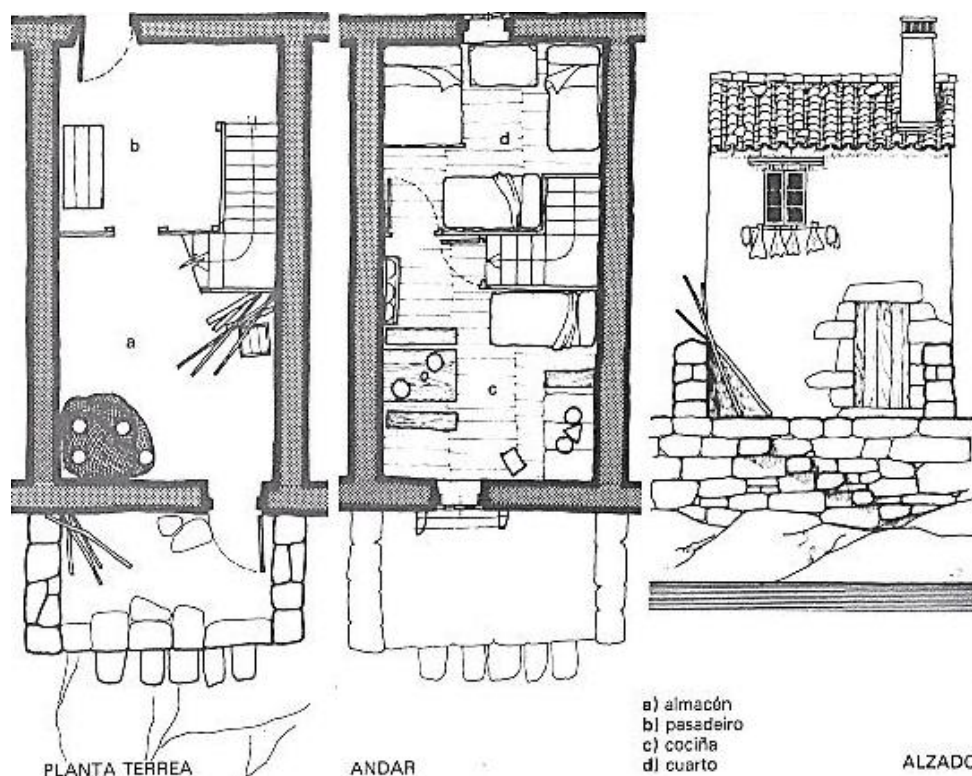


Fig. 23 – Plantas e Alçados da Casa Marinera de La Guardia

Por último, restaria apenas referir Carlos Flores, que na sua obra “Arquitectura Popular Espanhola” não faz qualquer descrição aprofundada das casas de pescadores da Galiza, mas apresenta no entanto esquemas muito interessantes (1973).

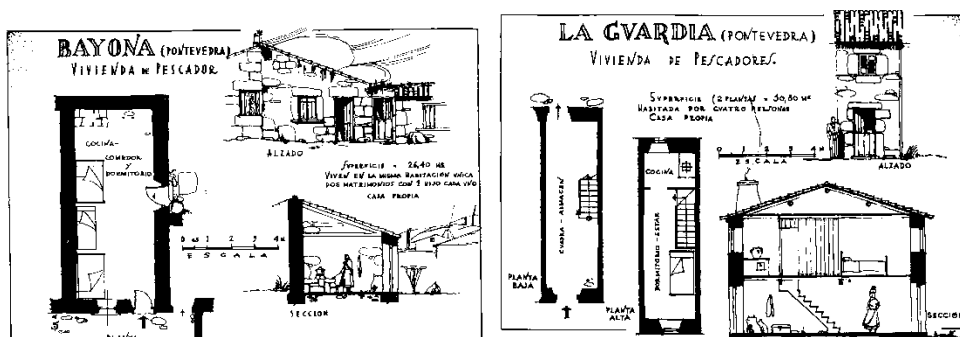


Fig. 24 e 25 – Desenhos das Casas Marineras de Baiona e La Guardia

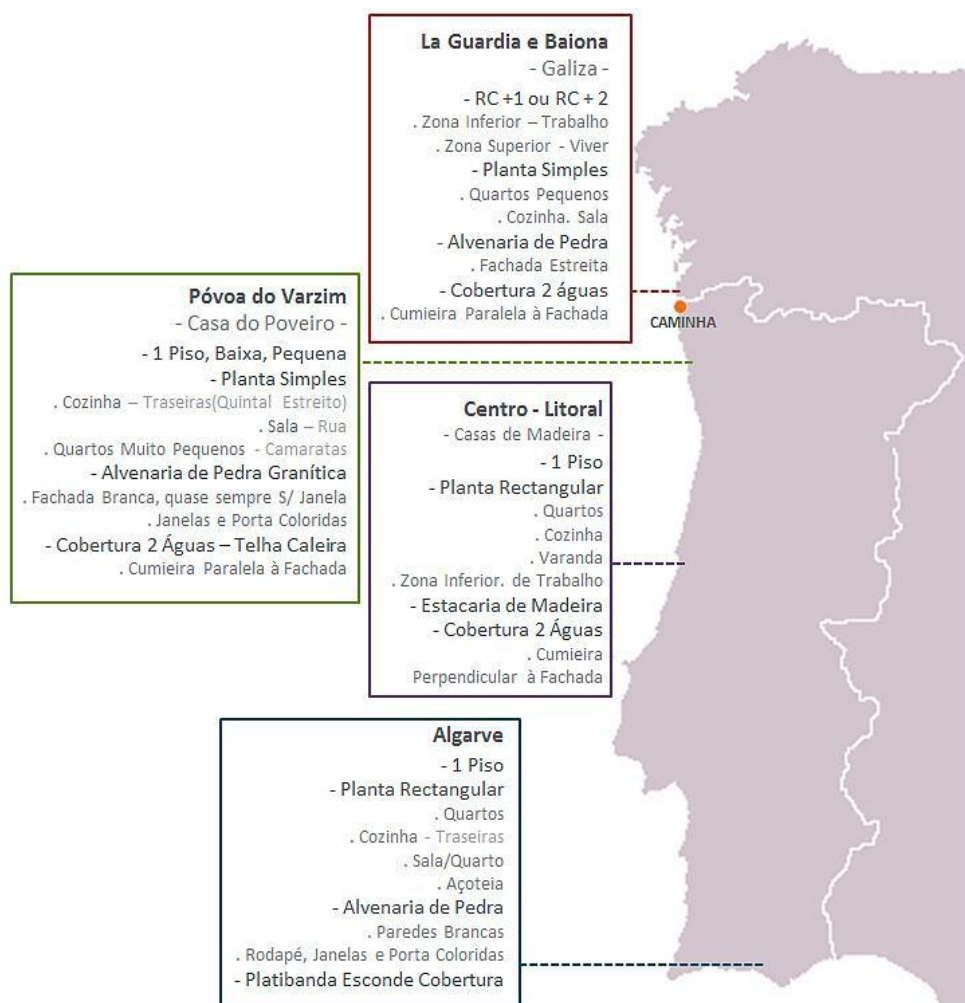


Fig. 26 – Esquema-Resumo da Revisão Bibliográfica sobre a Casa de Pescadores

Em geral, as casas de pescadores podem então ser interpretadas por edificações habitacionais nas quais todos os espaços visam servir as funções da vida do pescador. Alheias a conceitos como o conforto, a comodidade, a privacidade ou a estética, estas habitações respondem tão só e apenas às necessidades dos seus utilizadores.

Condicionadas pelas suas dimensões, estas acabam por ter distribuições elementares, lógicas e de aproveitamento dos espaços. As casas de pescadores são naturalmente escuras, com muito poucas aberturas para o exterior e com quintal ou logradouro ao qual se dá alguma importância pelo apoio que pode dar em algumas tarefas do pescador.

Estas são ainda construídas com materiais comuns e de baixo custo, através de técnicas construtivas fáceis e de pouco carácter vanguardista dado o carácter humilde e de necessidades económicas que o entorno familiar

sofre. No entanto, os revestimentos exteriores com cores garridas e vivas é uma característica destas comunidades.

Por serem construídas na maioria dos casos, em aglomerados densificados de habitações de pescadores, muitas vezes ao longo de ruas inteiras e partilhando paredes entre elas, a vida da família do pescador é muitas vezes feita virada ‘para a rua’, em comunidade, fortalecendo laços, partilhando valores e criando identidades.

Estas são ainda casas em constante evolução e mutação, respondendo a exigências recentes dos modos de vida e das demandas da sociedade actual, no entanto é necessário um extremo cuidado para que não se produza uma descaracterização e finalmente, o desaparecimento na totalidade deste património construído.

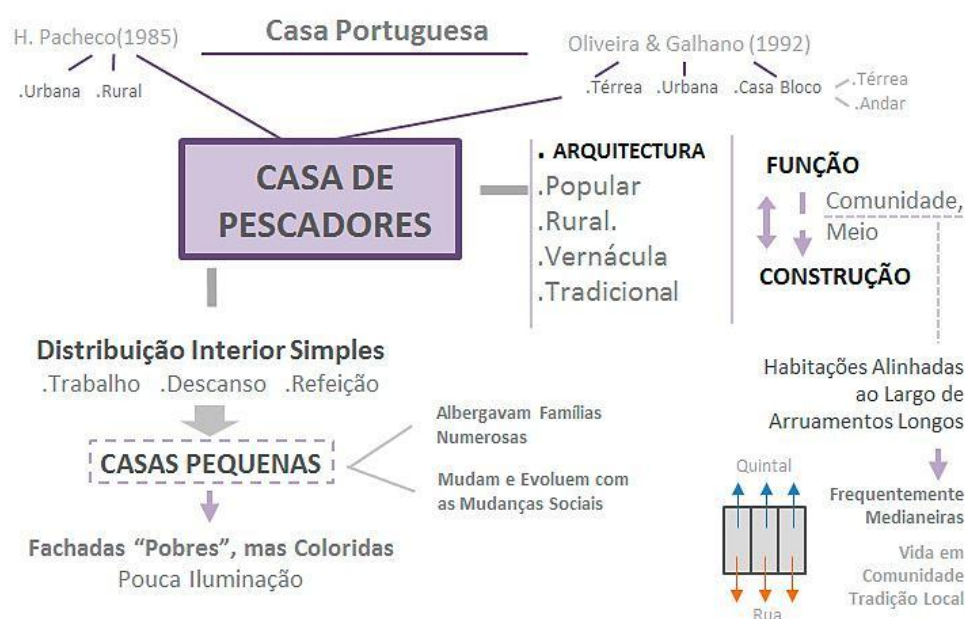


Fig. 27 – Esquema-Resumo da Revisão Bibliográfica sobre a Casa de Pescadores

2.3. Lote, Quarteirão, 'Chão' e 'Meio-Chão'

Todas as cidades são planeadas. Todo o acto de construir – seja uma cidade, um bairro ou uma casa - é o resultado de acções racionais, pensadas e planeadas por alguém ou por um conjunto de pessoas: toda a construção se faz para cumprir um determinado objectivo, sobre um determinado território sujeito a regras e a regimes de propriedade específicas, e fazendo uso de um determinado conjunto de materiais. (Teixeira & Valla, 1999, p. 13)

De uma forma geral, a evolução das cidades medievais portuguesas pode descrever-se em fases bem delimitadas: surgimento e fundação, com a construção da muralha medieval; crescimento populacional e transposição das barreiras iniciais; construção (na maioria dos casos) numa segunda linha de muralhas; nova fase de evolução populacional e espacial, crescendo então as cidades na sua forma urbana a níveis diferentes, de acordo com a sua demografia, actividade industrial e de comércio, redes de transportes, meios de comunicação, entre outros.

Teixeira e Valla, autores nos quais foi baseada esta abordagem aos elementos da evolução urbana medieval português, referem que é no período de definição das fronteiras da nação, especialmente a Norte, que é estruturada a rede urbana do país, ainda que em muitos casos tal seja feito a partir da consolidação da posição e estrutura de aglomerados já existentes então, sendo que estas iniciativas foram especialmente levadas a cabo nos reinados de D. Afonso III e D. Dinis. Apesar dos autores referirem povoações nortenhas como Valença, Caminha, Viana, Ponte de Lima, entre outras, como sendo portos marítimos e fluviais de importância da época, é certo que:

Exceptuadas Lisboa, Santarém e Coimbra, as outras povoações, com possível excepção de Ponte de Lima, não passariam de pequenas aldeias, provavelmente de pescadores, sem grande peso na população total do país. (Marques, 1980, citado por Teixeira & Valla, 1999, p. 22)

Por toda a Europa, as características destas fundações medievais eram em muitos elementos semelhantes, especialmente no que toca à criação dos seus planos regulares que asseguravam uma construção rápida e uma distribuição eficaz por parte dos colonos ou povoadores destacados pelas figuras régias. Geralmente, estas cidades eram pequenas, com mil a dois mil habitantes, com

uma estrutura regular, geométrica, muitas vezes ortogonal e rodeadas de uma muralha que, para além de as tornar defensáveis, ocupavam também as funções de barreiras, onde se cobravam portagens sobre os produtos entrados na cidade, marcando a diferença entre o recinto da cidade e o termo envolvente, bem como as obrigações, direitos e privilégios daqueles que habitavam o interior de seus muros. No entanto:

Dentro de cada cidade, a estrutura de loteamento era regular, sendo idênticas as dimensões de todos os lotes. Nas cartas de fundação eram por vezes, também definidas outras prescrições, como, por exemplo, a altura das casas ou a obrigatoriedade de cada colono construir a sua casa dentro de determinado período. (Teixeira & Valla, 1999, p. 25)

Conclui-se que elementos como o “lote” ou os “limites da cidade” eram de extrema importância. Esses elementos marcavam e estruturavam de tal forma as povoações que, alguns dos traços morfológicos se mantêm até aos dias de hoje. O lote, ou terreno, está indiscutivelmente ligado ao edifício construído e à sua implantação no terreno, sendo um caracterizador directo da forma urbana; dentro deste pode separar-se a zona edificada da não edificada (logradouro). O lote condiciona a forma dos quarteirões, que pode ser entendido como o “conjunto de casas próximas umas das outras”, formando um bloco entre si (Lamas, 2010, citado em Rodrigues, 2011, p. 37).

Aquelas que eram localidades de menor dimensão possuíam, em geral, “uma rua rectilínea que liga as duas portas extremas da muralha, (...) ou a porta principal e o castelo instalado no extremo oposto, mais facilmente defensável”; por sua vez, nas cidades de maior dimensão “a regularidade da malha é ainda mais nítida: as ruas são organizadas hierarquicamente, alternando as ruas principais e as ruas de traseiras, cruzadas por outras ruas secundárias que lhes são perpendiculares, formando um conjunto de quarteirões de perímetro regular e de dimensão idêntica, com uma estrutura de loteamento igualmente regular” (Teixeira & Valla, 1999, p. 26)

Todos os lotes tinham a mesma largura de frente, geralmente de 25 a 30 palmos. Correspondendo cada palmo a 22 centímetros, essas frentes tinham a dimensão de 5,5 a 6,6 metros. (Teixeira & Valla, 1999, p. 26)

Ainda sobre a muralha, os autores referem que esta era na maioria das vezes de forma arredondada ou oblonga por razões de eficácia na defesa da cidade, uma vez que as formas arredondadas de uma muralha ofereciam

melhores condições de defesa do que os ângulos vivos de uma quadrada ou rectangular, e por questões económicas também, já que uma muralha arredondada delimita uma área de povoamento maior do que qualquer outra forma, podendo prever no seu interior espaços livres para o futuro crescimento das povoações, que em alguns casos se transformaram, mais tarde, em praças (1999, p. 29).

Algo inegável do planeamento urbano dos séculos III ao século XIV é a regularidade do traçado, ou seja, “a existência de uma concepção de cidade que preexistia ao seu traçado no terreno”. Teixeira e Valla defendem que tal planeamento estava directamente relacionado com a ideia de poder, “o poder de planear e o poder de dispor dos recursos necessários para impor a concretização do modelo planeado” (1999, p. 27).

Os quarteirões são de forma rectangular, alongados, não existindo traçados em quadrícula. Cada quarteirão é composto por um número idêntico de lotes, com a mesma dimensão, dispostos paralelamente uns aos outros. Os lotes vão de rua a rua, com uma das frentes dando para uma rua principal – a frente urbana, onde se constrói a casa – a outra para uma rua de traseiras, para onde dá o muro do quintal ou alguma construção acessória. Verifica-se assim, no plano da cidade, uma alternância de ruas de frente e de traseira. As ruas dispõem-se fundamentalmente num sentido, alternando as ruas principais e as ruas de traseiras ou de serviço, com funções e dimensões distintas. Estas ruas são cruzadas por outras vias, que as cortam perpendicularmente. A natureza destas vias é diversa, de cidade para cidade (...). Não existem frentes de lote para estas ruas transversais; elas são definidas pelos topos dos quarteirões, isto é, pelos muros laterais dos lotes nos extremos do quarteirão.

Embora as dimensões das ruas, dos quarteirões e dos lotes variem de cidade para cidade, elas são constantes dentro de cada cidade: as dimensões das ruas principais e de traseiras são constantes, da mesma forma que são constantes a dimensão e o número de lotes de cada quarteirão e a dimensão dos lotes individuais. (Teixeira & Valla, 1999, p. 29-30)

A existência de um sistema de medidas e de regras de planeamento que estruturavam e regulavam a fundação da cidade vem ao encontro da “preocupação de medir” que se sente na sociedade do século XIII (Mattoso, 1993 citado por Teixeira & Valla, 1999, p. 30). Assim se justifica igualmente o aparecimento da moeda-padrão, das equivalências entre os vários sistemas de

medida, na difusão geral da escrita e das funções de notariado, que devem ter sido francamente tidas em conta em todo o processo de povoação. “D. Afonso III foi o grande impulsionador deste processo de racionalização, de que os funcionários régios e municipais eram os primeiros instrumentos e difusores” (Teixeira & Valla, 1999, p. 30).

È precisamente na dimensão do lote urbano, entre os 25 a 30 palmos, que se confirma a maior regularidade nas cidades da época.

É esta dimensão que está na origem das frentes de casas de três vãos – três portadas ou uma porta e duas janelas – características das cidades portuguesas. Encontramos ainda estas dimensões de frentes de lote no Porto nas novas urbanizações promovidas pelos Almada no final do século XVIII e ainda nas urbanizações privadas do século XIX. (Teixeira & Valla, 1999, p. 30)

Mas as muralhas medievais não suportariam por muito mais tempo o crescimento das populações portuguesas. O Reino português, se inicialmente teve problemas em ser edificado e povoado, passando por francos períodos de dificuldade que se reflectiam nas cidades ao longo do território, chegaria a uma época de abundância e apogeu com a aventura e expansão marítima.

Nos finais do século XV e ao longo do século XVI, a par com o desenvolvimento económico e o surgimento de “especulações teóricas” e intervenções de referência em outros territórios Europeus, em Portugal observa-se um amplo movimento de renovação urbanística, principalmente focado na “modernização da vida civil”. D Manuel I foi o grande impulsionador desta mudança e actualização, focando a sua preocupação especialmente em questões como a salubridade e a segurança da cidade e o entendimento dos espaços urbanos como espaços de vida, de expressões culturais e representações sociais (Teixeira & Valla, 1999, p. 83).

Eram várias as principais justificações para novas actuações nas cidades portuguesas da época, destacando o crescimento populacional e a necessidade da expansão da forma urbana, as novas necessidades de ordem sanitária e funcional, a reforma na administração pública associada à modernização do Poder Régio, exigindo novos espaços e edifícios (Teixeira & Valla, 1999, p. 84).

Ao nível da estrutura de quarteirão e da estrutura do loteamento observa-se a segmentação longitudinal dos quarteirões, isto é, cada um dos lotes urbanos passa a ter uma única frente virada para a rua,

contrariamente à situação anterior, medieval, em que cada lote tinha duas frentes, uma para uma rua principal, outra para uma rua secundária ou de traseiras. Esta é uma das transformações mais significativas da malha urbana então ocorridas e que corresponde ao abandono da estrutura de quarteirões medievais – quarteirões alongados constituídos por bandas de lotes estreitos com duas frentes – e a sua substituição por uma estrutura de quarteirões de proporções mais equilibradas, em que os lotes que os compõe ou se organizam costas-com-costas ou dão para as quatro ruas que definem o perímetro do quarteirão. (Teixeira & Valla, 1999, p. 87)

Para além da adaptação e mutação das antigas malhas interiores das muralhas medievais, as cidades cresciam para os terrenos próximos, em torno dos próprios muros da muralha, seguindo muitas vezes as estradas e caminhos para outras comunidades, os campos de cultivo, os rios e fontes próximas do núcleo ou em torno de praças ou terreiros exteriores à muralha que entretanto, e devido à total ocupação no interior desta, foram surgindo.

Esta expansão extramuros podia ser mais ou menos regulada e estruturada, mas “tal como em épocas anteriores, a quadrícula era adoptada porque se revelava a forma mais lógica e eficiente de urbanizar um novo território, facilitando as operações de divisão do solo, de aforamento, de infra-estruturação e construção”; esta quadrícula adoptada seguia a métrica antes utilizada e que se manteve e manteria até muito tarde em Portugal, o lote com a frente de 30 palmos (Teixeira & Valla, 1999, p. 87).

O exemplo apresentado pelos autores para estas novas e estruturadas expansões além muros é o do Bairro Alto da cidade de Lisboa.

Capital do Reino, Lisboa era a cidade mais populosa e consequentemente a que mais rapidamente evoluiu e cresceu; porto de mar em franca expansão e com um movimento inigualável na Europa devido à expansão marítima que aí atingia o seu apogeu de representação, Lisboa era terra de mareantes, de navegadores e de pescadores.

Inicialmente, os terrenos dedicados à construção e edificação do Bairro Alto foram precisamente dedicados ao alojamento desta comunidade, sendo posteriormente os terrenos adquiridos por famílias de comerciantes e burgueses.

Tomada como exemplo a seguir no restante território, a expansão da cidade de Lisboa para o Bairro Alto, era feita através da métrica dos 30 palmos

e de um conceito que se viria a tornar essencial para o urbanismo português e para a habitação em geral, ainda que muito pouco abordado e discutido, os conceitos de “chão” e “meio-chão”.

(...) verifica-se a adopção sistemática da tradicional dimensão de 30 palmos de frente nos lotes urbanos do Bairro Alto, dimensão que encontramos já nos loteamentos medievais de muitas cidades. (...) Lotes mais estreitos correspondiam geralmente a meio chão, enquanto edifícios de maior dimensão correspondiam a múltiplos desta unidade. (Teixeira & Valla, 1999, p.93)

A norte do país, são também documentadas vendas de meio-chão. No Arquivo Distrital do Porto, existe um documento que, apesar de difícil leitura e interpretação, se refere à venda de meio-chão.

O documento, de 1412 é intitulado precisamente de “Carta de venda de um meio chão a par dum forno junto da pedra escorregadia, em Miragaia”.

A par com estas alterações na malha da cidade e tendo em conta que surgiam em Portugal Engenheiros Militares e alguns arquitectos, projectaram-se e levaram-se a cabo a edificação de algumas extensões de muralhas, uma vez que se tornava ainda necessário a defesa das cidades renascentistas portuguesas, especialmente as das fronteiras com o reino vizinho espanhol com quem Portugal mantinha alguns conflitos.

Dentro destas novas muralhas eram inseridos arrabaldes do núcleo primário, deixando de fora apenas comunidades de pescadores e agricultores mais pobres e com edificações menos regulares (Teixeira & Valla, 1999).

Além destas muralhas novas, surgem nas cidades novas edificações, como Igrejas, Misericórdias, casas de Câmara, entre outras; as praças renovam-se e as vias de comunicação são melhoradas, em parte para responder a demandas comerciais; em cidades com portos de mar ou fluviais, estes são revistos e melhorados e aposta-se na construção de fontes e outros elementos urbanos de menor escala.

As medidas urbanas ao longo do período medieval e renascentista português, em especial a questão do loteamento e do quarteirão, em muito influenciaram as edificações urbanas, reflectindo-se ainda hoje na sua forma e distribuição dentro das actuais localidades. Assim, são parte essencial para se estudar e conhecer o património habitacional, seja este de que tipo for.

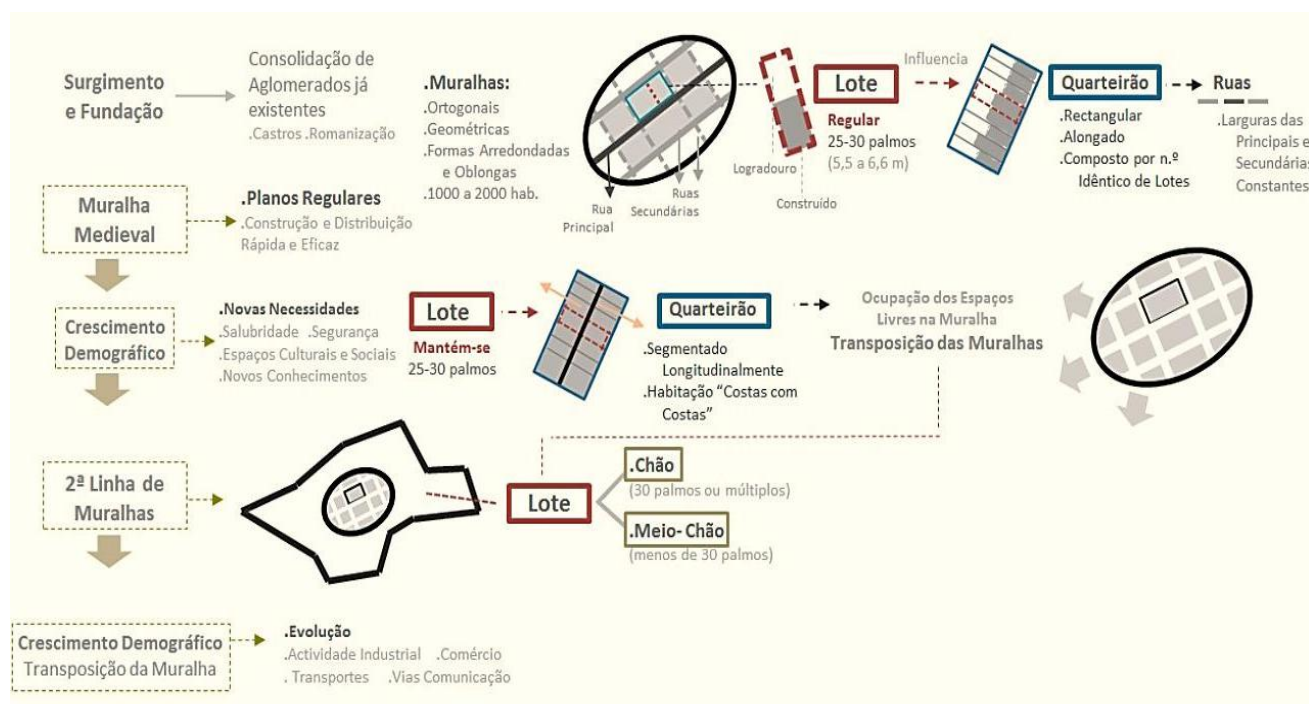


Fig. 28 – Esquema-Resumo da Revisão Bibliográfica sobre Conceitos de Evolução Urbana Medieval



3. Análise da Vila de Caminha



ou aceda : www.ruasdecaminha.pt

3.1. Contextualização Histórica

Se desde sempre a ocupação humana em aglomerados populacionais deu especial importância à proximidade a recursos naturais, localização geográfica estratégica e aptidão dos terrenos, o concelho de Caminha cedo potenciou que tal acontecesse.

Este facto é comprovado pelo variadíssimo espólio arqueológico da zona que situa os primeiros povoamentos Caminhenses desde a Pré-História, com vários níveis de ocupação que remontam à Idade do Bronze Final; de especial atenção a Cividade de Âncora e o Castro do Coto da Pena que terá sido por sua vez o verdadeiro núcleo primário de ocupação da vila de Caminha.

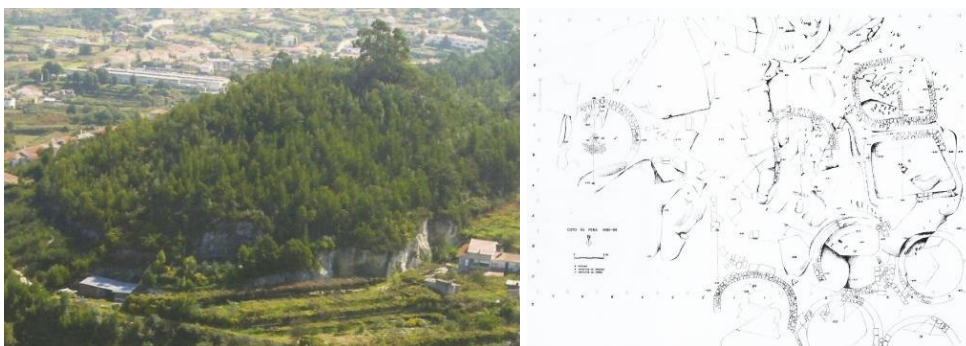


Fig. 29 – Localização e Levantamento do Castro do Coto da Pena, núcleo de surgimento de Caminha

A ocupação do Coto da Pena é documentada desde o século VIII a.C. até ao século XII d.C., tendo sido um povoamento de enorme importância e visibilidade, situado numa localização estratégica de controlo da foz do Rio Minho e da desembocadura do Rio Coura (NMCHC, 2008, p. 22).

De referir que este controle da foz do Rio Minho era feito a par com o Castro de Santa Tecla, na vizinha localidade galega de La Guardia, sendo que entre as duas margens do rio se terão mantido relações importantes, em parte dedicadas a trocas de bens. Em ambos os castros foram encontrados inúmeros elementos relacionados com a arte piscatória, anzóis e pesos de rede, que nos revela que já então a pesca no Rio Minho era uma das actividades de subsistência (Alves, 1985, p. 83).

Ainda nas recolhas arqueológicas, especialmente as levadas a cabo por Armando Coelho Ferreira da Silva, autor da obra “A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal”, foram detectadas cerâmicas itálicas da campanha de Decimus Junius Brutus, correspondendo a uma presença romana que terá levado a uma primeira fase de abandono do Castro para planícies mais baixas.

O abandono definitivo do Castro do Coto da Pena ter-se-á dado durante o século V, na sequência de um incêndio generalizada e documentado ao qual as invasões germânicas não serão alheias (1986, p. 38).

Atestando esta presença romana, Estrabão na sua obra “Geografia”, apelidava Caminha de “Benis”, assim como Plínio, o Antigo no seu livro 25 da “Naturalis Historia” o fazia de “Oppidum Minium”(Santos, 1979, p. 163). Vários autores referem ainda o papel de Caminha como uma “mansio”, ou uma estação de muda, por esta se situar a meio caminho entre Braga e Lugo, cidades de fortíssimo domínio e influência romana; esta teoria é reforçada ainda pelo Itinerário Antonino que além da via interior romana de Braga a Lugo, cita uma outra, a “*per loca marítima*” que, coincidindo com a via principal até Límia (Ponte de Lima), daí derivava directa à actual vila de Caminha, (...) chamada de Aquis Celenis ou Aquis Benis” (Brito, 1984, p.108). Jorge Alarcão, na sua obra “Portugal Romano” aponta esta via no seu mapa das vias romanas (1973, p. 94).

A partir das invasões germânicas, as populações deverão ter-se fixado na planície, ocupando a área que hoje é Vilarelho, margem do rio Coura, no entanto pequenas ocupações terão sido mantidas nas edificações do Castro até próximo do século XII. Segundo vários autores, entre eles os cronistas Caminhenses, destacando o autor anónimo do Manuscrito da BPMP de 1739, a “Descrição da Villa de Caminha”, este terá sido precisamente o foco de surgimento de população da vila, no local designado de Fonte da Vila, em Vilarelho. É ainda neste local, que se situou durante muito tempo e até à construção da Igreja Matriz já no burgo medieval da vila, a Igreja que servia toda a população, vulgarmente chamada ao longo dos tempos e até à actualidade de Igreja Velha (Santos, 1979, Alves, 1985, Bento, 2009).

No Paroquial Suevo do século VI, o primeiro documento que há registo em que é feita referência a esta localidade e no qual são identificadas as composições e limites de todas as dioceses do reino suevo, “fala-se de Camenae ou Camina” e é referido e descrito o agregado ou “Collatione de Sancta Mariae de Camina” (Santos, 1979, p. 163).

Em 711, os povos Árabes invadem a Península Ibérica e, encontrando pouca resistência, rapidamente controlam e dominam grande parte do território, incluindo terras Caminhenses. Com a violência de então, muitos foram os castros revitalizados e reabitados, do qual não deve de ter sido excepção o Castro do Coto da Pena. (Brito, 1984, p. 115)

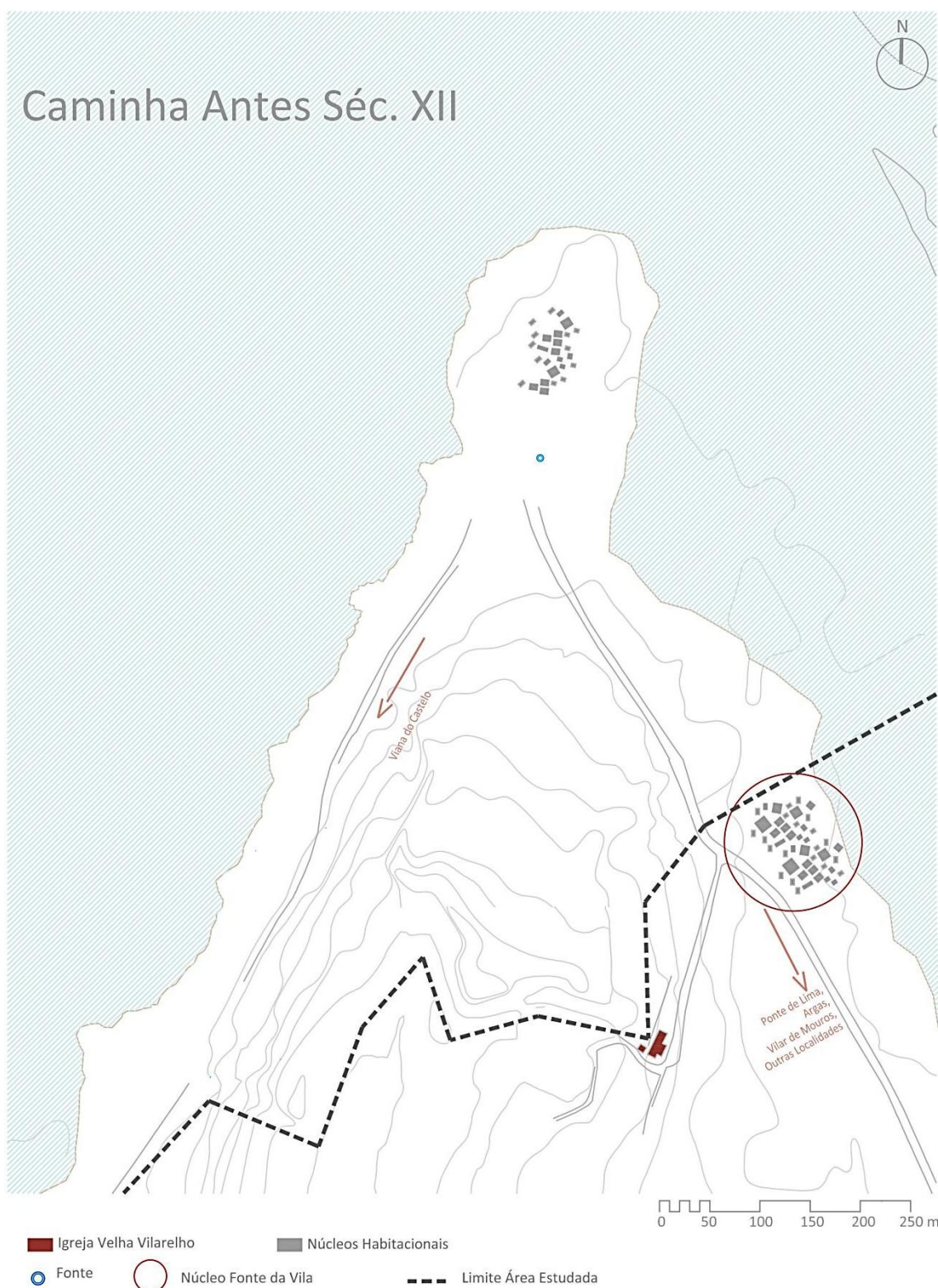


Fig. 30 – Surgimento dos primeiros Núcleos Habitacionais de Caminha

Desde 729 até 997, dá-se o período de vaivém da Reconquista cristã e é então, em 950 que, segundo reza a lenda popular, o fidalgo galego Caminio, senhor da Casa de Caminho, reedifica ou funda a localidade de Caminha, doando-lhe o seu próprio nome (Santos, 1979, p. 164). Sobre este fidalgo Caminio, escreve-nos o autor do Manuscrito da BPMP, “Descrição da Villa de Caminha”.

É durante este movimento de reconquista que surge o relato do geógrafo Árabe Muhammad Al-Idrisi ou simplesmente Edrisi (1100 – 1171 aproximadamente) no qual descreve o rio Coura e a foz do “Nahr-Mino” (Minho), atentando que “no meio deste rio existe um castelo na ilha que está a meio do rio e é uma perfeita fortificação, outro castelo está sobre o topo do monte e cuja altura não é demasiada e este se chama castelo Albraca” (citado em Brito, 1984, p. 117).

Este castelo de Abraca poderá ser uma corrupção do termo “Urraca”, situado na freguesia de Vilarelho, lugar que ainda hoje assim se denomina. Desta fortificação, temos ainda referência em 1258, nas “Inquisitiones” Afonsinas, no entanto na altura, os inquiridores referem-se a ele no passado, já não existindo na altura (Alves, 1285, p. 89 e Santos, 1979, p. 163). O outro castelo que é referido, numa ilha no meio do rio, seria uma estrutura no local onde provavelmente seria fundada a vila de Caminha no século XIII, lembrando que então, as águas do Minho, caudalosas, aparentavam aos terrenos caminhenses a forma de uma ilha ou península.

Caminha tinha a configuração de uma península triangular, passando o rio Coura pela rua de S. João (Rua do Vau), sendo o Terreiro um campo-junqueira pelo qual se ligava a parte fortificada à terra firme. Esta pequena península era pois limitada pelos rios Minho e Coura. (Santos, 1979, p. 189)

Atentos a estas referências, vários são os autores que defendem que Caminha terá tido uma linha de muralhas inicial de origem romana, sendo que as da época medieval são apenas uma revitalização das mesmas; para tal, apoiam-se no formato das muralhas e nos relatos, ainda que fracos, da pré-existência de uma fortaleza. Entre estes autores destacam-se Pinho Leal, Vilhena Barbosa, João M.F. Santos, Américo Costa, Serra de Carvalho, entre outros. O próprio boletim dos Monumentos Nacionais atribui as primeiras muralhas de Caminha aos romanos. Por outro lado o Padre António Carvalho da Costa, Lourenço Alves, Maria Alfreda Cruz e Luís Figueiredo da Guerra defendem vivamente as primeiras muralhas de Caminha como sendo medievais.

Caminha é, no século XIII, terra próspera e em franco crescimento. “Nos nossos mercados intensificam-se as trocas de produtos.

Vinho, mercadorias diversas e produtos artesanais, tais como a “banqueta de Caminha” (pano de linho branco, liso ou lavrado que ainda hoje é conhecido nas aldeias serranas das Argas), são enviados para a Flandres, França e Inglaterra. De lá trazem-se utensílios de lavoura e armas de guerra” (Santos, 1979, p. 166).

Alberto Sampaio, na sua publicação “As Póvoas Marítimas”, atribuíu à fundação e crescimento de Caminha uma forte responsabilidade à sua ligação com a construção naval, sendo que tal actividade se manteve até ao último século (Cruz, 1988, p.14-15).

O Rei D. Afonso III em muito se interessa pela vila de Caminha, principalmente pela sua localização estratégica em relação à vizinha Castela e pelo movimento do pequeno porto da vila.

Ordena a construção ou reconstrução das suas muralhas e transforma Caminha num “couto de homens mareantes”, tendo D. Dinis confirmado este couto (Alves, 1985 e Santos, 1979, p. 167).

Sobre esta altura, refere-nos o Padre Gonçalo Rocha de Moraes no seu Manuscrito “Grandezas da Villa de Caminha” de 1722 (BN) que “(...) querendo povoá-la de mais e melhor gente, a fizeram couto também para homens de toda a qualidade, acudiu a habitar nela muita gente, de sorte que, em poucos tempos, se achou povoada de muitos escudeiros (...)”.

Com o reinado de D. Dinis, surge um grande impulso no desenvolvimento de Caminha. O monarca mostra-se um grande amigo da nossa terra. Aumenta a vila e o seu termo, trocando casais seus, por outros de vários senhores, para fundar o concelho de Caminha, o que acontece em 1284. Acaba a reconstrução das muralhas, já iniciada por D. Afonso III. A 24 de Julho de 1284, passa a primeira carta de foral da nossa vila, com os mesmos privilégios que os da vila de Valença. (Santos, 1979, p. 167)

Após o Foral de 1284 ter sido atribuído, com especiais privilégios para os habitantes, comerciantes e pescadores da vila, estes últimos que ficavam isentos de pagar o “nabão”, ou o imposto sobre o pescado, Caminha viveu períodos de franco desenvolvimento.



Fig. 31 – Foral de D. Dinis concedido a Caminha

À época da atribuição do Foral a Caminha, as muralhas da vila já deveriam estar terminadas e a ser habitadas. Segundo as crónicas do Padre Rocha de Moraes, estas já o deveriam estar desde o ano 1260, data que surgia numa pedra existente nas Portas do Sol, na Torre da Piedade.

A muralha mandada fazer ou reconstruir por D. Afonso III, envolvia a primitiva vila delimitada pelos Rios Minho e Coura e a sul por uma junqueira que a ligava a terra firme e à Rua da Misericórdia, onde existia uma colónia de pescadores. O rio Coura estendia-se nessa altura pela actual Rua de S. João, por onde se passava a vau, na vazante da maré, vindo daí o primitivo nome desta rua, Rua do Vau. (Santos, 1979, p. 190-191)

A muralha, construída sem ameias, exceptuando duas torres que as tinham, possuía um total de treze torres, três maiores e mais importantes, com portas de saída da vila e dez outras torres pequenas, rasas com o muro (Santos, 1979, Alves, 1985, Leal, 1874, Costa, 1706).

A mais importante de todas as portas era a que actualmente se designa como Torre do Relógio, antigas Portas de Viana. Esta, que ainda hoje se conserva com grande parte das características do seu surgimento; era a entrada principal para a vila, coincidente com a rua mais importante, a de Meyos. Era também coincidente com a saída para Viana, fazendo a ligação a esta localidade seguindo através do arrabalde da Rua da Misericórdia que deverá ter existido desde o século XIII (NMCHC, 2008, p.54).

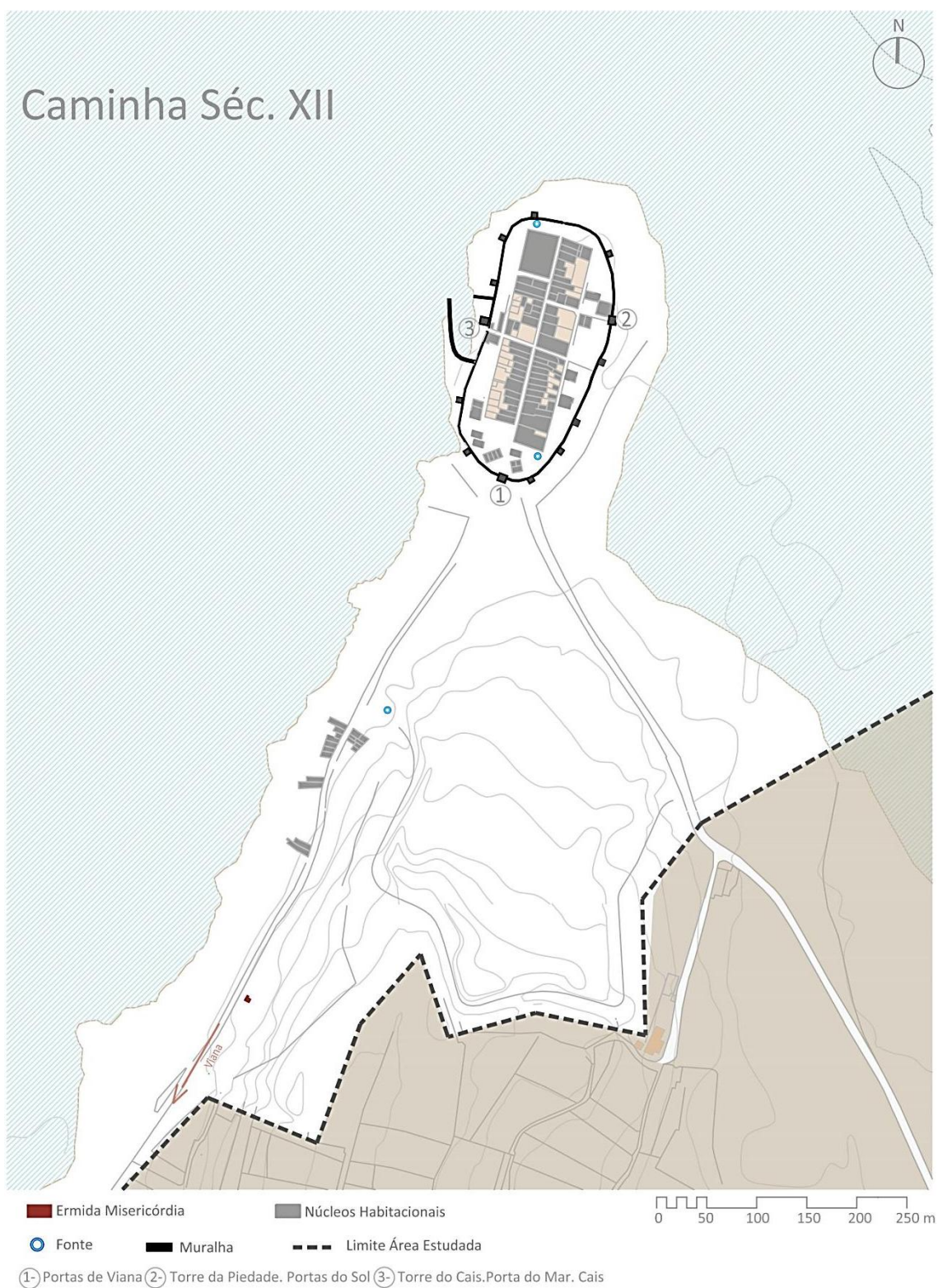


Fig. 32 – Primeira Muralha e Burgo Caminhense

A Torre da Piedade, sob a qual se encontravam as portas do Sol, contendo uma pequena capela com culto a Nossa Senhora da Piedade, situava-se no término da actual travessa de S. João. Esta pequena capela, serviu a par com a Igreja Velha de Vilarelho, para os serviços religiosos do povo de Caminha. Além desta capela, faz-nos referência o Pe. Rocha de Moraes no seu manuscrito de 1722, a torre possuía uma pequena imagem de Santo António, à qual era destinada uma irmandade de moças donzelas; por ser uma imagem escondida e remota, de pouca devoção, esta Porta é também por vezes chamada de Porta de ‘Santo António o Esquecido’.

Por último, a Torre do Cais, do lado poente da fortificação e virada ao rio Minho, assim designada por ficar virada ao antigo e primitivo cais de pedra da vila. Sobre esta torre ficavam as Portas do Mar. Por ter sido edificado nas suas proximidades, mais tarde, o Palácio do Marquês de Vila Real, Duques de Caminha, estas ficaram ainda conhecidas como Torre e Portas do Marquês, da qual alguns autores referem ainda restar o arco.

Pela Porta do Marquês, descia-se para o rio por um cais. Junto deste cais ancoravam as embarcações, fazendo-se nele muito comércio. (Santos, 1979, p. 193)



Fig. 33 – Porta do Marquês

A totalidade da designação e descrição das Torres da Muralha Medieval de Caminha segue no Anexo 3 da presente Dissertação.

Com um perímetro de 1200 m, esta fortificação de forma ovalada encerrava o espaço urbano caminhense, dividido por três ruas paralelas no seu eixo maior e três no menor, dividindo a área urbana em lotes rectangulares, cujas fachadas ficavam voltadas para as ruas principais e os

logradouros para as ruas de traseira, tal como defendiam os autores Teixeira e Valla (1999).

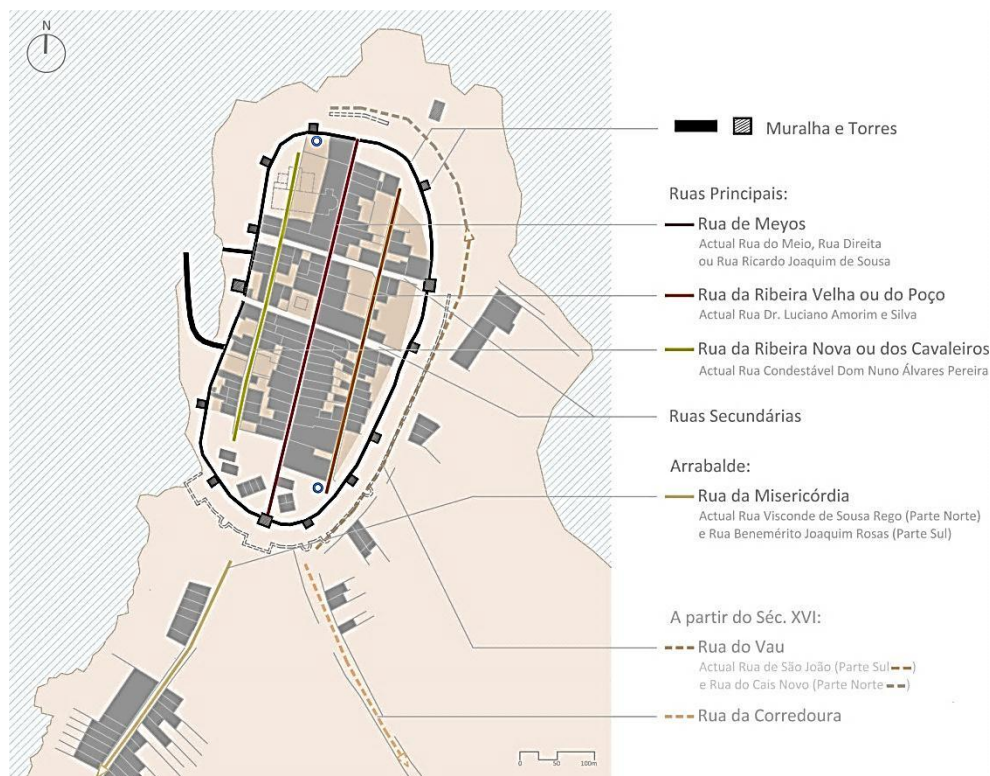


Fig. 34 – Ruas de Caminha

A Rua de Meyos, ainda vulgarmente conhecida por Rua do Meio ou Rua Direita, era a principal rua do burgo. Eixo orientador, que praticamente dividia o burgo caminhense, esta era rua de mercadores e repleta de habitações. Nela se situava a antiga Casa de Câmara e, provavelmente, a pequena praça onde se poderia realizar o mercado.

Paralela a esta, mas no lado onde na altura corria o rio Coura, surgia a Rua da Ribeira Velha ou do Poço, assim chamada por no seu enfiamento se situar um dos poços de abastecimento à vila, que aparece representado no Desenho da Planimétrica de Caminha de Duarte d'Armas.

Para o lado do rio Minho e do cais, e igualmente paralela a estas duas ruas anteriores, surgia a Rua da Ribeira Nova ou Rua dos Cavaleiros, por aí habitarem muitos combatentes em África; esta seria também a morada de vários pescadores, artesãos e mercadores mais pobres.

Circundante à zona da muralha, existiam terrenos pantanosos de junqueira e areal, onde, certamente, muitas vezes os pescadores remendavam as redes, e no local onde hoje é o Terreiro. (Santos, 1979, p. 192)

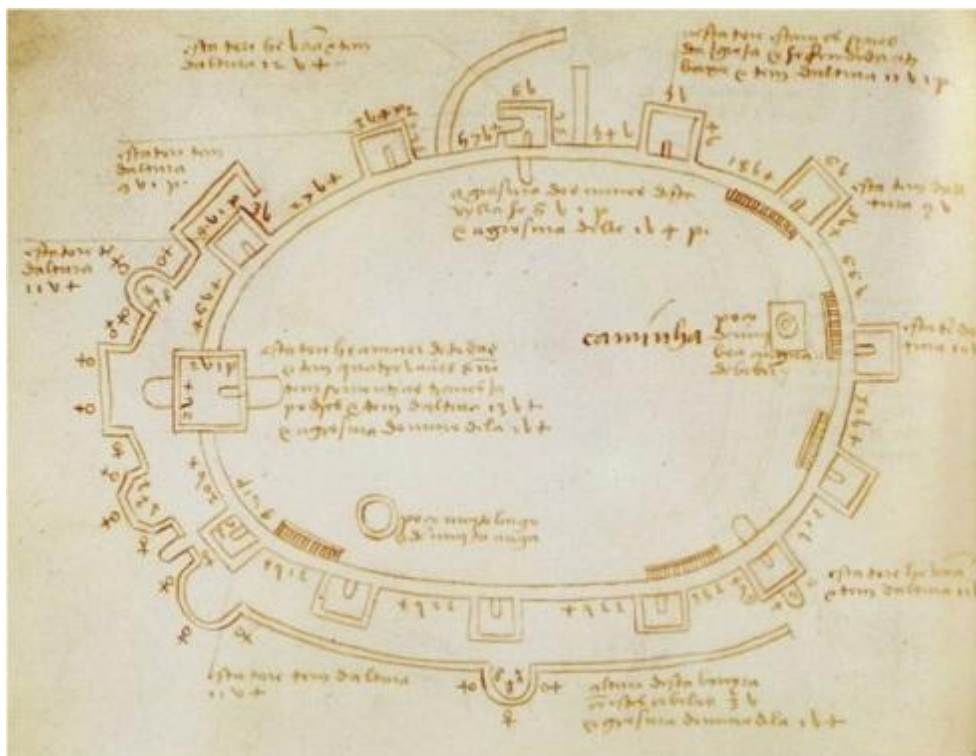


Fig. 35 – Planimétrica de Caminha por Duarte d'Armas

Ponto comum entre todos os autores e, especialmente, entre os cronistas consultados, Bento Barbosa e Caldas (1739), Pe. Gonçalo da Rocha de Moraes (1722) e o autor anónimo do Manuscrito de 1739, “ Descrição da Villa de Caminha”, é a existência desde muito cedo e a par com o desenvolvimento da muralha Caminhense da Rua da Misericórdia, “onde habitava a maior parte dos pescadores” (Santos, 1979, p. 195).

Sobre este núcleo de Pescadores fora de portas, referem João Silva Santos e Maria Alfreda Cruz que terá sempre existido pela criação, aquando da atribuição do foral por D. Dinis, de uma póvoa marítima fora de portas.

Situada na confluência de dois rios importantes e na mais estreita proximidade do mar, o interesse dos habitantes pelas pescarias é certamente muito remoto, embora seja somente com D. Dinis que se cria uma *póvoa* marítima, à semelhança do que aconteceu em muitos outros locais da costa. Deve ter contribuído para o facto a dificuldade de abrir, durante a noite, a porta da muralha para o cais, para a saída

dos pescadores, pondo em perigo a defesa da praça forte; mas o testemunho do foral não permite ignorar a importância anteriormente adquirida pela pesca e pelo modo de vida derivado dela. (Cruz, 1988, p. 15)

Após a criação e fundação da vila com suas muralhas, em pleno século XIV, o movimento do porto de Caminha começa a ser escasso e a diminuir em questões de trocas comerciais, reflectindo-se nas condições da população e no decrescer do número de habitantes.

Preocupados com esta situação, os habitantes de Caminha requerem ao Rei que este torne o Porto de Caminha em Porto Franco, para que todo mareante e navegador que nele entre não tenha que pagar impostos e dízimas.

D. João I, em 1392, mandou estabelecer na foz do rio Minho dito Porto Franco, por carta régia de 21 de Abril do mesmo ano, presente no ANTT. O movimento no porto aumenta, no entanto, a vila vê-se despovoada.

Os reis D. João I e D. João II, atendendo aos pedidos constantes da população Caminhense, vão levar a cabo uma série de acções para o repovoamento da vila.

Desde o “Privilégio dos Cem Homens”, concedido a 100 marinheiros, pescadores e outra gente marítima que optassem por habitar Caminha a 9 de Novembro de 1401; a abolição do imposto do pescado em Dezembro de 1439 e a criação, a 1444, de um Couto de Homiziados para “40 homens criminosos, sendo pescadores viessem viver à dita vila” (Alves, 1985, p. 95) sem risco de serem presos ou condenados, a população crescia, timidamente.

Em 1490, 1497 e 1525, foram esses privilégios de Couto de Homiziados confirmados e ampliados em números de criminosos a poderem habitar Caminha (Alves, 1985, Santos, 1979).

Durante o século XV, a população cresce, principalmente dentro de muralhas, projectando-se ligeiramente para fora destas, ainda que sem grande expressão.

Pelos desenhos de Duarte D’Armas, de 1513, podemos claramente verificar algum crescimento extramuros, mas este seria apenas de alguns artesãos e pescadores.

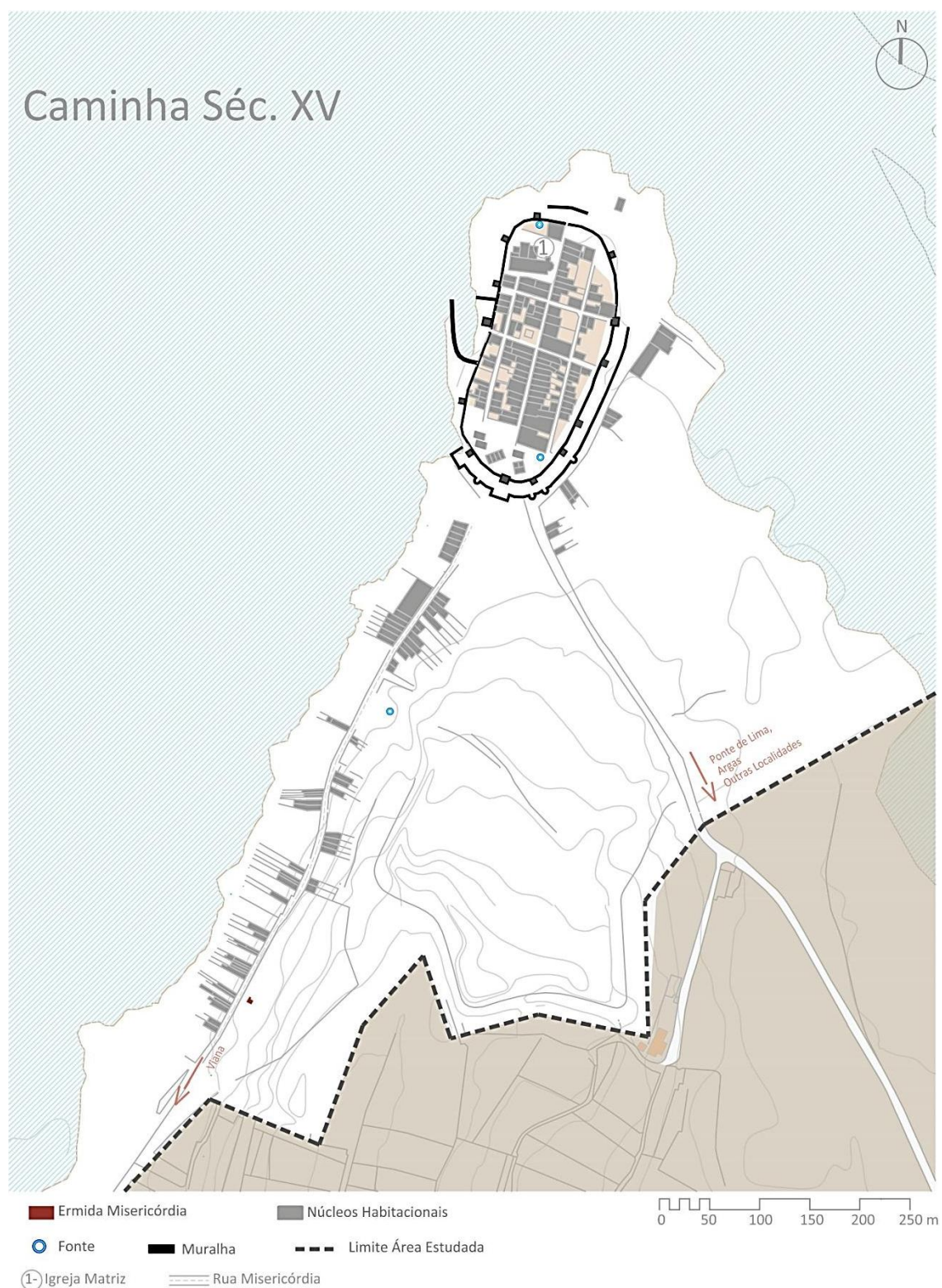


Fig. 36 – Situação de Caminha no Séc. XV

No entanto, verifica-se ainda a existência do Cais, a presença de um pequeno estaleiro Naval na desembocadura do Coura, a barca da passagem para a margem da freguesia vizinha de Seixas e o movimento de barcos ao longo do rio Minho. De especial importância, a presença da construção da barbacã que deveria rodear a muralha, mas que não terá sido terminada pela projecção da habitação para fora desta, bem como a Matriz, que deveria ter sido terminada recentemente.

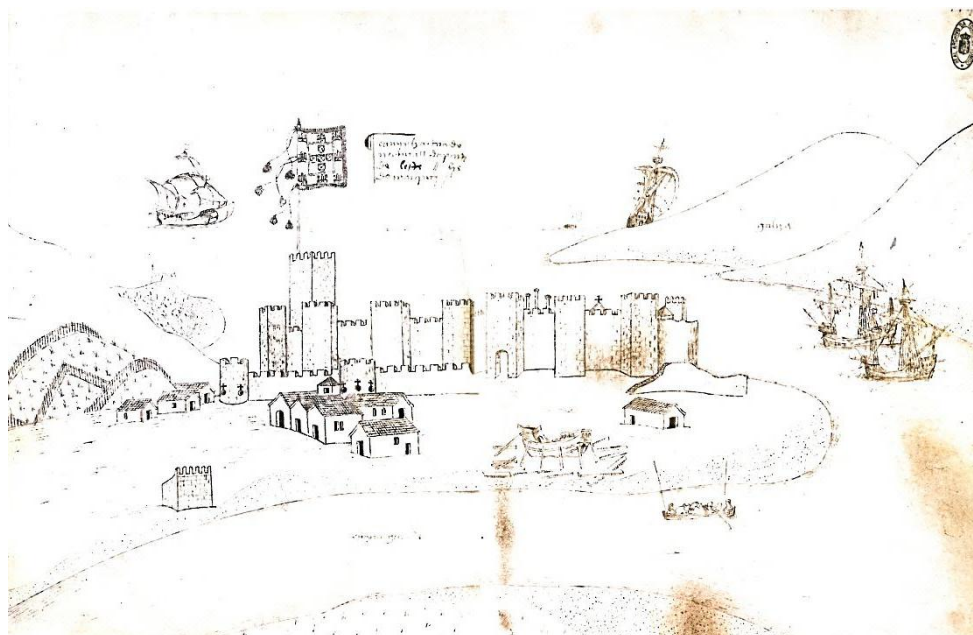


Fig. 37 - Vista Nascente de Caminha, por Duarte D'Armas

Teixeira e Valla, já citados, afirmavam que, com a chegada dos séculos XV e XVI, em Portugal surgiam as preocupações e as discussões sobre as condições de vida das cidades, em especial em questões de salubridade e funcionalidade, a sua situação defensiva em algumas características obsoletas e a necessidade de novos espaços (Teixeira e Valla, 1999, p. 82-85).

No caso das cidades que aumentaram a sua área urbana incluindo os pequenos arrabaldes e as zonas rurais, como é o caso de (...) Caminha (...), a intervenção setecentista, para além de reforçar o seu papel defensivo, veio proporcionar um desenvolvimento urbano com a criação de algumas infra-estruturas, como o traçado viário, a inserção de edifícios existentes geradores de espaços públicos, como conventos ou igrejas, a construção de novos equipamentos e a inclusão de zonas ainda rurais na perspectiva de se tornarem em zonas urbanas. (Teixeira & Valla, 1999, p. 150)

No final do século XV, início do século XVI, o porto de Caminha, em parte devido ao período dos Descobrimentos, é local de inúmeras trocas comerciais. As construções fora de muros abundam e a população sente a necessidade de povoar novos terrenos.

“Os juncais existentes na margem do rio Coura, cujas areias cobrem o local que virá mais tarde a dar lugar ao Terreiro e rua do Vau, são locais que é necessário roubar ao rio” (Santos, 1979, p. 195). As habitações proliferam por todo o terreiro, anexo às Portas de Viana, onde antes os “pescadores estendiam então as suas redes” (Pereira & Rodrigues, 1906, p. 660), e o morro de Sto. António.

O Foral de Caminha é renovado por D. Manuel em 1512, fruto das mudanças e crescimento de que a vila é testemunha.

Abrem-se novas passagens na muralha, cujo exemplo máximo nos é dado pelo Pe. Gonçalo Rocha de Moraes na sua crónica, referindo-se à abertura da Porta Nova, no final da Rua do Meio.

Nascem as ruas da Corredoura (onde ainda é possível identificar uma casa com a data de construção de 1581) e do Vau (1520/1530), as construções anexadas à muralha neste último caso, cresce a Rua da Misericórdia. “Estas ruas surgem nos eixos principais de ligação à vila de Caminha e confluem para a praça central entretanto criada, o Terreiro, onde em 1551 foram iniciadas as construções do Chafariz Renascentista (...) e a Igreja e Hospital da Misericórdia” (NMCHC, 2008, p. 39).

Começa pois neste século XVI, Caminha a estender-se para fora das primitivas muralhas. O terreiro já deixou de ser o local de simples areias, onde os pescadores arranjavam as suas redes, para ser a praça onde passeiam e conversam os moradores da vila. (Santos, 1979, p. 196)

Durante estas épocas, é de extrema importância relacionar as evoluções urbanas com o surgimento de novas edificações religiosas.

Já a Matriz havia surgido no interior das muralha, tendo para isso sido arrasadas várias casas medievais intramuros. Apesar dos autores não se aclararem no que toca à data de construção da Matriz de Caminha, existindo discrepâncias substanciais, o NMCHC situa a sua edificação em 1428, tendo a primeira missa sido realizada em 1488 (2008, p. 45).

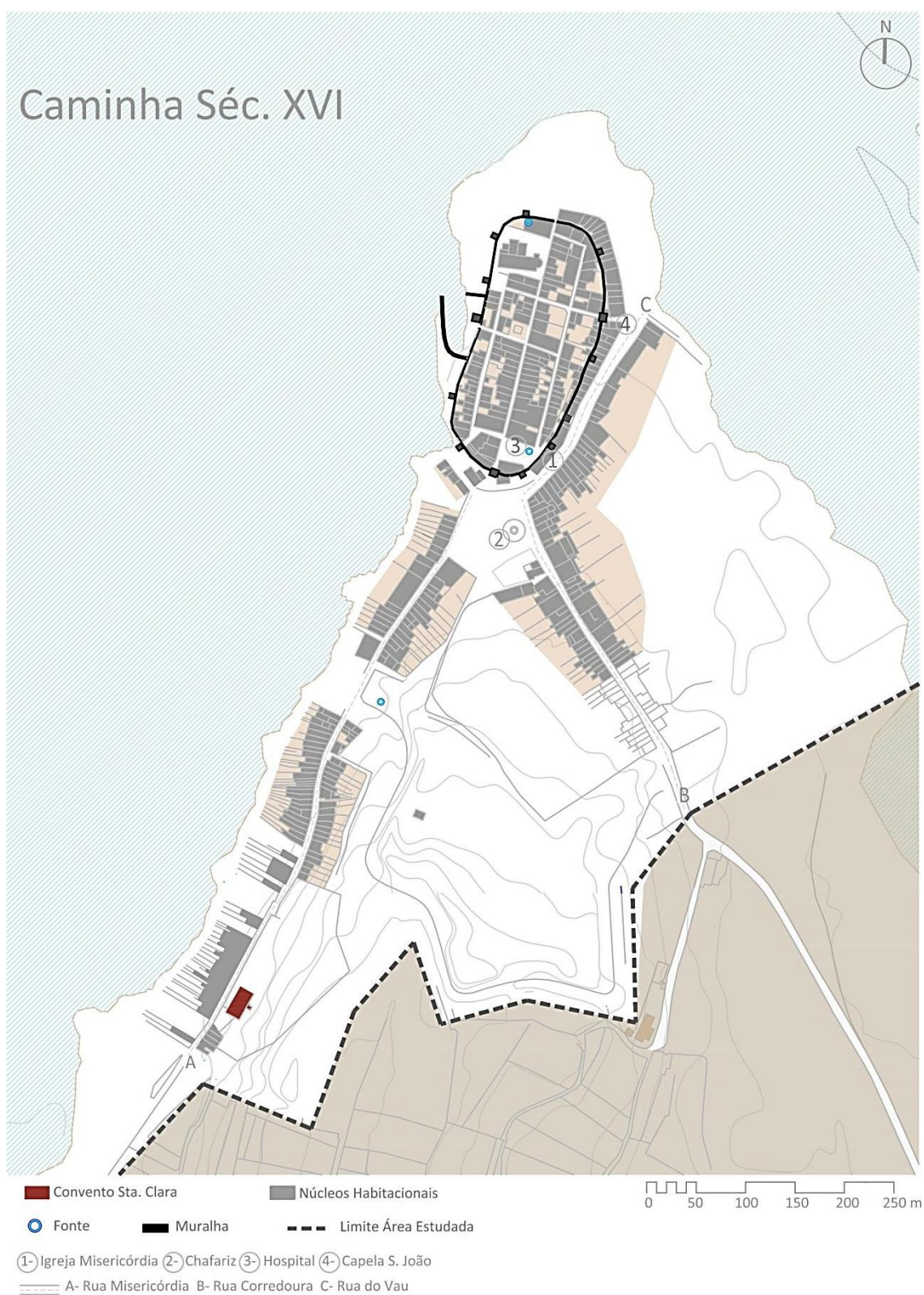


Fig. 38 – Projecção da Vila de Caminha para Fora das Muralhas Medievais

Como foi referido, em 1551, ergue-se fora da muralha medieval a Igreja da Misericórdia a par da fundação do Hospital da Misericórdia, que era já conhecido por Hospital Velho, desde 1457 (CMCHC, 2008, p. 45). Curioso, que dito hospital, manteve as suas funções de instalação de serviços de saúde até há pouco tempo, aquando da construção do novo edifício do Centro de Saúde de Caminha.

Em 1559, segundo o cronista Rocha de Moraes (1722), é fundado o Convento de Santa Clara, na Rua da Misericórdia ou Rua dos Pescadores. Este convento, terá sido edificado no local onde existia uma antiga ermida de Nossa Senhora da Misericórdia, pelo que terá a dita rua ter tomado o nome (Avillez, 1979, p. 203).

Ainda sobre edificações de índole religiosa, entre o século XV E XVI são de destacar a Capela de S. Sebastião, junto às Portas de Viana e a deslocação da capela de S. João do seu anterior local (próximo das Torre da Piedade) para o local em que hoje se encontra, fruto da estruturação da Rua do Vau pelas habitações e outros edifícios que lá surgiam (CMCHC, 2008, p. 46).

Mais tardio é o aparecimento do Convento de Santo António, no topo do morro de Santo António, onde se edificavam habitações desde o Terreiro. Este é datado do ano 1618 (Avillez, 1979, p. 205).

Caminha chega à época da Restauração com grande parte da população a viver fora das portas da muralha. A zona fronteiriça e a possibilidade de conflito com o reino vizinho tornam a população desta vila indefesa e em risco; é primordial a construção de uma nova linha de muralhas, tendo em conta igualmente a evolução das técnicas militares que demandavam novos muros de defesa.

“D. João IV dá então a ordem que as novas fortificações comecem. D. Afonso VI e D. Pedro II são os continuadores desta obra.” Por esta altura, em 1676 é mandado edificar o revelim em frente à Matriz, solucionando o problema da sua aglutinação frente ao antigo muro da fortificação medieval (Santos, 1979, p. 196).

“Na fortaleza medieval devem ter sido, nessa altura, arrasadas todas as torres até ao nível dos muros, à excepção da Torre da Piedade, as únicas que ainda se mantinham em 1739” (NMCHC, 2008, p. 48), data em que é escrito o Manuscrito “Descrição da Villa de Caminha” e assim as referia.

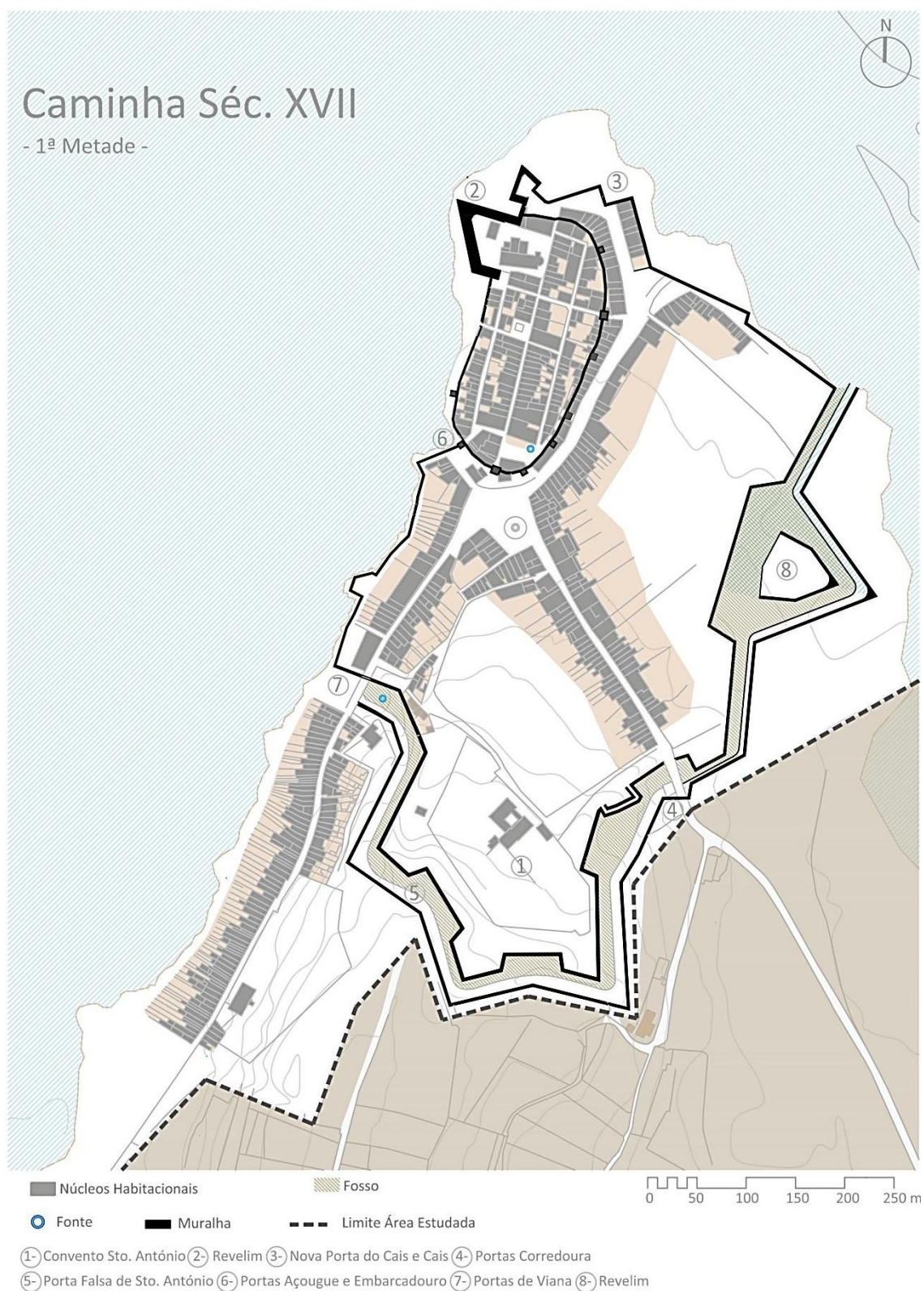


Fig. 39 – Linha de Muralhas Seiscentistas de Caminha e situação da Vila

A nova muralha, continha toda a nova vila de Caminha: o antigo burgo e muros medievais que iam desaparecendo, as novas ruas do Vau e da Corredoura, até ao convento de Santo António, o Terreiro e as casas que circundavam, até ao início da Rua da Misericórdia, antiquíssimo arrabalde da vila.

Esta dava directamente quer para o rio Minho, quer para o Coura. Nesta nova ordem de muralhas, encontramos a Porta do Cais, também conhecida por Porta do Vau, por se encontrar no final da rua com este nome e que segundo o Manuscrito de 1739 “é pouco defensável”, assim como o novo cais; encontramos igualmente a Porta da Corredoura, no final da rua com o mesmo nome, tinha ponte levadiça e junto dela havia uma prisão para soldados.

Encontrava-se ainda a Porta de Santo António, que ainda hoje existe extremamente bem conservada, a Porta do Açougue, por se situar perto do local onde havia um matadouro e a Porta do Agra do Coura, porta falsa e situada num local não muito distante de onde hoje está localizada a estação de Caminhos-de-ferro (Santos, 1979, p. 197).

As últimas portas das segundas muralhas de Caminha eram as Portas de Viana e deixavam a Rua da Misericórdia fora destas, separando os espaços com um enorme fosso dotado de ponte levadiça.



Fig. 40 — Antigas Portas de Viana



Fig. 41 – Caminha com Terceira Linha de Muralhas que envolve o Arrabalde de Pescadores, a Rua

Posteriormente, levou-se a cabo a construção de uma terceira linha de muralhas que envolvia todo o arrabalde dos pescadores e o Convento aí existente, assim nos conta o Manuscrito de 1739, “Descrição da Villa de Caminha”.

Encontramos dentro do âmbito destes muros uma só rua, a rua da Misericórdia – rua do Cabo, onde habitam os pescadores. Uma só porta, a Porta do Cabo e um Postigo, conhecido pelo nome de Postigo da Ribeira. Esta rua, da Misericórdia, do Cabo, dos Pescadores, existe como arrabalde da vila desde o séc. XIII. (Santos, 1979, p.200)

Entre a construção da segunda linha de muralhas e meados do século XIX, Caminha sofre outra série de evoluções urbanas e sociais. A População aumenta circunstancialmente, o movimento nos portos mantêm-se estáveis, as condições de vida aumenta e a população ocupa os espaços que estavam vagos nas novas muralhas até, já em finais do século XIX as transpor.

Ligando o Terreiro ao Arrabalde dos pescadores nasceu a Rua Visconde Sousa Rego, que fazia já parte da Rua da Misericórdia, Rua do Cabo ou Rua dos Pescadores (...). Do Terreiro partiam ainda a Rua da Palha (...) ligando o Terreiro ao Convento de Santo António, e a Rua do Areinho do Ouro que ia do Terreiro às Portas do Açougue. (NMCHC, 2008, p. 54)

Sobre esta Rua do Areinho do Ouro, conta-nos o autor anónimo da “Descrição da Villa de Caminha” em 1739:

Aqui há uma pequena rua que pouco tem mais que o nome, e este bem alheio da sua pobreza, porque se chama arinho do ouro, porque antes d’estes muros ia dar ao areal que n’esta terra se chama arinho, e val o mesmo que areinho de ouro, ou areal de ouro, tanta era a riqueza do commercio que aqui houve em tempos passados, que aquella arêa das praias do nosso Minho em que encalhavam as embarcações dos negociantes tinha meritamente o nome de arinho ou areal d’ouro em competência do Pactolo: mas está hoje tudo tão mudado, que nos parecem fábulas sonhadas o ter havido aqui tantas riquezas, salvo se na pobreza d’aquelles tempos bastava qualquer mediana fortuna para impor as cousas nomes tão especiosos.

A primitiva muralha medieval do velho burgo foi desaparecendo por detrás das casas que, quer no interior, quer no exterior desta se lhe foram adossando. As torres da muralha foram igualmente tendo o mesmo fim: em 1739, data do manuscrito da “Descrição da Villa de Caminha”, já só existiam

a torre do Relógio e a da Piedade, tendo esta última sido derrubada a 1837 para que a sua pedra fosse utilizada nos pegões da ponte sobre o Coura.

Entre 1868 e 1870, são aprovadas ainda as demolições das Portas de Viana da terceira linha de muralhas, do Cais, e da Corredoura.

O revelim da Agra do Coura já havia também desaparecido, mantendo-se, na sua maioria a restante muralha até aos finais do século XIX, especialmente a que defendia a vila e as habitações das águas do rio Minho (Alves, 1985).

Nos finais do século XIX, surgem uma série de equipamentos que irão introduzir enormes alterações no traçado urbano da vila de Caminha.

Por decreto de 14 de Junho de 1872, é ordenada a construção do troço de caminho-de-ferro entre a cidade do Porto e a vila de Valença. A 1 de Julho de 1878 é aberto o troço entre Barcelos e Caminha, sendo criada a linha do Minho em 1882, ligando o Porto a Valença e daí depois para Espanha em 1886 (NMCHC, 2088, p. 57).

A chegada do comboio a Caminha originou, no reverso da moeda, a desvalorização comercial do porto da vila, diminuindo o movimento mercantil de navios e afectando em grande escala a comunidade piscatória caminhense.

Por esta altura, consultando as plantas que então surgem com bastante qualidade, é ‘rasgada’ a rua da Estação, actual Av. Manuel Xavier. As estradas de macadame chegam às vias de Caminha, ligando-a com maior facilidade a outras localidades.

A Rua do Vau, repleta de casas e pequenos palácios barrocos durante o século XVI e XVII, transforma-se na estrada real que fazia ligação a localidade espanhola de Tui, despoletando a construção da ponte sobre o Coura que, em 1884, já estava em fase de construção.

Surgem novas avenidas, mais rectilíneas e largas que as que a vila estava habituada a presenciar e são roubados terrenos ao Coura para o jardim entre pontes (a do Coura e de Caminho de Ferro) e é construída uma nova doca, numa tentativa de impulsionar o movimento de embarcações e libertar o final da rua do Vau para o crescimento urbano que se fazia sentir (Alves, 1985, Cruz, 1988, Carvalho, 1979).

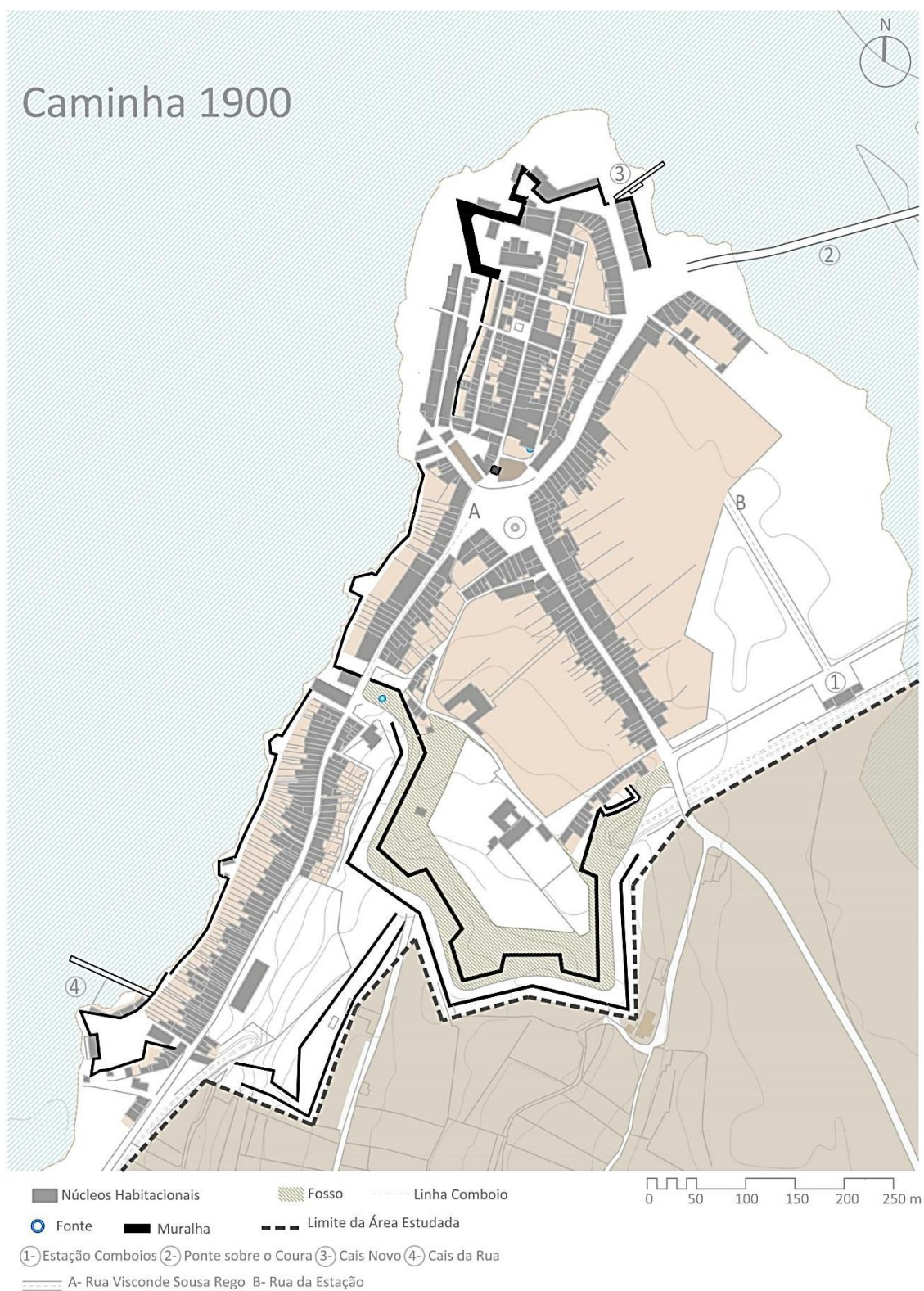


Fig. 42 – Situação da Vila no Início do Século XX

As comunicações também evoluíam na vila: a linha eléctrica chegou a Caminha em Setembro de 1857, assim como o telefone público, que o fazia no Verão de 1928 (Cruz, 1988, Alves 1985).

Em 1920, são abertos o largo Sidónio Pais e a Av. São João de Deus, que ligava a Rua da Corredoura ao jardim entre pontes, perpendicular com a Rua da Estação, que entretanto já havia “chegado” até à Rua do Vau (NMCHC, 2008, p. 60-61).



Fig. 43 – Caminha, Fotografia Aérea de 1952

Em 1948 começa a ganhar importância a necessidade de desviar a estrada real para fora do perímetro da vila, executando-se então dois projectos um pela marginal, em terrenos ganhos ao rio Minho, outro por cima da Rua dos Pescadores até ao Terreiro. Após analisadas e discutidas ambas propostas, optou-se pela primeira, tendo a obra sido inaugurada pelo Ministro das Obras públicas do governo de Salazar, o Eng.º Arantes de Oliveira, em 1964 (Alves, 1985, Cruz, 1988).



Fig. 44 – Caminha com os últimos vestígios de Muralha, antes de ganhar terreno ao Rio Minho

Assim, o trânsito em direcção a Valença e, no sentido contrário, em direcção a Viana, passou a fazer-se pela nova Avenida da Marginal, libertando o interior da Vila da passagem constante de veículos.



Fig. 45 – Caminha com os novos terrenos ganhos ao Rio Minho e a Nova Avenida Marginal

Os terrenos ganhos, foram posteriormente utilizados para a edificação de grandes imóveis e equipamentos: o Bairro Social, o novo Mercado, o quartel da Guarda Nacional Republicana, o novo edifício de Correios, o Largo da Feira,

que entretanto se desviou da sua anterior localização no Terreiro para estes novos espaços.

O jardim foi recentemente requalificado; os terrenos a Sul e a Este deste, urbanizados; a antiga doca convertida num espaço de apoio ao Ferry que faz a travessia Caminha- La Guardia, assim como à equipa de remo local, o Sporting Club Caminhense. A vila cresce, muda. Todas estas evoluções ao nível das vias de comunicação, dos espaços públicos e da qualidade de vida da vila em geral, vieram, a pouco e pouco, transformando-a num ponto de turismo e interesse especial do alto Minho, conservando o seu carácter histórico e, dentro do que foi possível, a sua relação com os rios e o mar.



Fig. 46 – Caminha no Séc. XXI

3.2. Contextualização Espacial

3.2.1 A Evolução do Lote Urbano

Aquando da fundação e edificação da vila de Caminha, à semelhança do que acontecia na maioria das povoações portuguesas, como foi referido, terão sido estabelecidas normas métricas a serem respeitadas no que toca ao aproveitamento e utilização dos terrenos, colocadas em prática, provavelmente, pela figura do Povoador, que muitas vezes percorria o país e adoptava as mesmas regras na fundação de várias cidades.

O Povoador era um funcionário régio encarregue da fundação do novo aglomerado. Se as suas funções eram fundamentalmente administrativas, relativas ao governo e ao povoamento da cidade, ou se abarcavam também o seu traçado, e quais os seus conhecimentos específicos, não se sabe ao certo. (Teixeira & Valla, 1999, p. 27)

De entre essas medidas, Teixeira e Valla chamam à atenção para a “unidade de base de plano destas cidades”, como o lote de 25 a 30 palmos. Caminha estaria precisamente inserida na utilização desta métrica existente (1999, p. 30). Para além do tamanho do lote, os autores referem ainda que outras medidas eram tidas em conta, tais como a dimensão do quarteirões e das ruas, principais e secundárias. De recordar que as ruas principais seriam as que possuíam frentes de lote com as fachadas das habitações viradas a esta, ao invés que as secundárias teriam as traseiras ou os laterais dos quarteirões.

Sobre estas medidas, os autores referem que:

(...) é possível encontrar (...) constantes ou regularidades entre as várias cidades estudadas: as ruas principais variam entre 18 e 30 palmos, enquanto as ruas secundárias variam em 14 e 18 palmos. As excepções são Monção (...) e Caminha, com 27 e 23 palmos respectivamente. Os quarteirões variam entre 510 e 216 palmos para a sua dimensão maior e 136 e 81 palmos para a sua dimensão menor. Os lotes variam entre os 25 e os 30 palmos de frente. (1999, p. 30)

Sobre a possibilidade de encontrar ainda estas medidas, os autores advertem ainda que “Apesar de baseadas em levantamentos topográficos

rigorosos e em medições efectuadas nos próprios locais, estas dimensões devem, contudo, ser encaradas como valores médios ou valores-padrão: seja em resultado de discrepâncias já do tempo da sua fundação, seja em consequência de alterações verificadas nos séculos entretanto decorridos, existem pontualmente desvios relativamente a estas dimensões de ruas, quarteirões e de lotes nas cidades analisadas” (1999, p. 30).

Caminha, (...), era uma cidade de pequenas dimensões, composta essencialmente por duas filas de quarteirões de um lado e outro de uma rua que ligava a porta principal da muralha ao terreiro no extremo oposto. Algumas ruas secundárias cruzavam ortogonalmente esta rua principal. Entre a muralha, de forma oval, e o espaço construído existiam terrenos vazios, como era habitual verificar-se no interior das cidades medievais, por razões sanitárias, de defesa (que justificava a existência de um caminho de ronda ao redor de toda a muralha), e como logradouros comuns para várias funções, nomeadamente de mercado e de reunião. (Teixeira & Valla, 1999, p. 28)

As casas no interior da muralha, deverão ter sido, inicialmente de uma planta só, respeitando o tamanho dos lotes de ente 25 a 30 palmos de frente, correspondentes a 5,5 ou 6,6 metros de largura da fachada, à semelhança dos exemplares que ainda podemos encontrar perto da Igreja Matriz, na antiga Rua da Ribeira. Em questões de profundidade, baseando-nos no actual desenho das habitações e no exemplo próximo da cidade de Viana, os lotes deveriam ter aproximadamente até 80 palmos.



Fig. 47 e 48 – Exemplares de Casas do interior da Muralha, perto da Igreja Matriz

Se é verdade que inicialmente só haveria duas linhas de quarteirões principais, existiria então apenas uma rua principal, a de Meyos ou a Rua do Meio - que verifica igualmente a medida apresentada de 27 palmos, aproximadamente 5,90 metros de largura – e as traseiras dos lotes habitados,

que iriam de uma frente a outra, podendo possuir apenas um logradouro na parte traseira, como é verificável nas casas actualmente presentes.

No entanto, o crescimento da habitação junto à linha interior da muralha terá sido rápido, uma vez que na descrição de Duarte D'Armas de 1513 já aparecem claramente identificadas a Rua da Ribeira e a Rua do Poço ou da Ribeira Velha, que apesar de possuírem frentes viradas para si, verificam uma medida mais próxima da apresentada para as ruas secundárias, de 23 palmos, correspondentes a aproximadamente 5 metros de largura.

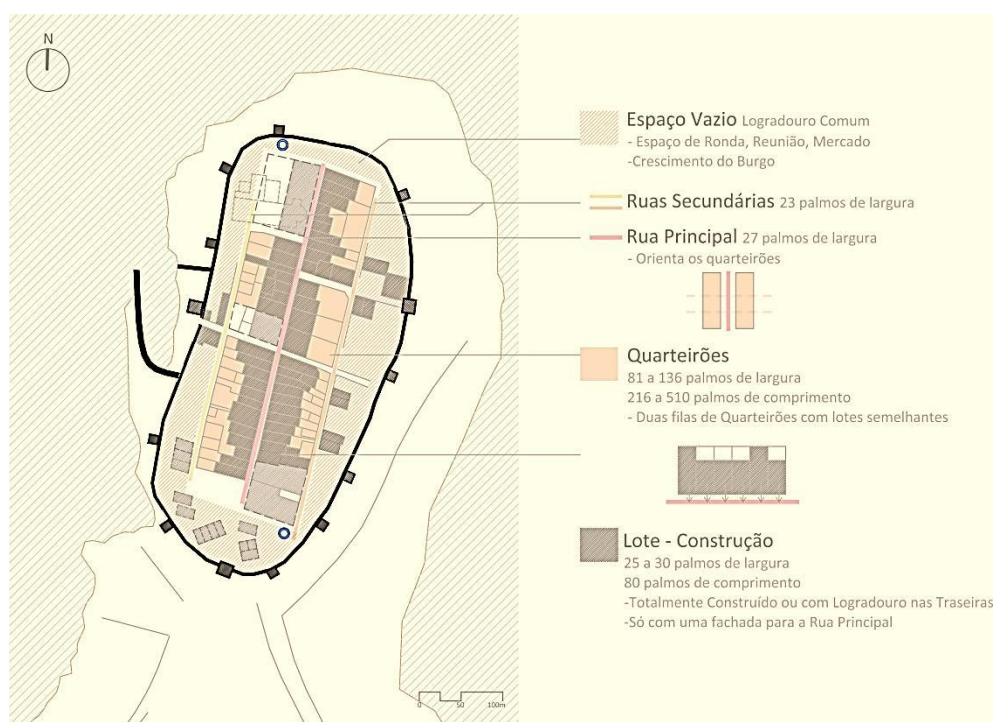


Fig. 49 – Esquema-Resumo da Utilização do Espaço na Fundação da Vila

Em Viana, o Rei D. Manuel I, por alvará de 1501 e 1502, permitiu a ocupação dos terrenos junto à muralha, tendo a Câmara promovido a sua venda a partir de 1531 (Teixeira & Valla, 1999, p. 33).

A situação de Caminha não terá então, sido muito diferente.

Ainda comparando com o caso de Viana, “num processo de densificação do espaço urbano, alguns lotes serão divididos transversalmente em dois, de forma a poderem-se implantar dois edifícios, um com frente para a rua principal, outro para a rua secundária.

Da mesma forma, a construção de edifícios orientados para as ruas transversais, (...) só surge mais tarde, no princípio do século XVI” (1999, p. 33).



Fig. 50 e 51 – Exemplo de Edifícios Orientados para as Ruas Transversais do interior da Muralha

Tal situação nota-se claramente em Caminha, na qual algumas das casas da rua do Meio possuem um logradouro com pequeno jardim nas suas traseiras, mas outras por sua vez estão edificadas “costas com costas” com uma outra edificação traseira.

Numa época de franco desenvolvimento, na qual são construídas a Matriz (arrasando um quarteirão inteiro de habitações no interior da muralha), a Igreja da Misericórdia e as habitações começam a transpor os muros, as casas do interior do casco vão sofrer alterações, “crescendo em altura e alterando significativamente as suas fachadas” (NMCHC, 2008, p. 40). No entanto, a dimensão do lote é, obviamente mantida, dando origem à típica construção de 3 vãos na fachada, como nos refere Teixeira e Valla (1999).



Fig. 52 – Aspecto da Rua do Meio, no interior da Muralha

As casas dos mercadores e artesãos estavam distribuídas pelas três ruas principais: do Meio, do Poço e da Ribeira, ruas estas que eram cortadas por vielas mais estreitas e humildes (Alves, 1985, p. 80).

Embora os estaleiros funcionassem fora das muralhas, junto ao Cais da Porta Nova, e alguns pescadores e agricultores mais humildes erguessem as suas casas do lado de fora, como nos mostra o desenho de Duarte de Armas, a maior parte dos homens do mar residia dentro do perímetro da fortaleza, como nos demonstram ainda alguns vestígios de “casinhas medievais” junto ao Talho do Baixinho, defronte do Hospital, e perto da Matriz. Eram casas atarracadas, de duas águas, com poucas aberturas, com coberturas de telhão ou de palha centeia, sobretudo as mais pobres. (Alves, 1985, p. 80)

O desenvolvimento da classe burguesa durante os séculos XV e XVI e de uma nobreza possuidora de terrenos em quantidade, enriquecidas pelas actividades comerciais que a expansão ultramarina facilitou, origina um novo tipo de “casa solarenga” que se expande na vila, sobretudo pela rua do Meio (Direita), e fora de portas, em direcção ao Terreiro em terrenos anexos que antes eram área de pastoreio e zonas agrícolas (Alves, 1985, p. 81 e NMCHC, 2008, p. 41).

Exemplo desse facto é a Casa dos Pittas (ou Casa Pita), de estilo Manuelino tardio, tendo sido a sua construção iniciada a meados do século XVII.

Surgem igualmente as casas burguesas, símbolo de uma classe social em importante acensão e crescimento, com os seus floreados de influência manuelina nas portas, janelas e escadas artisticamente decoradas, pátios interiores e quintais com jardins e poço.



Fig. 53 – Casa dos Pittas

O Terreiro e a rua de Vau foram locais privilegiados para a instalação de casas nobres durante os séculos XVII e XVIII, criando-se a tradição de aí de estabelecerem as melhores casas da vila, testemunhando de algum modo a alteração do centralismo da Vila de Caminha. (NMCHC, 2008, p. 42)

No entanto, todas estas evoluções para fora dos muros da antiga muralha medieval não significavam de forma alguma a alteração da regularidade dos espaços e das métricas dos lotes.

Como foi referido anteriormente, esta expansão extramuros tendia a ser realizada com base nas métricas e organizações antes tomadas: “a quadrícula era adoptada porque se revelava a forma mais lógica e eficiente de urbanizar um novo território, facilitando as operações de divisão do solo, de aforamento, de infra-estruturação e construção” (Teixeira e Valla, 1999, p. 87).

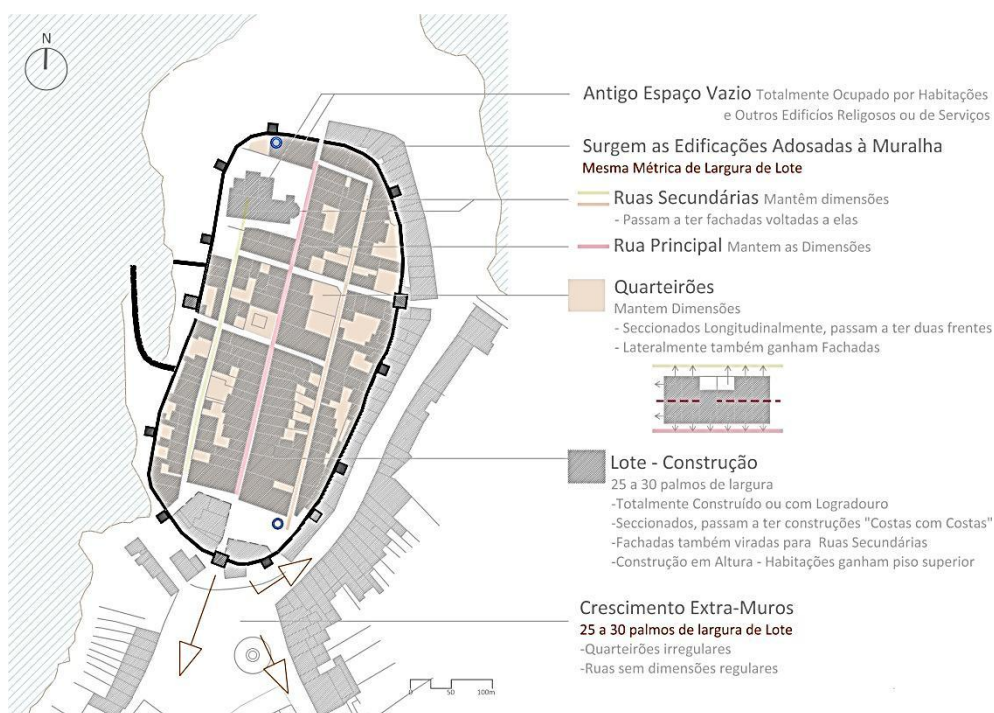


Fig. 54 – Esquema-Resumo da Utilização do Espaço na Expansão para fora das Muralhas da Vila

Comprovando este facto, estão as habitações da Rua da Corredoura, segunda linha mais importante de evolução da edificação da vila de Caminha, sendo uma datada do ano de 1581.

Estas, que ainda hoje guardam parte da sua traça original, cumprem especialmente a dimensão do lote de frente entre 25 e 30 palmos.



Fig. 55 – Casas da Rua da Corredoura

Lourenço Alves, na sua monografia de Caminha, descreve ainda como em plena época setecentista, surgem casas brasonadas, não urbanas, de cariz rural, sobretudo na encosta do morro de Sto. António que dava para o Convento aí edificado. É exemplo deste facto, a Casa de Leiras.

Aforados os terrenos baldios, circunscritos pelas muralhas de D. Pedro II à Câmara, esta foi-os dispensando aos particulares, por uma quantia, muitas vezes simbólica, para construírem casas (...). A casa plebeia ainda se pode detectar na Rua dos Pescadores, não totalmente urbana, porque, além da habitação, alberga também os trastes da pesca. No quintalinho, por detrás da casa, Vêem-se os pescadores consertando e secando as redes. (Alves, 1985, p. 82)

No último século, Caminha transpôs o perímetro das muralhas, projectando-se em todos os sentidos menos para Oeste. “Arrasando alguns quintais, tão característicos noutros tempos, e aproveitando, de forma duvidosa, os terrenos da Avenida Marginal, o tecido urbano da vila modificou-se substancialmente, nalguns casos, com prejuízo do antigo esquema tão belo e tão harmonioso” (Alves, 1985, p. 83).

3.2.2 A Casa em Caminha

Todas estas evoluções ao nível urbano e das edificações plasmaram nas habitações da Vila de Caminha características e elementos, alguns dos quais continuam ainda hoje presentes e a desempenhar um papel determinante no aspecto e imagem da vila.

Sendo provavelmente a única autora a ter-se dedicado a esta questão, Maria Alfreda Cruz, na sua obra “Caminha, Evolução e Estrutura da Vila da Foz do Minho” de 1988, faz uma identificação das principais habitações que poderiam existir em Caminha à época, sendo claras representantes das principais evoluções da vila.

A casa de Caminha é urbana no sentido de servir exclusivamente a habitação e não representar um instrumento à subsistência. Unicamente a do pescador serve também, embora cada vez menos, de utensílio (...).

Admite variantes extremamente bem definidas: a casa nobre, a casa burguesa, a casa plebeia (na sua forma tradicional) e a vivenda, de origem recente. (Cruz, 1988, p. 79)

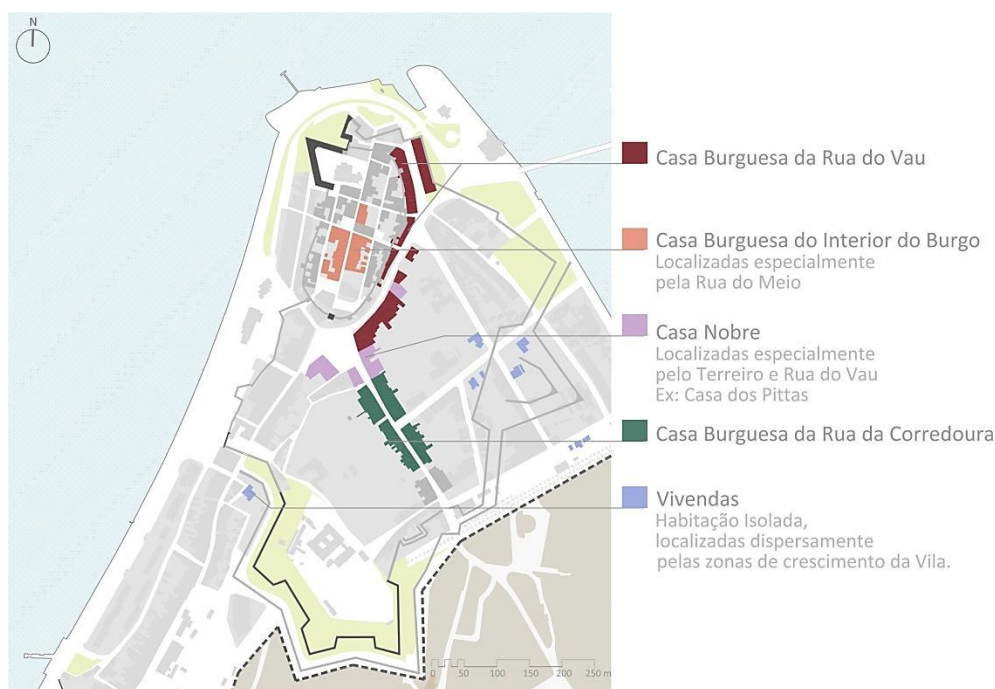


Fig. 56 -Esquema de Localização das Casas em Caminha

Casa Nobre

No que toca às casas nobres, Cruz refere, como o fazia Alves (1985) a casa do Pittas como seu principal exemplar.

Sobre estas, refere ainda que surgem com diferentes tipos de fachadas que definem as épocas em que terão surgido.

A rua do Vau e o Terreiro terão sido os principais testemunhos da instalação destas casas nobres dos séculos XVII e XVIII às quais não falta a “nota exótica dum telhado múltiplo”; o núcleo medieval, onde estas existiram igualmente desde que principiaram a surgir, viu algumas delas converterem-se em edifícios oficiais, uma vez que a preferência pelos espaços exteriores aos muros criou a tradição de se erigirem aí as melhores casas da vila (1988, p. 79-80).



Fig. 57 – “Casas Nobre” no Terreiro de Caminha – Anos 50

Casa Burguesa

A casa burguesa segue a linha da casa urbana do Porto, segundo a autora. Apesar de possuírem diferentes alçados, persiste uma distribuição interior semelhante.

A habitação situa-se no andar sobre a loja ampla da qual não se tem memória de ter albergado animais, terá apenas servido de para o armazenar de mercadorias e arrumos de carros de bois.

A loja comunica com a rua através da porta principal que possui o dobro da largura da escada, bem como com o quintal nas suas traseiras.

O acesso à habitação é feito directamente da rua para um grande patamar chamado de “pátio” do qual se ergue uma escada para o andar superior, chegando a este através de uma pequena porta no cimo das escadas, directa ao corredor (Cruz, 1988, p. 80).

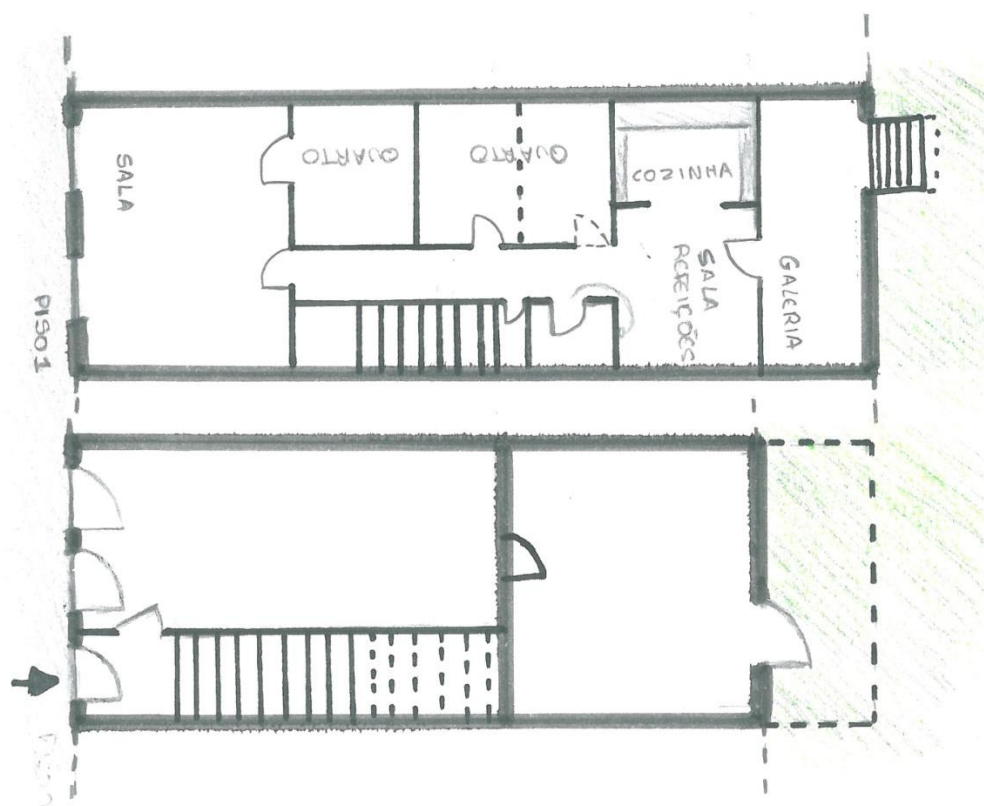


Fig. 58 – Esquema Representativo de uma Casa Burguesa na Rua do Meio de Caminha

É em função do corredor que a casa se organiza, distribuindo-se, de ambos os lados, os quartos exíguos e interiores, sem relação com a ampla sala e a grande cozinha nos dois extremos opostos. A sala, sobranceira à rua, debruça sobre ela as grandes e vistosas sacadas, enquanto a cozinha abre para um compartimento estreito e alongado – a “galeria”-, provido por seu turno de janelas e de uma porta de comunicação com o quintal. (Cruz, 1988 p. 80)

Muito pequeno, o quintal traseiro é desenvolvido no sentido do comprimento da casa e pode, por vezes, ser provido de um pequeno caniço ou espigueiro, sem qualquer utilização actual, representando unicamente o valor que estes terrenos teriam para a burguesia (Cruz, 1988, p. 80).

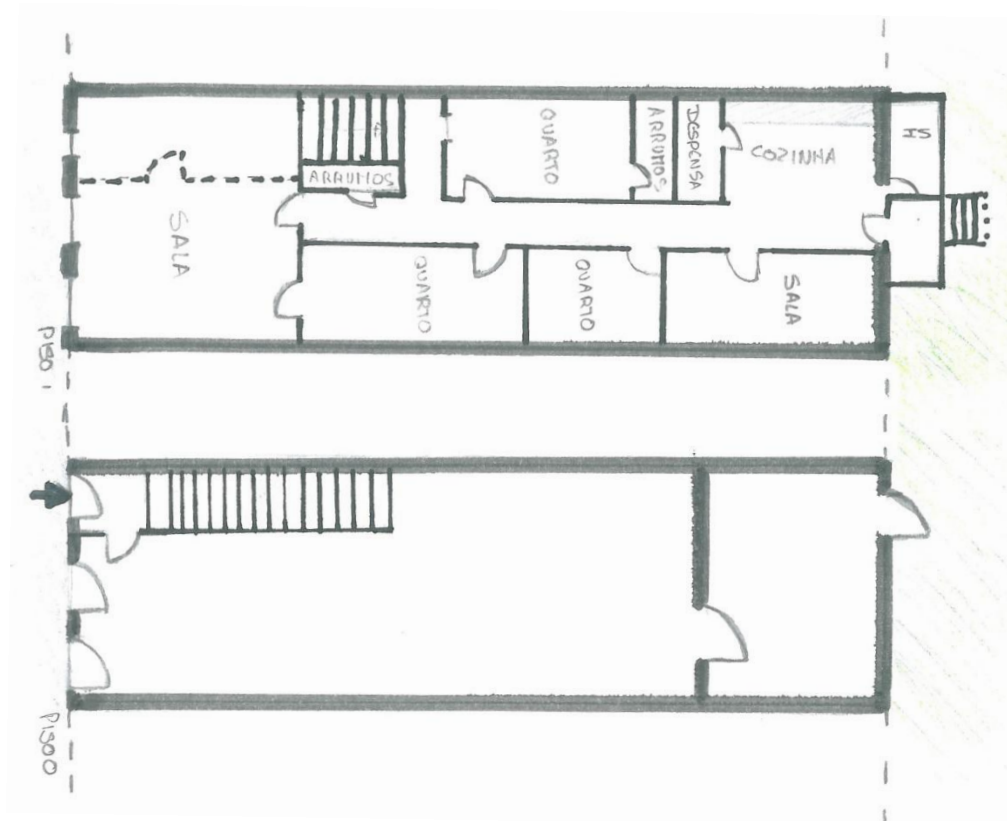


Fig. 59 – Esquema Representativo de uma Casa Burguesa na Rua do Vau de Caminha

Ainda sobre a casa burguesa, a autora apresenta uma planta que defende ser influenciada em parte pela casa plebeia.

Situada principalmente na Rua da Corredoura, local de classe trabalhadora da vila, esta casa burguesa, ao invés das até agora descritas, organizar-se-ia apenas para um lado do corredor, possuindo igualmente uma cozinha e um sala nos extremos da construção.

Também com dois andares, a habitação distribuí-se no andar superior, sendo que o inferior se manteria como arrumos.

A entrada para a habitação é em tudo feita da mesma forma que a anterior, e possui igualmente um pequeno logradouro traseiro para quintal.

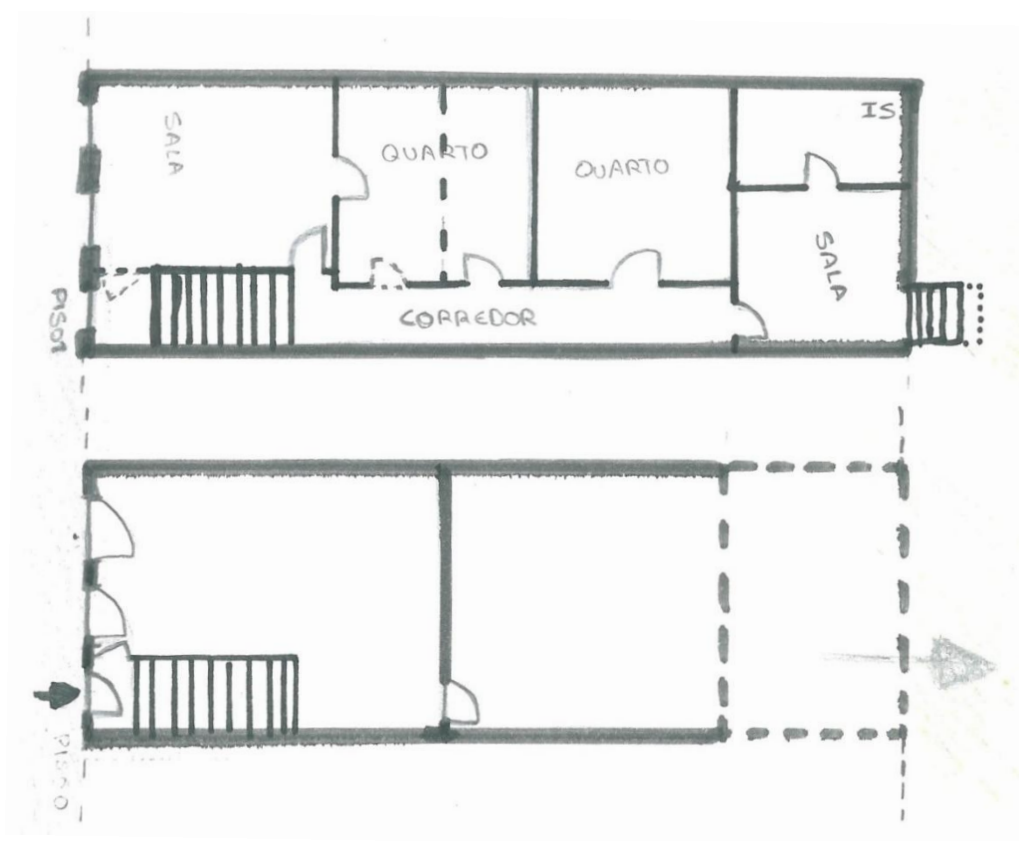


Fig. 60 – Esquema Representativo de uma Casa Burguesa na Rua da Corredoura

Actualmente, as casas burguesas continuam a servir de habitação para a população caminhense, sendo que o andar inferior foi, em muitos casos, adaptado para estabelecimentos comerciais no caso da Rua do Vau e da Corredoura e para Bares e Pubs, na Rua do Meio, transformando-a num forte atractivo de lazer para a população da vila e para os turistas que a visitam.

Casa Plebeia

A casa plebeia, habitada tradicionalmente pelo pescador, aporta algo de ruralismo a uma edificação que tende a manter o carácter urbano.

Nas suas origens, a casa plebeia surge como habitação da classe de monos poder económico da Vila, como pescadores ou agricultores. Este facto assume-se na linguagem morfológica das construções, influenciando a própria organização interior e ocupação do lote. (Rodrigues, 2011, p. 126)

Situando-as ainda dentro de muralhas, na Rua da Ribeira, Rodrigues atribui ainda ao casco medieval o local de surgimento das primeiras “casas

plebeias”, mas considera-as “das construções mais antigas após a primeira expansão da Vila para fora das muralhas afonsinas” (2011, p. 126).

Apesar de sugerir a casa burguesa, esta é diferenciada por ser térrea e por se organizar apenas a um lado do corredor, sendo vulgarmente chamada de “meia-casa” (Cruz, 1988, p. 81).

De referir, que Cruz acredita terem sido as meias casas plebeias a influenciar a distribuição de um tipo de casa burguesa, como foi já apresentado, pelo que a Plebeia deveria de ser anterior à Burguesa em questão (1988, 81).

Estes três tipos de habitações são bem específicos das classes sociais que as habitam. O solar, mantendo-se senhorial ou convertido em edifício público, sobressai, pelo aspecto e significado, do conjunto das construções de Caminha. A casa burguesa, erguida sobre a ampla loja e rasgando para a rua sacadas vistosas, emolduradas por fachadas que surgiram ao longo de quatro séculos (desde a manuelina à dos nossos dias) abriga a maior parte dos habitantes da *Vila*. A casa térrea, a da Rua, que só esporadicamente existe fora dela, é a casa das famílias dos pescadores e, duma forma geral, da gente que se dedica aos serviços humildes, estando-lhes, dum ou doutro modo, vinculada: vendeiras, trapicheiras, operários. (Cruz, 1988, p. 81-82)

Todas estas construções são reflexo dos tempos e épocas por que Caminha passou, são “herdeiras de técnicas importadas”.

Com uma construção “de granito, trabalhado ou não, caiadas ou recobertas por uma vulgar e recente fachada de azulejos, foram erguidas em função e para servir a diversificação social, que se mantém apesar de todas as vicissitudes por que Caminha passou” (Cruz, 1988, p. 82).

Vivenda

O último surgimento no que toca à edificação de habitação em Caminha é a vivenda ou o prédio em andares.

Fruto dos terrenos “roubados” ao rio ou do surgimento das novas Avenidas e Ruas do século XX, a vivenda surge em caminha sobre dois condicionamentos: “o residente abastado, que comprava sempre modicamente, um tracto de terreno amplo na área de urbanização das

Avenidas, ou o natural da *Vila*, emigrado, que procurava assim assegurar um local de veraneio na própria terra de origem” (Cruz, 1988, p. 82).

Estas edificações têm vindo, desde os anos 70, a galgar todas as “fronteiras” que Caminha possuía até então, possibilitando a vila de crescer para todos os lados que lhe é possível e dotando-a da imagem e estrutura que possui actualmente.



4. Análise da 'Rua'



ou acesa : www.ruasdecaminha.pt

4.1. Contextualização Histórica e Espacial

É agradável apreciar nos quintais ribeirinhos, logo que no horizonte despertam os primeiros alvares da manhã, os pescadores amainando toda a série de utensílios destinados ao seu mister, e, ao toque do búzio que o arrais da sua embarcação faz entoar na praia, vê-los seguir com todos aqueles apetrechos pela ‘trincheira’ e depois, cais abaixo, os filhos ou os filhitos conduzindo-lhes os cestos da merenda, até chegarem à lancha e lá depositarem tudo. (Gavinho, 1926 em Bento, 2009, p.132)

A diferença entre a *Vila* e a *Rua* é algo com que cada Caminhense se habitua a conviver. Com identidades completamente diferentes, a *Rua* sempre foi o local dos pescadores e mareantes em caminha, desde quase o surgimento da localidade, ao invés que a *Vila* foi local de mercadores, artesãos, burgueses, nobres e, actualmente, local de estabelecimentos comerciais e de serviços da vila de Caminha.

Esta dualidade entre a *Rua* e a *Vila* marcou já uma série de acontecimentos e ocorrências diversas e interessantes. A separação e até (porque não?) a rivalidade entre os dois espaços de Caminha, como se de quilómetros de distância se travassem entre ambos, têm parte da sua explicação em toda a evolução histórica e urbana da localidade.

Recuando no tempo, nos primórdios do surgimento da vila de Caminha, os pescadores concentravam a sua presença em Vilarelho, local apontado pelos autores para o nascimento da vila, sede religiosa da mesma por muito tempo, e margem direita do rio Coura, próxima da sua desembocadura no Minho (Cruz, 1988, Alves, 1985, Carvalho, 1983, Bento, 2009).

Os pescadores viviam no local ainda hoje conhecido pelo nome de Fonte da Vila. Aí, encontravam-se mais abrigados e protegidos da pirataria que rondava a foz do nosso rio. No local onde mais tarde surgiria o Terreiro, podiam observar-se as redes estendidas e os pescadores prepararem-se para a sua faina diária. (Santos, 1985, p. 142)

Ainda que a *Rua* seja por vezes apontada como arrabalde da Vila desde os séculos XIII (NMCHC, 2008 e Santos, 1979), a maioria dos pescadores ter-se-ão mantido na zona da Fonte da Vila até mais tarde. Rodrigues, situa ainda os pescadores dentro da muralha, na Rua da Ribeira, da qual refere ainda

restarem alguns exemplares das antigas casas térreas que lhes eram destinadas (2011, p. 126). Tal poderá realmente fazer algum sentido, se for tido em conta que a rua se chamava efectivamente da Ribeira e dava acesso directo, através das Portas do Mar situadas sob a Torre que viria a ser chamada do Marquês, para o primeiro cais da vila.

Esta informação é ainda suportada por Maria Alfreda Cruz, ao afirmar que D. Dinis ordenou a criação de uma *póvoa* fora de portas, para que os pescadores não necessitassem de abrir as portas da muralha sempre que fosse necessário a saída para o mar e para a faina durante a noite (1988, p. 15). Corria o ano 1284, época da atribuição do Foral à vila de Caminha, confirmando a existência do arrabalde desde o século XIII.

Se os autores referem igualmente a presença de pescadores nos terrenos que mais tarde dariam origem ao Terreiro, é provável que eles se tenham também situado pela rua do Vau, aquando da primeira expansão para fora das muralhas justificado pela presença do novo cais ou embarcadouro de Caminha no final deste arruamento. Nos desenhos de Duarte D’Armas de 1509, as únicas casas que este desenha extramuros são precisamente as da rua do Vau, simples e humildes, próximas do estaleiro naval de então e do local da “Barca da Passagem” para a freguesia de Seixas pelo Rio Coura, não sendo desenhada qualquer edificação a sul. Por outro lado, a vista que Duarte D’Armas opta por retratar é precisamente uma do lado sul da Muralha, pelo que a *Rua* lhe ficaria longe do plano do desenho.

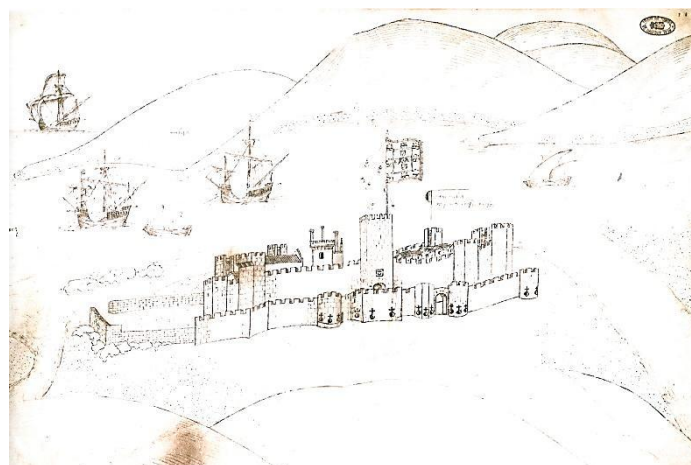


Fig. 61 – Vista Sul da Vila de Caminha por Duarte D’Armas, 1509

Torna-se indiscutível, que a antiga rua da Misericórdia terá sido efectivamente a derradeira localização de pescadores e mareantes da Vila de Caminha, possível de documentar desde meados do século XVI, data em que Paulo Bento afirma terem os pescadores preferido os terrenos na margem do

Rio Minho que seguiam a estrada para Viana, em vez dos da Fonte da Vila em Vilarelho (2009, p. 99).

De recordar que em 1444, por se encontrar despovoada, Caminha é decretada Couto de Homiziados para pescadores e mareantes que tivessem cometido algum crime e preferissem habitar a vila ao invés de serem condenados, sendo tal facto confirmado nos anos de 1490, 1497 e 1525. No Manuscrito de 1739, “A Descrição da Villa de Caminha”, é apontada a localidade de Vilarelho para o estabelecimento de dito couto, sendo que esse espaço é efectivamente, na actualidade, conhecido por Coto da Pena. No entanto, e na tentativa de povoar fisicamente a vila de Caminha, poderão alguns dos homiziados terem-se fixado em terrenos mais próximos do burgo e dada a sua situação social e a sua profissão de pescadores e mareantes, se terem centrado na zona da Rua da Misericórdia, próximo do rio onde exerciam as suas fainas e longe o suficiente da vila muralhada.

A saída dos pescadores do interior da Muralha deverá ser próxima ao ano de 1507, data em que o Duque de Caminha terá “passado uma carta, atendendo o pedido dos pescadores de serem isentos de fazer guarda às muralhas, durante a noite, por lhes causar grandes danos, impossibilitando-os de saírem para a pesca de noite” (Santos, 1985, p. 142).

Apesar da carta referida pelo autor de 17 de Janeiro de 1507 não ter sido encontrada nas buscas feitas no Arquivo Municipal de Caminha, no Arquivo Distrital de Viana do Castelo nem tão pouco no Arquivo Nacional da Torre do Tombo ou na Biblioteca Nacional, foi encontrado no “Livro de Registo Geral” de Outubro de 1660 a Novembro de 1682 do Arquivo Municipal de Caminha o documento titulado “Treslado de hum privilegio concedido por Sua Alteza aos mareantes & pescadores desta Villa p.^a não darem roupas nem cousa alguma p.^a aposentadorias, nem alogem gente em suas casas & mais que aqui se conthem”.

Nos ‘fólios’, são confirmados os privilégios dados aos pescadores em cartas dos anteriores duques de Caminha. Apesar de não ter sido possível datar o documento, este insere-se no Livro de Registo Geral dos anos referidos e surgem no manuscrito as datas das diferentes confirmações, bem como a cópia de todas as cartas de confirmação anteriores, incluindo a referenciada por Santos.

A carta inicial de atribuição de privilégios é datada de 19 de Janeiro de 1506 e nesta os pescadores são efectivamente poupados a fazer a guarda das

muralhas durante a noite, bem como de acolher hóspedes e de serem obrigados a doar suas roupas.

Seguidamente, o documento apresenta todos os textos de confirmação dos referidos privilégios entre Duque e Duque da vila:

Pedindome os ditos pescadores & mareantes por merce que lhe quizesse confirmar a dita carta & provilégio que do dito Senhor tinham como nelle era contheudo & visto por mim a dita carta dada pello Marques meu Senhor & avo e & confirmada pelo Marques meu pay que sancta gloria haja(...)

Fasso saber avos meu ouvidor & aos meus juizes e justiças da minha Villa de Caminha que os Pescadores da dita minha villa (?) dizer que elles hião quada noite ao mar a pescar & que quando assim hião suas mulheres ficavão em suas casas sós & que erão constrangidos para aposentadoria & que por bem de terem muitas veses hóspedes não ousavão de deixar suas mulheres em suas casas sós & a pescaria se perdia no que minhas vendas & assim eles se perdião & recebiam grande perda & bem assim que quando se há necessidade de esta minha villa se velar que erão constrangidos para hirem velar de noite & perdiam a pescaria pelas quaes (?) a dita minha villa se despovoava de pescadores Pedindome por merce que me servisse provellos de justiça & querendolhes eu fazer graça & merce vendo seu requerimento ser justo & honesto : Hey por bem que os dictos pescadores não sejam mais constrangidos a velarem de noite, nem pousem com elles

Nos censos de 1513 ordenados por D. Manuel, o arrabalde de Caminha, apesar de ainda não aparecer com o nome de Rua da Misericórdia, ao invés do que acontece com a rua do Vau que já aparece denominada como tal, é reratado com 25 casas, 23 na propriedade de homens e 2 na propriedade de viúvas (Oliveira, 1968, p. 15).

É em 1560, pleno século XVI, que o Convento de Santa Clara é fundado rua da Misericórdia, no local onde antes existia uma pequena ermida, a da Misericórdia, que tinha muita devoção e acabou por dar o nome à rua.

Sobre esta ermida, conta o Padre Gonçalo Rocha de Moraes como era há já muito tempo local de grande devoção da vila esta “capela fora de portas e em local com vista para os dois reinos, o rio e o mar” que era cuidada, à altura da fundação do convento por um ermitão e sua filha que terá tomado as vestes de religiosa clarista (Avillez, 1979, 203).

Poderá igualmente esta ermida ter sido uma das razões que terá levado os pescadores a instalarem-se ao longo da rua que ligava a vila de Caminha para Viana; segundo o Manuscrito Anónimo de 1739, pelos anos de 1714 começou-se a construir o enorme muro e mirante sobre a rua que lhe passa perto, a da Misericórdia, que ainda hoje é um ponto de referência na *Rua* e na *Vila*.

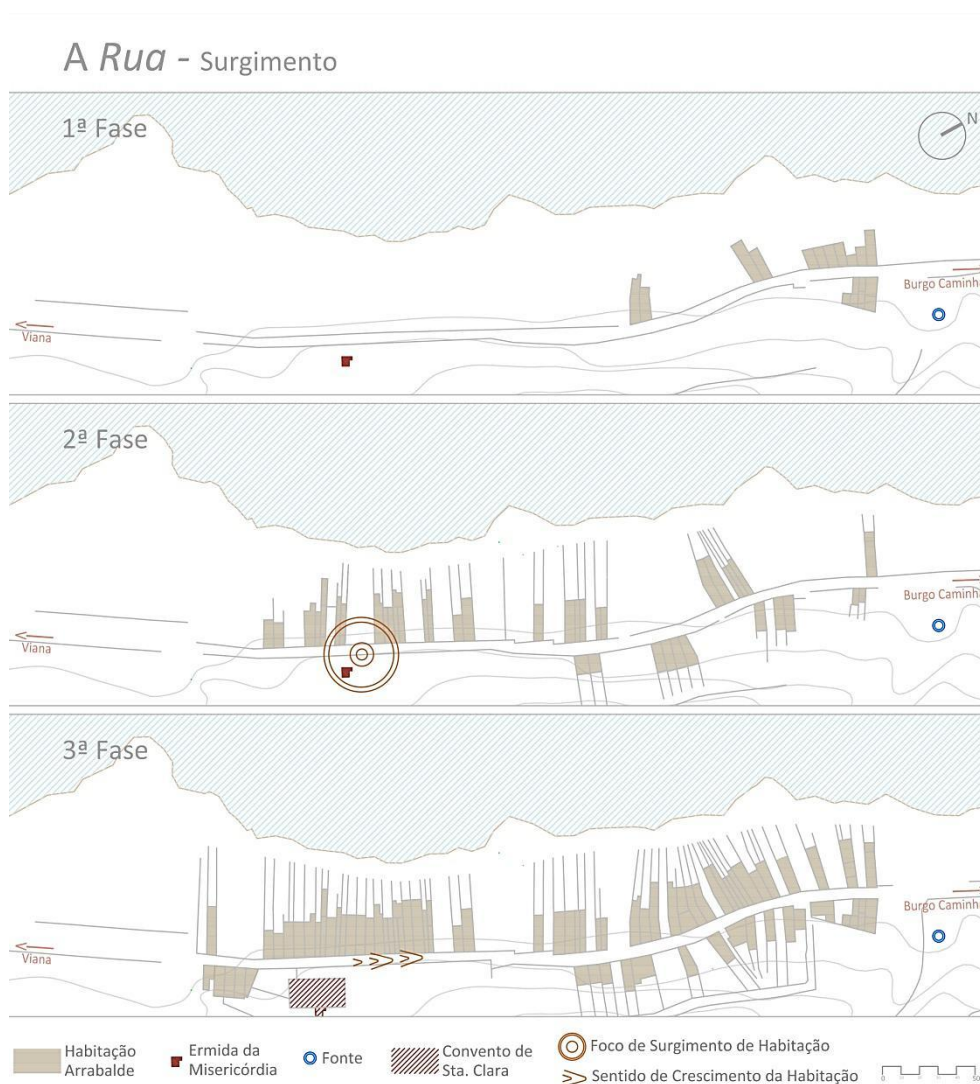


Fig. 62 – Esquema representativo do surgimento e primeiras fases de crescimento da *Rua*

No seu breve estudo sobre a evolução da vila de Camina, Teixeira e Valla, defendem, através das suas plantas, uma evolução desta rua no sentido Norte-Sul, do centro da Vila em direcção a Viana, seguindo a estrada que levava a essa localidade.

Essa trata-se certamente da evolução e crescimento da vila mais lógico, no entanto, com o aparecimento do Convento e com o surgimento da classe social burguesa e o aumento do comércio e habitação fora das antigas muralhas, seria de ter em conta a possibilidade de haver um foco de habitações de pescadores que se poderão ter situado defronte ao recente convento e ter-se expandido para o lado Norte, em direcção à Vila. Assim, por esta altura poderia já estar totalmente formada a parte Norte da Rua da Misericórdia, que seria inclusive inserida dentro da segunda linha de muralhas, assim como um aglomerado de habitações que crescia desde o lado Sul da Rua, em direcção à vila de Caminha.



Fig. 63 – Pormenor do Atlas de Pedro Teixeira com a Vila de Caminha, 1634

No atlas do cartógrafo Pedro Teixeira, ordenado pelo Rei D. Filipe IV a percorrer a costa espanhola e portuguesa desenhando panorâmicas das suas mais importantes cidades e portos, Caminha aparece em 1634, prestes a receber uma segunda ordem de muralhas, retratada ainda com a primeira linha de muros apenas, mas já com um importante crescimento extramuros. Segundo a análise de Pereda, aparece já desenhado o novo Porto, ao final da Rua do Vau, assim como os mosteiros de Santo António e de Santa Clara, este último a sul da vila, precisamente com um aglomerado habitacional associado (2002 em Bento, 2009).

No século XVII, Caminha recebe a sua segunda linha de Muralhas, ordenadas, principalmente, por questões de defesa e de protecção das populações, em especial as da zona fronteiriça devido ao ambiente conflituoso que se vivia entre Portugal e Espanha.

A segunda ordem de Muralhas mandada construir em Caminha, deixava de fora toda a parte Sul da Rua da Misericórdia, ou dos Pescadores, motivo que pode levar a concluir que esta rua ainda não estaria totalmente formada na sua parte Sul, e que existiria um espaço vago entre as duas partes, a parte Norte directamente associada à vila, primeira artéria na direcção sul partindo do recente criado Terreiro e a parte Sul desta, que surgia defronte do Convento de Santa Clara e seguia para a direcção de Caminha.

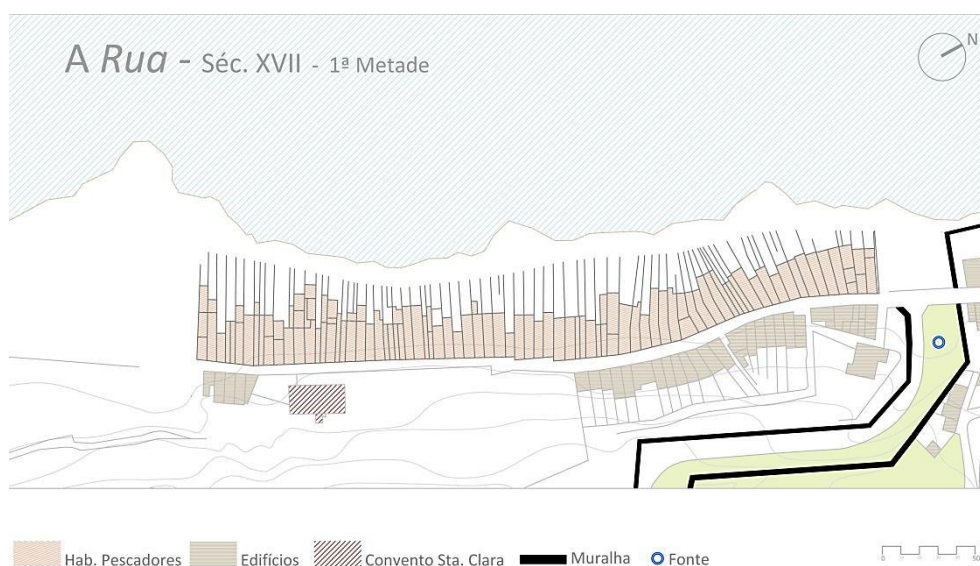


Fig. 64 – Situação da *Rua* na construção das primeiras muralhas Seiscentistas

Provavelmente durante a construção da segunda linha de muralhas, a rua terá ficado totalmente composta e edificada, ligada já totalmente às recentes Portas de Viana. Assim, uma segunda linha de muralhas foi ordenada e edificada, com trincheiras viradas ao rio Minho e criando inclusive um pequeno revelim de protecção à zona de pescadores, originando uma pequena ‘praia’ onde foi surgindo o embarcadouro dos pescadores da vila.

Para esta terceira ordem de muros, entrava-se através das Portas de Viana ou da Misericórdia, como se passaram também a chamar, dando-lhe saída as Portas do Cabo, no seguimento do eixo para a cidade de Viana.

Esta parte da Muralha, possuía ainda um pequeno Postigo, o da Ribeira, sobre o qual Bento Barbosa Caldas, se refere em 1739: “da parte de baixo, do rio, está um Postigo por onde se sai para o Rio Minho que por ele se servem os pescadores quando vão para o rio e mar”.



Fig. 65– Situação da *Rua* com a construção da muralha que a envolve

Defronte do ângulo ou plataforma que descrevemos sobre a porta de Vianna, sempre fronteira ao rio, deixando livre o fosso que tem para sul, principia terceira ordem de muros, os quaes vão continuando sempre para o meio-dia ao longo da praia, que vai sempre descendo do norte, e serve só de defesa ao arrabalde, ficando estes terceiros muros servindo á praça de obras exteriores, dentro das quaes é que vivem os pescadores e está o convento dos religiosos de Nossa Senhora da Misericórdia, e hoje de religiosas claristas; fazendo pois a muralha um ângulo para o oeste, e d’aqui dobrando para leste, a pouco espaço passa sobre as portas chamadas do Cabo, e d’alli subindo uma iminência a leste vai juntar-se a uma plataforma onde chamam o forte de S. Rodrigo com outro lanço de muralha que cobre o convento das ditas religiosas, o qual lanço de muralha caminha para o norte e acaba de circunvalar o arrabalde, vindo juntar-se com o fosso da segunda ordem de muros de traz do convento dos padres capuchos. Dentro pois d’estes terceiros muros tem uma só rua, ainda é a mais povoada da terra: tem uma só porta e um postigo, a porta se chama a porta do Cabo, e o postigo o postigo da Ribeira. A maior parte da rua é povoada de pescadores. Ametade d’ella tem o nome de rua da Misericordia, e a outra ametade o nome de rua do Cabo. (Anónimo, Descrição da Villa de Caminha, 1739)

Ainda sobre esta parte da muralha, refere o cronista Bento Barbosa Caldas no seu manuscrito “Livro Coriozo das Antiguidades desta Villa de Caminha e Termo” de 1739:

A terceira e ultima fortificação he mais antiga que a segunda, feita pello mesmo com sua (?) e dentro della ea somente uma Rua comprida aonde vivem os mareantes que amayor parte da gente desta Rua são da gente do mar e se chama Rua da Misericordia nome que tomou de uma Imagem que o Convento das freiras tem no Coro de Nossa Senhora da Conceição muito milagrosa asim pello que obra como pello ser descuberta na area do Cavedello prodigiosamente em um caixão enterrado

Ainda no “Livro Coriozo das Antiguidades desta Villa de Caminha e Termo”, aparece logo no primeiro, ao jeito de anotação, o relato sobre a construção da Capela da Senhora da Agonia, edifício religioso dedicado quase inteiramente aos pescadores, já que pela necessidade de gozarem de missa antes de sair para a faina muito cedo, urgia a construção de uma capela próximo da *Rua*, extinguindo-se a necessidade de se deslocarem até à *Vila* para tal ritual.

Esta anotação está datada de 1767, 28 anos depois da data do manuscrito, pelo que deverá ter sido anotada, aquando da sua edificação:

(?) ao pé do Rio uma Capella da Senhora da Agonia (?) está no meio, e outras duas senhoras, u.^a de u.^a banda e outra deoutra aqual foi pr.^{to} fabricada em o Calvário daquelles passos de cruces que vão acabar o Forte de Sam Rodrigo fora das Portas do Cabo e o depois por esmollas que (?) deo ordem fazer em baixo a d.^a Capella com ajuda dos mais mordomos que concorrerão p.^a isso e agora tem todos os domingos e dias Santos u.^a missa rezada por tenção dos d.^{os} mordomos, com sua festa solene em o dia da mesma senhora.

De acordo com Paulo Bento, a Capela da Senhora da Agonia terminou de ser edificada em 1774 e foi edificada graças às esmolas da antiquíssima Confraria dos Mareantes, de 1547 (2009, p. 62). De ter em atenção que esta Capela segue a construção contrária à típica dos edifícios religiosos, que costumam ter o altar para Este, enquanto esta o tem para Oeste.

Tal facto deve-se, certamente, a que por se encontrar fora das muralhas, o rio, na enchente, lhe cobriria a entrada se fossem seguidas as normas típicas de construção religiosa.

Muitas vezes ainda, o rio chegou a banhar as traseiras desta Capela, como confirmam alguns pescadores em conversa. Assim, fica também a Capela virada de frente para a *Rua* e não lhe dando as costas.



Fig. 66 – Capela e Largo da Senhora da Agonia na Rua, Ano 1920

O local em redor da Capela da Sra. Da Agonia acabou por se organizar, mais tarde, como um “terreiro fora de portas”. Terá sido pelo ano de 1851, depois das Portas do Cabo serem demolidas em 1836, que o município de Caminha celebrava um contracto com proprietários de três casas que se situavam no fim da Rua da Misericórdia, de forma a “se obter com esta obra o prospecto e alinhamento da rua e largo público no dito sítio, por isso que no estado em que se achavam salientes para nascente deturpavam a dita rua e sítio na entrada para desta vila da parte do sul e da cidade de Viana do Castelo” (em Bento, 2009, p. 62-63). Assim, foi criado um pequeno largo, que ainda se mantém como o principal ponto de reunião dos pescadores de Caminha.

Não muito distante do Largo da Senhora da Agonia, existe actualmente um largo chamado Largo do Cais da Rua, por ter inicialmente, antes da construção da Avenida Marginal em terrenos ganhos ao rio, aí situado o antigo Cais dos Pescadores, Cais da Trincheira ou o Cais da Rua.

Segundo Paulo Bento, esta zona terá possuído um pequeno cais ancoradouro de apoio aos pescadores desde o século XVI, no qual podiam descarregar a sua safra, outrora muito abundante (2009, p. 44). Este estaria situado no local conhecido por Praia dos Pescadores, criada pelo pequeno revelim que a muralha aí possuía, até à construção da Avenida Marginal.

No entanto, em 1852, o então Presidente da Câmara José de Oliveira Torres, decidiu construir o primeiro Cais da Rua moderno. No documento de arrematação da obra era referido “um cais de pedra de selharia lavrada (...) no sítio da Ribeira para embarque e desembarque dos pescadores da Misericórdia desta villa e demais pessoas que ali embarcam e desembarcam, o qual deve principiar no paredão da Rua ou Travessa da Trincheira (...) até à pedra denominada da Rapa, e deve ter de comprimento quatrocentos e noventa palmos e de alto, no principio junto ao dito paredão, oito palmos, e no fim, que é em cima da sobredita pedra (...), seis palmos, por dez de largo no dito e oito palmos no sobredito.” (em Bento, 2009, p. 44)



Fig. 67– Antigo Cais da Rua, Ano 1905

Este Cais, apenas seria deslocado, aquando da construção da Avenida da Marginal, mantendo a sua posição, apenas sendo desviado para Oeste os metros necessários.

Caminha recebeu o comboio pela primeira vez no dia 30 de Junho de 1878, na sua viagem inaugural. Então, já estaria construída a linha de Caminho-de-ferro, assim como a estação de apeadeiro da Senhora da Agonia, uns metros à frente da Capela da Senhora da Agonia.

Apesar de receberem com agrado a presença de um apeadeiro desse modo de transporte próximo a rua residência, os pescadores em muito protestaram pela linha interromper o acesso à zona das *Maloutas*, onde a muralha seguia as escadinhas do Calvário até ao Forte de S. Rodrigo, ponto

elevado de onde os pescadores podiam ver a Barra do Rio Minho (Bento, 2009, p. 156).

Por essa altura, final do século XIX, os problemas na Rua da Misericórdia eram inúmeros. Através de uma série de documentos não catalogados do Arquivo Municipal de Caminha, presentes em maços com o nome de Requerimentos de Obras referentes a vários anos, podem encontrar-se algumas ocorrências de extrema importância para conhecer o estado da *Rua* na altura.

No maço do AMC “Requerimentos de Obra do anno de 1891”, os moradores da Rua da Misericórdia requerem o arranjo da fonte que os abastecia, deixando-nos a entender que a Rua da Misericórdia ainda não possuiria saneamento nem canalização de água:

Dizem os abaixo assinados moradores na rua da Misericórdia d’esta villa que na atual estação calmosa e quando se torna mais necessário à vida a água para todos os effeitos Higienicos se veem privados há muito tempo e com muito sacrificio tem de acarretar do chafariz do Terreiro esta por estado de rotura do cano que conduz a água á fonte da dita rua da Misericordia cuja água vem pela rua desperdiçada (?) sem proveito algum para os moradores pois as bicas estão seccas, hontem os moradores vizinhos abriram a pequena porta por estar escangalhada sem fechume (?) e tiraram de dentro uma grande quantidade de entulho e desviando (?) por ali alguma água.

O documento é assinado por 20 moradores da Rua, no entanto acrescentam que “ Pode-se ajuntar mais 100 assignaturas se preciso for”, pelo que poderemos concluir que esta seria uma rua deveras populosa então.

Dois anos mais tarde, a 17 de Maio de 1893, os moradores voltam a dirigir-se ao poder local de forma a verem solucionado o problema que possuíam com a pavimentação da Rua, mais propriamente do caminho que era então chamado de Cabana, que partia das antigas Portas do Cabo e seguia o caminho para Viana. O documento que o comprova, encontra-se no maço de “Requerimentos de Obras do anno de 1893”:

Dizem os abaixo assignados moradores da Rua da Mizericordia e do Pombal d’esta Vila de Camiha, que achando-se n’um deploravel estado o caminho publico chamado da “Cavana”, extramuros desta mesma villa, vem requerer a V.^{cias} para que se façam no referido caminho as competentes obras de reparação visto ser isso de reconhecida necessidade publica.

As chuvas e continuo transito tem produzido n'este caminho grandes escavações, tornando-o muito irregular e conseguidamente difícil e perigosíssimo, pois ficando sobranceiro aos terrenos marginais e não tendo parapeito ou quaesquer postes que sirvam de resguarde, podem os transeuntes resvalar, acarretando-lhe isso graves prejuízos, como é fácil de prever; e sendo como é o aludido caminho constantemente transitado por gente, gado e carros, em virtude de ser a única servidão não só para diferentes propriedades como também e muito principalmente para uma fonte e lavadouro publico de que se faz uso diariamente, por isso se torna de urgente necessidade o repara-lo convenientemente de se poder transitar por elle sem perigo de se repetirem os desastres e prejuízos que por mais d'uma vez tem succedido n'estas circunstâncias

Através deste documento, é possível verificar como os arruamentos da 'Rua' não estariam ainda pavimentados, ao invés do que sucedia já na restante vila. Podemos ainda verificar, que a água era igualmente ainda proveniente de fontes públicas e que os moradores da Rua da Misericórdia possuíam ainda o conceito "dentro e fora" da muralha, pelo que esta estaria, como nos comprovam igualmente as plantas da altura (Cruz, 1988, p. 84), ainda bastante preservada e edificada. No final deste documento, é ainda apresentado um orçamento, feito mais tarde por um funcionário público, para a pavimentação da Rua da Misericórdia e do Caminho da Cabana.

Em 1898, os moradores da Rua da Misericórdia, voltam a dirigir-se ao município, para que lhes seja atendido o pedido de reparação e cuidado da Travessa da Trincheira, que se situava entre os quintais das habitações de pescadores e a antiga muralha. Este documento foi encontrado no maço dos "Requerimentos de Obras de 1898" do AMC:

Dizem os abaixo assignados moradores na Travessa da Trincheira, d'esta villa, que existindo um aqueduto na referida travessa que dá impudição (?) as águas pluviais e sucedendo que o mesmo aqueduto se acha obstruído completamente com areia, deixando por isso de dar escoamento as águas e que estas, por tal motivo, em ocasiões de muitas chuvas, alagam as lojas dos prédios que os supp.^{tes} (?) possuem na aludida travessa prejudicando-as bastante, vão por isso reclamar a V.E.^{as} as necessárias providencias.

Várias das assinaturas presentes neste documento, repetem-se nos anteriores, pelo que logicamente, os moradores da Travessa da Trincheira são os mesmos que os da Rua da Misericórdia, tratando-se apenas a Travessa da

via para onde estão viradas as traseiras das habitações. O aqueduto que é referido, seria o que existia associado à muralha que circundava a Rua da Misericórdia, comprovando novamente que na época, esta ainda estava conservada.

Já no início do século XX, a muralha começa a sofrer algumas alterações, sendo parte demolida e parte destruída pelo rio. Por esta altura, a que era anteriormente conhecida por Travessa da Trincheira, por se tratar apenas de um estreito caminho que dava acesso desde os quintais das casas de pescadores ao postigo de acesso ao Cais da Trincheira, era já conhecida como Rua da Trincheira (Bento, 2009, p. 132).

Em 1938, é aberto um pequeno arruamento que faria a ligação entre a Rua da Misericórdia e a Rua da Trincheira, quebrando assim o enorme quarteirão que existia de habitações dos moradores da *Rua*. “No final do século XIX, os mapas desta zona ainda não permitem descortinar qualquer brecha entre a linha compacta de casas no lado poente da *Rua*”, no entanto existia uma estreita quelha, que aparece denominada de Quelha do Armada nos anos 30 do século XX e que terá sido finalmente ampliada no ano de 1938. Nesta quelha, entre 1958 e 1978 funcionou a Fábrica de Refrigerantes Santa Rita, produtora dos populares “Pirolitos” de então. (Bento, 2009, p.142 e 143)

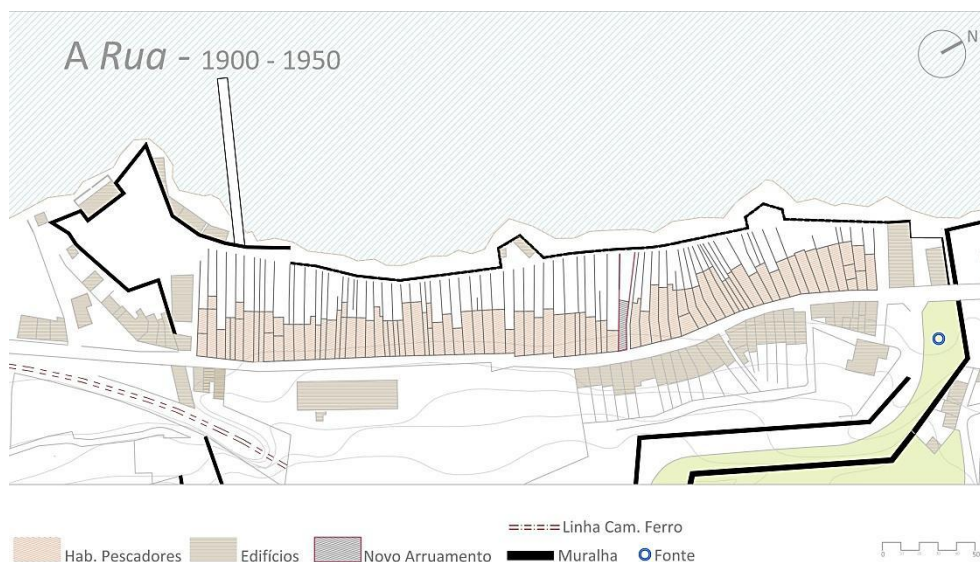


Fig. 68– Situação da *Rua* na primeira metade do Séc.XX

Ao consultar plantas da época (Bento, 2009, p. 27), pode verificar-se que em meados do século XX, o revelim virado ao rio Minho havia já desaparecido, ora demolido em partes, ora aproveitado a construção de novas edificações e

habitações; nota-se igualmente um aumento da presença de habitações para lá das antigas muralhas.

A antiga Rua da Trincheira, que acompanhava a parte interior do revelim desde a Rua da Misericórdia até à antiga Travessa da Trincheira que dava acesso ao Postigo da Ribeira, por se encontrar então com construções de ambos os lados, passa a ser chamada de Travessa da Trincheira, trocando de nome com o outro arrumamento (Bento, 2009, p. 156).

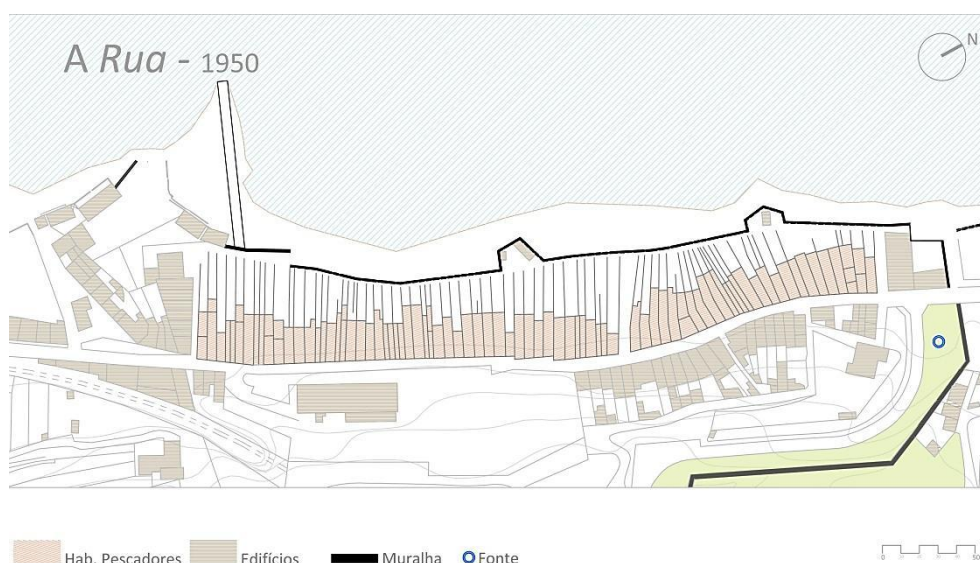


Fig. 69 – Primeiros desaparecimentos de Muralha na Rua

Em 1964, esta zona de Caminha vê os seus terrenos aumentados; após terem sido ganhos ao rio, estes terrenos eram destinados à construção da Avenida Marginal, desviando assim o trânsito do interior da localidade.

Tal situação provocou então o finalizar da destruição da muralha, até ao último quartel do século XX; altura em que apenas alguns tramos eram preservados como muros dos quintais das casas viradas ao rio.

O cais é desviado, para o local onde hoje está situado, e os anos que se passaram sem dar qualquer utilização aos novos terrenos, possibilitaram o aparecimento do Campo da Rua, onde jovens brincavam e jogavam à bola, como se recordam vários habitantes caminhenses.

Na altura, os jogos e a rivalidade entre os da *Rua* e os da *Vila* animavam e ocupavam os tempos livres.



Fig. 70— A Rua após terem sido ganhos os novos terrenos ao Rio Minho

Não seria até aos inícios dos anos 80, que os terrenos em frente à Rua da Trincheira seriam aproveitados e utilizados para qualquer edificação. Numa altura em que nos terrenos ganhos ao rio, já a feira se realizava nesta nova área e o Mercado Municipal tinha já surgido (ambos em 1978), na zona Norte, próxima à vila, apenas em 1980 a Rua da Trincheira vê uma nova construção. Tratava-se do Bairro da Guarda Fiscal, destinado a albergar os oficiais desse corpo caminhense e os seus familiares (Bento, 2009, p. 51 e 134).

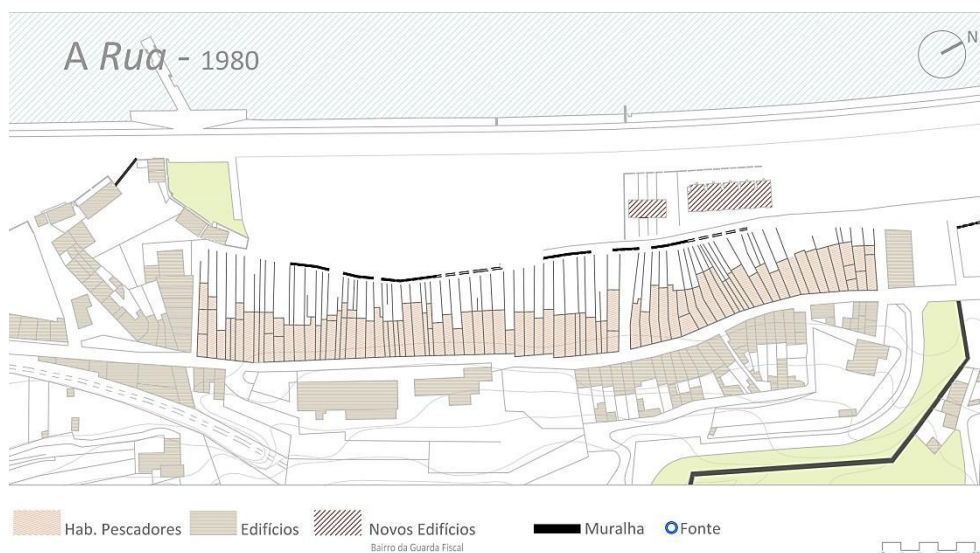


Fig. 71 – Primeiros Edifícios dos novos terrenos ganhos ao Rio Minho

Mais tarde, em 1982, respondendo a uma necessidade que se sentia já há alguns anos, devido às fracas condições de vida que alguns residentes da Rua, e após anos de avanços e retrocessos no processo, estava construído o Bairro

Social de Caminha, com um total de 60 fogos (24 moradias unifamiliares e 36 apartamentos em prédios) que em tudo vieram prejudicar as casas da antiga Rua da Misericórdia, então passada a ser designada por Rua Benemérito Joaquim Rosas, retirando-lhes as vistas e aglutinando-as entre grandes prédios de tijolo e betão e um arruamento escuro e estreito (Bento, 2009, p. 134).

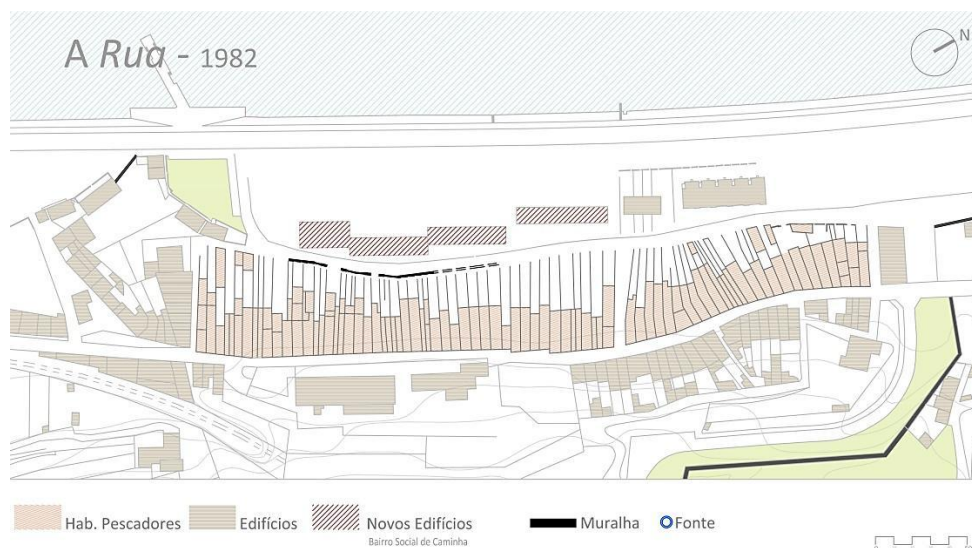


Fig. 72 – Últimos Vestígios de Muralha e novos Edifícios nos terrenos ganhos ao Rio Minho

Entre os anos de 1987 e 1989 foram ainda construídos o actual Quartel da Guarda Nacional Republicana de Caminha, assim como um edifício destinado a Centro Comercial, que viria a marcar definitivamente o carácter comercial da parte Norte da antiga Rua da Misericórdia e a imagem da marginal caminhense, bem como destruir de forma irremediável qualquer vestígio das antigas Portas de Viana e a vista para o Rio Minho.

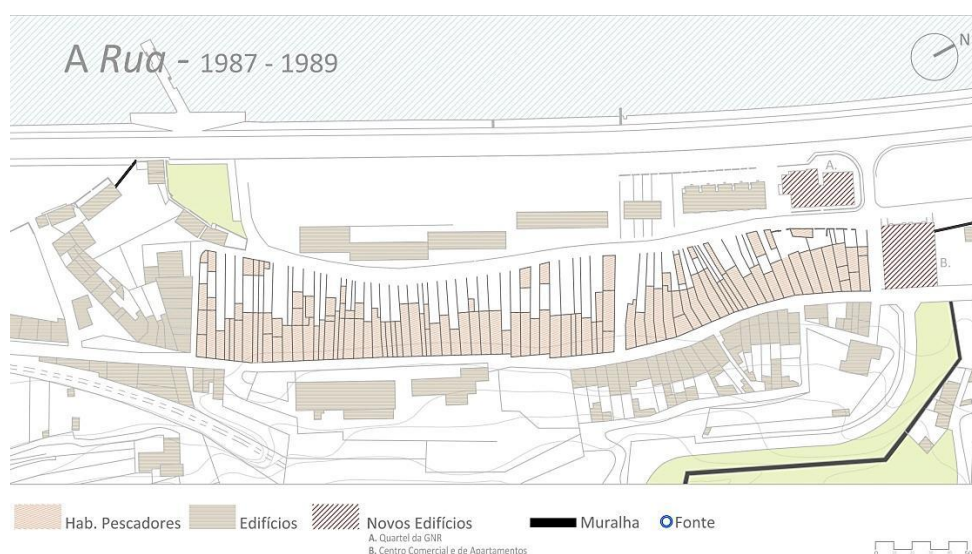


Fig. 73– Últimas construções nos terrenos ganhos ao Rio Minho

Até à actualidade, foram surgindo ainda mais alguns edifícios de habitação; feitas obras de requalificação e melhoria no Largo da Senhora da Agonia; foi criado um campo de jogos, recuperando o antigo Campo da Rua, assim como pequenos parques infantis e espaços verdes na envolvente do Bairro Social.

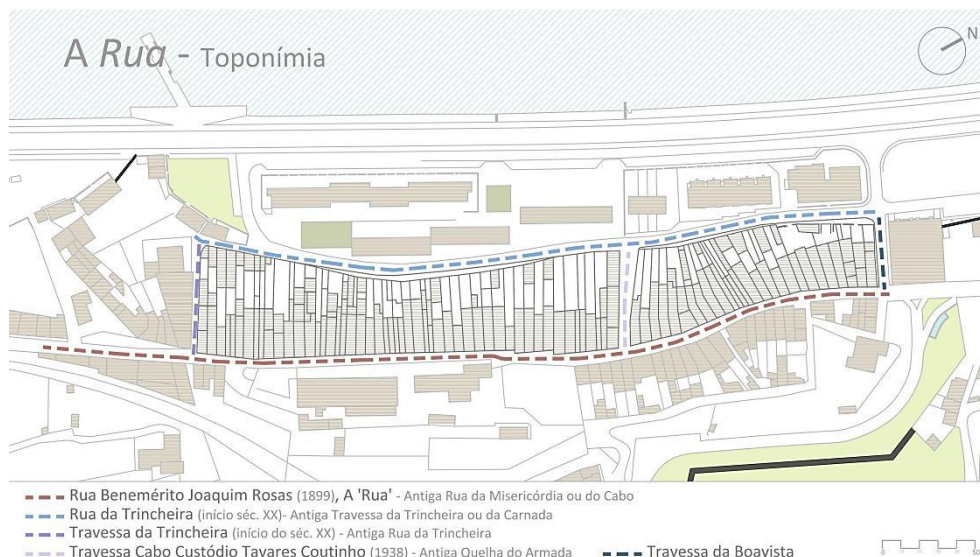


Fig. 74 – Situação Actual da Rua - Toponímia

Propositadamente ou não, a antiga fonte no fosso da antiga muralha é “reavivada”, tendo sido criado um pequeno espaço de estar com um elemento de água e uma estátua de homenagem ao pescador Caminhense, bem no início da Rua.

Com o passar dos tempos, e apesar de se manter a identidade da Rua e sua população em confrontação com a da Vila, o espaço foi sendo irremediavelmente afectado e descaracterizado. Se por necessidade se ‘roubou’ o rio às casas dos pescadores para possibilitar o afastamento do trânsito do interior da vila, por más decisões foram-lhes retiradas, igualmente, as vistas e a proximidade a este ‘seu’ elemento do qual tanto necessitam e dependem.

Muito para além da nova via que foi criada, que por si só já desempenha um corte entre a Rua e o rio, a edificação massiva de edifícios, alguns deles em altura, veio causar alterações profundas no espaço e consequentemente na comunidade do pescador Caminhense.

4.2. A Identidade da Rua e da ‘Meia Casa’ do Pescador Caminhense

O carácter insularizado da *Vila*, reforçado pelas próprias condições naturais, determinou ao arrabalde a marginalidade responsável pelo desenvolvimento de uma vida independente e isolada. Mesmo hoje, ao sul do Terreiro, há a sensação de se pertencer a outro *sítio* e a outra *gente*, que assistiu impassível ao apogeu e declínio da vila velha, à sua transposição fora dos muros, às tentativas de trilhar caminhos novos. Insularizada, por seu turno, na sua função autónoma, embora humilde, na imobilidade das fachadas, a *Rua* assistiu ao desenvolvimento *cíclico* das diferentes fases urbanas de que não participou: a medieval, a barroca e a moderna, concretizadas pelas sucessivas gerações de casas, monumentos e traçados de ruas que organizaram o espaço que as integrou. (Cruz, 1988, p. 85-86)

A sensação descrita por Maria Alfreda Cruz é comum a todos os que percorram as ruas de Caminha. Se por um lado os habitantes da vila já sabem de antemão que a *Rua* é zona dos pescadores de Caminha, por conhecerem a profissão dos que nela habitam, inclusive apesar da decadência recente da pesca, por outro lado, aqueles que visitam a *Rua* pela primeira vez, identificam igualmente um espaço diferente, dotado de construções distintas e uma envolvente própria.

Associados estes elementos construtivos à comunidade que deles usufrui, às suas memórias e às suas vivências e percurso histórico, poder-se-ia, como defendem os teóricos revistos, associar à *Rua* uma identidade própria, diferente da *Vila*, tão forte e presente nos Caminhenses, que estas se manifestam até no vocabulário dos que convivem com ambas.

Em Caminha, como se se falasse de largos quilómetros é comum ouvir-se pelos habitantes da *Rua* expressões como ‘*Hoje vou à Vila*’, ‘*Fulano arranjou trabalho na Vila*’, ‘*Vou para a Vila vender o peixe*’...

Ao mesmo tempo, os da *Vila*, sabem que ‘*Aquele é da Rua*’, que se ‘*Passa a Rua e se segue pela estrada velha para Viana*’ e que ‘*Se houver peixe fresco, as senhoras da Rua vêm à Vila vendê-lo*’...

Os pescadores e moradores da vila, afirmam, com uma certa dose de orgulho que são Caminhenses, são de Caminha, mas são ‘ainda mais da *Rua*’.

Directamente relacionada com as actividades dependentes do rio Minho, Caminha criou dinâmicas sociais diferentes, ora de comércio de produtos através deste, ora de obtenção de recurso, como o peixe, do mesmo, nunca se misturando tarefas, funções ou actividades que cada área centralizava. “A oposição na organização social da Vila de Caminha evidenciou-se com a ‘divisão sem barreiras’ físicas entre a *Rua* e a *Vila*” (Rodrigues, 2011, p.107).

Ao desdobrar-se, o burgo medieval mantém intrinsecamente ligados ao velho núcleo o porto e as actividades mercantis a distância; e associa-se à póvoa recente a única função de subsistência que a localização da vila justifica. Esta dualidade – *vila e rua* – marcou definitivamente a estrutura de Caminha com a sua irredutível autenticidade. A *Vila* era a embrionária cidade medieval, com a escassa população polarizada em torno da navegação de cabotagem e do comércio a distância, enquanto a *Rua* – Rua os pescadores ou da Misericórdia, da apela do mesmo nome – era o arrabalde determinado pela segregação da mais pobre camada do seu povo. As funções que centralizavam parece terem-se mantido sempre alheadas uma da outra. (Cruz, 1988, p. 16)

Cruz refere que a identidade *Rua-Vila* é tão forte que nela assenta a personalidade de Caminha, entre outros factores:

A personalidade da estrutura de Caminha reside em três factores: a herança duma diferenciação remota que opôs à Vila medieval a Rua do arrabalde mais recente; a existência dum elemento de conexão entre ambas – o Terreiro (...); o crescimento da vila para o interior, vagamente enquadrado pelas suas (...) e pela via férrea. (1988, p. 83)

Esta personalidade Caminhense fruto das identidades *Rua-Vila*, para além de se verificar através das camadas sociais e das profissões de cada grupo de habitantes e utilizadores da Rua, pode também ser verificada através das construções e dos espaços urbanos que elas geram; só dessa forma se poderá também relacionar a evolução e o carácter da estrutura de Caminha com a dualidade referida.

A divisão é constatável por quem atravessa a Vila, passando pela ‘Vila Velha’ e segue pela margem sul da Vila, pela *Rua*. A área designada como Rua, ao contrário do resto da Vila, não acompanha o desenvolvimento no campo das tipologias construtivas, dos traçados e morfologia urbana, ficando de certa forma ‘estagnada’ ao longo do tempo. (Rodrigues, 2011, p. 108)

Apesar dos habitantes da *Rua* não gostarem de ver o seu espaço comparado com o termo Bairro piscatório, em parte pela associação feita com o recente e próximo Bairro Social, assim como pela perda da terminologia de “a Rua” que tanto defendem, a verdade é que o espaço que a compõe pode ser efectivamente interpretado como um Bairro típico Caminhense, assim como tal é definido na “Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea” da UNESCO de 1976 em Nairobi.

Kevin Lynch, na sua obra “A Imagem da Cidade” define o elemento da cidade “Bairro” como:

Os bairros são regiões urbanas de tamanha médio ou grande, concebidos como tendo uma extensão bidimensional, regiões essas em que o observador penetra (...) mentalmente e que reconhece como tendo algo de comum e de identificável. São sempre passíveis de identificação do lado interior e, também, do exterior, no caso de se poderem notar, com diferenças de indivíduo para indivíduo. A maioria dos cidadãos estrutura deste modo a sua cidade, cujos elementos importantes são as vias ou os bairros. Isto parece depender não só do indivíduo, mas também da cidade em questão. (2009, p. 52)

Não haverá elemento mais comum e identificável pela Rua dos Pescadores de Caminha que as suas casas. Comparativamente a qualquer outro tipo de casa de pescador, como os que já analisamos anteriormente, a casa de pescador de Caminha também mantém uma relação de extrema importância com as funções e as actividades ligadas à profissão de pescador e a tudo que possa ter que ver com a faina. No entanto, apresentam uma distribuição e uma série de características que não foi possível detectar em mais nenhuma habitação de pescador ou autor ao respeito.

Maria Alfreda Cruz e Lourenço Alves inserem-na, dentro das tipologias de habitação Caminhense, na “casa plebeia”, não totalmente urbana por, além da função de habitação, desempenhar precisamente algumas funções relacionadas com a pesca (Cruz, 1988, p. 81 e Alves, 1985, p. 80).

A casa “plebeia”, ocupada tradicionalmente pelo pescador, é em geral térrea (...), mas a sua planta sugere a da casa burguesa. Vulgarmente a porta da rua dá acesso à sala, onde pode penetrar-se descendo dois degraus que comunicam com o corredor. Apenas de um dos lados ficam portas que dão para quartos, porque o outro é limitado pela parede que separa a casa da casa vizinha. Designa-se por ‘meia-casa’

(...) por não possuir, como a da vila, compartimentos desenvolvidos dos dois lados do corredor. A sua estrutura influenciou também a construção burguesa (...). Possui a ‘torre’ onde se faz a cozinha, que se ergue acima do pátio interior donde se desce para a loja semi-subterrânea, escavada sobre a parte posterior da casa e aberta para o quintal. Da janela da ‘torre’, avista-se o porto e as embarcações que aí se fixam no porto que o pescador perscruta antes de sair para o mar, se é safra do mar que lhe interessa. (Cruz, 1988, p. 81)



Fig. 75 – Duas Meias-Casas da Rua, Anos 40-50

A ‘meia-casa’ de pescadores de Caminha “de pequenas dimensões desenvolve-se longitudinalmente entre duas ruas (...). No quintal posterior, encontramos a área de trabalho, próxima ao rio Minho e destinada ao arrumo ou arranjo dos utensílios de pesca” (Rodrigues, 2011, p. 127).

A linha de água encontrava-se até ao século XIX acima do nível que se encontra na actualidade, tornando-se a casa da rua dos Pescadores, a primeira na confrontação com o rio Minho, a Poente. Os trabalhadores

da pesca podiam assim visualizar o rio e as suas condições, desta localização privilegiada. (Rodrigues, 2011, p. 129)

Em conversa com habitantes de Caminha e principalmente de habitantes da *Rua*, bem como pela rápida observação das construções, pode-se ainda ficar a saber que a ‘meia casa’ da Rua dos Pescadores, se caracteriza ainda e principalmente pela sua reduzida largura da fachada e por possuir apenas uma água em cada casa; por não possuir janelas na sua fachada principal, contendo apenas uma na fachada posterior, ainda que esta característica seja já pouco frequente.

As ‘meias casas’ situaram-se, segundo estes habitantes, sempre apenas no lado Poente da *Rua* de frente para o Convento e com acesso directo ao Rio desde as traseiras das casas; construir as casas de pescadores no lado Nascente da *Rua*, pela sua inclinação e pelo terreno disponível principalmente, não seria cómodo nem útil aos pescadores e às suas actividades, por isso a construção terá sido tão massiva e organizada num longo e único quarteirão a Poente.

Rodrigues refere ainda que “as habitações organizavam-se longitudinalmente para possibilitar o acesso ao interior da mesma com os remos ou outros utensílios de trabalho” (2011, p. 128). Por outro lado, a organização interior das habitações deveria principalmente cingir-se ao melhor aproveitamento das parcelas tão estreitas e longas.

Maria Alfreda Cruz (1988, p. 81) atribui a este arruamento a existência deste tipo de habitação, humilde e simples, desde os seus primórdios, considerando inclusive que nas Memórias Paroquiais de 1758 (que resultariam no Dicionário Geográfico) estas aparecem referidas.

Efectivamente, nas Memórias Paroquiais, acerca da população e quantidade de habitações da vila de Caminha, vem descrito que “Tem trezentos e trinta, e sinco vizinhos, chamados na dita Villa fogos e meyo fogos conforme consta no rol dos confessados” (Carvalho, 1980, p. 64),

Nenhum dos cronistas Caminhenses estudados, Bento Barbosa Caldas, Padre Gonçalo Rocha de Moraes e o autor da “Descrição da Villa de Caminha” fazem qualquer menção a ‘meias casas’ nos seus manuscritos, quando descrevem a antiga Rua da Misericórdia.

No entanto, em pesquisa no Arquivo Municipal de Caminha, no 1º “Livro de Testamentos”, foram encontrados dois manuscritos que referem as ‘meias casas’.

O primeiro documento é titulado como “Copia do Testamento com que faleceu Francisca Martins Ligeira, da Rua da Misericórdia desta Villa” e é datado do “Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitto centos; aos três dias do mês de Mayo.”

Depois de deixar claro a sua vontade quanto aos rituais religiosos a levar a cabo no final da vida da testadora, o escrivão redige:

Dise mais ella testadora que o seu genro Manoel da Cunha cazado com minha filha Maria Quiteria estavam satisfeitos de tudo que lhe pertencia da herança de seu sogro e pai por partilhas que fizerão entre os dois irmans – Dise mais que como cabeça de cazal le ficam a metade das meyas cazas que propunha que forão louvadas (?) em vinte e quatro mil reis e que este e muito mais devia a seu genro João de Pinto por este ater (?) com todo o nesessário em todo o tempo que tem estado de cama doente que haverá oitto anos, para nove e por metade das meyas casas nada pertence aos mais herdeiros.

Num outro manuscrito do mesmo Livro, “Copia do testamento com que faleceu Antonio Joze da Silva”, datado do “anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitto centos e dezasseis anos aos oito dias do mez de Mayo do ditto anno”, o testador faz novamente referência a todas as suas preferências para os rituais funerários, seguido da distribuição dos seus bens materiais:

deixo por esmola aos filhos do segundo Matrimonio as minhas meyas cazas (?) desta Villa cujas me tocarão na minha ameaça(?) com todos os móveis que por minha morte se acharão, assim móveis de sala e cuzinha, milhos(?) e vinho, partirem roupas brancas e de cor, e em dinheiro, lhe deixo mais vinte e quatros mil reis.

Tais manuscritos parecem sugerir que as ‘meias casas’ da Rua da Misericórdia já poderiam existir pelo século XIX, no entanto não foi possível encontrar até á data nenhum outro documento que as pudesse descrever ou situar numa época específica de uma forma mais clara e evidente do que o fazem estes dois exemplares.

No início do século XX era já clara a existência de ditas edificações, uma vez que estas podem inclusive já ser retratadas por via fotográfica.



Fig. 76 – Situação da Rua, Anos 50

Em 1923, quando Raúl Brandão escreve a sua obra “Os Pescadores”, não faz qualquer referência às ‘meias casas’, no entanto sobre Caminha e a *Rua* escreve, aquando da sua passagem em 12 de Agosto de 1921:

Arranco-me a custo à contemplação e vou à Rua dos Pescadores, que têm quase todos fugido para Manaus e para Santos. São casinhas muito limpas com um postigo aberto na porta. Para a vida do mar largo restam duas lanchas, uma delas quase abandonada. A gente que aí ficou emprega-se no trapiche da Galiza ou na pesca de água doce. A pescada falta: o mar dá canejas (cações), sardas e as sarapintadas melcas. Num dia largam a caça, no outro vão buscá-la.(...) Agora Caminha adormecida vai morrer. Não tem movimento. Não passa ninguém nas ruas. As casas estão desertas. Só num recanto da praia alguns homens afadigados constroem a toda a pressa um navio para levar o resto dos habitantes para o mar. Cheira a breu e a pinheiro novo. Os carpinteiros de machado descascam o último mastro. Martelam-se as cavilhas. É embarcar! embarcar!... (p. 10)

Caminha, em especial a comunidade piscatória da *Rua*, vivia então as dificuldades que na época afectavam todas as populações costeiras: a crise da pesca, a chegada dos transportes como o comboio e o automóvel que diminuía o movimento comercial portuário, as necessidades económicas e as obrigações do regime político. Assim, a emigração, a par da saída de alguns caminhenses para a pesca do bacalhau, fazia-se sentir. A onda de emigração, atingiu nos anos 70 o seu auge. Os emigrantes dirigiam-se então para França ou para o Brasil, em busca de novos trabalhos e melhores condições de vida,

riqueza e acesso a coisas que a vida de pescador, a pacatez caminhense e o próprio país lhe negava.

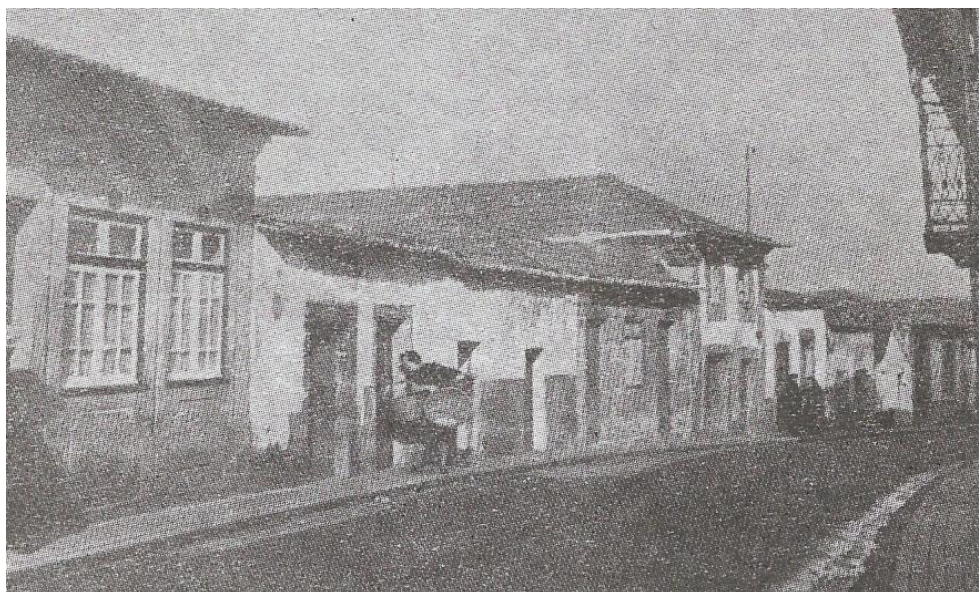


Fig. 77– A Rua, Anos 50

A vida dura dos pescadores e sua família levava a que muitas vezes os filhos tivessem de se dedicar muito jovens também à pesca, bem como a que as mulheres da família tivessem, por sua vez, que empenhar-se na venda do peixe, no apoio às lides piscatórias (preparar o isco, tecer e lavar redes, concertar artefactos...) e no trabalho dos campos próximos, em épocas de menos pescaria. Acerca das dificuldades que as famílias dedicadas à faina sentiam, Orlando Ribeiro atende ainda à sazonalidade da questão, na sua obra “Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico” de 1945:

Apesar do grande número de locais de pesca, principalmente ao norte da Nazaré, a pequenez das embarcações e, muitas vezes, a conformação da costa, baixa, arenosa e sem abrigos, tornam o trabalho perigoso ou impossível durante parte do ano. Os barcos vêm varar na areia depois da faina ou ao menor sinal de borrasca; e, nos meses de Inverno, os pescadores, sem poderem sair ao mar, mendigam e passam fome. (1998)

Na publicação de Maio de 1972 do Boletim Caminhense “Os Ecos da Matriz”, José Gavinho Pinto escrevia uma pequena resenha, “A Rua Benemérito Joaquim Rosas – ‘Rua dos Pescadores’ ”. Nesta, o autor recorda com saudade a antiga *Rua*, “se compararmos o movimento que se via nesta rua há vinte anos passados com o de hoje, diremos ‘a Rua está deserta’. A maior parte da gente foi para França em busca de melhor vida ou de ganhar

mais dinheiro” (p.4). As mudanças não se faziam somente na população, o dinheiro que vinha de fora, servia para se levarem a cabo algumas obras e alterações nas pequenas ‘meias casas’ dos pescadores caminhenses, perdendo-se imagens e tradições:

Entretanto aquelas casinhas com um postigo na porta têm sido substituídas por uma porta moderna e ao lado, na mesma frente, uma janela com persianas. No Largo da Senhora da Agonia onde tantas gerações de rapazes jogaram a bola, a bilharada e o pião, remodelaram-se várias casas que dão ao Largo, uma característica de maior beleza. (...) Com a falta de pescaria os homens foram obrigados a procurar nova vida, noutros países, em terras estranhas, não obstante corroídos pela saudade, lá vão em busca de trabalho que lhes garanta uma melhor vida, um melhor destino para si, e passa os seus. Assim, vão modernizando as suas casas, e os seus filhos já não vão descalços para a escola como nos meus tempos de criança em que os calçados eram meninos e os de pé descalço eram garotio ou rapazes da Rua. Tradições locais que felizmente se vão perdendo em face de mais animados costumes, infelizmente não foi o dinheiro dos sáveis que os criou, mas sim o amargo ganho em terras estranhas, noutros países, para onde emigram. (Pinto, 1972, p. 4)

A pequena porta com postigo, que tantos pescadores e habitantes de mais idade de Caminha recordam já praticamente não aparece em qualquer ‘meia casa’ da *Rua*. As fachadas coloridas, segundo contam, foram substituídas pelas brancas com a porta moderna, ou pelo azulejo que as reveste; as habitações ganharam casas-de-banho, salas mais espaçosas ao fundo das habitações e grandes varandas voltadas ao quintal; abundaram a construção de anexos nas traseiras das casas e a Rua da Trincheira, que antes era repleta de alçados posteriores com pequenas janelinhas mudou completamente.



Fig. 78 e 79 – Traseiras da Rua

Os emigrantes que chegavam com mais algum dinheiro, passaram também a comprar duas e três ‘meias casas’, a juntá-las e edificar casas maiores, com dimensões como as que surgiam na vila, com grandes janelas, amplas divisões e decorações fartas nas fachadas.

Entretanto, quando nos anos setenta, se legalizou a emigração clandestina, com impacto significativo no crescendo das contas bancárias dos emigrantes, compactaram-se novos bairros, de prédios de fracções autónomas, do lado esquerdo da Marginal, desde o Mercado até à derivação viária para o Cabedelo. Na vila, fora de centro histórico, várias casas foram sendo substituídas por prédios do esmo tipo, sobretudo na Avenida da Estação e na *Rua*, em fase acelerada de descaracterização, já que a degradação do casario, de há muito estimula a sua substituição espontânea. (Cruz, 1988, p. 67-68)

Actualmente existem apenas trinta e quatro exemplares das ‘meias casas’ no lado Ponte da Rua dos Pescadores de Caminha e estas, tendem com o passar dos anos a desaparecerem, deixando desvanecer uma das mais importantes imagens Caminhenses.

A ‘meia casa’ na Rua dos Pescadores, apresenta um carácter laboral, onde a pesca assume um papel de influência fundamental na organização e estruturação da habitação. O quintal tornou-se um importante espaço regido pelo trabalho, tornando-o uma imagem da Vila de Caminha. (...) Actualmente, quem passa na rua dos Pescadores pode constatar as requalificações e reabilitações executadas num grande número de habitações tipo, ainda que algumas delas continuam devolutas, sem que exista uma protecção deste património arquitectónico da Vila. (Rodrigues, 2011, p. 129)

Efectivamente urge a criação de medidas, por mínimas que sejam, para a preservação destes exemplares. Ainda que não possuam a importância de outros monumentos, estas detêm um papel importante na história e na cultura Caminhense, fazendo parte da memória colectiva e da identidade dos habitantes Caminhenses, pescadores ou não.

4.3. Análise do Conjunto

Após o estudo evolutivo e histórico, quer da localização da comunidade piscatória na vila de Caminha, quer da própria 'Rua', bem como a revisão dos autores que abordaram a temática das habitações desse arruamento caminhense, é apresentada uma análise da situação actual do objecto de estudo. A 'Rua' é a expressão de uma comunidade tradicional própria, a piscatória, e dos seus valores, constituindo um verdadeiro documento histórico e de valor antropológico e etnográfico, tal como vem descrito na Carta Internacional sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas (ICOMOS, 1987).

Inicialmente será analisada a Rua como 'conjunto', uma vez que os espaços nos quais habitam e convivem comunidades específicas, devem ser encarados inicialmente como tais, que poderão representar ou não, conjuntos patrimoniais (UNESCO, 1976). Como foi referido na revisão de autores, estes espaços prendem-se quer com características construtivas próprias, que aqui se analisam, quer com a memória colectiva e legado histórico que passa de geração em geração. Questões como a forma e parcelamento dos terrenos; as relações entre os espaços (construídos, livres e verdes); a forma e o aspecto dos edifícios, definidos através da sua estrutura, volume, materiais, cor e decoração, e a função que cada espaço adquire são características a ter em conta para determinar o carácter dos conjuntos, contribuindo para a sua perspectiva pitoresca (ICOMOS, 1987).



Fig. 80 – Situação Actual da Rua

Assim, foi elaborada uma análise baseada na observação e no diálogo com os habitantes e utilizadores da ‘Rua’, registando características que possam ser comuns entre edificações. Foram registados todos os edifícios da ‘Rua’, bem como as seguintes características: as dimensões do lote de edificação, em particular a sua largura; o número de pisos; o uso que é dado à edificação e, no caso de esta ser uma habitação, se se encontra habitada ou em situação de abandono; o estado de conservação. Partindo das visitas e do trabalho de campo, foram ainda elaboradas plantas de edificações dissonantes da zona estudada.

Posteriormente, e depois de serem identificadas, foram observadas apenas as 34 ‘Meias Casas’, tendo resultado da observação o registo de particularidades que lhes são características, destacando-as das restantes construções. O registo destas características é apresentado adiante num outro ponto de análise, assim como a análise feita dos materiais de construção e de revestimento das edificações.

O registo total de todos os dados recolhidos durante as observações e trabalho de campo podem ser consultados com mais descrição nos Anexos 6 e 7, no final da dissertação.

Para esta Análise tornaram-se de extrema importância e relevância a contribuição e o saber dos pescadores e habitantes da ‘Rua’. Os diálogos que se mantiveram e as suas explicações representaram a grande fonte de dados para esta parte do trabalho.

A ‘Rua’ dos dias de hoje é muito diferente daquela que foi apresentada até agora, novos edifícios foram surgindo, outros adaptando-se a novas necessidades e demandas, alguns mantidos, outros ainda foram deixados para que o tempo lhes aplicasse as suas marcas. Se em tempos anteriores, como vimos, os dois quarteirões principais da Rua Benemérito Joaquim Rosas possuíam uma função quase unicamente habitacional e de uma comunidade inteiramente ligada à pesca, com os serviços e comércio localizados na ‘Vila’, actualmente as funções de algumas edificações viram-se também alteradas.

Os novos terrenos, ganhos ao rio Minho na década de 60, aliados ao desaparecimento da quase totalidade da muralha nas traseiras das habitações, possibilitaram o aparecimento de serviços e comércio próximos à ‘Rua’. Por outro lado as mudanças e alterações sociais da época foram de tal incidência que se reflectiram inclusive ao nível do espaço construído.

Se por um lado a emigração vivia um dos seus picos, quer pelo regime político e suas exigências, quer pela crise nas pescas que se sentia então,

deixando a rua “despovoada” e inúmeras famílias com elementos fora do país, levando ao abandono de alguns edifícios da ‘Rua’, por outro a imagem e o conceito de família mudava também. A privacidade e a comodidade ganhavam peso e importância nas habitações, os valores estéticos começavam igualmente a serem tidos em conta e o próprio papel da mulher transformava-se, tornando-se esta numa figura com um lugar no mundo do trabalho.

Os espaços públicos passaram igualmente a ter algum interesse após a Revolução de Abril, facto ao qual a vila de Caminha e a ‘Rua’ não passaram despercebidos. Assim, para além dos quarteirões quase inteiramente habitacionais que delimitam a nossa zona de análise, torna-se necessário abordar também os espaços envolventes, destacando qualquer ponto de interesse especial que possa existir, recorde-se a Carta Internacional sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas em que se refere precisamente a importância da articulação e relações entre os diferentes espaços construídos, livres e verdes (ICOMOS, 1987). Desta forma, para além das edificações, e em especial as ‘meias casas’, que proporcionam à ‘Rua’ o aspecto que esta possui, existem ainda outros elementos relevantes que, apesar de não se encontrarem na zona de análise e de estudo, estão directamente relacionados com a comunidade que a habita, servindo-a e complementando as funções que esta desempenha.

Próximo da zona em análise, existem alguns edifícios de Serviços de importância, como o actual edifício da Escola Tecnológica Profissional de Caminha (ETAP), no antigo edifício do Convento de Santa Clara, o Quartel da Guarda Nacional Republicana de Caminha e o Lar da Terceira Idade da Confraria do Senhor dos Mareantes de Caminha, bem como a sede da mesma Confraria. Nos terrenos da ETAP, existe ainda a sede da Comissão de Pescadores Caminhenses que leva a cabo um trabalho de máxima importância no que toca ao apoio e defesa dos interesses dos pescadores da vila de Caminha.



Fig. 81 e 82 – Antigo Convento de Santa Clara na *Rua*, actual Escola Tecnológica

A Rua - Pontos de Interesse



Fig. 83 – Planta de Distribuição de Elementos de Interesse na Rua e proximidades

No que toca a edifícios de carácter Religioso, existe a Capela da Senhora da Agonia, assim como a Capela da Misericórdia ou de Santa Clara, que foi preservada no antigo Convento e é hoje um bem de interesse patrimonial classificado.

De ter em conta ainda que em redor da Capela da Senhora da Agonia, espaço religioso de referência para a comunidade piscatória caminhense, existe um pequeno Largo Público, o Largo da Senhora da Agonia. Nas proximidades da 'Rua' existem ainda o Largo do Cais, o Parque Infantil do Bairro Social e o Campo de Jogos. Estes espaços servem os habitantes da 'Rua' e da sua envolvente para actividades de carácter lúdico e de lazer.

O comércio existente para além do situado nas edificações analisadas, processa-se igualmente em redor do Largo da Capela da Senhora da Agonia, assim como na zona Nascente da Rua Benemérito Joaquim Rosas, ainda que este seja apenas algum comércio de restauração e de mercearia. De ressaltar o grande centro comercial e de habitação no início da Rua Benemérito Joaquim Rosas, que ainda que se situe fora da zona de análise, é um dos focos comerciais de maior importância nas proximidades, além de se tratar, provavelmente de um dos edifícios mais dissonantes e descaracterizadores da envolvente.

Ainda de extrema importância, são alguns elementos Evocativos do passado, da evolução e da história da vila. São eles a estrutura restante das Antigas portas do Cabo, antigas portas da Muralha que envolvia a 'Rua' e que davam saída à Vila de Caminha; a antiga fonte de abastecimento da 'Rua', situada no muro do antigo Convento de Santa Clara e uma antiga ermida ou pequeno altar de devoção religiosa, conservada anexa à fachada de uma habitação.



Fig. 84 – Elementos Evocativos na Rua: Ermida, Fonte do Convento ou da Rua e Elementos das Antigas Portas do Cabo

4.3.1 Análise de Dimensões do Lote - Largura

A análise desta característica torna-se relevante após a anterior revisão de autores acerca da temática do loteamento medieval. Através desta informação será possível confirmar se este arruamento seguiu a métrica de divisão de terrenos que se praticou no urbanismo português aquando da evolução das localidades.

A projecção de construção para fora do perímetro das muralhas medievais era feita conservando a métrica usada no interior das mesmas, lotes de terreno de 25 a 30 palmos de largura, correspondentes a 5,50 e 6,60 metros respectivamente; por outro lado um lote com aproximadamente essa largura ou múltiplos dela correspondia a ‘um chão’, enquanto lotes com dimensões inferiores, muitas vezes metade da métrica, representariam ‘meio chão’ (Teixeira & Valla, 1999).

O ‘meio chão’ é detectado em áreas de crescimento das cidades, mas também em zonas de permanência de comunidades piscatórias, como o são o Bairro Alto, na cidade de Lisboa (Teixeira & Valla, 1999), ou em Miragaia, no Porto, como nos é demonstrado pela Carta de Venda de um Meio Chão de 1412 do ADP, referida já anteriormente.



Fig. 85- Planta com Distribuição dos Lotes na Zona Analisada

Após a medição das larguras de todas as edificações presentes na zona em estudo, conclui-se que, exceptuando o caso de um armazém comercial com 10,20 m, todos os lotes de edificação têm entre 6,20 metros e 2,20

metros de largura, correspondendo os 6,20 metros à maior largura encontrada e os 2,20 metros à menor (Anexo 6).

Verifica-se ao longo da 'Rua' uma predominância de edificações com larguras muito próximas, dividindo-se em dois grupos de maior incidência.

Um primeiro grupo de 34 edificações tem larguras de lote entre 2,20 m e 3m, com um maior número de exemplares com larguras entre 2,70m e 3 m de largura. Por outro lado, existe um segundo grupo de 44 edificações com 5m e 6,20m de largura de lote, sendo que a maior incidência é para larguras entre 5,20m e 5,60m. De referir ainda um pequeno grupo de 5 edificações com larguras entre os 4,5m e 4,8m.

As métricas encontradas situam as edificações precisamente dentro dos conceitos de 'chão' e 'meio chão', fortalecendo a teoria do surgimento da 'Rua' entre o período medieval e renascentista, como foi apresentado.

Uma outra análise permite concluir que a largura dos exemplares do grupo de menores dimensões de largura de lote (2,20 a 3m) corresponde a aproximadamente metade das restantes larguras encontradas (4,5 a 6,2m), reforçando a teoria de existirem dimensões de lotes muitas vezes correspondentes a metade, 'meio chão', dos lotes iniciais, 'chão' (Teixeira & Valla, 1999).

Ainda concluir que, no caso da 'Rua' de Pescadores de Caminha, o grupo de edificações com lotes menores, de 2,20m a 3m de largura, corresponde ao grupo de exemplares de 'Meias Casas' que ainda se podem encontrar no arruamento piscatório, tipologia descrita pelos autores como a típica dos pescadores Caminhenses (Cruz, 1988; Alves, 1985).

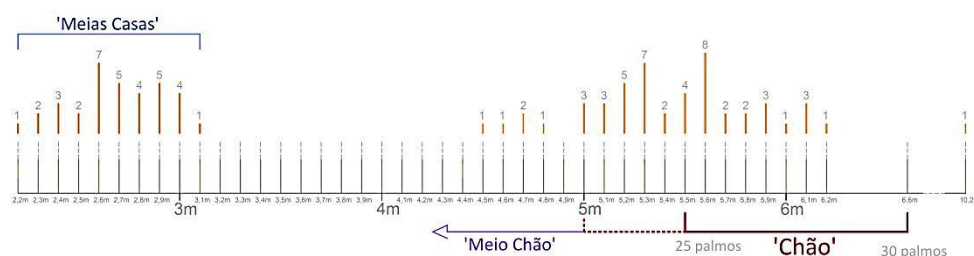


Fig. 86– Gráfico com resumo das larguras dos lotes encontrados.

4.3.2 Análise de Número de Pisos

As edificações existentes na zona estudada dividem-se em edifícios com apenas rés-do-chão e edifícios com rés-do-chão e primeiro andar.

De salientar que os anexos posteriores às edificações são na sua totalidade de rés-do-chão; algumas edificações do quarteirão Sul da Rua Benemérito Joaquim Rosas possuem ainda um piso semi-enterrado, devido à possibilidade que a inclinação que se verifica na zona permite, no entanto esse piso não foi contabilizado.

Apesar de se poderem observar alguns edifícios de outras épocas, já com rés-do-chão e primeiro andar, a grande maioria dos que apresentam essa distribuição de pisos correspondem a edifícios nos quais se verificou alguma construção ou intervenção recente, quer para melhorias nas edificações, quer para edificações demolidas e construídas inteiramente novas.

No ponto de análise seguinte será possível observar que alguns dos edifícios que possuem rés-do-chão e primeiro andar correspondem a edifícios que possuem as funções de comércio e habitação num mesmo edifício. Ainda de salientar que no quarteirão Norte analisado se verifica uma maior incidência de edifícios com rés-do-chão e primeiro andar, precisamente na zona onde se verifica um maior número de edificações novas, levadas a cabo após terem sido demolidas antigas construções aí existentes. A proximidade à ‘Vila’ e, conseqüentemente, a uma zona com mais serviços e comércio poderá igualmente ter contribuído a uma maior focalização de novos edifícios com função mista de comércio e habitação nessa área da ‘Rua’.

A chegada de novos materiais e de melhoradas técnicas construtivas terá igualmente possibilitado o surgimento de um novo piso, contribuindo para a criação de novos espaços e divisões no caso das habitações que sofreram intervenções ou para a total remodelação das edificações no caso das reconstruções e das demolições seguidas de construções novas.



Fig. 87/8/9 e 90 –Edifícios de Rés-do-Chão e Rés-do-Chão e Primeiro Andar que se podem observar na Rua

A Rua - Número de Pisos



Fig. 91 – Planta da Distribuição do Número de Pisos das Edificações da Rua

4.3.3 Análise de Usos

A grande maioria das edificações observadas na zona de estudo delimitada é dedicada à habitação, confirmando o forte carácter habitacional que a ‘Rua’ possui. Nos quarteirões analisados e principais da ‘Rua’, existe muito pouco comércio; a função comercial de que alguns edifícios são dotados é relativamente recente. O estabelecimento comercial mais antigo da ‘Rua’ é uma pequena mercearia, muito próxima do Largo da Senhora da Agonia, que veio colmatar algumas necessidades que os habitantes deste arruamento sentiam no que toca à compra rápida de bens. Este estabelecimento surgia juntamente com um pequeno café, ainda hoje, um ponto de encontro dos pescadores e habitantes da ‘Rua’.

O comércio ora se processa em edifícios destinados apenas a esta função, ora em edifícios de função comercial no rés-do-chão e residencial no primeiro piso. Existem, para além da mercearia descrita, dois estabelecimentos de restauração, dois cabeleireiros, um sapateiro, uma loja de artigos informáticos e uma loja de produtos naturais/ervanária.



Fig. 92/3/4 –Comércio da Rua: mercearia mais antiga da Rua e edifícios recentes de comércio e habitação

Os estabelecimentos comerciais que têm surgido nos últimos tempos, surgem a par de novas construções; edifícios novos, com o rés-do-chão dedicado ao comércio e piso superior a habitação vão aparecendo um pouco por toda a extensão do arruamento. Alguns anexos posteriores das habitações começam igualmente a ser utilizados para actividades comerciais e de serviços.

A Rua - Usos



Fig. 95— Planta de Situação das Edificações da Rua

No que toca aos edifícios dedicados à habitação, estes servem, principalmente, famílias que ainda possuem ou possuíram qualquer actividade relacionada com a pesca.

Apesar de esta ser a ‘Rua’ dos Pescadores de Caminha, conhecida deste modo pelos Caminhenses por ter sido durante muito tempo a zona de habitação dos membros da comunidade piscatória da vila, a realidade os tempos que correm é diferente. Actualmente, os jovens que se dedicam à pesca preferem habitar outras zonas de Caminha ou das proximidades; os transportes fáceis e rápidos assim o permitem.

A ‘Rua’ sofreu dois grandes momentos de diminuição do número habitantes: nas emigrações durante a década de 60 e aquando da construção do Bairro Social de Caminha nos terrenos ganhos ao Rio Minho. Actualmente, as habitações albergam maioritariamente agregados familiares com membros de idade avançada. Por outro lado, fruto dos tempos de emigração, um número considerável de habitações pertencem a proprietários que não residem na vila de Caminha, familiares de antigos habitantes da ‘Rua’ que tenham emigrado ou deslocado para outros locais do país à procura de melhores condições de vida. Assim, observam-se algumas habitações que apenas possuem um carácter sazonal.

Precisamente estas consequências da emigração e da deslocação dos habitantes para outros locais dão agora lugar a dois fenómenos que se podem verificar nas habitações da ‘Rua’. Por um lado, os habitantes, ou familiares, que saíram e ponderaram voltar e usufruir das habitações, como habitação permanente ou como habitação sazonal, optam por levar a cabo intervenções de modo a recuperar ou reconstruir as edificações. Por outro lado, aqueles que possuem habitações na ‘Rua’ mas não tencionam voltar a usufruir delas, deixam-nas sem qualquer tipo de cuidado ou manutenção até muitas delas caírem em estado de abandono e ruína, deixando, em alguns casos, de se conhecer um proprietário.

A Rua - Usos 2



Fig. 96 – Planta de Situação das Edificações da Rua

4.3.4 Análise de Elementos Dissonantes

Ao longo da revisão de autores que abordaram a temática dos Conjuntos Patrimoniais e das Construções Piscatórias, o carácter e a expressão pitoresca do local onde habitam e convivem os membros das comunidades de pescadores foi por várias vezes referido (UNESCO, 1931 e Oliveira & Galhano, 1992). Na ‘Rua’ em Caminha, da mesma forma que se podem encontrar as habitações de pescadores e outras com um carácter e imagem muito próprias, podem-se igualmente diferenciar algumas edificações completamente dissonantes, especialmente edificações recentes, de arquitectura e construção mais modernas.

As construções mais típicas da ‘Rua’ são as ‘Meias Casas’ de pescadores; é pela presença destes exemplares que a ‘Rua’ é reconhecida e identificada em Caminha ao nível da expressão construída. No entanto, existem também algumas habitações do final do séc. XVIII, início do séc. XIX, igualmente com uma imagem própria e singular. Estas são construções levadas a cabo por emigrantes que regressavam do Brasil e outras colónias após terem sido armadores ou mareantes noutros locais à procura de riqueza e melhores condições de vida. No retorno, ou melhoravam e ampliavam a sua propriedade, ou adquiriam mais de que um edifício e reconstruíam-nos como um de maiores dimensões, em ambos os casos, de acordo com as correntes da época.



Fig.97 – Exemplos de Casas do Final do Séc. XVIII, início do Séc. XIX na *Rua*

Com a chegada dos novos materiais e a necessidade de diferentes tipos de habitação e comércio, a par com o crescimento da vila, as construções de diferentes características começaram lentamente a ter expressão ao longo da ‘Rua’. Assim, surgiram edifícios de fachadas distintas, alturas chamativas e elementos desacordes. Como se pode verificar anteriormente, estes novos edifícios surgem como edifícios totalmente novos, nas localizações de outros anteriores e com as funções mistas de comércio e habitação.

A Rua - Edifícios Dissonantes



Fig. 98 – Planta da Distribuição de Elementos Dissonantes na Rua

O maior exemplo deste tipo de construção é o grande edifício de centro comercial e apartamentos, em betão e de volume maciço, situado fora da zona de análise, onde estavam localizadas antes as Portas de Viana. A construção deste exemplar no final da década de 80 viria a marcar uma separação permanente entre a ‘Rua’ e a ‘Vila’, demolindo parte da muralha restante e das Portas de Viana que ainda se conservavam, retirando a vista para o Rio Minho desde a Travessa da Boavista (que fica Sul do edifício), influenciando por outro lado o surgimento de construções do mesmo género na envolvente. Este tipo de edificação surgiu com mais incidência no primeiro quarteirão da ‘Rua’, a Norte, numa zona mais próxima da vila.

Um outro tipo de construção que veio, lentamente, alterar a fisionomia e a aparência do conjunto foi a dos anexos nos logradouros traseiros das habitações da ‘Rua’, virados à Rua da Trincheira. Estas construções, que cobrem necessidades de espaço e comodidade que o novo conceito de vida social exige, alteram de tal forma as fachadas posteriores ao ponto de, em muito casos, já não se reconhecerem as habitações iniciais. Para este fenómeno terá contribuído o facto de se terem ganho ao rio novos terrenos, permitindo que os logradouros acolhessem espaços construídos novos, deixando de servir como zona de acesso ao Minho.



Fig. 99, 100 e 101 – Exemplo de Edificações Dissonantes nos Logradouros Traseiros das Habitações da Rua

Por outro lado, algum exemplar das ‘Meias Casas’ adquiriu igualmente certas características e elementos que fogem à imagem e ao aspecto comum das mesmas, como se poderá verificar na análise que lhes é dirigida. Um outro fenómeno relacionado com estes exemplares e que se tem vindo a verificar cada vez com mais intensidade é o facto de alguns proprietários adquirirem

mais do que uma 'Meia Casa' e construírem um edifício só, de maiores dimensões.

Todas estas actuações continuam a surgir, sem qualquer medida regulamentar contra tal, possibilitando o desaparecimento de alguns exemplares e a total e irreparável descaracterização deste arruamento histórico de Caminha.



Fig. 102/3/4 – Exemplo de Edificações Dissonantes

4.3.5 Análise do Estado de Conservação

Apesar do carácter habitacional da ‘Rua’ se ter vindo a alterar nas últimas décadas, vendo-se despovoada e “envelhecida”, a manutenção das edificações tem-se mantido estável.

A grande maioria dos edifícios da ‘Rua’ encontra-se em bom estado de conservação, com intervenções recentes de conservação e melhoria das construções.

Pode observar-se alguma utilização de novos materiais e técnicas construtivas em alguns dos exemplares que reforçam o bom estado geral em que se encontram os edifícios.

No entanto, algumas construções, na sua maioria exemplares de ‘Meias Casas’, encontram-se num estado pior de conservação, chegando algumas inclusive a encontrar-se em estado de ruína, estando os edifícios em risco de sucumbirem.

Se por um lado estes exemplares correm o risco de cair no desaparecimento com danos difíceis de reparar, por outro são os que conservam de melhor forma, características e constituintes primários, revelando-se elementos de análise de importância por não se verem afectados por intervenções de alteração dos modelos iniciais.



Fig. 105/6/7– Estado de Abandono e Ruína de alguns edifícios de habitação da Rua

A Rua - Estado de Conservação



Fig. 108— Planta do Estado de Conservação das Edificações da Rua

4.3.6 Níveis de Interesse

Actualmente, existem 34 exemplares da ‘Meia Casa’ referenciada pelos autores como típica e comum neste arrumamento (Cruz, 1988, Alves, 1985; Rodrigues, 2011).

Estas encontram-se distribuídas pelo primeiro e pelo segundo quarteirão (sentido Norte-Sul) a poente da Rua Benemérito Joaquim Rosas, sendo mais abundantes no segundo quarteirão.

Estas edificações, sendo associadas ao pescador Caminhense como sua habitação, serão objecto de uma análise mais aprofundada, tendo em conta os indicadores que os autores forneceram sobre as mesmas.



Fig. 109 – Distribuição das Meias-Casas na Rua – Alçado Geral – Ver Anexo 8

Após a análise preliminar feita a todos os edifícios da ‘Rua’, em especial a análise do loteamento, do uso dos edifícios e do estado de conservação, e com a contribuição do conhecimento dos pescadores e habitantes da ‘Rua’ e Caminhenses, tornou-se possível a identificação de todos os exemplares desta tipologia presentes na zona em análise.

Ainda tendo em consideração as informações dadas pelos autores inicialmente revistos, estabeleceram-se Níveis de Importância ou Interesse a dotar cada edificação, no que toca à resposta aos elementos mais representativos que possam conter.

Para tal, foi tida em conta a presença do elemento ‘torre’, a distribuição interior e espacial e o aspecto das fachadas como são referidas por Cruz (1988), Alves (1985) e Rodrigues (2011).

Meias Casas - Níveis de Interesse



Fig. 110 – Planta da Distribuição dos Níveis de Interesse atribuídos às Meias Casas

Assim, foram criados 4 níveis de Interesse com os quais foram classificados todos os exemplares restantes da ‘Meia Casa’ identificados; os restantes edifícios que não são ‘Meias Casas’ foram classificados como ‘Sem Interesse’ para a restante Análise.

As habitações classificadas com Nível de Interesse 1 apresentam o elemento ‘Torre’, conservam a estrutura e distribuição interior inicial, tal como referido por Maria Alfreda Cruz na descrição que faz destas casas (1988), conservando elementos do passado das habitações e não tendo sofrido intervenções recentes.

As habitações classificadas com o Nível 2 respeitam a estrutura e distribuição própria das ‘meias casas’, ainda que não sejam notórios elementos do passado das habitações. Não sofreram intervenções recentes; as que as tiverem sofrido, apenas serão classificadas com este nível se conservarem ainda o elemento ‘Torre’ recuperado, bem como a distribuição anterior às intervenções.

O Nível 3 de Interesse é atribuído às edificações que não possuem qualquer vestígio da existência da Torre, sofreram intervenções recentes, mas guardam a distribuição espacial elementar da ‘meia casa’.

O nível 4 de Interesse é, por sua vez, atribuído às habitações que tenham sofrido acentuadas intervenções e alterações, e apresentem elementos e características que não são comuns às ‘meias casas’, tais como varandas, anexos, terraços, entre outros, embora preservem a volumetria inicial.

Tendo em consideração o Nível de Interesse das habitações, seleccionaram-se sete exemplares que aportam características passivas de constituir uma amostra representativa para a caracterização da ‘meia casa’ do pescador Caminhense.



5. Análise da 'Meia Casa'



ou aceda : www.ruasdecaminha.pt

Como foi sendo aprofundado, a principal característica física da ‘Rua’ ou da Rua dos Pescadores de Caminha é precisamente a presença das ‘Meias Casas’. Estas vêm sendo desde longa data a habitação por excelência do pescador da Vila de Caminha e da sua família e são, por isso, o principal objecto de estudo desta dissertação.

Inicialmente, foi feito um levantamento das características exteriores do grupo das meias casas de Caminha, seguido do contacto com os proprietários para se possibilitar a visita a algumas delas para uma melhor interpretação das mesmas.



Fig. 111 e 112 – Meias Casas da Rua na Actualidade

Factores como os materiais de Construção, o Estado de Conservação, o Material de Revestimento, a Situação do Edifício no que toca a estar habitada ou abandonada foram já analisados na análise geral das edificações da Rua Benemérito Joaquim Rosas, apresentada anteriormente.

O registo de características resultantes da observação de todas as ‘Meias Casas’ da zona em análise pode ser consultado no Anexo 7 da presente dissertação.

Todas as ‘Meias Casas’ da ‘Rua’ são térreas; surgem aos pares, servindo a parede que as divide às duas habitações; possuem apenas uma água, formando com a ‘Meia Casa’ anexa duas águas e todos os exemplares existentes tem como única função a de habitação, não sendo desempenhada qualquer outra, de comércio ou de serviços, em nenhum dos exemplares analisados.

De realçar, que muitas das habitações, como se pode verificar no Anexo 7, se encontram em estado de abandono, dificultando o reconhecimento de proprietários; por outro lado, muitas das habitações pertencem a emigrantes ou habitantes de outras localidades, tendo adquirido as mesmas por herança

ou compra recente, apenas visitando as ‘Meias Casas’ sazonalmente, factor que dificulta igualmente o acesso às mesmas.

Após uma observação inicial com registo das características principais de todos os exemplares das ‘Meias Casas’, foram levadas a cabo 7 análises individuais resultantes da visita e estudo de campo realizado sobre esses exemplares.

A escolha dos exemplares prendeu-se quer pelo seu nível de interesse, quer pela possibilidade de acesso ao interior das mesmas. As ‘meias casas’ a 10 e a9, denominadas respectivamente de Meia Casa 1 e Meia Casa 2 nas fichas de Análise Individual, foram escolhidas pelo facto de se situarem na zona com menos inclinação da ‘Rua’, identificando-as os pescadores como as que preservam melhor as características típicas desta zona: possuem o elemento ‘Torre’ e conservam a distribuição tradicional interior.

As ‘meias casas’ b4 e b3 e b40, denominadas respectivamente por Meia Casa 3, 4 e 6 nas fichas de Análise Individual, foram escolhidas por se situarem na zona com mais inclinação da ‘Rua’ e por terem sido identificadas pelos pescadores como possuidoras do ‘elemento Torre’ ou vestígios deste, possuírem poucas intervenções recentes e conservam as distribuições interiores tradicionais.

A ‘meia casa’ b19, denominada de Meia Casa 7 nas Fichas de Análise Individual, foi seleccionada por representar um elemento do passado, sem qualquer intervenção recente, em francas condições de ruína e fornecedora de informações ao nível construtivo tradicional.

Por último, a ‘meia casa’ b31, denominada de Meia Casa 5 nas Fichas de Análise Individual, foi seleccionada por representar um exemplar que foi alvo de intervenções recentes, representando um tipo de ‘meia casa’ que é merecedora de análise, pelo exemplo que revela de reinterpretação e adaptação dos espaços às novas necessidades e formas de habitar.

5.1. Análise Individual

Seguidamente, serão apresentadas as fichas com o resumo das análises individuais, realizadas aos exemplares que foi possível visitar, o levantamento e o registo fotográfico e sobre os quais foi possível fazer um estudo mais aprofundado, uma vez que se manteve contacto com o proprietário.

Na ficha de Análise Individual são observados e interpretados os dados do ponto de vista Morfológico, Funcional, da composição das Fachadas e Construtivo.

Estes pontos de Análise são levados a cabo tendo em conta os autores consultados e os indicadores de análise que foram fornecendo.

A morfologia representa a forma exterior que a matéria pode adquirir; assim, usa-se o vocábulo morfologia quando se analisa ou estuda a configuração exterior de um objecto, isto é, as formas, e a relacionamos com os fenómenos que lhes deram origem. Assim, a análise morfológica aborda as características exteriores, físicas do objecto, bem como a evolução destas no tempo (Costa & Melo, 1998), corresponde ao conjunto de dados formais.

Carlos Montes refere que uma dos dados formais se prende pelo estudo dos elementos relacionados que constituem uma forma ou os princípios ou leis que conduziram o seu processo generativo (1992, p.157).

Relativamente à volumetria da ‘Meia Casa’, os autores são unânimes em considerá-la um volume maciço, estreito e comprido, com o elemento ‘torre’ na zona posterior (Cruz, 1988; Alves, 1985; Rodrigues, 2011).

A Análise Funcional refere-se ao estudo da distribuição interior das diferentes divisões das edificações e à forma como estas se relacionam.

A distribuição interior das obras de Arquitectura Popular ou Vernácula é específica. Os autores referem que a questão da distribuição interior dos espaços é precisamente um dos pontos diferenciadores deste tipo de construção, respondendo as divisões das habitações a necessidades dos seus utilizadores; a casa rural é vista como uma verdadeira ferramenta de trabalho, cuja distribuição funcional responde à actividade do seu habitante. Uma só divisão pode desempenhar vários papéis e as habitações rurais possuem distribuições simples e alheias a questões de comodidade ou conforto (Pacheco, 1985; Oliveira & Galhano, 1992; Flores, 1973).

Relativamente à habitação piscatória, as divisões são escassas e de dimensões reduzidas, especialmente os quartos; a cozinha responde apenas à necessidade essencial da refeição e a zona de trabalho recebe uma importância especial (Oliveira & Galhano, 1992; Moutinho, 1979; Pacheco, 1985).

Especificamente sobre a ‘Meia Casa’, a sua distribuição interior é apresentada apenas com uma pequena sala, quartos muito reduzidos, cozinha e zonas de trabalho (Cruz, 1988).

Um outro ponto de Análise que os autores referem é o das Fachadas. Estas são a imagem mais directa das edificações e contribuem para a imagem de Conjunto e para a perspectiva pitoresca que este deve possuir.

Nas análises das habitações de pescadores que foram revistas, os autores referem que as fachadas observadas são simples, muitas vezes sem vãos e de dimensões reduzidas, rebocadas e pintadas de branco ou cores garridas (Oliveira & Galhano, 1992; Pacheco, 1985; Llano, 1983).

Sobre as ‘Meias Casas’, a tradição oral e o conhecimento dos habitantes e pescadores da ‘Rua’ e da vila de Caminha apontam que estas não possuíam qualquer janela, mas apenas uma porta de madeira com postigo.

No que toca à Análise Construtiva, esta remete para o conjunto de técnicas que se empregam sobre os materiais utilizados na construção dos elementos das edificações.

Vários são os autores revistos que referem a utilização de materiais das proximidades de construção na Arquitectura Vernácula ou Popular, pedra granítica e madeira no caso das habitações piscatórias do Norte de Portugal; referem ainda que os métodos de construção são tradicionais, sem normas estéticas ou teóricas, fruto do saber geracional da comunidade em que se inserem e respeitantes o ambiente e adaptando-se ao terreno (Rapaport, 2005; Llano, 1983; Flores, 1973; Pacheco, 1985)

Recolhendo este conjunto de indicadores da revisão de autores e do conhecimento popular Caminhense, é possível estabelecer tipos de análise e pontos a observar e registar.

Assim, é realizada uma Análise de Dados Formais e da Morfologia das ‘Meias Casas’, tendo em conta aspectos e características da forma e da evolução morfológica da mesma. Uma Análise Funcional, debruçada no tipo de divisões interiores e das suas relações. Uma Análise de Fachada,

considerando a forma, os vãos, o revestimento, a cor, entre outras características, e, uma Análise Construtiva, registrando técnicas e materiais da construção dos elementos da 'Meia Casa'.

Nas fichas estão presentes ainda um pequeno registo fotográfico das habitações, um levantamento feito das edificações visitadas, esquiços de evolução morfológica e organigramas de espaços interiores, de forma a complementarem e suportarem os vários pontos de Análise.

As fichas possuem ainda um conjunto de dados iniciais de Identificação e Implantação, bem como outra informação de relevância fornecida pelos proprietários ou conhecedores das habitações.

Todas as imagens e figuras presentes nas fichas de análise são responsabilidade e criação da autora.

Identificação

Identificação na Análise Geral:
Edifício a10

Nível de Interesse Atribuído:
Nível 1

Proprietário Identificado:
Sim

Situação:
Não Habitada

Data de Construção:
Desconhecida

Localização:

Quarteirão Norte, a Poente na Rua Benemérito Joaquim Rosas

O exemplar está em risco:

Não

Intervenções Recentes:

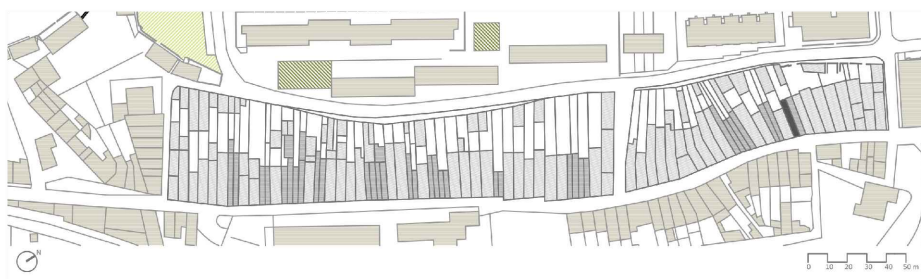
Não

Outra informação relevante:

Os pescadores e habitantes da Rua com que se teve contacto referem que este é o exemplar que melhor preserva as características antigas, conservando a Torre como era típica desta zona da Rua, elevada. Apesar de não se encontrar actualmente habitada, a Meia Casa ainda é utilizada pelos proprietários (pescadores e vendedores de peixe) para trabalhos relacionados com a pesca, tais como o armazenamento de material, reparação das redes, prepação de isca, entre outros.



Implantação



Dados Formais:

Tipo de Habitação:
Térrea (RC)

Arrumos Subterrâneos:
Não

Largura do Lote:
3 m

Forma da Planta:
Rectangular, estreita e alongada

Anexos Independentes:
Sim, nas traseiras da habitação.

Adaptação ao Terreno:

Situada na zona com menos inclinação da Rua, a habitação desenvolve-se longitudinalmente com pequenos desníveis nos pavimentos, vencidos com os compartimentos a diferentes cotas.

Logradouro:
Pátio

Evolução da Volumetria/Construção:

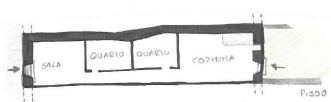
Tipo de Volume:

Maciço, de alçados simples e com poucos vãos

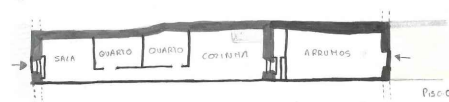
Evolução do Exemplar:

Identificadas 3 Fases de Evolução Principais

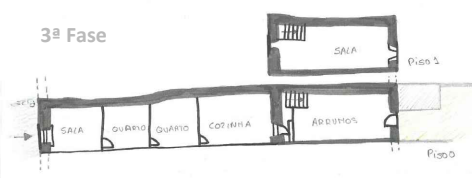
1ª Fase



2ª Fase



3ª Fase



Presença de Torre:
Sim

Localização:
Ao Fundo da Habitação, num nível elevado à restante habitação.

Aberturas:
Sim, uma a Nascente e uma a Poente, antes com vista ao Rio.

Função:
Pequena Sala e Arrumos

Outra Informação:
A Janela a Poente tem umas pequenas 'namoradeiras' em pedra

Dados Funcionais:

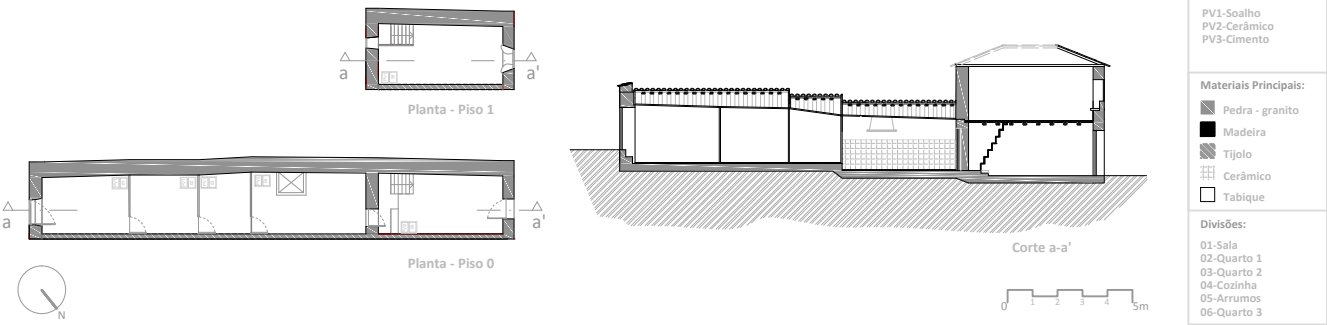
Tipo de Distribuição:
Linear, ao longo de um corredor

Descrição:
A habitação possui uma sala pequena, dois quartos, uma cozinha, uma zona de arrumos/trabalho, distribuídas longitudinalmente por esta ordem e acompanhando o comprimento da habitação. Na zona de arrumos/trabalho, existe uma escada de madeira e de acesso a uma pequena sala instalada na 'Torre'.
As diferentes divisões comunicam umas com as outras ao longo de um corredor que acaba por se integrar nestas, perdendo expressão. Para aceder de uma divisão a outra é necessário percorrer o interior das mesmas. A Instalação Sanitária está instalada num pequeno anexo exterior.

Organograma:



Levantamento:



Fachadas:



Fachada Principal:
Fachada Nascente, de entrada e virada à Rua.

Vãos:
Não

Cor:
Branca (Reboco)

Outra Informação:
Fachada eleva-se acima da cobertura, escondendo-a, adquirindo uma forma rectangular.

Fachada Posterior:
Fachada Poente, virada ao logradouro traseiro.

Vãos:
Sim

Cor:
Branco (Reboco)

Presença de Anexos e outras Construções:
Sim



Dados Construtivos:

Materiais e Técnicas Construtivas:
A habitação é construída em pedra, rebocada e pintada. Os anexos e construções independentes são em tijolo, igualmente rebocados.
Paredes Interiores: em tabique rebocado e pintado, à excepção da parede da cozinha que é revestida a azulejo.
Parede Medianeira: Tijolo **Pavimentos:** Soalho, Cerâmico e Cimento.
Escadas: As escadas de acesso à 'Torre' são em madeira
Cobertura: De uma água, com estrutura de madeira e recobrimento em telha cerâmica.

Registo Fotográfico:



Identificação

Identificação na Análise Geral:
Edifício a9

Nível de Interesse Atribuído:
Nível 2

Proprietário Identificado:
Sim

Situação:
Habitada

Data de Construção:
Desconhecida

Localização:

Quarteirão Norte, a Poente na Rua Benemérito Joaquim Rosas

O exemplar está em risco:
Não

Intervenções Recentes:
Sim

Outra informação relevante:

A actividade dos proprietários actuais é a pesca e a venda do peixe, tendo sido a habitação herdada dos seus antepassados, igualmente pescadores.

Habitação anexa à habitação a10, analisada nas Fichas 01 e 01.1. A parede Sul da habitação, comum à habitação anexa foi reconstruída em tijolo aquando das intervenções levadas a cabo pelos proprietários, anteriormente era em tabique.



Implantação



Dados Formais:

Tipo de Habitação:
Térrea (RC)

Arrumos Subterrâneos:
Não

Largura do Lote:
3 m

Forma da Planta:
Rectangular, estreita e alongada

Anexos Independentes:
Sim, nas traseiras da habitação.

Adaptação ao Terreno:

Situada na zona com menos inclinação da Rua, a habitação desenvolve-se longitudinalmente com pequenos desníveis nos pavimentos, vencidos com os compartimentos a diferentes cotas.

Logradouro:
Pátio

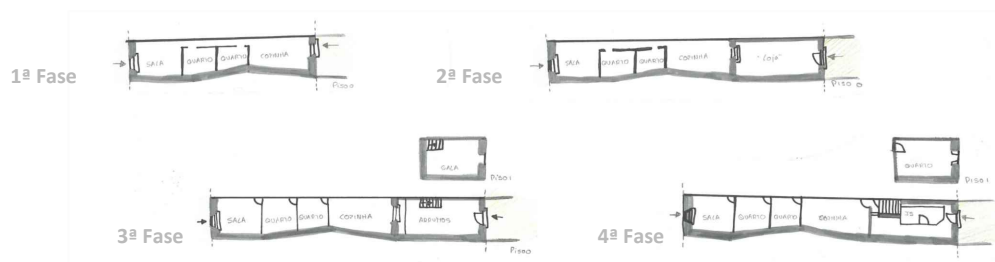
Evolução da Volumetria/Construção:

Tipo de Volume:

Maciço, de alçados simples e com poucos vãos

Evolução do Exemplar:

Identificadas 4 Fases de Evolução Principais



Presença de Torre:
Sim, recuperada recentemente.

Localização:
Ao Fundo da Habitação, num nível elevado à restante habitação.

Aberturas:
Sim, uma a Poente.

Função:
Quarto Principal

Outra Informação:
Não foi possível visitar ao espaço.

Dados Funcionais:

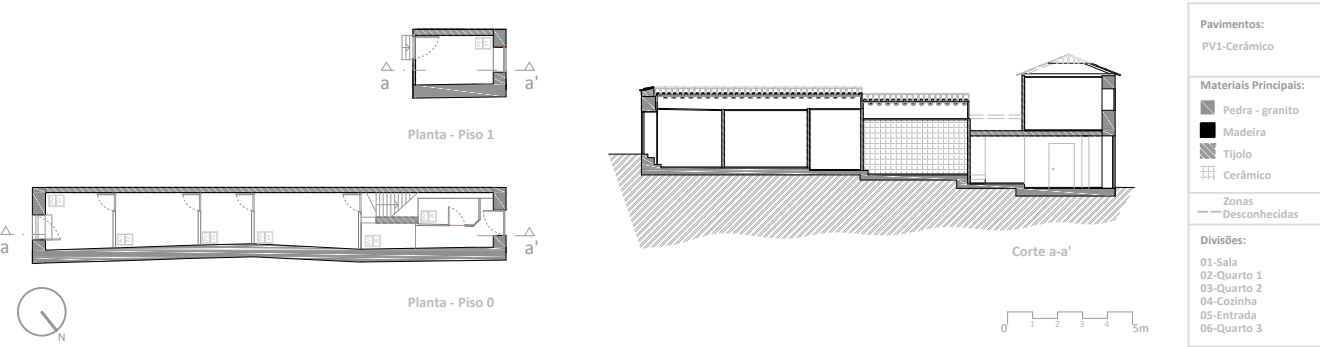
Tipo de Distribuição:
Linear, ao longo de um corredor

Descrição:
A habitação possui uma sala pequena, dois quartos, uma cozinha, uma instalação sanitária, distribuídas longitudinalmente por esta ordem e acompanhando o comprimento da habitação. Após a cozinha existe uma escada para o quarto instalado na antiga 'Torre'. As diferentes divisões comunicam umas com as outras ao longo de um corredor que acaba por se integrar nestas, perdendo expressão. Para aceder de uma divisão a outra é necessário percorrer o interior das mesmas. A Instalação Sanitária está instalada sob o quarto instalado na 'Torre', rodeada pelo corpo de escadas.

Organograma:



Levantamento:



Pavimentos: PV1-Cerâmico
Materiais Principais: Pedra - granito Madeira Tijolo Cerâmico
Zonas: Desconhecidas
Divisões: 01-Sala 02-Quarto 1 03-Quarto 2 04-Cozinha 05-Entrada 06-Quarto 3

Fachadas:



Fachada Principal:
Fachada Nascente, de entrada e virada à Rua.
Fachada Posterior:
Fachada Poente, virada ao logradouro traseiro.

Vãos:
Não
Vãos:
Sim
Cor:
Branca (Reboco)
Cor:
Branca (Reboco)

Outra Informação:
Fachada eleva-se acima da cobertura, escondendo-a, adquirindo uma forma rectangular.

Presença de Anexos e outras Construções:
Sim



Dados Construtivos:

Materiais e Técnicas Construtivas:
A habitação é construída em pedra e tijolo, rebocada e pintada. Os anexos e construções independentes são em tijolo, igualmente rebocados.
Paredes Interiores: em tijolo rebocado e pintado, à excepção da parede da cozinha e da instalação sanitária que são revestidas a azulejo.
Parede Medianeira: Tijolo **Pavimentos:** Cerâmico
Escadas: As escadas de acesso à 'Torre' são tijolo com revestimento em pedra.
Cobertura: De uma água, com estrutura de madeira e recobrimento em telha cerâmica.

Registo Fotográfico:



Identificação

Identificação na Análise Geral:
Edifício b4

Nível de Interesse Atribuído:
Nível 1

Proprietário Identificado:
Sim

Situação:
Não Habitada

Data de Construção:
Desconhecida

Localização:

Quarteirão Sul, a Poente na Rua Benemérito Joaquim Rosas

O exemplar está em risco:

Não

Intervenções Recentes:

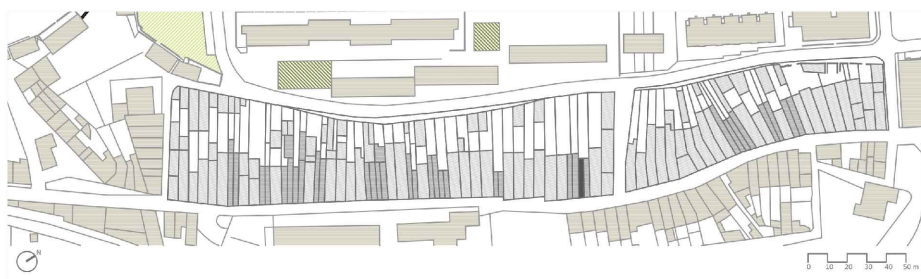
Não

Outra informação relevante:

Os pescadores e habitantes da Rua com que se teve contacto referem que este é o exemplar que melhor preserva a Torre como era típica desta zona da Rua, ao mesmo nível que a restante habitação. Apesar dos actuais proprietários não possuírem uma actividade relacionada com a pesca, os anteriores proprietários, dos quais a herdaram, eram pescadores. A proprietária e uma familiar sempre conheceram a zona posterior da habitação, a sala que agora tem uma escada que leva ao logradouro traseiro, como 'Torre'.



Implantação



Dados Formais:

Tipo de Habitação:
Térrea (RC)

Arrumos Subterrâneos:
Sim

Largura do Lote:
2,90 m

Forma da Planta:
Rectangular, estreita e alongada

Anexos Independentes:
Não

Adaptação ao Terreno:

Situada na zona com mais inclinação da Rua, a habitação desenvolve-se longitudinalmente de forma plana, com uma 'loja' num piso inferior, semi-enterrada que funciona agora como arrumos e antes desempenhava funções de zona de trabalho.

Logradouro:
Jardim

Evolução da Volumetria/Construção:

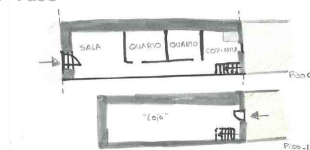
Tipo de Volume:

Maciço, de alçados simples e com poucos vãos

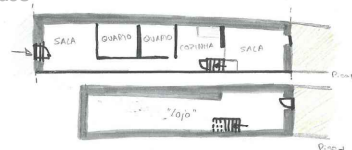
Evolução do Exemplar:

Identificadas 3 Fases de Evolução Principais

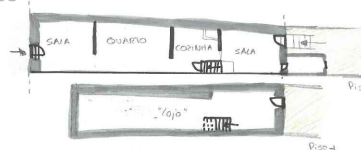
1ª Fase



2ª Fase



3ª Fase



Presença de Torre:
Sim

Localização:
Ao Fundo da Habitação, ao mesmo nível da restante habitação.

Aberturas:
Não.

Função:
Pequena Sala e Arrumos

Outra Informação:

A Proprietária recorda-se de existir uma pequena janela, antes das intervenções neste espaço.

Dados Funcionais:

Tipo de Distribuição:

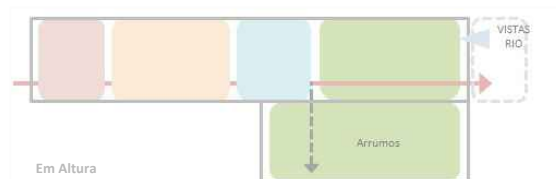
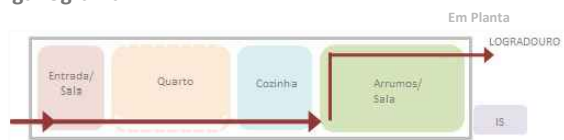
Linear, ao longo de um corredor

Descrição:

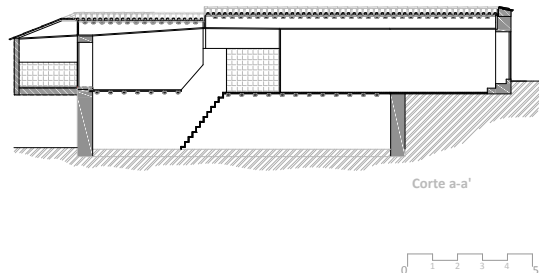
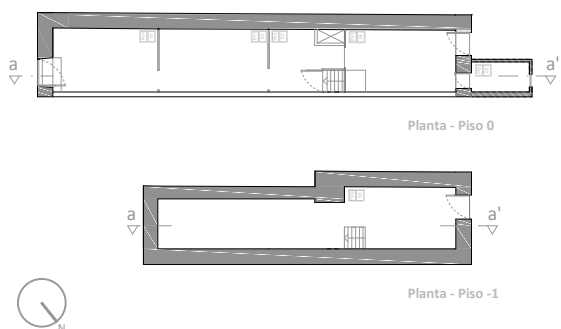
A habitação possui uma sala pequena, um quartos (antes dividido em dois), uma pequena cozinha, uma sala maior de arrumos, distribuídas longitudinalmente por esta ordem e acompanhando o comprimento da habitação. Na zona de arrumos/trabalho, existe uma pequena escada de madeira de acesso à 'loja' sob a habitação.

As diferentes divisões comunicam umas com as outras ao longo de um corredor que acaba por se integrar nestas, perdendo expressão. Para aceder de uma divisão a outra é necessário percorrer o interior das mesmas. A Instalação Sanitária está instalada numa zona que corresponde ao crescimento para Poente da estrutura inicial.

Organograma:



Levantamento:



Pavimentos:
PV1-Soalho
PV2-Cerâmico
PV3-Cimento
PV4-Terra
Materiais Principais:
■ Pedra - granito
■ Madeira
■ Tijolo
■ Cerâmico
□ Tabique
Divisões:
01-Entrada/Sala
02-Quarto 1
03-Cozinha
04-Sala
05-Instalação Sanitária
06-Cave

Fachadas:



Fachada Principal:
Fachada Nascente, de entrada e virada à Rua.

Vãos:
Não

Cor:
Branca e Cinza (Reboco)

Outra Informação:
Fachada eleva-se acima da cobertura, escondendo-a, adquirindo uma forma rectangular.

Fachada Posterior:
Fachada Poente, virada ao logradouro traseiro.

Vãos:
Sim

Cor:
Branca (Reboco)

Presença de Anexos e outras Construções:
Não



Dados Construtivos:

Materiais e Técnicas Construtivas:

A habitação é construída em pedra, rebocada e pintada. A zona da varanda e da instalação sanitária, posterior à estrutura inicial é construída em tijolo.

Paredes Interiores: em tabique rebocado e pintado, à excepção da parede da cozinha e da instalação sanitária que é revestida a azulejo.

Parede Medianeira: Tabique **Pavimentos:** Soalho e Cerâmico.

Escadas: As escadas interiores de acesso à 'loja' são em madeira; as exteriores são em tijolo e cimento.

Cobertura: De uma água, com estrutura de madeira e recobrimento em telha cerâmica.

Registo Fotográfico:



Identificação

Identificação na Análise Geral:
Edifício b3

Nível de Interesse Atribuído:
Nível 2

Proprietário Identificado:
Sim

Situação:
Não Habitada

Data de Construção:
Desconhecida

Localização:

Quarteirão Sul, a Poente na Rua Benemérito Joaquim Rosas

O exemplar está em risco:

Sim, a cobertura.

Intervenções Recentes:

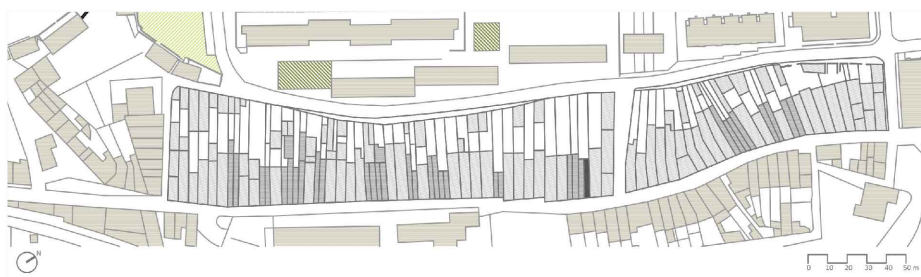
Não

Outra informação relevante:

A actividade da proprietária actual não está relacionada com a pesca; a habitação foi comprada pelos pais da proprietária a um pescador. Apesar de não possuir intervenções recentes, as últimas obras foram feitas aquando da compra para inserir uma instalação sanitária e uma pequena varanda e escadas exteriores de acesso ao jardim no logradouro traseiro. Habitação anexa à habitação b4, analisada nas Fichas 03 e 03.1; a parede Sul da habitação é, por isso, comum a ambas as edificações. A Cobertura sofreu danificações recentes, devido à reconstrução de um edifício anexo a Norte.



Implantação



Dados Formais:

Tipo de Habitação:
Térrea (RC)

Arrumos Subterrâneos:
Sim

Largura do Lote:
2,90 m

Forma da Planta:
Rectangular, estreita e alongada

Anexos Independentes:
Não.

Adaptação ao Terreno:

Situada na zona com mais inclinação da Rua, a habitação desenvolve-se longitudinalmente de forma plana, com uma 'loja' num piso inferior, semi-enterrada que funciona agora como arrumos e um pequeno quarto. Esta é apenas acessível pelo exterior.

Logradouro:
Jardim

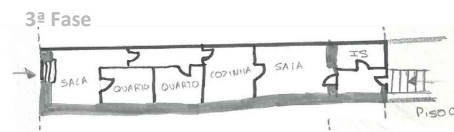
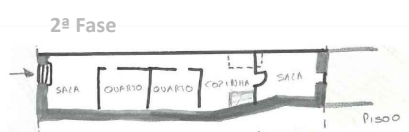
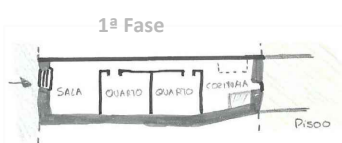
Evolução da Volumetria/Construção:

Tipo de Volume:

Mácio, de alçados simples e com poucos vãos

Evolução do Exemplar:

Identificadas 3 Fases de Evolução Principais



Presença de Torre:
Não

Localização:

Aberturas:

Função:
(Sala de Estar e Jantar)

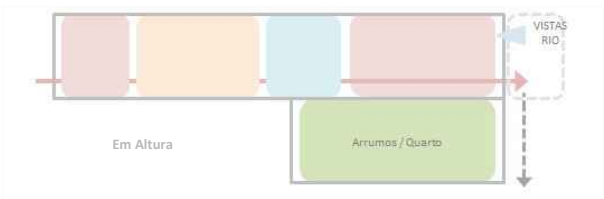
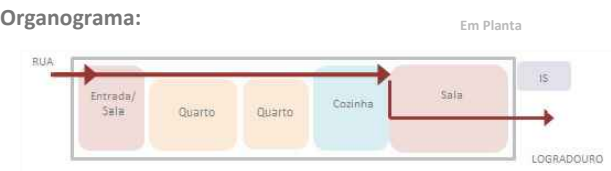
Outra Informação:

Apesar de não ser detectável o elemento 'Torre', a proprietária recorda-se do pai referir que adaptou a antiga zona de trabalho dos pescadores com vista para o Rio à Sala de Estar e Jantar que agora a habitação possui.

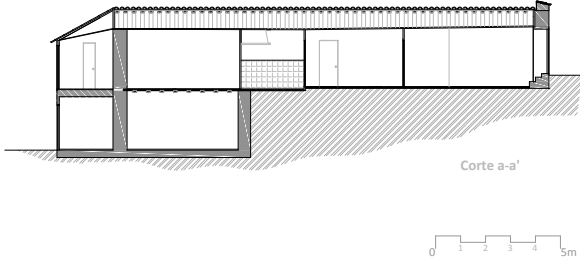
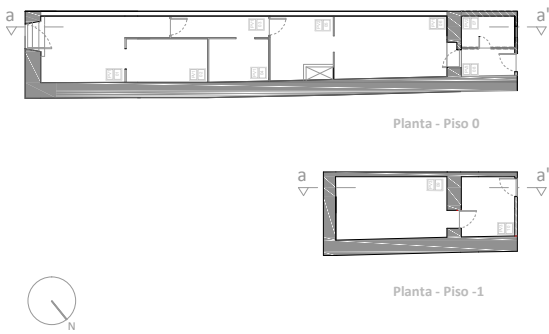
Dados Funcionais:

Tipo de Distribuição:
Linear, ao longo de um corredor

Descrição:
A habitação possui uma sala pequena, dois quartos, uma pequena cozinha, uma sala de estar e jantar, distribuídas longitudinalmente por esta ordem e acompanhando o comprimento da habitação.
As diferentes divisões comunicam umas com as outras ao longo de um corredor que acaba por se integrarem algumas das divisões, perdendo expressão.
A Instalação Sanitária está instalada após a Sala de estar e de jantar, na zona que corresponde ao crescimento para Poente da estrutura inicial.



Levantamento:



Pavimentos:	
PV1-Soalho	
PV2-Cerâmico	
PV3-Cimento	
Materiais Principais:	
Pedra - granito	
Madeira	
Tijolo	
Cerâmico	
Tabique	
Divisões:	
01-Entrada/Sala	
02-Quarto 1	
03-Corredor	
04-Quarto 2	
05-Cozinha	
06-Sala	
07-Instalação Sanitária	
08 - Acesso ao jardim	
09 e 10 - Cave	

Fachadas:



Fachada Principal:
Fachada Nascente, de entrada e virada à Rua.

Vãos:
Não

Cor:
Branca (Reboco)

Outra Informação:
Fachada eleva-se acima da cobertura, escondendo-a, adquirindo uma forma rectangular.

Fachada Posterior:
Fachada Poente, virada ao logradouro traseiro.

Vãos:
Não

Cor:
Branca (Reboco)

Presença de Anexos e outras Construções:
Não

Dados Construtivos:

Materiais e Técnicas Construtivas:
A habitação é construída em pedra, rebocada e pintada. A instalação sanitária e o acesso exterior ao jardim são em tijolo.
Paredes Interiores: em tabique rebocado e pintado, à excepção da parede da cozinha e da instalação sanitária que é revestida a azulejo.
Parede Medianeira: Tabique **Pavimentos:** Soalho, Cerâmico
Escadas: Exteriores e em tijolo revestido a cimento
Cobertura: De uma água, com estrutura de madeira e recobrimento em telha cerâmica.

Registo Fotográfico:



Identificação

Identificação na Análise Geral:
Edifício b31

Nível de Interesse Atribuído:
Nível 4

Proprietário Identificado:
Sim

Situação:
Habitada

Data de Construção:
Desconhecida

Localização:

Quarteirão Sul, a Poente na Rua Benemérito Joaquim Rosas

O exemplar está em risco:

Não

Intervenções Recentes:

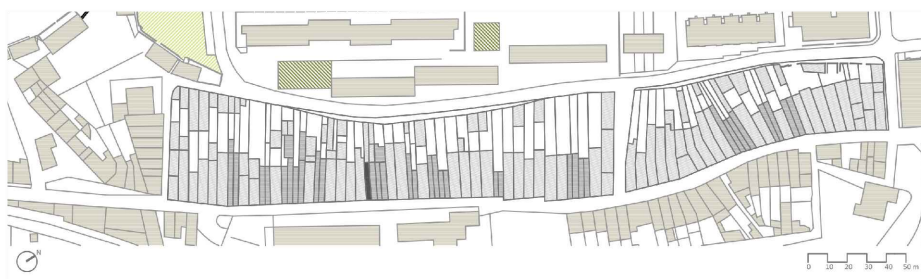
Sim

Outra informação relevante:

A actividade dos proprietários actuais não está relacionada com a pesca; a habitação foi adquirida recentemente pelos proprietários a uma família com passado relacionado com a pesca. Foram efectuadas obras recentemente, uma vez que se tenciona que esta seja habitada proximamente. De acordo com os proprietários, as obras foram levadas a cabo de forma a respeitar a estrutura e distribuição que já existia, visando o melhor aproveitamento dos espaços disponíveis. Não foi possível visitar a zona posterior do logradouro, assim como o piso inferior semi-enterrado.



Implantação



Dados Formais:

Tipo de Habitação:
Térrea (RC)

Arrumos Subterrâneos:
Sim (Não visitado)

Largura do Lote:
2,90 m

Forma da Planta:
Rectangular, estreita e alongada

Anexos Independentes:
Sim (Não visitados)

Adaptação ao Terreno:

Situada na zona com mais inclinação da Rua, a habitação desenvolve-se longitudinalmente de forma plana, com um piso inferior, semi-enterrado que não foi possível visitar. Este é apenas acessível pelo exterior, através de uma escada exterior.

Logradouro:

Jardim (Não Visitado)

Evolução da Volumetria/Construção:

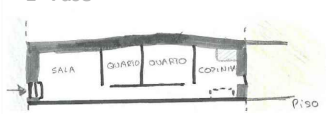
Tipo de Volume:

Maciço, de alçados simples e com poucos vãos

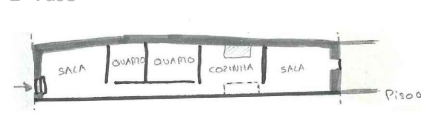
Evolução do Exemplar:

Identificadas 3 Fases de Evolução Principais

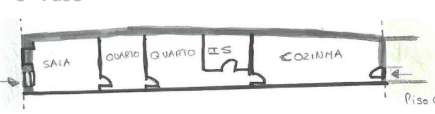
1ª Fase



2ª Fase



3ª Fase



Presença de Torre:
Não.

Localização:

Aberturas:

Função:

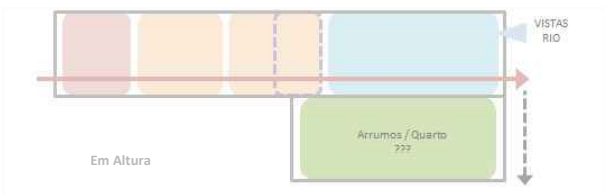
Outra Informação:

Dados Funcionais:

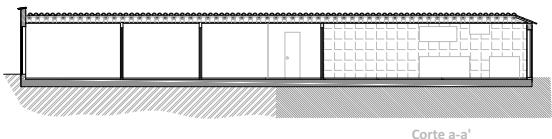
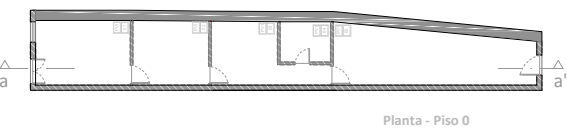
Tipo de Distribuição:
Linear, ao longo de um corredor

Descrição:
A habitação possui uma sala pequena na entrada, dois quartos, uma instalação sanitária (anexada a um quarto, funcionando como uma 'suite') e uma cozinha, distribuídas longitudinalmente por esta ordem e acompanhando o comprimento da habitação.
As diferentes divisões comunicam umas com as outras ao longo de um corredor que acaba por se integrar nestas, perdendo expressão. Para aceder de uma divisão a outra é necessário percorrer o interior das mesmas.
O acesso ao logradouro traseiro é feito através de uma escada localizada ao fundo da cozinha, no exterior, mas que não foi possível visitar.

Organograma:



Levantamento:



Pavimentos: PV1-Cerâmico
Materiais Principais: <ul style="list-style-type: none">Pedra - granitoMadeiraTijoloCerâmico
Zona Desconhecidas
Divisões: <ul style="list-style-type: none">01-Entrada/Sala02-Quarto 103-Quarto 204-Instalação Sanitária05-Cozinha

Fachadas:



Fachada Principal:
Fachada Nascente, de entrada e virada à Rua.
Fachada Posterior:
Fachada Poente, virada ao logradouro traseiro.

Vãos:
Sim, uma janela.
Vãos:
Não

Cor:
Azul (Azulejo)

Outra Informação:
Fachada eleva-se acima da cobertura, escondendo-a, adquirindo uma forma rectangular.

Cor:
Branca (Reboco) - Segundo o Proprietário

Presença de Anexos e outras Construções:
Sim

Dados Construtivos:

Materiais e Técnicas Construtivas:
A habitação é construída em tijolo e pedra, revestidos a azulejo.
Paredes Interiores: em tijolo, revestidas a azulejo, com a excepção da parede da sala que é rebocada e pintada.
Parede Medianeira: Tijolo **Pavimentos:** Cerâmico
Escadas: Exteriores, em tijolo (de acordo com o proprietário)
Cobertura: De uma água, com estrutura de madeira e recobrimento em telha cerâmica (de acordo com o proprietário).

Registo Fotográfico:



Identificação

Identificação na Análise Geral:
Edifício b40

Nível de Interesse Atribuído:
Nível 2

Proprietário Identificado:
Sim

Situação:
Não Habitada

Data de Construção:
Desconhecida

Localização:

Quarteirão Sul, a Poente na Rua Benemérito Joaquim Rosas

O exemplar está em risco:
Sim

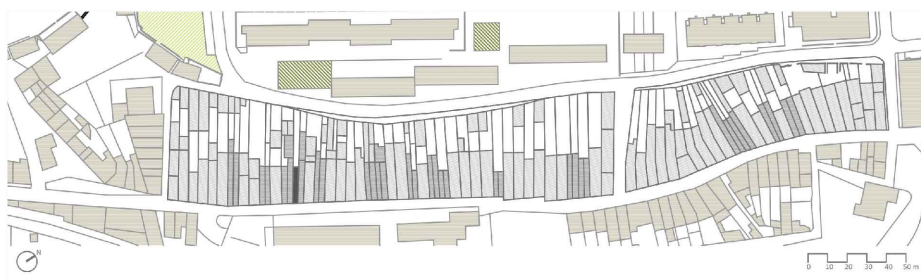
Intervenções Recentes:
Não

Outra informação relevante:

Habitação adquirida recentemente por proprietários estrangeiros. Não possuem qualquer actividade relacionada com a pesca e tencionam levar a cabo obras para a tornar uma habitação de férias.



Implantação



Dados Formais:

Tipo de Habitação:
Térrea (RC)

Arrumos Subterrâneos:
Sim

Largura do Lote:
2,70 m

Forma da Planta:
Rectangular, estreita e alongada

Anexos Independentes:
Não

Adaptação ao Terreno:

Situada numa zona da Rua com alguma inclinação, a habitação desenvolve-se longitudinalmente de forma plana, com um piso inferior, semi-enterrado. Este é apenas acessível pelo exterior, apesar de existirem vestígios de uma escada em pedra e tijolo que poderá ter feito a ligação entre pisos anteriormente.

Logradouro:
Jardim

Evolução da Volumetria/Construção:

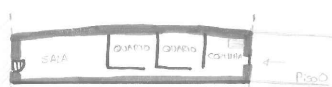
Tipo de Volume:

Maciço, de alçados simples e com poucos vãos

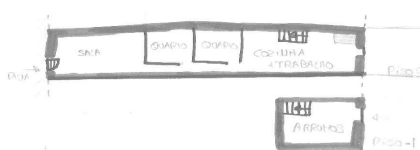
Evolução do Exemplar:

Identificadas 3 Fases de Evolução Principais

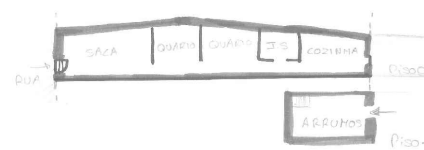
1ª Fase



2ª Fase



3ª Fase



Presença de Torre:
Sim

Localização:
Ao fundo da habitação, ao mesmo nível da restante habitação.

Aberturas:
Sim, uma a Poente, antes com vista ao Rio.

Função:
Cozinha

Outra Informação:

Os vestígios da Escada encontrada, deveriam fazer ligação com esta zona. A Cozinha ocuparia antes o lugar da instalação sanitária.

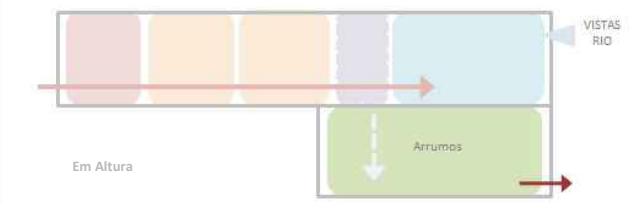
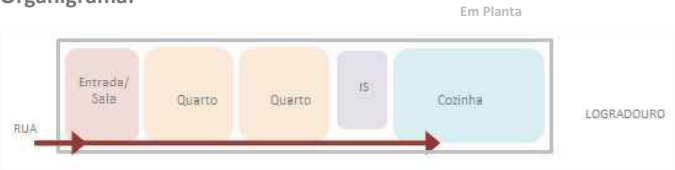
Dados Funcionais:

Tipo de Distribuição:
Linear, ao longo de um corredor

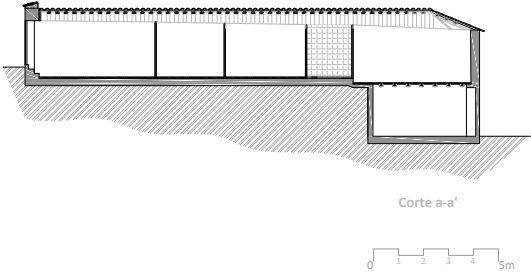
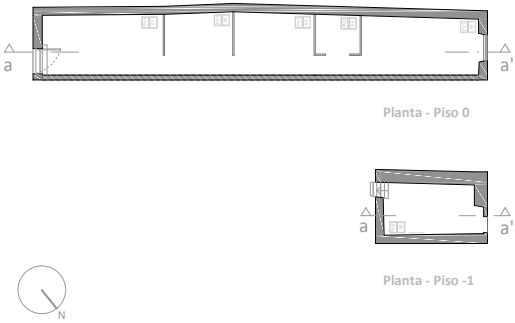
Descrição:
A habitação possui uma sala pequena na entrada, dois quartos, uma instalação sanitária e uma cozinha, distribuídas longitudinalmente por esta ordem e acompanhando o comprimento da habitação.

As diferentes divisões comunicam umas com as outras ao longo de um corredor.

Organigrama:



Levantamento:



Pavimentos:	
PV1-Soalho	
PV2-Cerâmico	
PV3-Cimento	
Materiais Principais:	
Pedra - granito	
Madeira	
Tijolo	
Cerâmico	
Tabique	
Divisões:	
01-Entrada/Sala	
02-Quarto 1	
03-Quarto 2	
04-Instalação Sanitária	
05-Cozinha	
06-Cave / Arrumos	

Fachadas:



Fachada Principal:
Fachada Nascente, de entrada e virada à Rua.

Vãos:
Não

Cor:
Branca e Cinza (Reboco)

Outra Informação:
Fachada eleva-se acima da cobertura, escondendo-a, adquirindo uma forma rectangular.

Fachada Posterior:
Fachada Poente, virada ao logradouro traseiro.

Vãos:
Sim, uma janela.

Cor:
Branca (Reboco)

Presença de Anexos e outras Construções:
Não



Dados Construtivos:

Materiais e Técnicas Construtivas:
A habitação é construída em pedra, rebocada e pintada.

Paredes Interiores: em tabique rebocado e pintado na cozinha, revestido a azulejo na instalação sanitária e com papel de parede nas restantes divisões.

Parede Medianeira: Tijolo (levada a cabo durante as obras feitas na habitação anexa a Norte, antes era em tabique)

Pavimentos: Soalho e Cerâmico.

Cobertura: De uma água, com estrutura de madeira e recobrimento em telha cerâmica.

Registo Fotográfico:



Identificação

Identificação na Análise Geral:
Edifício b19

Nível de Interesse Atribuído:
Nível 1

Proprietário Identificado:
Não

Situação:
Abandonada

Data de Construção:
Desconhecida

Localização:

Quartirão Sul, a Poente na Rua Benemérito Joaquim Rosas

O exemplar está em risco:

Sim, em estado de ruína.

Intervenções Recentes:

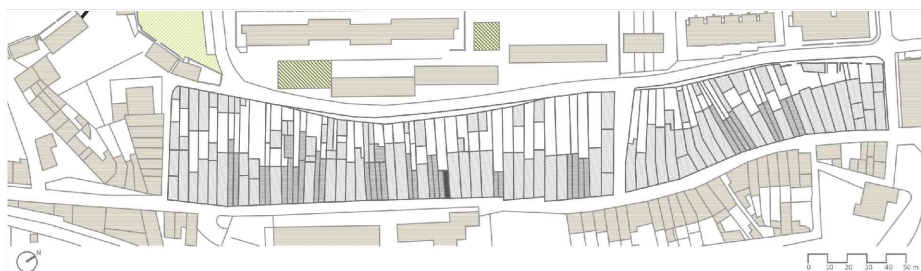
Não

Outra informação relevante:

Habitação em estado de grave ruína e abandono, os pescadores e habitantes da Rua referem tratar-se de um dos exemplares mais antigos, bem como a habitação que lhe é anexa, a Sul, à qual não foi possível aceder e que se encontra em relativo melhor estado. A habitação possui um jardim no logradouro, partilhado, pelo que sugere, com a habitação anexa referida. Possui ainda uma porta de madeira com postigo na cozinha, única abertura de luz da habitação. É possível verificar com clareza a forma como a paede em tabique, medianeira de ambas as habitações, é edificada sobre o paramento em pedra da 'loja' semi-enterrada.



Implantação



Dados Formais:

Tipo de Habitação:
Térrea (RC)

Arrumos Subterrâneos:
Sim

Largura do Lote:
2,60 m

Forma da Planta:
Rectangular, estreita e alongada

Anexos Independentes:
Não

Adaptação ao Terreno:

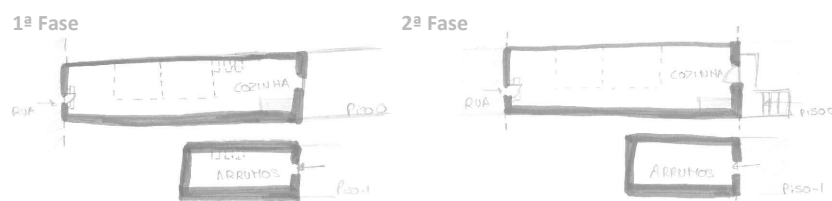
Situada numa zona com alguma inclinação da Rua, a habitação sugere ter tido uma distribuição plana no piso superior, com um pequeno anexo inferior, semi-enterrado, ao qual seria possível aceder pelo logradouro traseiro. Não foi identificado qualquer vestígio de escadas interiores, no entanto possui umas escadas exteriores de uma época diferente à que sugere ser a inicial da casa, uma vez que são construídas em pedra e cimento.

Logradouro:
Jardim

Evolução da Volumetria/Construção:

Evolução do Exemplar:

Identificadas 2 fases de evolução principais.



Presença de Torre:

Localização:

Aberturas:

Função:

Outra Informação:

Apesar de não ser identificada uma zona própria do elemento 'Torre', alguns dos pescadores abordados identificam-na no exemplar na zona da cozinha, por esta possuir vista directa ao rio e a única área de trabalhos no piso da habitação.

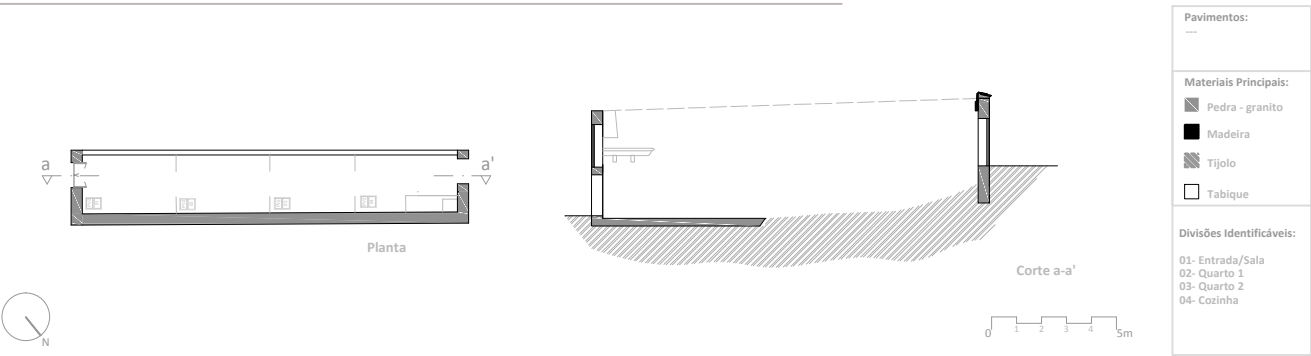
Dados Funcionais:

Tipo de Distribuição:
Linear

Descrição:
Não foram detectáveis de forma clara quaisquer compartimentos com excepção da cozinha, na zona posterior da habitação, identificável claramente pela presença de um forno/lareira e chaminé em pedra.
No entanto, a parede Sul da habitação apresenta vestígios de 3 revestimentos de cores diferentes (ocre, verde e um tom rosado), sugerindo a existência de outras três divisões. Na parede Norte, por sua vez, não é detectável qualquer vestígio de revestimento, pelo que sugere ter sido a parede de um espaço sem qualquer função específica, um corredor, por exemplo.



Levantamento:



Fachadas:



Fachada Principal: Fachada Nascente, de entrada e virada à Rua.	Vãos: Não	Cor: Verde (Reboco)	Outra Informação: Fachada eleva-se acima da cobertura, escondendo-a, adquirindo uma forma rectangular.
Fachada Posterior: Fachada Poente, virada ao logradouro traseiro.	Vãos: Sim, uma pequena janela no postigo da porta da cozinha.	Cor: Verde (Reboco)	Presença de Anexos e outras Construções: Não



Dados Construtivos:

Materiais e Técnicas Construtivas:
A habitação é construída em pedra, rebocada e pintada.
Paredes Interiores: em tabique rebocado e pintado (Vestígios)
Parede Medianeira: Tabique **Pavimentos:** Soalho (vestígios)
Escadas: Exteriores, em pedra e cimento
Cobertura: De uma água, com estrutura de madeira e recobrimento em telha cerâmica (vestígios)

Registo Fotográfico:



5.2. Análise Comparativa

Após a realização das análises individuais, das quais resultaram as fichas-resumo apresentadas, é possível estabelecer algumas comparações e conclusões iniciais.

5.2.1 Análise Morfológica

As ‘meias casas’ são volumes maciços, simples e com poucos vãos; possuem uma planta Rectangular, estreita e alongada.

Respondendo à inclinação dos terrenos, na totalidade dos exemplares analisados é necessário descer dois ou três degraus para se entrar nas mesmas, uma vez que estas se desenvolvem e situam num nível ligeiramente inferior ao do arruamento para o qual todas têm as suas fachadas principais.



Fig. 113 – Entradas da *Meias Casas* 1, 2, 3, 4, e 6 analisadas.

No que toca à adaptação ao terreno, as ‘meias casas’ distribuem-se longitudinalmente com pequenos desníveis nos pavimentos, vencidos com as divisões interiores a diferentes cotas. As diferenças de cotas são reduzidas e muito menores nos exemplares 3, 4 e 6. O exemplar 5 possui o pavimento interior das divisões todo à mesma cota.

O exemplar 1 e 2 não possuem qualquer divisão num nível inferior da habitação, uma vez que a inclinação do terreno no qual estão localizadas não permite; no entanto possuem uma divisão a um nível superior. Os restantes exemplares, por se encontrarem em terrenos de maior inclinação, possuem ‘loja’ semi-enterrada, num nível inferior à restante habitação.

5.2.1.1 Evolução Morfológica

A distribuição interior, os materiais detectados e alguns dados construtivos permitiram realizar um esquema da evolução de cada ‘meia casa’.

Assim, é possível identificar um volume inicial semelhante em todos os casos, com uma distribuição ‘Entrada/sala + Quarto + Quarto + Cozinha’.

Esta estrutura básica e primária é facilmente identificada no exemplar 7. Apesar de não se distinguirem divisões para além da cozinha, situada ao fundo da habitação pela presença do forno, os vestígios do revestimento da parede medianeira distinguem 3 cores diferentes, podendo ser associadas a 3 divisões que, certamente corresponderão à sala e aos quartos.

Numa primeira fase de evolução, todos os volumes (à excepção do exemplar 7) cresceram na zona posterior, surgindo uma nova divisão após a cozinha como sala, zona de trabalho ou arrumos.

Nos exemplares em que se verifica a existência de ‘loja’ semi-enterrada, esta acompanha o crescimento do volume superior, fundamental para garantir a estrutura autoportante.

A fase de evolução seguinte terá tido lugar muito próxima à anterior e expressa-se apenas nos exemplares que não possuíam ‘loja’ semi-enterrada. Nesta fase, surge uma divisão sobre o espaço após a cozinha que já havia crescido em relação ao volume inicial; desta forma as vistas ao Rio são alcançadas e os espaços no interior da habitação aumentam.

A necessidade de uma instalação sanitária marcaria as últimas alterações de relevância para a estrutura da ‘meia casa’ Caminhense.

As questões de salubridade e de higiene pessoal, ditaram ou um novo crescimento dos volumes para a instalação desta nova divisão, ou uma reorganização interior para que esta pudesse ser introduzida. Por esta atura terão igualmente surgido os acessos exteriores que alguns exemplares apresentam.

De referir com especial importância que, as ‘meias casas’ surgem aos pares e que as evoluções espaciais e volumétricas surgem de forma semelhante em ambos os elementos de cada par, de forma a manter a estrutura e de assegurar que as necessidades de espaços novos eram asseguradas.

Meia Casa Analisada							
	1	2	3	4	5	6	7
1ª F A S E							
	Volume inicial com características semelhantes em todos os exemplares - (Sala/Entrada + Quarto + Quarto + Cozinha)						
2ª F A S E							+ Escada Exterior
	Os volumes ganham uma nova área posterior -(Sala/Entrada + Quarto + Quarto + Cozinha + Sala/Arrumos) * Arrumos semi-enterrados dos exemplares que os possuem acompanham crescimento do piso superior						
3ª F A S E							
	Os volumes ganham uma divisão num nível superior, na zona posterior da habitação		Os volumes ganham uma nova divisão, a Instalação Sanitária, quer seja inserida na Planta existente, quer num pequeno aumento na zona posterior da habitação.				
Os volumes com nível superior ganham a Instalação Sanitária, reorganizando a Planta do piso rés-do-chão.							

Fig. 114– Esquema-Resumo da Evolução das Meias Casas analisadas

5.2.1.2 O elemento ‘Torre’

O elemento que marcaria uma distinção entre as casas da ‘Vila’ e ‘meias casas’ da ‘Rua’ no que toca à volumetria seria a presença de um corpo elevado na fachada posterior destas, chamado de ‘Torre’. Este revelou ser o elemento mais complexo de detectar e analisar nas ‘meias casas’ analisadas.

Apresentado na obra de Maria Alfreda Cruz (1988), escrita inicialmente nos anos 60, como uma pequena cozinha na zona mais posterior da habitação, situada num plano superior à restante estrutura, sendo por isso necessário subir uns pequenos degraus para lhe aceder, a ‘Torre’ contava com a única janela que a casa possuía. Era através desta janela que o pescador verificaria o estado do rio e da barra antes de sair para a faina. A autora refere-se a notas pessoais de J. Leite Vasconcelos (1858 – 1941), para descrever este elemento, pelo que este estaria presente nas habitações já no tempo do famoso etnógrafo, tendo-lhe despertado a sua atenção.

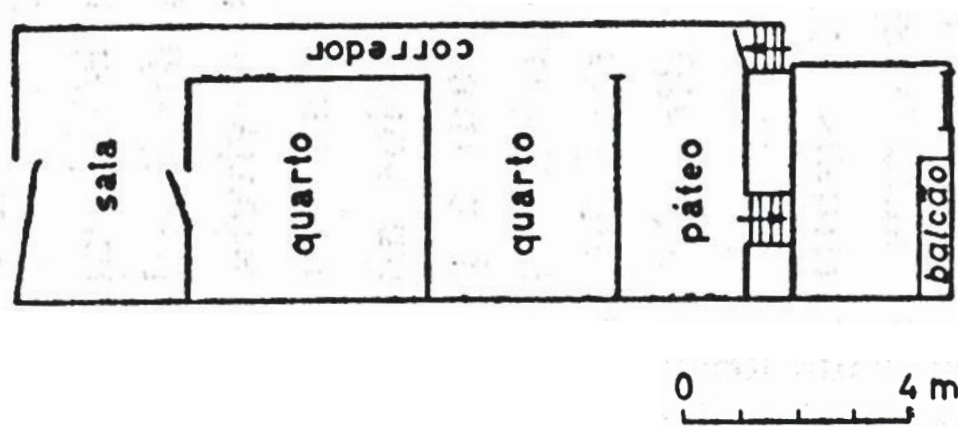


Fig. 115 – Planta de uma Meia-Casa por Maria Alfreda Cruz
Cozinha identificada pela presença do balcão na Torre

A ajuda dos pescadores e dos habitantes e utilizadores da ‘Rua’ tornou-se essencial na tarefa de detectar a presença ou não da ‘Torre’ nas habitações.

Foram ainda essenciais para a compreensão de que o elemento Torre, só se situava num plano superior ao da restante habitação na zona com menos inclinação da *Rua*, no primeiro quarteirão no sentido Norte-Sul. Neste quarteirão, a habitação era térrea e sem qualquer possibilidade de criação de uma pequena ‘loja’ subterrânea; assim, era criada uma divisão de arrumos na zona posterior da habitação, a seguir à cozinha, sobre a qual era edificada uma estrutura superior, acedida através de degraus em madeira, na qual se criava mais um quarto, uma zona de arrumação, ou uma pequena sala, com a janela necessária para a análise do rio. Em alguns casos, acompanhando a inclinação

leve do terreno, a divisão sob a 'Torre' surgia um pouco abaixo do nível da cozinha e das restantes divisões, razão para que na obra de Cruz, sejam referidos os degraus que se desciam para aceder ao 'pátio' de acesso à 'Torre'.

Na zona com mais inclinação, correspondendo aproximadamente com o início do segundo quarteirão no sentido Norte-Sul, as 'meias casas' podiam possuir uma 'loja' de arrumação e trabalho inferior, semienterrada. A 'Torre', que os pescadores descrevem nesta zona simplesmente como a sala mais ao fundo da habitação da qual se tinha vista directa para o Rio e onde se situava a única janela, situava-se no mesmo plano em que se desenvolvia todo o corpo da habitação, após a cozinha, mas que por já se encontrar numa posição elevada, não era necessária ser num nível superior ao da restante edificação. Neste caso, existiria apenas uma escada interior até à 'loja' inferior e daí dava saída para o logradouro da casa, em direcção ao rio.



Fig. 116 – Traseiras de duas *Meias Casas* que os Pescadores identificam como possuindo *Torre*. Primeira foto com *Torre* num nível superior, segunda e terceira com *loja* inferior e *Torre* ao nível da habitação

Assim, foram identificadas todas as habitações que ainda possuem a estrutura da 'Torre' ou qualquer vestígio desta, excluindo-se aquelas cujas intervenções recentes tenham introduzido elementos como varandas e terraços posteriores, eliminando todo o conceito e características iniciais do elemento. Como se verifica, são muito poucos os exemplares que actualmente possuem qualquer vestígio da 'Torre' ou o próprio elemento em si, coincidindo muitas vezes com aqueles que se encontram em pior estado de conservação ou em estado de abandono.

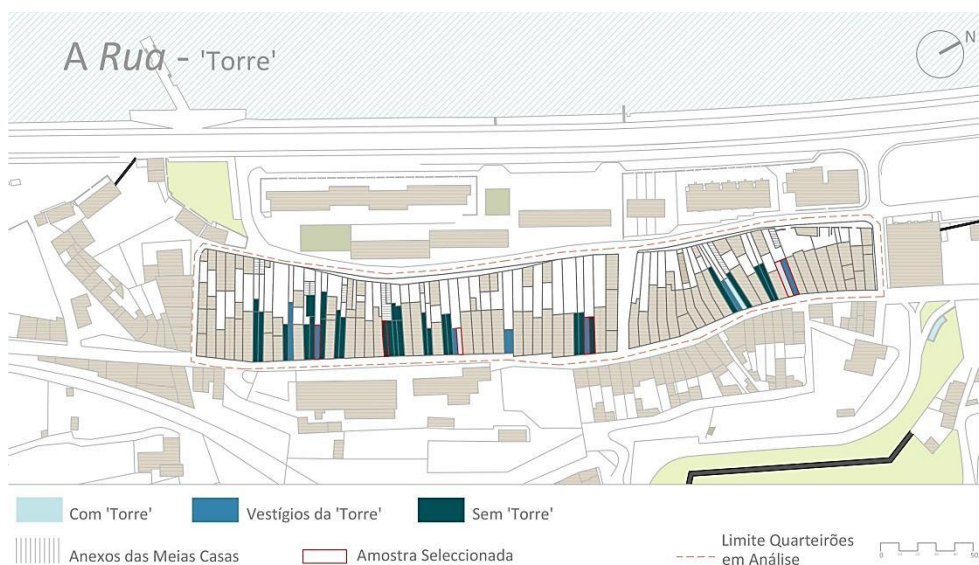


Fig. 117 – Presença do elemento *Torre* nas *Meias Casas* da *Rua*

A observação e análise individual dos sete exemplares da amostra seleccionada apresenta várias situações para a definição e caracterização do elemento ‘Torre’.

No exemplar 1, existe uma estrutura superior, acedida por pequenos degraus de madeira localizados numa divisão traseira da habitação, após a cozinha.



Fig. 118/9 e 120 – *Torre* conservada da *Meia Casa 1* analisada

Este volume superior tem a função de sala e arrumos, apesar da proprietária referir que o espaço foi muitas vezes usado para trabalhos relacionados com a pesca, como consertar redes,

Nesta divisão está localizada a única janela da habitação, antes com vista para o Rio Minho e agora para as traseiras do Bairro da Guarda Fiscal. A Janela, de reduzidas dimensões, possui umas pequenas “namoradeiras” em pedra.

Da mesma forma, no exemplar 2 analisado, ‘meia casa’ anexa ao exemplar 1, a Torre apresenta a mesma constituição, ainda que recuperada e adaptada como quarto principal da habitação. Sob esta divisão está actualmente situada a Instalação Sanitária e o espaço de arrumos que, de acordo com a proprietária, antes aí se podia encontrar, encontra-se situado numa construção anexa no fundo do logradouro.

No exemplar 3, surge uma sala após a cozinha, virada ao Rio Minho. Não possui janela actualmente, já que, de acordo com as informações da proprietária, esta foi substituída pela porta de madeira com vidro que dá acesso às escadas para as traseiras da habitação, o jardim. Neste exemplar, aquando da intervenção para dotar a habitação das escadas exteriores, foi também construída uma pequena Instalação Sanitária num prolongamento da sala anteriormente referida. A proprietária recorda-se claramente como a sala após a cozinha era chamada de ‘Torre’ e era utilizada como zona de trabalho, bem como de zona de dormitório em alturas “em que a família era mais numerosa”. Nesta divisão está ainda localizada a escada de madeira para a ‘loja’ inferior.



Fig. 121 – Sala posterior da *Meia Casa 3* analisada e parte da estrutura da escada para a loja inferior.

O exemplar 4 possui uma distribuição muito semelhante ao 3, já que apresenta igualmente uma sala na zona posterior da habitação após a cozinha, sala de estar e de jantar. No entanto, esta não possui qualquer janela ou ligação directa ao exterior, uma vez que após esta divisão existe uma instalação sanitária e um corredor para uma reduzida varanda exterior com escadas para o logradouro. Na sala de estar e de jantar não existe qualquer escada interior que faça ligação com a ‘loja’ inferior.

Apesar da proprietária se recordar que o pai referia que adaptou a antiga zona de trabalho dos pescadores que possuía uma pequena janela com vista

para o rio Minho na actual sala de estar e de jantar, a divisão não possui elementos característicos suficientes para ser identificada como ‘Torre’.

O exemplar 5, no qual foram levadas a cabo acentuadas obras de recuperação, não possui igualmente qualquer estrutura que possa ser identificado como ‘Torre’. A última divisão da habitação é uma longa cozinha com uma porta metálica com vidro que dá acesso a uma varanda e escadas exteriores para o logradouro traseiro que não foi possível visitar. Esta habitação não possui qualquer escada interior. A actual proprietária recorda que antes das obras existia realmente uma pequena sala após a cozinha, no entanto, ambas as divisões foram adaptadas para o novo espaço de refeições. A anterior proprietária da habitação, também identificada, referiu que essa pequena sala que existia após a cozinha era a ‘Torre’ com uma janela pequena antes para o Rio, no entanto nada resta dela após as obras.

O exemplar 6, em estado de conservação muito mau, é um dos que é identificado por parte dos pescadores abordados como possuidor do elemento ‘Torre’. Este exemplar possui uma cozinha como última divisão, com uma pequena janela virada ao Rio Minho. Existem vestígios de uma escada interior que faria ligação entre a ‘loja’ inferior e a zona onde agora se situa a Instalação Sanitária e a Cozinha. Apesar do proprietário não possuir qualquer informação sobre a habitação que adquiriu recentemente, a Instalação Sanitária sugere ter ocupado o espaço que anteriormente pertencia à Cozinha, tendo esta sido deslocada para o espaço posterior da casa.



Fig. 122 e 123 – Cozinha posterior da *Meia Casa*6 analisada e pormenor da janela.

O exemplar 7, que sugere ser o mais antigo de todos os analisados, não se verifica a existência de qualquer estrutura ou divisão posterior à cozinha (confirmada pela presença do forno) onde surge a única janela da ‘meia casa’, instalada no postigo da porta de madeira e antes com vista para o rio Minho. Os pescadores e habitantes são claros quanto à identificação deste exemplar como possuidor da ‘Torre’.

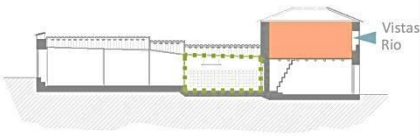
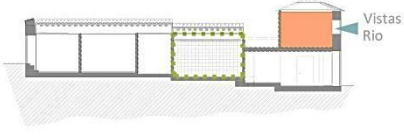
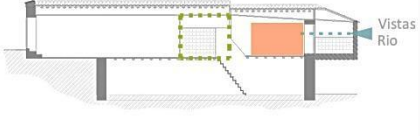
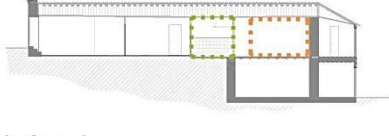
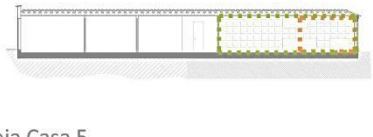
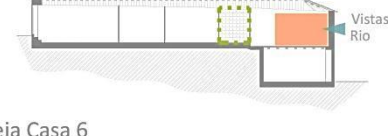

Presença do elemento 'Torre'		
'Torre' Identificada	'Torre' Não Identificada	
 <p>Meia Casa 1</p>		<p>Os proprietários e pescadores identificam claramente pela presença da janela e do espaço de trabalho.</p> <p>FUNÇÃO: Arrumos/Sala de Trabalho</p>
 <p>Meia Casa 2</p>		<p>Os proprietários e pescadores identificam claramente pela presença da janela.</p> <p>FUNÇÃO: Quarto</p>
 <p>Meia Casa 3</p>		<p>Os pescadores e proprietária identificam claramente pela presença da janela e do espaço de trabalho, apesar de existir um volume que se projecta na fachada posterior.</p> <p>FUNÇÃO: Arrumos/Sala</p>
	 <p>Meia Casa 4</p>	<p>Os pescadores e não a identificam pela função que a divisão possui actualmente, sala de jantar e pela inexistência da pequena janela na fachada posterior.</p>
	 <p>Meia Casa 5</p>	<p>Os pescadores e não a identificam pela função que a divisão possui actualmente, cozinha e pela inexistência da pequena janela na fachada posterior. Igualmente por existirem muitos anexos no logradouro.</p>
 <p>Meia Casa 6</p>		<p>Os pescadores e proprietária identificam claramente pela presença da pequena janela na fachada posterior.</p> <p>FUNÇÃO: Cozinha</p>
 <p>Meia Casa 7</p>		<p>Os pescadores e proprietária identificam este exemplar com vestígios da 'Torre' pela presença da pequena janela na fachada posterior.</p> <p>FUNÇÃO: Cozinha</p>
<p>0 1 2 3 4 5m</p> <p> 'Torre' Identificada Antiga Localização da 'Torre' Cozinha </p>		

Fig. 124 – Esquema – Resumo da análise da presença do elemento *Torre*

Após a análise dos 7 casos visitados, é possível definir uma série de características específicas ao elemento ‘Torre’ referido pelos autores consultados.

O elemento ‘Torre’ está directamente relacionado com a questão da vista para o Rio Minho, que antes da construção dos prédios nos terrenos ganhos ao rio era possível, numa localização ao fundo da habitação. A divisão ‘Torre’ é associada quer a um espaço de trabalho ou arrumos, quer à cozinha (Cruz, 1988) como se pode observar na análise do exemplar 7, em habitações mais antigas e que não levaram a cabo intervenções para prolongar e crescer os corpos edificados.

Articulando com o ponto de análise anterior, este espaço que surge após a cozinha, corresponde a uma fase de evolução da ‘meia casa’, provavelmente por necessidade de espaço ou de melhores vistas sobre o Minho (talvez pela presença da muralha nas traseiras das habitações).

Podem ainda ser diferenciadas duas situações no que toca à construção do espaço com vistas pra o Rio, chamado de ‘Torre’ pelos pescadores. Na zona de menor inclinação da ‘Rua’, este surge num nível elevado relativamente à restante habitação; já em zonas de mais inclinação, onde a edificação permite inclusive a presença de uma ‘loja’ de arrumos e trabalho num nível inferior à casa, o elemento ‘Torre’ surge na continuidade do corpo da restante habitação.

Ainda sobre a utilização do vocábulo ‘Torre’, deverá ter-se em atenção que este é associado à possibilidade de se ter vista directa sobre o rio, numa posição alta, quer num caso quer no outro, a um nível superior do terreno. A questão de se chamar ‘Torre’ ao espaço de vistas para o Minho possui assim, uma conotação muito mais conceptual do que propriamente de expressão volumétrica em altura. Assim, ‘Torre’, deve ser mais encarada mais como um tipo de mirante do que propriamente um corpo que se distingue claramente da restante edificação.

No entanto, não se poderá negar que este é, efectivamente um elemento característico e único das ‘meias casas’ caminhenses, fazendo parte da identidade e da memória dos habitantes destas habitações e da comunidade piscatória caminhense em especial, distinguindo este tipo de habitação das restantes casas da ‘Vila’.

5.2.2 Análise Funcional

Se existe característica em que as ‘meias casas’ analisadas sejam coincidentes é na sua distribuição funcional interior e nas divisões espaciais que possuem.

Com a excepção do 7º exemplar, sobre o qual não foi possível fazer praticamente nenhuma análise interior, uma vez que possui apenas a estrutura exterior, todos os restantes exemplares partilham uma matriz espacial em tudo semelhante, concordante por sua vez com a que os autores consultados apresentavam para a estrutura da ‘meia casa’ da Rua Benemérito Joaquim Rosas.

Assim, todas as habitações analisadas são térreas, de planta rectangular, estreita e alongada, com uma distribuição funcional linear e acompanhando o comprimento da edificação (como se verifica pelos levantamentos efectuados, presentes nas fichas de análise).

Da mesma forma, todas as ‘meias casas’ analisadas possuem um corredor lateral que acompanha toda a profundidade da habitação, permitindo a distribuição dos espaços a partir deste. Este corredor tem vindo a ‘fundir-se’ nas divisões, especialmente nos quartos, acabando por perder expressão. O único exemplar no qual ainda é possível diferenciar claramente a existência do corredor lateral é no exemplar 4. Esta situação verifica-se na tentativa de poder aumentar a área das divisões, razão pela qual são igualmente justificadas cortinas que ou substituem portas ou tomam as funções de parede divisória entre o corredor e os quartos, de maneira a ganhar alguma privacidade, uma vez que para se aceder a uma divisão teria de atravessar-se outra.

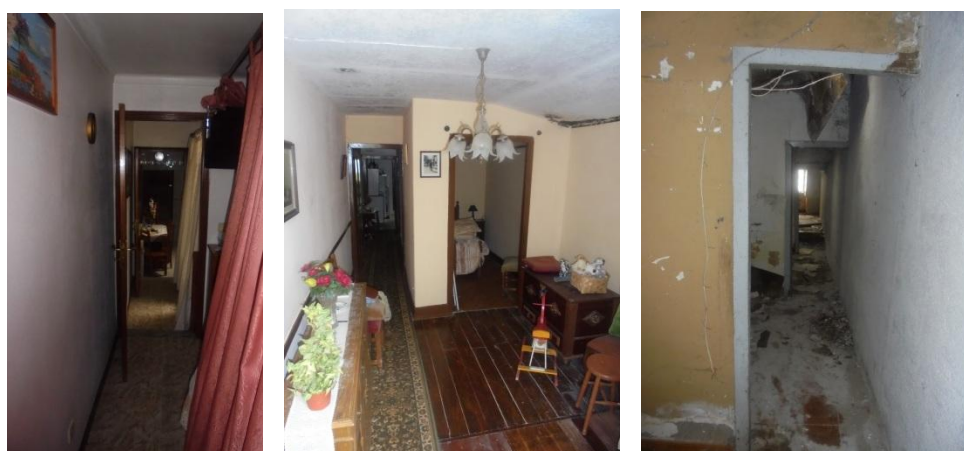


Fig. 125/6/7– Distribuição Interior das *Meias Casas* 2,4 e 6 analisadas

No que toca aos espaços existentes e às divisões das habitações, todos os exemplares possuem uma pequena sala na zona imediata à entrada desde a Rua Benemérito Joaquim Rosas, seguida de dois quartos (exceptuando o exemplo 3, na qual existe apenas um quarto; no entanto este surgiu recentemente depois de se demolir a parede que dividia os dois iniciais), de dimensões muito reduzidas, permitindo praticamente apenas a presença de uma cama sem qualquer mobiliário extra; seguidamente aos quartos surge a cozinha, também de reduzidas dimensões.

A única divisão que sofre alteração de posição ao longo da habitação é a instalação sanitária. Esta corresponde à última divisão a surgir na ‘meia casa’ caminhense e surge ou ao fundo da habitação, numa zona de ampliação da estrutura inicial da mesma (exemplares 2, 3 e 4), ou entre um quarto que diminui as suas dimensões e a cozinha (exemplares 5 e 6). A última situação sucede principalmente em meias casas que sofreram intervenções recentes. As instalações sanitárias encontradas são, assim como as restantes divisões deste tipo de habitações, especialmente reduzidas, respondendo às necessidades básicas do utilizador. O exemplar 1 não apresenta Instalação Sanitária na habitação; no exemplar 7 não foi identificado qualquer vestígio da presença de uma instalação Sanitária no seu interior.

Para além da estrutura ‘entrada/sala-quarto-quarto-cozinha’, as ‘meias casas’ analisadas apresentam três situações distintas.

Aquelas que se situam no primeiro quarteirão da Rua, no sentido Norte-Sul, que estão localizadas nos terrenos com menos inclinação (como os exemplares 1 e 2), não possuem qualquer possibilidade de ter uma ‘loja’ semi-enterrada sobre a zona de habitação; assim possuem uma divisão após a cozinha, sobre o qual se desenvolve a estrutura da ‘Torre’, analisada anteriormente. No exemplar 1, a divisão elevada é um espaço de arrumação e trabalho, assim como a divisão após a cozinha. Já no exemplar 2, a divisão elevada é um quarto sob uma Instalação Sanitária e corredor de acesso ao exterior, situados após a cozinha.

As ‘meias casas’ analisadas no segundo quarteirão da Rua Benemérito Joaquim Rosas no sentido Norte-Sul, edificadas nos terrenos com maior inclinação, possuem uma ‘loja’ semi-enterrada, na qual são desempenhadas as funções de arrumos e de apoio às actividades de pesca dos utilizadores, com acesso desde o interior, como se verifica no exemplar 2 (e nos vestígios da escada interior do exemplar 6) ou através de uma escada exterior mais recente (exemplares 4, 5 e 7).

No que toca às habitações que possuem a ‘loja’ semi-enterrada, um grupo de exemplares não possui qualquer divisão para além da cozinha (exemplares 5, 6 e 7) enquanto outro possui uma divisão ou de trabalho ou de estar (exemplares 3 e 4)

No que toca à existência de escadas interiores, estas não são comuns a todas as habitações. Apresentam-se no exemplar 1 para dar acesso à divisão superior da ‘Torre’, confirmando-se a mesma situação no exemplar 2; no exemplar 3 existem para dar acesso à ‘loja’ inferior, desde a sala após a cozinha; no exemplar 6, foram encontrados os vestígios de uma escada que daria acesso desde a ‘loja’ inferior para a zona de habitação, actualmente em desuso.



Fig. 128/9, 130/1 – Escadas Interiores das *Meias Casas* 1, 2, 3 e 6 analisadas

Nas habitações em que não foi encontrado qualquer tipo de escada interior, são detectadas corpos de escada exteriores que surgiram em intervenções realizadas, uma vez que não concordam em tipo de materiais (exemplares 3, 4, 5 e 7).

De referir ainda, que os exemplares 2 e 5, nos quais foram levadas a cabo intervenções recentes para possibilitar a sua habitação nos dias que correm, respeitaram na sua grande maioria os espaços e a distribuição inicial das ‘meias casas’; o exemplar 2, respeita inclusive a existência da ‘Torre’ superior à habitação, adaptando-a a um quarto.

Perfeitamente diferenciados, mantem-se por sua vez os locais de habitação e residência dos locais dedicados ao trabalho, Os primeiros reservam-se à pequena sala da entrada da ‘meia casa’, os quartos de dimensões reduzidas e a cozinha, assim como a instalação sanitária; os locais dedicados ao trabalho correspondem ou ao espaço que surge seguidamente da cozinha, ou à ‘loja’ semi-enterrada que algumas habitações possuem. Verifica-se assim, uma zona com um carácter mais social e familiar no lado da ‘Rua’ e uma zona muito mais relacionada com o trabalho e as actividades da pesca no lado do logradouro traseiro, onde antes existia acesso directo ao Rio.



Fig. 132 – Esquema-Resumo da Distribuição Funcional das *Meias Casas* analisadas

Assim, pode concluir-se que existe uma distribuição padrão da ‘meia casa’ que se desenvolve paralelamente a um corredor linear e longitudinal à habitação, ‘entrada/sala – quarto – quarto – cozinha’.



Após a cozinha, a 'meia casa' pode possuir uma outra divisão que desempenha funções ou de sala ou de trabalho e arrumos.

A posição da Instalação Sanitária difere de caso para caso, podendo surgir após a cozinha, num espaço de crescimento posterior da habitação ou entre um dos quartos e a cozinha.

Em altura, a habitação pode possuir uma divisão a um nível superior, sobre a divisão após a cozinha, na zona com menos inclinação do arruamento; pode por outro lado possuir uma 'loja' semi-enterrada, na zona com mais inclinação da 'Rua'.

5.2.3 Análise das Fachadas

5.2.3.1 Fachada Principal - Entrada

A fachada principal das ‘meias casas’, descrita como estreita, simples e sem janelas, é, à semelhança da ‘Torre’ e da Distribuição Interior, um dos elementos identificativos deste tipo de habitação da Rua Benemérito Joaquim Rosas. No entanto, esta tem vindo a alterar-se ao longo dos tempos.

De acordo com os autores revistos e os pescadores e habitantes consultados o facto de não possuir qualquer janela na fachada principal era característico da ‘meia casa’; possuía apenas uma porta com postigo, que seria a única entrada de luz na fachada principal.

No entanto, tal como nos sugere a publicação de Gavinho Pinto no “Ecos da Matriz” de Maio de 1972, por essa altura deixavam de surgir as portas com postigos para serem substituídas por portas mais modernas, ao mesmo tempo que surgiam as janelas rasgadas na fachada principal. Actualmente já não existe nenhum exemplar da porta com postigo, no entanto, existem ainda alguns exemplares que não possuem janela.

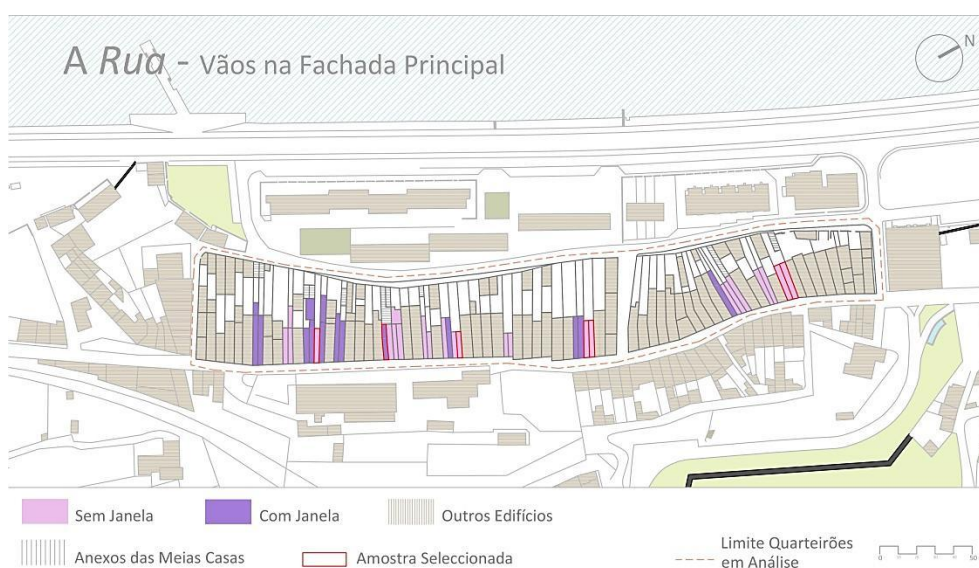


Fig. 133 – Presença de Vãos nas Fachadas Principais das *Meias Casas da Rua*.

Das sete ‘meias casas’ analisadas, apenas a número 5 possui janela na fachada.

No que toca ao revestimento das fachadas, apenas o exemplar 5 possui azulejo, sendo os restantes revestidos a reboco pintado nas suas fachadas principais. Esta análise individual permitiu verificar que aquelas que menos

intervenções sofreram nos últimos tempos são precisamente as que conservam as fachadas sem janelas, assim como o reboco em vez do azulejo, pelo que estas seriam características mais antigas.

A presença de azulejo em algumas das ‘meias casas’ da Rua, bem como nas restantes edificações, pode ser justificada pelo facto de, na vizinha povoação galega de La Guardia, na outra margem no rio Minho, surgir no final do século XIX, uma fábrica de cerâmica.

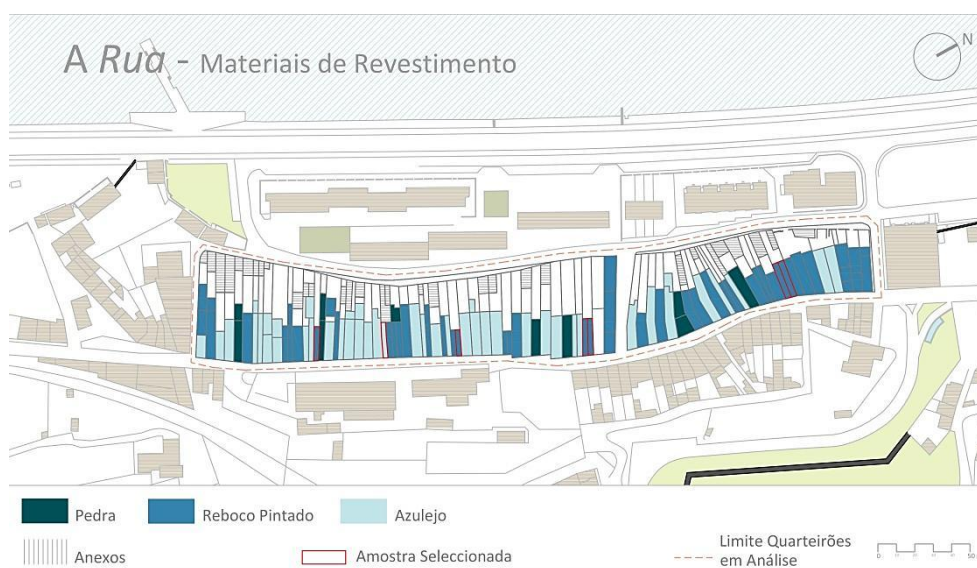


Fig. 134 – Tipos de Revestimento nas Fachadas Principais das Edificações da Rua

Um outro elemento que se revelou comum a todos os exemplares analisados, comprovando-se ser bastante usual em todas as ‘meias casas’ da ‘Rua’ é o facto de que todas as fachadas são mais altas do que a cobertura de uma água (ou a de duas águas, se considerar-mos o par de ‘meias-casas’). Desta forma a cobertura a uma água nunca é vislumbrada desde a posição do observador na Rua Benemérito Joaquim Rosas, não sendo dessa forma perceptível que as habitações partilham uma estrutura de cobertura, contribuindo para uma imagem mais sólida e independente de cada uma das habitações.

Quando comparadas com fotografias mais antigas, tal situação não se aprecia, pelo que parece uma solução adaptada recentemente.

No que toca às medidas da largura das fachadas, estas variam entre 2,60 metros e 3 metros. De ter em conta ainda que, na totalidade das ‘meias casas’, as medidas variam entre 2,20 metros e 3,10 metros. Existe portanto, uma concordância de dimensões da frente de lote, tal como acontecia para a totalidade das edificações analisadas em todo o arruamento.

Apesar de existirem algumas fotos antigas da ‘Rua’ nas quais aparecem, claramente as meias casas, são quase todas a preto e branco. No entanto, é notório, em alguns casos, que existiam diferentes cores ou tonalidades nas habitações. Mais uma vez, o testemunho dos pescadores e dos habitantes Caminhenses tornou-se essencial. Eles contam como, pelos anos 50 - 60, as casas eram coloridas, garridas, que antes, no tempo dos ‘mais velhos’, elas eram em pedra à vista, mas que depois passaram a ser rebocadas e pintadas. Surge igualmente o relato de que como as fachadas eram pequenas, estas eram pintadas com as tintas que eram igualmente adquiridas para pintar os barcos de pesca, daí as cores serem garridas, variadas e distintas umas das outras.



Fig. 135 – Cores das Meias Casas na Rua na Actualidade

Mais tarde, contam ainda, as casas da vila começaram a surgir brancas, e o pescador assim pintava também as suas.

Tradicionalmente, os Bairros de Pescadores são efectivamente repletos de habitações coloridas. Ainda que nenhum dos autores revistos se tenha debruçado sobre esse ponto, vários são os exemplos dessa realidade. De referir o Bairro de Pescadores da Póvoa de Varzim, de Viana do Castelo (cujo Município procedeu recentemente à pintura das fachadas precisamente de cores garridas e variadas), as habitações piscatórias da cidade do Porto ou inclusive os palheiros da Praia de Mira, na Figueira da Foz.

Dos exemplares analisados, apenas o exemplar 7, precisamente o que sugere ser o mais antigo possui uma tonalidade diferente da branca, comum a todos os outros exemplares rebocados (1, 2, 3, 4 e 6).

Ao longo da ‘Rua’ encontram-se exemplares de tonalidades entre os rosa, os verdes, os azuis, os ocre e os brancos.

Sobre as fachadas analisadas, resta ainda referir que estas se tornam efectivamente na imagem típica e identificativa da ‘Rua’. Salvo o facto de umas possuírem janelas e diferentes tipos de revestimentos, as dimensões destas tendem a ser extremamente semelhantes e reduzidas, assim como a

imagem ‘ortogonal’ (devido ao facto de serem altas e planas, originando uma espécie de ‘frontão’); concordam ainda em cores (brancas ou coloridas) e na presença de uma porta simples. É fácil de compreender pelas conversas com os proprietários, pescadores e Caminhenses em geral que as fachadas ‘pequeninas’, como são muitas vezes referidas, só com uma porta ou uma janela ao longo do arruamento se tornaram ao longo dos tempos numa das imagens mais presentes na memória de quem recorda a Rua dos Pescadores de Caminha.

Meia Casa Analisada							
	1	2	3	4	5	6	7
							
Forma	Rectangular	Rectangular	Rectangular	Rectangular	Rectangular	Rectangular	Rectangular
Platibanda (cobertura ocultada)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Vãos	Porta	Porta	Porta	Porta	Porta e Janela	Porta	Porta
Revestimento	Reboco	Reboco	Reboco	Reboco	Azulejo	Reboco	Reboco
Cor	Branco	Branco	Branco e Cinza	Branco	Azul	Branco e Cinza	Verde
Largura	3m	3m	2,90m	2,90m	2,90m	2,70m	2,60m

Fig. 136 – Tabela-Resumo das características das Fachadas Principais das *Meias Casas* analisadas

Assim, é de extrema importância o controle das dissonâncias, quer em ‘meias casas’ quer em novas edificações, uma vez que estas quebram a regularidade do aspecto que as fachadas das ‘meias casas’ proporcionam à Rua Benemérito Joaquim Rosas.



Fig. 137– Alçado Geral da *Rua*, das *Meias Casas* e da amostra analisada –Ver Anexo 8

5.2.3.2 Fachada Poente – Posterior

Nas traseiras das ‘meias casas’, de uma forma geral, abundam os anexos independentes construídos ao longo dos tempos para responder à necessidade de espaços e de zonas de apoio. Alguns, impossibilitam a tarefa de fotografar a fachada posterior destas habitações.

Com o desaparecimento da proximidade do rio Minho, aquando do crescimento dos terrenos da marginal caminhense, os logradouros traseiros das casas da ‘Rua’ deixaram de ser facilmente alagados. A vista para o rio Minho que também havia sido sacrificada pelo edificar dos novos e grandes prédios nos terrenos recentemente ganhos, possibilitaram os habitantes da ‘Rua’ a construírem nas traseiras das suas casas novos espaços.

Assim, nos exemplares analisados, ora surgem ‘meias casas’ que conservam a imagem inicial, com uma única janela, uma porta e um estreito e longo logradouro convertido em pequeno jardim (exemplares 6 e 7), ora surgem exemplares com construções independentes no final do logradouro viradas directamente à Rua da Trincheira (exemplares 1,2 e 5) ou com enormes varandas prolongadas da estrutura inicial com escadas exteriores para o pequeno logradouro que pode ou não preservar a função de jardim (exemplares 3 e 4).

A regularidade da análise individual é apenas alcançada pelo tipo de revestimento e cor da fachada posterior: todos os exemplares apresentam fachadas posteriores rebocadas e pintadas de branco, à excepção do exemplar 7 que é pintada a verde.

No entanto, é nestes espaços traseiros das habitações, quer no interior das novas construções anexas, quer nos jardins que se preservam que os pescadores que ainda habitam ‘as ‘meias casas’ continuam a remendar e secar redes, a colocar a isca nos anzóis, a arranjar e armazenar os seus apetrechos,

bem como o peixe que acabou de ser pescado e aguarda ser vendido pelas mulheres da família nas ruas da vila ou no mercado caminhense.

	Meia Casa Analisada						
	1	2	3	4	5	6	7
Vãos (Janela)	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim (Postigo na Porta)
Revestimento	Reboco	Reboco	Reboco	Reboco	Reboco	Reboco	Reboco
Cor	Branco	Branco	Branco	Branco	Branco	Branco	Verde
Anexos Construídos	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não
Logradouro	Pátio	Pátio	Jardim	Jardim	Jardim	Jardim	Jardim

Fig. 138 – Tabela-Resumo das características das Fachadas Posteriores das *Meias Casas* analisadas

5.2.4 Materiais e Técnicas de Construção

No que toca aos Dados Construtivos recolhidos durante a análise individual da amostra seleccionada de 7 exemplares, estes apresentam informações bastante semelhantes.

Todos eles possuem na sua estrutura principal, paredes autoportantes em pedra granítica, sendo que nas edificações que receberam intervenções mais recentes (como o exemplar 2 e 5) se pode detectar também a presença de tijolo.

As paredes divisórias interiores são em tabique (exemplares 1, 3, 4, 6 e vestígios no exemplar 7) ou em tijolo (exemplares 2 e 5) e estas surgem: rebocadas e pintadas ou revestidas a azulejo na zona da cozinha e Instalação Sanitária. Exceptuam-se o exemplar 5 que possui toda a habitação revestida a azulejo, excepto na sala, que é rebocada e o exemplar 6, no qual se podem detectar alguns vestígios de papel de parede na sala e nos quartos.

As habitações apresentam coberturas com apenas uma água, com uma estrutura interior em madeira e coberta de telha cerâmica. As coberturas são ‘partilhadas’ com a habitação que surge anexada, surgindo as ‘meias casas’ aos pares, coincidindo o paramento que as separa com a cumeeira da cobertura a duas águas.



Fig. 139, 140 e 141 – Elementos Construtivos das Coberturas das *Meias Casas*

Provavelmente, o ponto mais interessante e simultaneamente mais controverso destas habitações é o facto de que a parede que divide a cobertura é comum a uma casa e outra e é construída, ou em tabique, ou em tijolo (exemplares 1 e 2, 5, 6). Nestes últimos casos, o tijolo só surge por se terem levado a cabo intervenções recentes, substituindo o paramento inicial em tabique.

Já a parede divisória entre ‘meias casas’ que não partilham cobertura de duas águas é em pedra.

Tal situação pode sugerir que as ‘meias casas’ seriam inicialmente uma estrutura maior, inserida num lote de terreno de maior largura, com uma cobertura a duas águas, que seria posteriormente dividida a meio com uma parede em tabique, originando duas habitações distintas.



Fig. 142 – Pormenor de uma parede em tabique da *Meia Casa 3* analisada e vista interior das ruínas da *Meia Casa* analisada 7

No exemplar 7, verificamos claramente a parede em tabique divisória das duas ‘meias casas’ que surge sobre uma parede em pedra semi-enterrada.

Os pescadores e habitantes da ‘Rua’ explicam que uma das teorias para esta situação é a de que as habitações seriam inicialmente uma estrutura só de duas águas, dividida em herança entre os filhos dos proprietários. No entanto, não se recordam de terem presenciado nenhuma destas situações, nem tão pouco as gerações anteriores, que referem, ‘já contavam esta história que vinha do tempo dos antigos’.

Os pavimentos das habitações são em cerâmico para a cozinha e instalação sanitária, e em soalho para as restantes habitações. Exceptuam-se a esta situação os exemplares 2 e 5 que possuem todas as divisões revestidas a cerâmico, resultante de intervenções recentes.

			Meia Casa Analisada						
			1	2	3	4	5	6	7
Paredes Exteriores (autoportantes)	Pedra Granítica								
	Pedra e Tijolo								
Paredes Interiores	Tabique	Reboco							
		Azulejo							
		Papel Parede							
	Tijolo	Reboco							
		Azulejo							
Parede Medianeira	Tabique								
	Tijolo								
Cobertura	Estrutura de madeira								
	N.º de Águas		1	1	1	1	1	1	1
	Telha								
Escadas	Interiores	Madeira							
		Tijolo							
		Pedra							
	Exteriores	Pedra							
		Tijolo							
Pavimentos	Soalho								
	Cerâmico								
	Cimento					*			
	Terra				*			*	

* Piso Inferior Semi-Enterrado
Intervenções Recentes

Fig. 143 – Tabela-Resumo de Sistemas e Materiais Construtivos das *Meias Casas* analisadas

5.3. Matriz da Meia Casa

Após a realização da Análise Comparativa é possível estabelecer e diferenciar uma série de características comuns, de forma a especificar a Matriz de uma 'Meia Casa' da 'Rua'.

Assim, esta situa-se num dos quarteirões da actual Rua Benemérito Joaquim Rosas.

A nível formal, a 'Meia Casa' é térrea, com uma planta rectangular, estreita e alongada, ocupando grande parte do lote, possuindo um logradouro traseiro.

Pode surgir na zona com menos inclinação do terreno (quarteirão Norte, a Poente da 'Rua'), não possuindo qualquer divisão inferior; ou na zona com mais inclinação do terreno (quarteirão Sul, a Poente da 'Rua'), possuindo uma 'loja' de arrumos ou trabalho semi-enterrada, num nível inferior ao da restante habitação. Os exemplares que surgem na zona com menos inclinação do terreno possuem uma divisão num nível superior ao da restante habitação.

A entrada à 'Meia Casa' é sempre feita a partir de dois ou três degraus, já que esta se situa a um nível inferior ao da Rua Benemérito Joaquim Rosas.

Ao nível da Distribuição Funcional, a 'Meia Casa' possui uma distribuição linear ao longo de um corredor que acompanha o comprimento da habitação. Apresenta, sempre por esta ordem e no sentido rua-logradouro, uma pequena sala na entrada, dois quartos, uma cozinha e uma sala ou zona de arrumos. Os exemplares que possuem uma divisão superior, possuem nesse espaço uma sala ou quarto.

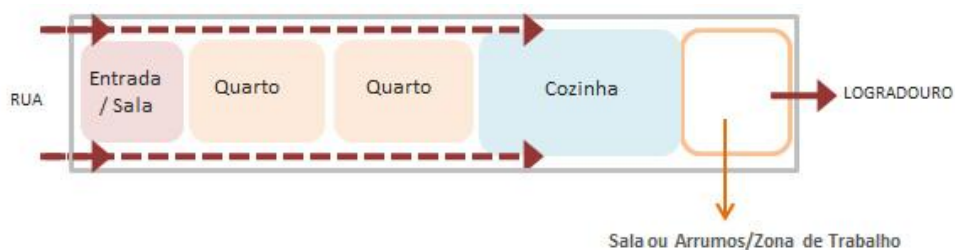


Fig. 144 – Distribuição Funcional da Matriz da *Meia Casa*

O elemento 'Torre' localiza-se, no caso das habitações com divisão superior, nessa mesma divisão; no caso das habitações sem divisão superior,

na sala ou zona de trabalho após a cozinha. Neste espaço existe uma janela, a única da habitação, virada a Poente, antes com vista directa para o Rio Minho.

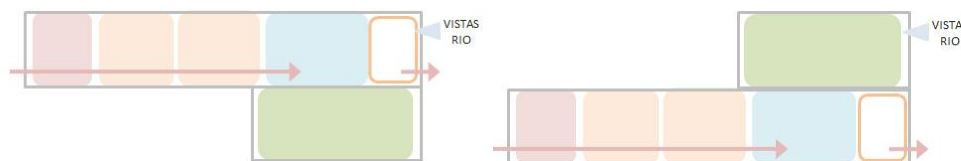


Fig. 145 – Distribuição em Altura da Matriz da *Meia Casa*

As escadas interiores estabelecem a ligação entre a sala ou zona de trabalho após a cozinha e a ‘loja’ semi-enterrada ou a divisão superior, dependendo dos casos. Esta é em madeira ou em pedra.

A fachada principal da ‘Meia Casa’ apresenta uma largura não superior a 3,10 m e forma rectangular, já que esta se eleva sobre a cobertura, impossibilitando que seja vista. Não possui janela e é rebocada e pintada a branco ou a cores garridas (verde, azul, ocre, rosa, amarelo). A fachada pode surgir revestida a azulejo, mas nunca a pedra.

A Fachada posterior apresenta uma única janela, que pode ser rebocada e pintada, podendo ainda surgir o revestimento a azulejo. O logradouro tem a função de pátio ou apresenta-se como jardim; nestes espaços traseiros podem ser praticadas actividades relacionadas com a pesca

A nível construtivo, a ‘Meia Casa’ possui uma estrutura autoportante em pedra granítica. As paredes interiores são em tabique e a cobertura é de uma água, com estrutura de madeira interior e revestimento em telha cerâmica. O revestimento das paredes interiores é reboco pintado e azulejo na cozinha. Os pavimentos são em soalho, assente nos paramentos verticais em pedra.

As ‘Meias Casas’ surgem a pares, partilhando uma cobertura a duas águas. A parede medianeira que divide a cobertura, serve ambas as habitações e é junto a esta que surgem os corredores longitudinais.

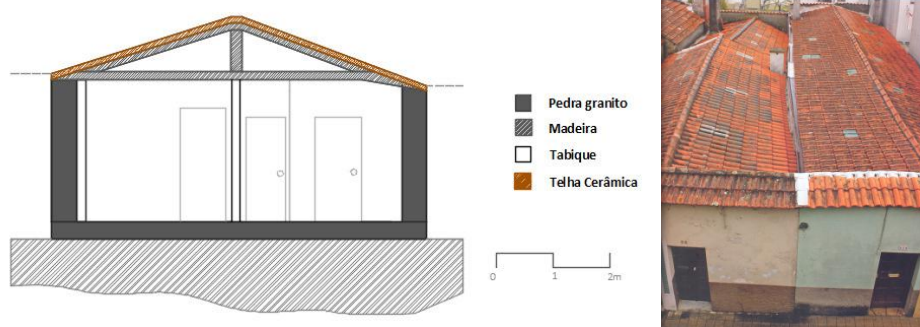


Fig. 146 e 147 – Corte esquemático de um par de *Meias Casas* e vista da Cobertura típica da *Meia Casa*



A habitação não possui qualquer anexo ou construção independente, bem como volumes que se projectam desde a fachada posterior, como varandas ou escadas exteriores. Assim, a Instalação Sanitária deve ser inserida na planta da habitação de forma a não perturbar a distribuição elementar nem o desenho e aparência das fachadas; esta pode possuir revestimento a azulejo e pavimento cerâmico.

A 'Meia Casa' é a casa típica da 'Rua' dos Pescadores de Caminha e faz parte da memória colectiva Caminhense, sendo um elemento da identidade da comunidade piscatória da vila.



6. Sistematização

Após a realização da revisão bibliográfica, a análise e interpretação dos dados resultante da visita e trabalho de campo sobre a Rua de Pescadores de Caminha e as ‘meias casas’, pode proceder-se à co-relação entre os conceitos e conhecimentos adquiridos para que se possam formalizar conclusões.

A revisão bibliográfica apresentava que o património é uma herança que se passa de geração em geração, símbolo e reflexo de uma história, de uma evolução e de uma comunidade (Ballart, 1997; Prats, 1997; Peralta, 2000). Em especial o património rural ou tradicional era ainda imagem de um saber relacionado com as funções desempenhadas pelas comunidades que directamente se relacionam com os espaços construídos (Pacheco, 1985).

Assim, e à semelhança do descrito no Apelo de Granada sobre a Arquitectura Rural e o Ordenamento do Território, as construções relacionadas com a actividade pesqueira como as ‘Meias Casas’ de pescadores Caminhenses constituem um tipo de Património Vernáculo ou Rural.

Se o conceito de património procura agregar uma comunidade de indivíduos que se “reconhecem num mesmo conjunto de valores, objectos e práticas, os quais se julgam dignos de serem transmitidos às gerações vindouras” (CEO, 2004, p. 10), então todos aqueles elementos que contribuem à união e distinção das comunidades piscatórias através de uma identidade própria. Da mesma forma, por ser expressão de uma comunidade que possui uma relação próxima com o meio marítimo e fluvial, e por compor uma herança constituinte de uma identidade e personalidade singular (Pereira, 2009), a ‘Rua’ de pescadores de Caminha e a ‘Meia Casa’ formam parte do Património Marítimo.

As ‘meias casas’, a ‘Rua’ e a ‘gente da Rua’ são reconhecidos em Caminha como sendo diferentes, distintos e diferenciáveis. Por outro lado um não-caminhense, não fica alheio às características do arruamento que atravessa, bem como às habitações que o compõe; estas possuem determinados elementos que as distinguem.

No que toca aos aspectos formais, as habitações analisadas concordam em muitos pontos referidos pelos autores consultados.

A distribuição funcional da ‘Meia Casa’ apresenta características relacionadas com o modo de vida dos pescadores. Estas respondem à necessidade de um espaço de trabalho no seio da habitação, no qual possam levar-se a cabo variadas lides e actividades relacionadas com a actividade dos seus habitantes (Oliver, 1997); possuem zonas de trabalho associadas ao

logradouro traseiro, funcionando a habitação como uma “ferramenta de trabalho” mais (Demangeon, 1942 em Oliveira & Galhano, 1992).

Da mesma forma, a zona de habitação, reflecte a humildade e a simplicidade de que a vida familiar da comunidade piscatória se compõe. Os espaços respondem única e exclusivamente às necessidades básicas dos seus habitantes, não é dada qualquer importância ao facto de se necessitarem espaços esteticamente aceites, não segue um estilo arquitectónico específico, assim como não é dada primazia aos factores conforto ou comodidade (Flores, 1973). A ‘meia casa’, como as casas rurais, em especial piscatórias, respondem a necessidades laborais, primam pela relação com a actividade dos seus habitantes: os homens, pescadores, com a faina; as mulheres, donas de casa e ‘vendedeiras’, com as lides domésticas, a venda do peixe e as actividades de apoio à pesca (Oliveira & Galhano, 1992).

A matriz formulada da ‘Meia Casa’ do pescador caminhense, resultado da análise aos sete exemplares da amostra seleccionada, possui ainda outras características concordantes com a revisão de autores. São exemplo, os sistemas construtivos e os materiais utilizados. As técnicas construtivas são tradicionais e fruto de um saber de gerações, que não respondem a correntes estilísticas, a inovações ou seguem tecnologias agressivas de construção; os materiais por sua vez são da zona em que a edificação se insere, respeitando a tendência ecológica da arquitectura vernácula ou popular (Pacheco, 1985; Flores, 1973).

O facto da ‘Meia Casa’ caminhense ser térrea, de volumetria e planta simples; com divisões interiores de reduzidas dimensões e que podem possuir mais do que uma função; fachadas humildes brancas ou coloridas, sem vãos e regulares vai de encontro às características que os autores referiam como típicas e tradicionais da Casa de Pescadores (Oliveira & Galhano, 1992; Moutinho, 1979; Llano, 1983).

Poderemos ainda considerar a ‘meia casa’ caminhense como uma tipologia. Depois de analisados os sete exemplos de habitações, conseguimos claramente diferenciar uma série de elementos que se repetem, que são comuns e que as diferem de outras. Assim, é possível efectivamente designar a tipologia de ‘meia casa’ como a casa do pescador caminhense, típica da Rua Benemérito Joaquim Rosas, conhecida como ‘Rua’.

No entanto, outras conclusões não se revelam tão claras. Fica por considerar uma época específica ou uma data aproximada do surgimento desta tipologia, assim como a explicação para as suas dimensões. No entanto

foram elaboradas duas teorias. Estas são elaboradas tendo em conta toda a informação recolhida sobre a questão do loteamento de urbanização das cidades medievais e renascentistas portuguesas.

Os autores como Teixeira e Valla (1999) referiam como o loteamento da época para a urbanização das cidades era elaborado a partir de parcelas com uma métrica específica. Em Caminha, essa métrica era assente entre 25 e 30 palmos, correspondendo a 5,5 ou 6,6 metros de largura de lote.

Revedo todas as medições feitas às edificações da Rua Benemérito Joaquim Rosas verifica-se como todas respeitam a métrica, incluindo os pares de ‘meias casas’ que partilham a cobertura a duas águas. Verificam-se casos em que poderão existir pequenas diferenças de cerca de 50 cm à métrica estabelecida, no entanto, tais diferenças são justificadas pela irregularidade da construção. Poderá então confirmar-se que o arruamento segue a métrica de urbanização típica de 25 a 30 palmos de largura de lote.

Assim, se tivermos em conta que na época era possível adquirir apenas ‘meio-chão’, correspondendo a lotes de métrica inferior à estabelecida, tal como sucedeu em zonas de expansão piscatórias como o Bairro Alto ou Miragaia (recorde-se a carta de venda de meio-chão precisamente em Miragaia, ADP), estas casas poderão ter sido edificadas precisamente pela aquisição de ‘meio chão’, sendo no entanto construídas aos pares, para garantir que o espaço interior era melhor aproveitado a a construção facilitada.

Assim se justificaria que os alçados se repitam ao longo do arruamento; que as distribuições interiores sejam ‘espelhadas’ e semelhantes correspondendo à melhor forma de aproveitamento do espaço, e não adaptadas de distribuições iniciais anteriores à possível divisão de uma estrutura única. Recorde-se que no sétimo exemplar analisado surge um paramento em pedra semi-enterrado, que acompanha todo o comprimento da habitação, correspondendo certamente à construção inicial da casa, sobre o qual é edificada a parede divisória em tabique.

Devemos ainda ter em conta os testamentos encontrados no AMC, que referem, já no início do século XIX a herança entre gerações de ‘meias casas’, não da divisão de uma só casa entre vários familiares.

Se hoje existem cada vez menos ‘meias casas’ pela ‘Rua’, no início do século XX estas eram abundantes por toda a Rua da Misericórdia, como era denominada então. Por outro lado, o processo de divisão de habitações deveria ser observado em outras casas da vila de Caminha e tal não se verifica.

Recorde-se que Maria Alfreda Cruz (1988) refere que foram precisamente as ‘meias casas’ que influenciaram a distribuição interior de algumas casas burguesas da vila, igualmente com divisões apenas de um lado do corredor; assim, a possibilidade das ‘Meias Casas’ possuírem as dimensões encontradas desde o seu surgimento é considerável.

Por outro lado, uma segunda perspectiva deve de ser tida em conta. A possibilidade de efectivamente as ‘meias casas’ existirem inicialmente, a pares, como um edifício único, com cobertura de duas casas, sendo posteriormente dividido é igualmente provável.

Relembre-se que as gerações passadas assim o relatavam aos pescadores; se associarmos esse facto ao de que o paramento em tabique era frequentemente utilizado como divisor interior e raramente como paramento exterior, a teoria da divisão de ‘casas inteiras’ em ‘meias casas’ ganha expressão.

No entanto, se assim for, a utilização da métrica dos 25 a 30 palmos de largura de lote continua comprovada, já que a edificação antes de ser dividida respeitaria, da mesma forma como o fazem os pares de ‘meias casas’ as dimensões.

Apesar de não ter sido possível clarificar se ‘meia casa’ derivará de ‘meio chão’ ou de uma casa inteira dividida em duas, as próprias dimensões e, consequentemente, as distribuições interiores dos espaços e das divisões, tornam-se uma das características mais diferenciadoras destas habitações face a outras, quer da vila de Caminha, quer de carácter piscatório em geral.

A matriz da ‘Meia Casa’ que foi possível estabelecer com base na análise realizada concorda na maioria dos aspectos com o que os autores apresentavam especificamente sobre ela (Cruz, 1988; Alves, 1985; Rodrigues, 2011). No entanto, no que toca ao elemento ‘Torre’ verificam-se algumas diferenças.

Maria Alfreda Cruz (1988) caracterizava a o elemento ‘Torre’ como sendo a cozinha da ‘Meia Casa’, surgindo elevada relativamente ao restante corpo da habitação; acedia-se à ‘Torre’ através de umas escadas situadas num pátio interior a partir do qual se podia igualmente aceder à ‘loja’ semi-enterrada existente num nível inferior da habitação.

A análise que se levou a cabo não possibilitou que fosse detectado qualquer exemplar que possuísse ‘loja’ semi-enterrada e uma divisão superior ao corpo da restante habitação. Foram detectadas habitações numa zona de

menor inclinação do terreno que possuem uma divisão superior, identificada como 'Torre', acedida por escadas de madeira desde uma zona de trabalho após a divisão da cozinha; e habitações que se localizam em zonas de maior inclinação do terreno que possuem 'loja' semi-enterrada e uma divisão posterior, cozinha ou sala de trabalho, identificada também como 'Torre'.

Ponto em comum entre a autora, a análise no local e o saber transmitido pelos pescadores é que a 'Torre' era a divisão na zona posterior da casa que, por possuir uma janela com vista para o Rio Minho possibilitava que o pescador visse directamente o seu local de trabalho.

Assim, a 'Torre', mais do que um elemento construído que se destaca em altura no volume da 'Meia Casa' adquire uma conotação conceptual relacionada com a possibilidade do pescador possuir vistas para o Minho e para a foz do rio. A descrição da autora pode ter sido baseada em duas situações distintas: o facto de que em habitações da zona com maior inclinação a 'Torre' poder situar-se efectivamente na cozinha se esta fosse a última divisão da casa com vistas ao rio, possuindo 'loja' semi-enterrada; e de que em zonas de menor inclinação a casa possui uma divisão superior ao resto da habitação.

As 'Meias Casas', únicas e singulares, possuem uma identidade própria, que se reflecte na rápida e inconfundível identificação dos elementos que as diferenciam e ao mesmo tempo as compõe.

No entanto, a evolução dos modos de vida, aliados às técnicas de construção avançadas, assim como as actuações desmedidas e pouco ponderadas, possibilitaram que parte destas características tenham vindo, lentamente, a desaparecer.

É um facto que, se antes a 'Rua' era repleta de meias casas, actualmente estas são cada vez menos. A situação económica actual tende a que os poucos exemplares que restam (e recorde-se que a maioria não são sequer habitados) sejam vendidos, muitas vezes aos pares, para que sejam reinterpretados, demolidos e edificadas no seu lugar construções que, ainda que respondam às actuais necessidades de vida e às novas formas de habitar, acabam por condenar o aspecto e a perspectiva pitoresca da 'Rua'. Precisamente por essa homogeneidade e regularidade das fachadas se ter quebrado e ter descaracterizado a imagem que antes a 'Rua' possuía, esta não pode actualmente ser considerada como um Conjunto Patrimonial (ICOMOS, 1976).

Existem apenas alguns elementos singulares que guardam ainda as características que os definem. Urge a criação de medidas para travar a

descaracterização, quer total da ‘Rua’, quer da tipologia da ‘Meia Casa’ do pescador Caminhense, portadora de uma identidade local e cultural em vias de desaparecimento.



7. Conclusão

Desde o início do projecto que todo o trabalho foi realizado com a consciência das complexidades e possíveis impedimentos que lhe estavam associados.

Se no início as dificuldades se prendiam à (falta de) documentação específica sobre habitações piscatórias e o património que estas representam, no seguimento de todo o processo, as actividades relacionadas com a análise e interpretação da ‘meia casa’ Caminhense, que terminou por se revelar portadora de características únicas, foram igualmente dificultadas. Por outro lado, as virtudes da presente dissertação prendem-se precisamente pela capacidade de resposta aos obstáculos que foram necessários ultrapassar.

A necessidade de obter dados dirigiu o estudo para a análise de documentação de arquivo, que possibilitou o contacto com fontes de informação importantes. Este facto pode ser enumerado como um dos eventuais e inesperados ganhos do trabalho, em termos metodológicos e de conhecimentos históricos, resultante das dificuldades ultrapassadas.

A revisão de autores e a pesquisa documental de arquivo revelou-se essencial para a resposta ao primeiro objectivo estabelecido. Para que se reconheça o valor patrimonial do objecto de investigação é necessário conhecer a sua história e a sua evolução.

Assim, no que se refere ao primeiro objectivo: “determinar o surgimento e a evolução da Rua dos Pescadores, no contexto da Vila de Caminha”, é possível concluir que a ‘Rua’ surgiu, inicialmente, como arrabalde do burgo medieval. Apesar dos pescadores da vila se terem fixado inicialmente no local da Fonte da Vila e de existirem documentos que os localizam no interior da muralha medieval, é no arruamento da Rua da Misericórdia, actual Rua Benemérito Joaquim Rosas, conhecido localmente por ‘Rua’, que os pescadores se estabeleceram.

Sendo que este local surgiu como um arrabalde para a comunidade piscatória, quer pela proximidade ao Rio, quer pelo facto de Caminha ter sido couto de homiziados para pescadores e mareantes, a localização é escolhida de forma a situar-se suficientemente afastada do burgo, e existem referências da ‘Rua’ desde o século XIII.

Terá sido a partir da edificação do Convento de Santa Clara que o número de habitantes da ‘Rua’ aumentou, definindo o traçado longitudinal que ainda hoje possui. O facto de o arruamento acompanhar o caminho que então levava à cidade de Viana terá igualmente contribuído para a consolidação desta artéria Caminhense.

Na ‘Rua’ é possível observar o loteamento de 25 a 30 palmos (2 ‘Meias Casas’) que se manteve na evolução urbana da vila de Caminha, tanto na época Medieval como Renascentista, a par do que sucedia na Rua da Corredoura e na Rua do Vau.

O tipo de construção desta artéria da vila reflecte a comunidade que lá se fixa, a de pescadores, tendo sido desde sempre associadas entre si, estando presentes alguns elementos que dotam os Bairros e Ruas de Pescadores de uma imagem icónica e de uma identidade singular, especialmente no que se refere às habitações.

As características funcionais dos espaços reflectem as actividades da faina a que as famílias de pescadores se dedicam. Por outro lado, as dimensões, a simplicidade dos alçados e dos elementos construtivos, sem componentes decorativas, conferem-lhe uma perspectiva pitoresca.

As memórias colectivas, a memória marítima e da imagem quase icónica que temos da casa de pescador pequena, “pobre”, elementar é despertada quando se atravessa um bairro ou uma rua de pescadores e tal só sucede porque identificamos determinadas características físicas e construídas em cada um dos exemplares que observamos.

Assim, como resposta ao segundo objectivo da investigação, “definir as características singulares das Casas e da Rua de Pescadores na Vila de Caminha, tendo em vista a sua valorização”, a característica mais relevante é o reconhecimento de uma tipologia de habitação diferenciada de qualquer outra da vila, a ‘Meia Casa’, que corresponde a meio lote de 25 a 30 palmos, ou seja, aproximadamente 15 palmos, até ao momento por associar à habitação piscatória, na literatura consultada.

A imagem diferenciadora da ‘Rua’ resulta, em parte, das características da ‘Meia Casa’ e da repetição dos alçados destas; de pequenas dimensões, estreitas, primeiro em pedra, depois caiadas de branco e por fim coloridas, a presença de uma porta baixa e, mais tarde, o surgimento de uma janela.

Uma outra particularidade específica destas casas resulta da presença de uma ‘torre’ e de um estreito pátio ou jardim no logradouro que responde claramente à necessidade de vigia e de zonas de trabalho para tratar das alfaias, remendar e secar redes, preparar isco...

A alteração dos modos de vida dos habitantes das casas veio, no entanto, impor algumas alterações, funcionais e construtivas, modificando o seu espaço, elementos construtivos e até acabamentos, que resultam na

descaracterização e na perda do seu valor patrimonial como documentos importantes para a memória e identidade colectiva, em especial das comunidades piscatórias.

Ao integrar uma resposta a questões de comodidade - deixadas de parte antes em detrimento da resposta às necessidades da faina e das pescarias - surgiram alterações relevantes do ponto de vista morfológico, pelo abandono das matrizes espaciais anteriores que resultam do decréscimo de actividades piscatórias, do diversificar das actividades de agregado familiar (surge a necessidade dos jovens estudarem, da mulher trabalhar fora de casa, entre outros), emprego, emigração, etc.

A estes factores associam-se as novas necessidades de conforto, questões de salubridade e de ordem social, que alteram a distribuição interior e funcional das casas, como é o caso da importância dada às zonas de privacidade e aos espaços sociais. Assim, impôs-se um novo desenho através da alteração dos quartos e da sala, a adaptação da cozinha e o surgimento da casa de banho (antes inexistente), para responder aos factores associados à higiene.

Assim, as principais alterações que as casas de pescadores e, conseqüentemente, os conjuntos típicos dos bairros de pescadores vêm sofrendo são dadas a nível morfológico, pela modificação das volumetrias e formas das edificações, bem como a nível tipológico, pelo abandono de matrizes espaciais que se repetem de casa para casa.

Da mesma forma, as técnicas de construção mais avançadas e o surgimento de novos materiais, dotaram as casas de coberturas novas, de novos revestimentos, de novos vãos, contribuindo para a diferenciação entre elas, abandonando a imagem pitoresca da 'Rua'. Nas antigas fachadas que antes só possuíam uma pequena porta com um postigo, passaram a abrir-se vãos, a colocarem-se portas metálicas e, em alguns casos, um revestimento de azulejo.

O crescimento populacional e urbano, impôs também novos habitantes nos antigos bairros e ruas, antes exclusivas a pescadores, aumentando o volume das construções. As dimensões exíguas e a impossibilidade de fazer caber todas as dependências e divisões dentro da 'meia casa', tornou inevitável o seu crescimento em altura e para o logradouro, resultando em novas interpretações arquitectónicas, como grandes varandas fechadas, terraços ou escadarias exteriores que antes não existiam.

As ‘Meias Casas’ têm vindo a desaparecer também porque a sua área não responde à área suficiente aos modos de habitar que a maioria das famílias e agregados consideram nos dias de hoje, o que implica que muitas vezes duas ‘meias casas’ venham a dar origem a uma casa nova, descaracterizando o conjunto e colocando em causa o seu valor patrimonial, apenas salvaguardado pela resistência de alguns exemplares, ainda que consideravelmente arruinadas. Actualmente, o arruamento que antes era repleto de ‘meias casas’ encontra-se de tal forma descaracterizado, que já não se pode considerar sequer um Conjunto Patrimonial.

É precisamente sobre estes últimos exemplares que recai a necessidade de produzir conhecimento, de forma a promover a sua salvaguarda, através de medidas de actuação, à semelhança de outras levadas a cabo na zona de Aveiro, Mira, Figueira da Foz e Porto que promoveram a recuperação do aspecto inicial da traça dos bairros, ruas ou construções de pescadores.

Inicialmente, os poderes locais, especialmente os municípios, deveriam potencializar e promover medidas para a informação e consciencialização das populações acerca do património piscatório construído que possuem. As populações deveriam ser lembradas sobre a importância e a influência das comunidades piscatórias e os seus espaços no surgimento, evolução e história das localidades litorais. O estudo e a documentação sobre as edificações, a sua evolução, o seu estado e a sua história seria igualmente primordial. Apenas após este estudo se poderá proceder a qualquer actuação nas edificações. Esta documentação possibilitaria, ainda, a identificação de elementos de interesse a preservar, recuperar ou simplesmente restaurar.

Assim, propõe-se, a classificação dos exemplares identificados como Património de Interesse Local ou Municipal e o estabelecimento de medidas para a recuperação e preservação dos exemplares ainda existentes.

Da mesma forma, se considera fundamental o estabelecimento de normas que rejam a intervenção nestes exemplares, especialmente no que toca à aplicação e construção de elementos dissonantes que representam meios de descaracterização irremediável. Propõe-se a criação de planos de salvaguarda a nível local ou municipal.

No caso específico de Caminha, a salvaguarda e a preservação ou recuperação do património como Conjunto típico e tradicional da Rua Benemérito Joaquim Rosas ou Rua dos Pescadores de Caminha já não é possível, tal é o nível de descaracterização e alteração que foi surgindo, especialmente com a demolição de ‘meias casas’ e construção de novos

edifícios de habitação. No entanto, os exemplares da tipologia de ‘meia casa’ Caminhense deverão ser igualmente identificados pelos poderes locais como património local, quer pelo valor que possuem como exemplos de uma habitação única, distinta e típica caminhense, quer por serem reflexo da evolução urbana e histórica da vila e, principalmente por se identificarem com uma comunidade que está presente na localidade desde os seus primórdios, a comunidade de pescadores de Caminha.

Assim, esta dissertação, possibilitou uma chamada de atenção ao Município de Caminha relativamente ao estado do seu património piscatório. Desta forma, foi possível consciencializar o poder local e obter o compromisso de que este património será tratado de uma forma diferente e será tido em conta nas futuras actuações do município. Inadvertidamente, este, acabou por ser um dos principais contributos que esta dissertação pode aportar à comunidade científica. A valorização da tipologia, a consciencialização para este património ‘perdido’ ou ‘esquecido’ e até, em parte, o restauro da identidade ‘dos da Rua’ através da utilização da investigação realizada, pode ser uma realidade próxima para os Caminhenses.

A ‘meia-casa do Pescador de Caminha’ é uma tipologia que possui fortes possibilidades de contribuir à riqueza turística da Vila e do Conselho, enquanto alojamento ou espaço cultural dedicado à pesca e ao pescador Caminhense; de recordar que a *Rua* é parte do troço do Caminho de Santiago que atravessa a vila, factor que deve igualmente ser tido em conta numa estratégia de impulso deste património em termos turísticos. Caminha, escolhida por tantos para passar as férias de Verão, tem na ‘Meia-Casa’ a possibilidade de se transformar pioneira na oferta turística e cultural relacionado com a actividade da pesca.

Atendendo sempre a normas de protecção e de actuação que possam surgir, para que este património seja respeitado e o aspecto pitoresco da *Rua* mantido, a Meia-Casa representa ainda um foco de habitação Caminhense. Se por um lado as dimensões reduzidas a tornam tão distinta, por outro, podem representar o espaço ideal a estudantes, idosos ou casais jovens, no início da vida familiar. Apenas através de actuações e intervenções correctas e ponderadas nas ‘Meias Casas’ que restam se poderão efectivamente conservá-las e levá-las até gerações futuras; da mesma forma, apenas dotando-as de uma utilização estas poderão manter alguma ‘vida’ no espaço da comunidade piscatória Caminhense, perpetuando as histórias quer dos pescadores, quer das pequenas habitações.

Esta dissertação resulta, desta forma, como uma tomada de consciência sobre o património até ao momento não reconhecido como tal, o que permite contribuir como impulso para a sua salvaguarda. Entende-se esta investigação como mais uma contribuição para o conhecimento do património marítimo e piscatório, e como um ponto de partida para outros estudos no campo concreto da ‘Rua’ e das ‘Meias Casas’ de pescadores de Caminha. Apesar deste tipo de património necessitar ainda de muito trabalho e dedicação, ultrapassando barreiras de especial dificuldade para que seja alcançada a sua valorização, o resultado será certamente a preservação de uma das características mais portuguesas, a de sermos marítimos. Vale assim relembrar a velha máxima das comunidades piscatórias, “um mar calmo nunca formou um bom mareante”.

- . Aguiar, J. (1990). *Análise e projecto: sobre a necessidade de se ampliar o conhecimento morfológico e tipológico do património edificado*. Lisboa: LNEC.
- . Aguiar, J. (2002). *Cor e cidade histórica: Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: FAUP publicações.
- . Alarcão, J. (1987). *Introdução ao estudo da história e do património locais*. Coimbra: Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras de Coimbra.
- . Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J., Maroy, C., Ruquoy, D., & Saint-Georges, P. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- . Almeida, C., & Sampaio, A. (1998). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- . Almeida, J. (2004). Memória e Identidade Nacional: As Comemorações Públicas, as Grandes Exposições e o Processo de (re)construção da Nação. In *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Realizado pelo Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.
- . Alves, L. (1985). *Caminha o seu concelho*. Caminha: Edição da Câmara Municipal de Caminha.
- . Alves, L. (Dezembro 1985). Castelos e fortalezas. *Caminiana*, (12), p.42-46.
- . Alves, L. (Dezembro 1987). O património cultural do alto minho. *Caminiana*, (14), p. 42-46.
- . Amorim, S. A. (2004). *Vencer o mar, ganhar a terra: construção e ordenamento dos espaços na Póvoa pesqueira e pré-balnear*. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.
- . Amorim, I. (2001). *História do Trabalho e das Ocupações: As pescas* (Vol. 2). Oeiras: Celta.
- . Amorim, I. (2002). *Mulheres, tempo e trabalho no sector das pescas no século XIX: uma proposta de estudo*. In XXII Encontro APHES: Empresas e Instituições em perspectiva histórica, Universidade de Aveiro.

- . Amorim, I. (2003). A construção de uma identidade: pescador/pescadores: cultivar o mar é uma coisa, é ofício de pescadores; explorar o mar é outra coisa, é ofício de industriais. *Estudos*. (32), p. 293 – 321.
- . Argan, C. (1993). *Sobre el concepto de la tipologia arquitectónica*. Barcelona: ETSAB.
- . Armas, D. (1997). *Livro das Fortalezas*. Lisboa: Edições Inapa.
- . Associação dos Arquitectos Portugueses. (1980). *Arquitectura popular em Portugal* (2ª ed.). Lisboa: edição da Associação dos Arquitectos Portugueses.
- . Avillez, M. J. (1979). Algumas notas dos conventos do concelho de caminha. *Caminiana*, (1), p. 203-205.
- . Avillez, M. J. (1981). Capela de N.ª S.ª da Misericórdia da vila de Caminha. *Caminiana*, (1), p. 179-194.
- . Azevedo, C. (2013). *A Memória e o Património Marítimo da Costa Norte de Portugal* (Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho).
- . Azevedo, J. C. (1991-1992). *Inventário artístico ilustrado de Portugal* (Vol. 8). Algés: Nova gesta.
- . Azevedo, J. C. (1993-1994). *Portugal monumental: inventário ilustrado*. Algés: Nova Gesta.
- . Azevedo, J. J. (2003). *Uma visita ao Concelho de Caminha com o Bilhete Postal Ilustrado da primeira metade do séc. xx*. Caminha: Câmara Municipal de Caminha.
- . Ballart, J. (1997). *El Patrimonio Histórico y Arqueológico: Valor y Uso*. Barcelona: Ariel Patrimonio Historico.
- . Bento, P. T. (2009). *Ruas de Caminha: Toponímia e história da vila da foz do Minho*. Caminha: Junta de Freguesia de Caminha-Matriz, Agrupamento de Escolas Coura e Minho.

- . Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em edição: Uma introdução à teoria e métodos*. Porto: Edições Porto Editora.
- . Brandão, R. (2014). *Os pescadores de Raul Brandão*. Porto: Porto Editora
- . Brito, L. (1986). *A desembocadura do Rio Minho nos tempos antigos*. Caminha: Editorial Caminha
- . Brito, R. S. (1981). *Palheiros de Mira: formação e declínio de um aglomerado de pescadores: Chorographia, Estudos de geografia humana e regional* (2ª ed). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica
- . Caamaño Suárez, M. (2003). *As construccions da arquitectura popular: Patrimonio etnográfico de Galicia*. Santiago de Compostela: Editorial Consello Galego de Colexios de Aparelladores e Arquitectos Técnicos.
- . Cabrita, A., & Alho, C. (1987). *Cartas e convenções internacionais sobre património arquitectónico europeu: trabalho integrado no plano de estudos no domínio de edifícios*. Lisboa: LNEC.
- . Café, D. (2007). *Património, identidade e memória: Proposta para a Criação do Museu do Território de Alcacena* (Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa)
- . Câmara Municipal de Caminha. (2008). *Núcleo Museológico: Centro Histórico de Caminha*. Caminha: Câmara Municipal de Caminha.
- . Carvalho da Costa, A. (1868). *Corografia Portuguesa, e descripçam Topografica* (Vol. 1) (2ª ed.). Braga: Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea.
- . Carvalho, S., & Azevedo, J. (1991). *O bilhete postal ilustrado no Concelho de Caminha na primeira metade do século XX*. Caminha: Câmara Municipal de Caminha e Região de Turismo do Alto Minho
- . Casal, A. (1994). Identidades Culturais e Desenvolvimento. *Antropologia Portuguesa: Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra*, (12), p. 5-17.

- . Castro, G. (2005). *Algumas notas sobre barco "Carocho" e a pesca do sável no Rio Minho*. Vila Nova de Cerveira: Jornal Cerveira Semanário.
- . Castro, G. (2006). *Artes Pescadores e espécies do Rio Minho*. Vila Nova de Cerveira. Jornal Cerveira Semanário.
- . Comissão Estratégica dos Oceanos [CEO] (2004). Relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos. (Vol. 1- 2). Lisboa.
- . Chagas, M. (2009). Memória e Poder: dois movimentos. *Cadernos de Sociomuseologia: Centro de Estudos de Sociomuseología*, (19), p.43-81.
- . Choay, F. (2000). *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.
- . Comissão Nacional do Ano do Património Architectónico Europeu. (1976). *Património architectónico europeu: um futuro para o nosso passado*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- . Correia, J. R. (1998). O património construído: reabilitação, revitalização architectónica. *Revista de Património Espaço e Memória*, (1), p.295-310.
- . Correia, M. (2005). A Habitação Vernácula Rural no Alto Minho, Portugal. *Piedras con raíces*, (10), p. 27-37.
- . Correia, M. (2007). Teoría de la conservación y su aplicación al patrimonio en tierra. *Apuntes*, (20), p. 202-219.
- . Correia, T. A. (1980). Fontes e outras águas de Vilarelho. *Caminiana*, (3), p.158-159.
- . Costa A. (1934). *Diccionario chorographico de Portugal continental e insular*. Vila do Conde: Tipographia de Domingos Gonçalves Gouvía.
- . Costa, J., & Melo, A. (1998). *Dicionário da Língua Portuguesa* (8ª ed.). Porto: Porto Editora
- . Costa, M., Almeida, M., Santos, M., Reimão Costa, M., & Ribeiro, V. (2010). *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional*. Porto: Edições Afrontamento.

- . Couceiro, J. (Ed. lit.) (n. d.). *Urbanidade e património*. IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado.
- . Cruz, M. A. (1988). *Caminha evolução e estrutura da vila da foz do Minho*. Braga: Caminha.
- . Esperança, E. J. (1992). *Património: a mediação em busca do tempo perdido*. Évora.
- . Faria, M., & Almeida, R. (2006). A problemática da “identidade” e o lugar do “património” num mundo crescente cosmopolita. *Comunicação e Cultura*. (1), p. 117-133.
- . Feilden, B. M. (2204). *Conservation of Historic Buildings*. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann.
- . Fernandes, M. G. (2005). *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal*. Porto: FAUP Publicações.
- . Ferreira, C. A. (1984). *Inventário e levantamento do património edificado: da metodologia a uma proposta de inventário e léxico arquitectónicos luso-brasileiros*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- . Ferreira, C. A. (2000). *O património mundial, a sociedade da ilusão da eternidade e o novo milénio*. Santarém: Câmara Municipal
- . Ferreira, C. A. (2002). *A importância do património histórico na formação de uma cultura concelhia (cultura de vizinhança)*. Lisboa: Academia de Letras e Artes.
- . Flores, C. (1973). *Arquitectura popular española* (Vols. 1-2). Madrid: Aguilar Ediciones.
- . Gil., A. (1995). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Editora Atlas
- . González Varas, I. (2008). *Conservación de bienes culturales: Teoría historia, principios e normas*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- . Governo de Portugal (2013). *Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020*. Lisboa

- . Grammont, A. M. (2006). A construção de Conceito de Património Histórico: Restauração e Cartas Patrimoniais. *PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultura*, (4), p.437-442.
- . Gregotti, V. (1994). *Território da arquitectura* (2ª ed.). São Paulo: Editora Perspectiva.
- . Henriques, A. (2010) *No princípio estava o Mar: Peniche: O património cultural, o turismo e o mar* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).
- . Internacional Council of Monuments and Sites [ICOMOS]. (1964). *Carta de Veneza*. Disponível em: www.icomos.org.br/cartas
- . Internacional Council of Monuments and Sites [ICOMOS]. (1986). *Carta de Toledo*. Disponível em: www.icomos.org.br/cartas
- . Internacional Council of Monuments and Sites [ICOMOS]. (1987). *Carta de Washington*. Disponível em: www.international.icomos.org
- . Internacional Council of Monuments and Sites [ICOMOS]. (1987). *Carta internacional sobre salvaguarda das cidades históricas*. Disponível em: www.international.icomos.org
- . Internacional Council of Monuments and Sites [ICOMOS]. (1999). *Carta de Burra*. Disponível em: www.icomos.org.br/cartas
- . Internacional Council of Monuments and Sites [ICOMOS]. (1999). *Carta sobre o património construído vernáculo*. Disponível em: www.icomos.org.br/cartas
- . Internacional Council of Monuments and Sites [ICOMOS]. (1999). *Carta internacional sobre o turismo Cultura*. Disponível em: www.icomos.org.br/cartas
- . Instituto Português do Património Arquitectónico [IPPAR]. (1994). *Património arquitectónico e arqueológico: informar para proteger*. Lisboa: IPPAR.
- . Instituto Português do Património Arquitectónico [IPPAR] (1997). *Intervenções no património, 1995-2000: nova política*. Lisboa: IPPAR.

-
- . Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico [IPPAR]. (1993). *Dar futuro ao passado*. Lisboa: IPPAR.
 - . Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico [IPPAR]. (1993). *Património arquitectónico e arqueológico classificado: inventário* (vol.3). Lisboa: IPPAR.
 - . Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico [IPPAR] (n.d.). *Critérios: classificação de bens imóveis: informar para proteger* (2ª ed). [Lisboa]: IPPAR.
 - . Instituto Português do Património Cultural [IPPC]. (1986). *Imóveis classificados*. Lisboa: IPPC.
 - . Instituto Português do Património Edificado [IPPAR] (2000). *Património: balanço e perspectivas, 2000-2006*. Lisboa: IPPAR.
 - . Jorge, V. F. (1993). *Conservação do património e política cultural portuguesa*. Évora: Universidade.
 - . Jorge, V. (2000). *Arqueologia, Património e Cultura*. Lisboa: Instituto Piaget.
 - . Lema, P., & Rebelo, F. (1996). *Geografia de Portugal: Meio Físico e Recursos Naturais*. Lisboa: Universidade Aberta.
 - . Le Goff, J. (1984) *Memória*. In *Enciclopédia Enaudi*, (p. 11-50), Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
 - . Lei nº 13/1985 de 6 de Julho. *Diário da República nº 153/1985 – Série I*. (1985) (p. 1865-1874)
 - . Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro. *Diário da República nº 209 – Série A*. (2001) (p. 5808-5829)
 - . Léssard-Hébert, M., Goyete, G., & Boutin, G. (1994). *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
 - . Llano, P. (1983). *Arquitectura popular en Galicia* (Vol. 1-2). Santiago de Compostela: Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia.

- . Lobo, V., & Antunes, A. M. (1960). *Problemas da pequena habitação rural*. Coimbra: Ministério das Obras Públicas, Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, Centro de Estudos de Urbanismo.
- . Lopes, F., & Correia, M.B. (2004). *Património arquitectónico e arqueológico: Cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- . López Leira, J. M. (Ed. lit.) (2000). *Euroeume: unha proposta de actuación no patrimonio*. Asociación Euroeume.
- . Loureiro, A. (1904). *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes* (Vol.1). Lisboa
- . Lynch, K. (2009). *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70.
- . Machado, P. J. (1981). *Habitação Rural*. Lisboa: Instituto Fontes Pereira de Melo.
- . Marques, A. (1976). *História de Portugal* (6ª ed.). Lisboa: Palas
- . Marques, H., & Martíns L. (1998). Memoria, Herança, Património e Paisagem. *Cadernos de Geografía*, (17), p.123-129.
- . Marti, C. (1993). *Las Variaciones de la Identidad: Ensayo sobre el tipo en arquitectura*. Barcelona: Demarcación de Barcelona del Colegio de Arquitectura de Cataluña
- . Martín, A. J., & Puerto, F. P. (2003). *Levantamiento y análisis de edificios: Tradición y futuro*. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- . Martínez, A. C. (2013). *Telleiras de Pontevedra, património vernáculo industrial en Galicia* (Dissertação de Mestrado, Escola Superior Gallaecia, Vila Nova de Cerveira)
- . Matias, N. (2009). A “Clusterização” da Economia Marítima. *Nação e Defesa*, (122, 4ª série), pp. 9-23.
- . Matias, N., Moreira, A., & Martins, R. (2010). *Políticas públicas do mar: para um novo conceito estratégico nacional*. Lisboa: Esfera do Caos.

- . Medeiros, C. (2005). *Geografia de Portugal* (Vols. 2-3). Lisboa: Círculo de Leitores.
- . Meneses, A. (2006). *Portugal é o mar*. Conferência proferida no Palácio dos Capitães-Generais em Angra do Heroísmo, na Sessão Solene Comemorativa de Portugal.
- . Menendez, J. (2005). *Igreja Matriz de Caminha: Estudo Histórico*. Porto: IPPAR.
- . Montes, C. (1992). *Representación y Análisis Formal*. Valladolid: Secretario de Publicaciones.
- . Moreira, M. (1995). *Os mareantes de Viana do Castelo e a Construção da Atlantidade*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo.
- . Moutinho, M. (1979). *Arquitectura popular portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.
- . Oliveira, A. (1968). *A população de Caminha em 1513*. Coimbra: Imprensa de Coimbra.
- . Oliveira, A. (1976). A população de Caminha e Valença em 1513. *Bracara Augusta*, 30, 1 tomo(69).
- . Oliver, P. (1997). *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World* (Vol. 2). Cultures and Inhabitants. UK: Cambridge University Press.
- . Oliveira, E., & Galhano, F. (1992). *Arquitectura tradicional portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- . Ortega, M. L., & Martínez, T.G. (2009). La Casa Rural en Lorca: patrimonio etnográfico del Municipio de Lorca. *Alberca: Revista de la Asociación de Amigos del Museo Arqueológico de Lorca*, (7), p. 153-195.
- . Pacheco, H. (1985). *Portugal, património cultural popular: O ambiente dos homens*. Porto: Areal Editores
- . Peralta, E. (2000). Património e Identidade: Os Desafios do Turismo Cultural. *Antropológicas*, (4), p. 217-224.

- . Peralta, E. (2003) O mar por tradição: o património e a construção das imagens do turismo. *Horizontes Antropológicos*, (20), pp. 83-96.
- . Peralta, E., & Anico, M. (Orgs.) (2006). *Patrimónios e Identidades: ficções contemporâneas*. Oeiras: Celta.
- . Peralta, E. (2007). Abordagens teóricas aos estudos da memória social: uma resenha crítica. *Arquivos da Memória: Antropologia, Escala e Memória - Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa*, (2), p. 4-23.
- . Peralta, E. (2010). Somos todos Marítimos: uma etnografia das (in)visibilidades do poder na representação social do passado local em Ílhavo. *Etnográfica – Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 14 (3), p. 443-469.
- . Pereira, D. (2009). Una visión estratégica del patrimonio marítimo: comparativa entre Catalunya, Euskadi y Galicia. *Itsas Memoria: Revista de Estudios Marítimos del País Vasco*, (6).
- . Pereira, E., & Rodrigues, G. (1906). *Portugal: Dicionário histórico, biográfico, bibliográfico, heráldico, chorographico, numismático e artístico* (Vol. 2). Lisboa: João Romano Torres Editor.
- . Pinho Leal, A. S. (1874). *Portugal antigo e moderno*. Lisboa: Editora de Mattos Moreira & Companhia.
- . Pinto, J. M. (1972). Rua dos Pescadores. *Ecos da Matriz (Março)*.
- . Pinto, S. (2008). Caminha no século XVI: estudo Sócio-económico “Dos que ganham suas vidas sobre as agoas do mar” (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
- . Prats, L. (1997). *Antropología y Patrimonio*. Barcelona: Ariel.
- . Prats, L. (2005). Concepto y gestión del patrimonio local. *Cuadernos de Antropología Social*, (21), p.17-35.
- . Quaroni, L. (1980). *Proyectar un edificio, ocho lecciones de arquitectura*. Madrid: Ed. Xarait.

- . Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de Investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- . Ramos, M. (2003). *A Matéria do Património: Memórias e Identidades*. Lisboa: Fernando Mão de Ferro.
- . Ramos, L. M., & Cossio, F. V. (2012). *Declaración de bodeguillas*. Buenos Aires: Nobuko.
- . Rapoport, A. (2005). *Culture, architecture and design*. USA: Locke Science Pub.
- . República Portuguesa (2006). *Estratégia Nacional para o Mar 2006-2016*. Lisboa: Ministério da Defesa- Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar Nacional
- . Ribeiro, O. (1998). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- . Ribeiro, O. (n.d.). *Geografia e Civilização: Temas Portugueses*. Livros Horizonte.
- . Rodrigues, H. (2011). *Evolução e Transformação da Estrutura Urbana da Vila de Caminha e sua Morfologia* (Dissertação de Mestrado, Escola Superior Gallaecia, Vila Nova de Cerveira).
- . Rodrigues, D. (n.d.). *Património Cultural, Memória Social e Identidade: Uma abordagem antropológica*. Disponível em: <http://www.ubimuseum.ubi.pt>
- . Salgueiro, T.B. (1992). *A cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana* (2ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- . Sampaio, A. (1923). *As Póvoas Marítimas. Estudos Históricos e Económicos*. Porto.
- . Santos, R. (2008). *Espaços de Memória em Mação, construção socialmente participada de perspectivas da Cultura Material*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- . Serra de Carvalho. (1979). *Âncora. Caminiana*, (1), p.43-49.

- . Serra de Carvalho. (1979). Caminha. *Caminiana*, (1), p.64-70.
- . Serra de Carvalho. (1979). Gominhões. *Caminiana*, (1), p.85-91.
- . Serra de Carvalho. (1979). Moledo. *Caminiana*, (1), p.96-103.
- . Serra de Carvalho. (1979). Perfil histórico das memórias paroquiais de 1758. *Caminiana*, (1), p.25-36.
- . Serra de Carvalho. (1980). Memórias paroquiais do concelho de Caminha. Riba de Âncora. *Caminiana*, (2), p.25-32.
- . Serra de Carvalho. (1980). Perfil monográfico das memórias paroquiais de 1758. *Caminiana*, (2), p.13-21.
- . Serra de Carvalho. (1980). Vilarelho. *Caminiana*, (II), p.54-58.
- . Serra de Carvalho. (1983). Legenda nominal da primeira ordem de muralhas que circundavam a vila de caminha desde D. Afonso II (1213 a D. Manuel I (1513). *Caminiana*, (8), p.9-10.
- . Serra de Carvalho. (1984). Esboço monográfico e uma polémica célebre. *Caminiana*, (9), p.7-20
- . Silva, B. (1891). *Estado actual das pescas em Portugal: 1886*. Lisboa: Imprensa Nacional
- . Silva Santos, J. M. F. (1979). Caminha através dos tempos. *Caminiana*, (1), p.161-201.
- . Silva Santos, J. M. F. (1980). Caminha através dos tempos. *Caminiana*, (2), p.127-148.
- . Silva Santos, J. M. F. (1981). Caminha através dos tempos. *Caminiana*, (4), p.79-82.
- . Silva Santos, J. M. F. (1985). Caminha nos finais do século passado. *Caminiana*, (11), p.142-152.
- . Silva Santos, J. M. F. (1985). Ocorrências diversas. *Caminiana*, (11), p.169-174.

-
- . Soromenho, M., & Silva, N. V. (1993). Salvaguarda do Património: Antecedentes Históricos. In *Dar futuro ao passado* (p. 22-71). Lisboa: IPPAR.
- . Teixeira, M. (1993). A história urbana em Portugal: Desenvolvimentos Recentes. *Análise Social*, 28(121), p. 371 – 390.
- . Teixeira, M. (Coord.). (2001). *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros horizonte.
- . Teixeira, M. (Coord.). (2004). *A construção na cidade brasileira*. Lisboa: Livros horizonte.
- . Teixeira, M. (2013). *Arquitecturas do granito: Arquitectura Popular*. Arcos de Valdevez: Município Arcos de Valdevez.
- . Teixeira, M. & Valla, M. (1999). *O urbanismo Português, séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Livros Horizonte.
- . Teixeira, P. (1634). *El Atlas del Rey Planeta: La " Descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos*. Editorial Nerea
- . UNESCO. (1931). *Carta de Atenas*. Disponível em: www.unesco.org
- . UNESCO. (1954). *Convenção de Haia para protecção dos bens culturais em caso de conflito armado*. Disponível em: www.unesco.org
- . UNESCO. (1972). *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Disponível em: www.unesco.org
- . UNESCO. (1972). *Recomendação sobre a Protecção no âmbito nacional, do património cultural e natural*. Disponível em: www.unesco.org
- . UNESCO. (1976). *Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos e da sua função na vida contemporânea*. Disponível em: www.unesco.org
- . UNESCO. (2003). *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural*. Disponível em: www.unesco.org
- . Vasconcelos, J. (1984). Esboço monográfico e uma polémica célebre. *Caminiana*, (9).

. Vasconcellos, J.L. (1902). *Diccionario chorographico de Portugal* (2ª Ed.).

Porto: Livraria Portuense Lopes & C.^a

. Yin, R. (2003). *Case Study Research: Design and Methods* (3ªed.). California:

Lage Publications

Documentação de Arquivo:

. Arquivo Distrital do Porto

Cota K/23/3/3 - 2.1672, fl. 8

Carta de venda de um meio chão a par dum forno junto da pedra escorregadia, em Miragaia 1412/1412

. Arquivo Municipal de Caminha

Cota 1.12.1.2

Livro de Registo Geral – 2º Livro (Outubro de 1660 a Novembro de 1682)

Cota 1.1.1

Livro de Testamentos da Paróquia de Caminha – 1º Livro

Maços dos Regulamentos de Obras (Sem Cota)

Maço de 1888

Maço de 1891

Maço de 1893

Maço de 1894

Maço de 1898

. Biblioteca da Ajuda

Reservados, Cód. MS. 49-XI-21

Livro Curiozo das Antiguidades desta Villa de Caminha e Termo – Anno de 1739, assinado por Bento Barboda Caldas

. Biblioteca Nacional

Reservados, MS.8750

Grandezas da Villa de Caminha, 1722, Pe. Gonçalo da Rocha de Moraes

HG.32352 P.

Relaçam dos sucessos, vitoriosos que sucederam nas arraias que ficão junto as villas de Caminha & Valadares de que he Capitão mor, & Alcayde mor Rodrigo



Pereira de Soto Mayor fidalgo da Casa de Sua Magestade, depois de Sua Felice Acclamação, & restituição – 1640? – Autor não identificado

Cotas D.239V e D.243 V

Plantas da Praça Forte de Caminha, VillaLobos, 1713

. Biblioteca Pública Municipal do Porto

Reservados, Ms. 543

Descrição da Villa de Caminha – 1739 - Anónimo



Fig. 1– Cronologia dos Manuscritos e Documentos consultados em Arquivo. Pág. 28
Créditos: Autora, 2015

Fig. 2 – Esquema interpretativo da Metodologia Utilizada. Pág. 31
Créditos: Autora, 2015

Fig. 3– Esquema-Resumo da Revisão Bibliográfica sobre Património e Salvaguarda. Pág. 39
Créditos: Autora, 2015

Fig. 4– Esquema-Resumo da Revisão Bibliográfica sobre Conjuntos Patrimoniais. Pág. 44
Créditos: Autora, 2015

Fig. 5– Esquema-Resumo da Revisão Bibliográfica sobre Património Vernáculo. Pág. 51
Créditos: Autora, 2015

Fig. 6– Esquema-Resumo da Revisão Bibliográfica sobre Património Marítimo. Pág. 59
Créditos: Autora, 2015

Fig. 7– Esquema-Resumo da Revisão Bibliográfica sobre Identidade e Memória. Pág. 64
Créditos: Autora, 2015

Fig. 8 - Planta das Casas de Pescadores do Centro-Litoral. Pág. 66
Créditos: Moutinho, 1979

Fig.9 - Fotografia das Casas de Pescadores do Centro-Litoral. Pág. 66
Créditos: Moutinho, 1979

Fig. 10– Fotografia das Casas de Pescadores do Algarve. Pág. 67
Créditos: Moutinho, 1979

Fig. 11 – Planta das Casas de Pescadores do Algarve. Pág. 67
Créditos: Moutinho, 1979

Fig. 12 – Gravura de uma Casa de Pescadores da Póvoa de Varzim. Pág. 68
Créditos: Galhano & Oliveira, 1992

Fig. 13– Fotografia de Casas de Pescadores da Póvoa de Varzim. Pág. 68
Créditos: Galhano & Oliveira, 1992

Fig. 14– Fotografia de Casas de Pescadores da Póvoa de Varzim. Pág. 68
Créditos: Galhano & Oliveira, 1992

Fig. 15– Fotografia de Casas de Pescadores da Póvoa de Varzim. Pág. 68
Créditos: Galhano & Oliveira, 1992

Fig. 16 – Planta de uma Casa de Pescadores da Póvoa de Varzim. Pág. 68
Créditos: Galhano & Oliveira, 1992

Fig. 17 – Corte de uma Casa de Pescadores da Póvoa de Varzim. Pág. 68
Créditos: Galhano & Oliveira, 1992

Fig. 18– Gravura das Camaretas de uma Casa de Pescadores da Póvoa de Varzim. Pág. 69

Créditos: Galhano & Oliveira, 1992

Fig. 19 – Gravura das Camaretas de uma Casa de Pescadores da Póvoa de Varzim. Pág. 69
Créditos: Galhano & Oliveira, 1992

Fig. 20 – Evolução em Corte da Casa de Pescadores da Póvoa de Varzim. Pág. 70
Créditos: Galhano & Oliveira, 1992

Fig. 21 – Distribuições das Casas Maríneas Galegas. Pág. 72
Créditos: Llano, 1983

Fig. 22 – Plantas e Alçado da Casa Marín de Baiona. Pág. 72
Créditos: Llano, 1983

Fig. 23 – Plantas e Alçados da Casa Marín de La Guardia. Pág. 73
Créditos: Llano, 1983

Fig. 24 – Desenhos das Casas Maríneas de Baiona e La Guardia. Pág. 73
Créditos: Flores, 1973

Fig. 25 – Desenhos das Casas Maríneas de Baiona e La Guardia. Pág. 73
Créditos: Flores, 1973

Fig. 26 – Esquema-Resumo da Revisão Bibliográfica sobre a Casa de Pescadores. Pág. 74
Créditos: Autora, 2015

Fig. 27 – Esquema-Resumo da Revisão Bibliográfica sobre a Casa de Pescadores. Pág. 75
Créditos: Autora, 2015

Fig. 28 – Esquema-Resumo da Revisão Bibliográfica sobre Conceitos de Evolução Urbana Medieval. Pág. 83
Créditos: Autora, 2015

Fig. 29 – Localização e Levantamento do Castro do Coto da Pena, núcleo de surgimento de Caminha. Pág. 87
Créditos: NMCHC, 2008

Fig. 30 – Surgimento dos primeiros Núcleos Habitacionais de Caminha. Pág. 89
Créditos: Autora, 2015

Fig. 31 – Foral de D. Dinis concedido a Caminha. Pág. 92
Créditos: NMCHC, 2008

Fig. 32 – Primeira Muralha e Burgo Caminhense. Pág. 93
Créditos: Autora, 2015

Fig. 33 – Porta do Marquês . Pág. 94
Créditos: Autora, 2015

Fig. 34 – Ruas de Caminha. Pág. 95
Créditos: Autora, 2015



Fig. 35 – Planimétrica de Caminha por Duarte d’Armas . Pág. 96
Créditos: Bento, 2009

Fig. 36 – Situação de Caminha no Séc. XV. Pág. 98
Créditos: Autora, 2015

Fig. 37 - Vista Nascente de Caminha, por Duarte D’Armas. Pág. 99
Créditos: Bento, 2009

Fig. 38 – Projecção da Vila de Caminha para Fora das Muralhas Medievais. Pág. 101
Créditos: Autora, 2015

Fig. 39 – Linha de Muralhas Seiscentistas de Caminha e situação da Vila. Pág. 103
Créditos: Autora, 2015

Fig. 40 – Antigas Portas de Viana. Pág. 104
Créditos: Bento, 2009

Fig. 41 – Caminha com Terceira Linha de Muralhas que envolve o Arrabalde de Pescadores, a Rua. Pág. 105
Créditos: Autora, 2015

Fig. 42 – Situação da Vila no Início do Século XX. Pág. 108
Créditos: Autora, 2015

Fig. 43 – Caminha, Fotografia Aérea de 1952. Pág. 109
Créditos: Bento, 2009

Fig. 44 – Caminha com os últimos vestígios de Muralha, antes de ganhar terreno ao Rio Minho. Pág. 110
Créditos: Autora, 2015

Fig. 45 – Caminha com os novos terrenos ganhos ao Rio Minho e a Nova Avenida Marginal. Pág. 111
Créditos: Autora, 2015

Fig. 46 – Caminha no Séc. XXI. Pág. 112
Créditos: Autora, 2015

Fig. 47 – Exemplo de Casa do interior da Muralha, perto da Igreja Matriz. Pág. 114
Créditos: Autora, 2015

Fig. 48 – Exemplo de Casa do interior da Muralha, perto da Igreja Matriz. Pág. 114
Créditos: Autora, 2015

Fig. 49 – Esquema-Resumo da Utilização do Espaço na Fundação da Vila. Pág. 115
Créditos: Autora, 2015

Fig. 50 – Exemplo de Edifício Orientado para as Ruas Transversais do interior da Muralha. Pág. 116
Créditos: Autora, 2015

Fig. 51 – Exemplo de Edifício Orientado para as Ruas Transversais do interior da Muralha. Pág. 116
Créditos: Autora, 2015

Fig. 52 – Aspecto da Rua do Meio, no interior da Muralha. Pág. 116

Créditos: Autora, 2015

Fig. 53 – Casa dos Pittas. Pág. 117

Créditos: Autora, 2015

Fig. 54 – Esquema-Resumo da Utilização do Espaço na Expansão para fora das Muralhas da Vila. Pág. 118

Créditos: Autora, 2015

Fig. 55 – Casas da Rua da Corredoura. Pág. 119

Créditos: Autora, 2015

Fig. 56 – Esquema de Localização das Casas em Caminha. Pág. 120

Créditos: Autora, 2015

Fig. 57 – “Casas Nobre” no Terreiro de Caminha – Anos 50. Pág. 121

Créditos: Cruz, 1988

Fig. 58 – Esquema Representativo de uma Casa Burguesa na Rua do Meio de Caminha. Pág. 122

Créditos: Autora, 2015, baseada em Cruz 1988

Fig. 59 – Esquema Representativo de uma Casa Burguesa na Rua do Vau de Caminha. Pág. 123

Créditos: Autora, 2015, baseada em Cruz 1988

Fig. 60 – Esquema Representativo de uma Casa Burguesa na Rua da Corredoura. Pág. 124

Créditos: Autora, 2015, baseada em Cruz 1988

Fig. 61 – Vista Sul da Vila de Caminha por Duarte D’Armas, 1509. Pág. 130

Créditos: Bento, 2009

Fig. 62 – Esquema representativo do surgimento e primeiras fases de crescimento da Rua. Pág. 133

Créditos: Autora, 2015

Fig. 63 – Pormenor do Atlas de Pedro Teixeira com a Vila de Caminha, 1634. Pág. 134

Créditos: Autora, 2015

Fig. 64 – Situação da Rua na construção das primeiras muralhas Seiscentistas. Pág. 135

Créditos: Autora, 2015

Fig. 65– Situação da Rua com a construção da muralha que a envolve. Pág. 136

Créditos: Autora, 2015

Fig. 66 – Capela e Largo da Senhora da Agonia na Rua, Ano 1920. Pág. 138

Créditos: Bento, 2009

Fig. 67– Antigo Cais da Rua, Ano 1905. Pág. 139

Créditos: Bento, 2009

Fig. 68– Situação da Rua na primeira metade do Séc.XX. Pág. 142

Créditos: Autora, 2015

Fig. 69 – Primeiros desaparecimentos de Muralha na Rua. Pág. 143

Créditos: Autora, 2015

Fig. 70– A Rua após terem sido ganhos os novos terrenos ao Rio Minho. Pág. 144

Créditos: Autora, 2015

Fig. 71 – Primeiros Edifícios dos novos terrenos ganhos ao Rio Minho. Pág. 144

Créditos: Autora, 2015

Fig. 72 – Últimos Vestígios de Muralha e novos Edifícios nos terrenos ganhos ao Rio Minho. Pág. 145

Créditos: Autora, 2015

Fig. 73– Últimas construções nos terrenos ganhos ao Rio Minho. Pág. 145

Créditos: Autora, 2015

Fig. 74 – Situação Actual da Rua – Toponímia. Pág. 146

Créditos: Autora, 2015

Fig. 75 – Duas Meias-Casas da Rua, Anos 40-50. Pág. 150

Créditos: Cruz, 1988

Fig. 76 – Situação da Rua, Anos 50. Pág. 153

Créditos: Cruz, 1988

Fig. 77– A Rua, Anos 50. Pág. 154

Créditos: Cruz, 1988

Fig. 78 – Traseiras da Rua. Pág. 155

Créditos: Autora, 2015

Fig. 79 – Traseiras da Rua. Pág. 155

Créditos: Autora, 2015

Fig. 80 – Situação Actual da Rua. Pág. 157

Créditos: Autora, 2015

Fig. 81– Antigo Convento de Santa Clara na Rua, actual Escola Tecnológica. Pág. 159

Créditos: Autora, 2015

Fig. 82 – Antigo Convento de Santa Clara na Rua, actual Escola Tecnológica. Pág. 159

Créditos: Autora, 2015

Fig. 83 – Planta de Distribuição de Elementos de Interesse na Rua e proximidades. Pág. 160

Créditos: Autora, 2015

Fig. 84 – Elementos Evocativos na Rua: Ermida, Fonte do Convento ou da Rua e Elementos das Antigas Portas do Cabo. Pág. 161

Créditos: Autora, 2015

Fig. 85- Planta com Distribuição dos Lotes na Zona Analisada. Pág. 162

Créditos: Autora, 2015

Fig. 86— Gráfico com resumo das larguras dos lotes encontrados. Pág. 163

Créditos: Autora, 2015

Fig. 87 –Edifícios de Rés-do-Chão e Rés-do-Chão e Primeiro Andar que se podem observar na Rua.

Pág. 164

Créditos: Autora, 2015

Fig. 88 –Edifícios de Rés-do-Chão e Rés-do-Chão e Primeiro Andar que se podem observar na Rua.

Pág. 164

Créditos: Autora, 2015

Fig. 89 –Edifícios de Rés-do-Chão e Rés-do-Chão e Primeiro Andar que se podem observar na Rua.

Pág. 164

Créditos: Autora, 2015

Fig. 90 –Edifícios de Rés-do-Chão e Rés-do-Chão e Primeiro Andar que se podem observar na Rua.

Pág. 164

Créditos: Autora, 2015

Fig. 91 – Planta da Distribuição do Número de Pisos das Edificações da Rua. Pág. 165

Créditos: Autora, 2015

Fig. 92 –Comércio da Rua: mercearia mais antiga da Rua e edifícios recentes de comércio e habitação. Pág. 166

Créditos: Autora, 2015

Fig. 93 –Comércio da Rua: mercearia mais antiga da Rua e edifícios recentes de comércio e habitação. Pág. 166

Créditos: Autora, 2015

Fig. 94 –Comércio da Rua: mercearia mais antiga da Rua e edifícios recentes de comércio e habitação. Pág. 166

Créditos: Autora, 2015

Fig. 95— Planta de Situação das Edificações da Rua. Pág. 167

Créditos: Autora, 2015

Fig. 96 – Planta de Situação das Edificações da Rua. Pág.169

Créditos: Autora, 2015

Fig.97 – Exemplos de Casas do Final do Séc. XVIII, início do Séc. XIX na Rua. Pág. 170

Créditos: Autora, 2015

Fig. 98 – Planta da Distribuição de Elementos Dissonantes na Rua. Pág. 171

Créditos: Autora, 2015

Fig. 99 – Exemplo de Edificações Dissonantes nos Logradouros Traseiros das Habitações da Rua. Pág. 172

Créditos: Autora, 2015



Fig. 100 – Exemplo de Edificações Dissonantes nos Logradouros Traseiros das Habitações da Rua. Pág. 172

Créditos: Autora, 2015

Fig. 101 – Exemplo de Edificações Dissonantes nos Logradouros Traseiros das Habitações da Rua. Pág. 172

Créditos: Autora, 2015

Fig. 102– Exemplo de Edificações Dissonantes. Pág. 173

Créditos: Autora, 2015

Fig. 103 – Exemplo de Edificações Dissonantes. Pág. 173

Créditos: Autora, 2015

Fig. 104 – Exemplo de Edificações Dissonantes. Pág. 173

Créditos: Autora, 2015

Fig. 105– Estado de Abandono e Ruína de alguns edifícios de habitação da Rua. Pág. 174

Créditos: Autora, 2015

Fig. 106– Estado de Abandono e Ruína de alguns edifícios de habitação da Rua. Pág. 174

Créditos: Autora, 2015

Fig. 107– Estado de Abandono e Ruína de alguns edifícios de habitação da Rua. Pág. 104

Créditos: Autora, 2015

Fig. 108– Planta do Estado de Conservação das Edificações da Rua. Pág. 175

Créditos: Autora, 2015

Fig. 109 – Distribuição das Meias-Casas na Rua – Alçado Geral – Ver Anexo 8. Pág. 176

Créditos: Autora, 2015

Fig. 110 – Planta da Distribuição dos Níveis de Interesse atribuídos às Meias Casas . Pág. 177

Créditos: Autora, 2015

Fig. 111 – Meias Casas da Rua na Actualidade. Pág. 181

Créditos: Autora, 2015

Fig. 112– Meias Casas da Rua na Actualidade. Pág. 181

Créditos: Autora, 2015

Fig. 113 – Entradas da Meias Casas 1, 2, 3, 4, e 6 analisadas. Pág. 201

Créditos: Autora, 2015

Fig. 114– Esquema-Resumo da Evolução das Meias Casas analisadas. Pág. 203

Créditos: Autora, 2015

Fig. 115 – Planta de uma Meia-Casa por Maria Alfreda Cruz, Cozinha identificada pela presença do balcão na Torre. Pág. 204

Créditos: Cruz, 1988

Fig. 116 – Traseiras de duas Meias Casas que os Pescadores identificam como possuindo Torre. Primeira foto com Torre num nível superior, segunda e terceira com loja inferior e Torre ao nível da habitação. Pág. 205
Créditos: Autora, 2015

Fig. 117 – Presença do elemento Torre nas Meias Casas da Rua. Pág. 206
Créditos: Autora, 2015

Fig. 118– Torre conservada da Meia Casa 1 analisada. Pág. 206
Créditos: Autora, 2015

Fig. 119– Torre conservada da Meia Casa 1 analisada. Pág. 206
Créditos: Autora, 2015

Fig. 120– Torre conservada da Meia Casa 1 analisada. Pág. 206
Créditos: Autora, 2015

Fig. 121 – Sala posterior da Meia Casa3 analisada e parte da estrutura da escada para a loja inferior. Pág. 207
Créditos: Autora, 2015

Fig. 122 – Cozinha posterior da Meia Casa6 analisada e pormenor da janela. Pág. 208
Créditos: Autora, 2015

Fig. 123 – Cozinha posterior da Meia Casa6 analisada e pormenor da janela. Pág. 208
Créditos: Autora, 2015

Fig. 124 – Esquema – Resumo da análise da presença do elemento Torre. Pág. 209
Créditos: Autora, 2015

Fig. 125– Distribuição Interior das Meias Casas 2,4 e 6 analisadas. Pág. 211
Créditos: Autora, 2015

Fig. 126– Distribuição Interior das Meias Casas 2,4 e 6 analisadas. Pág. 211
Créditos: Autora, 2015

Fig. 127– Distribuição Interior das Meias Casas 2,4 e 6 analisadas. Pág. 211
Créditos: Autora, 2015

Fig. 128 – Escadas Interiores das Meias Casas 1, 2, 3 e 6 analisadas. Pág. 213
Créditos: Autora, 2015

Fig. 129 – Escadas Interiores das Meias Casas 1, 2, 3 e 6 analisadas. Pág. 213
Créditos: Autora, 2015

Fig. 130 – Escadas Interiores das Meias Casas 1, 2, 3 e 6 analisadas. Pág. 213
Créditos: Autora, 2015

Fig. 131 – Escadas Interiores das Meias Casas 1, 2, 3 e 6 analisadas. Pág. 213
Créditos: Autora, 2015

Fig. 132 – Esquema-Resumo da Distribuição Funcional das Meias Casas analisadas. Pág. 214

Créditos: Autora, 2015

Fig. 133 – Presença de Vãos nas Fachadas Principais das Meias Casas da Rua. Pág. 216
Créditos: Autora, 2015

Fig. 134 – Tipos de Revestimento nas Fachadas Principais das Edificações da Rua. Pág. 217
Créditos: Autora, 2015

Fig. 135 – Cores das Meias Casas na Rua na Actualidade. Pág. 218
Créditos: Autora, 2015

Fig. 136 – Tabela-Resumo das características das Fachadas Principais das Meias Casas analisadas.
Pág. 219
Créditos: Autora, 2015

Fig. 137– Alçado Geral da Rua, das Meias Casas e da amostra analisada –Ver Anexo 8. Pág. 220
Créditos: Autora, 2015

Fig. 138 – Tabela-Resumo das características das Fachadas Posteriores das Meias Casas analisadas.
Pág. 221
Créditos: Autora, 2015

Fig. 139 – Elementos Construtivos das Coberturas das Meias Casas. Pág. 222
Créditos: Autora, 2015

Fig. 140 – Elementos Construtivos das Coberturas das Meias Casas. Pág. 222
Créditos: Autora, 2015

Fig. 141 – Elementos Construtivos das Coberturas das Meias Casas. Pág. 222
Créditos: Autora, 2015

Fig. 142 – Pormenor de uma parede em tabique da Meia Casa 3 analisada e vista interior das ruínas da Meia Casa analisada 7. Pág. 223

Fig. 143 – Tabela-Resumo de Sistemas e Materiais Construtivos das Meias Casas analisadas. Pág. 224
Créditos: Autora, 2015

Fig. 144 – Distribuição Funcional da Matriz da Meia Casa . Pág. 225
Créditos: Autora, 2015

Fig. 145 – Distribuição em Altura da Matriz da Meia Casa. Pág. 226
Créditos: Autora, 2015

Fig. 146 – Corte esquemático de um par de Meias Casas e vista da Cobertura típica da Meia Casa.
Pág. 226
Créditos: Autora, 2015

Fig. 147– Corte esquemático de um par de Meias Casas e vista da Cobertura típica da Meia Casa.
Pág. 226
Créditos: Bento, 2009



Anexo 1

Evolução dos Conceitos Património e Salvaguarda

Entre os autores, a definição de património não é consensual. Esta depende da conotação que se lhe atribui, a interpretação, o valor e até a especificação.

Entre Cartas e Convenções, o conceito “Património” é definido na Carta Internacional sobre o Turismo Cultural, redigida pelo ICOMOS a 1999 na Cidade do México, como:

(...) um conceito vasto que abrange, quer o meio ambiente natural, quer o cultural. Engloba as noções de paisagem, de conjuntos históricos, de sítios naturais e construídos, bem como as noções de biodiversidade, de acervos culturais, de práticas culturais, tradicionais ou actuais e de conhecimento. Recorda e expressa a longa caminhada do desenvolvimento histórico que constitui a essência das diversas identidades nacionais, regionais, autóctones e locais, e faz parte integrante da vida moderna. (ICOMOS, 1999)

De uma forma geral, o conceito de património está ligado ao legado que se transmite das gerações passadas às presentes e que, por sua vez, será legado às futuras. De acordo com Ballart, a noção de património surge “quando um indivíduo identifica como seus um objecto ou conjunto de objectos” (1997, p.17).

Património tem então uma forte ligação ao pessoal, mas igualmente ao social. Apesar de um indivíduo, na sua singularidade, atribuir mais ou menos valor a um determinado tipo de património, é na sociedade que esse valor (patrimonial) tem a sua verdadeira reflexão, uma vez que só em sociedade ele poderá ser interpretado como representação de uma identidade ou cultura colectiva. Talvez por isso Prats tende a denominá-lo como uma “construção social” (1997, p.19).

Peralta deixa ainda uma última visão de como algo é considerado ou não património e, por isso, detentor de valor cultural: “Aquilo que é ou não é património, depende do que, para um determinado colectivo humano e num determinado lapso de tempo, se considera socialmente digno de ser legado a gerações futuras.” (2000, p.218)

De qualquer forma, o conceito de património e o entendimento consequente do seu trato e salvaguarda não foi visto ou considerado sempre

da mesma forma. Torna-se essencial uma abordagem à evolução que os termos tiveram ao longo do tempo, tendo em conta que essa mesma evolução acabou por definir o entendimento actual dos mesmos. Assim, como o património depende de um valor histórico para ser aceite como tal, também o próprio conceito não deve de ser de forma alguma dissociado das suas mutações e aprendizagens.

Antecedentes

São vários os autores que consideram que o surgimento da preocupação pelos objectos e edificações do passado se reporta à Antiguidade Grega (Choay, 2000, p.28; Correia, 2004, p.13; Soromenho & Silva, 1993, p.23). Choay acrescenta ainda que tal marco se pode associar ao comprovado reconhecimento da Cultura Grega como uma cultura superior, exemplificadora e diferenciada de todas as outras (2000, p.28). Durante o período Medieval, é igualmente claro um consenso entre os autores no que toca à falta de políticas e de um cuidado ou apreensão com a protecção do património. “Durante a Idade Média, continuaram a ser poucas e de alcance muito restrito as normas protectoras da herança construída” (Correia, 2004, p.13).

As construções e os objectos nesta fase sofrem mutações, adaptações e alterações, Igrejas eram construídas sobre antigos templos, edifícios mudavam as suas estruturas e funções, no entanto “não só um estrito interesse utilitário orientou estas readaptações. Registava-se ao mesmo tempo um fascínio inegável pelo Antigo e pelos seus restos visíveis.” (Soromenho & Silva, 1993, p.23). Os tempos mudavam e os edifícios, vistos como objectos meramente utilitários e de resposta a necessidades dos utilizadores, mudavam com eles.

Seria difícil (...) considerar como vândalos os construtores das catedrais góticas ao demolirem as igrejas românicas para as substituir, (...) por edifícios que podiam acolher um maior número de fiéis, exprimindo o progresso da arquitectura. (...) Do mesmo modo, seria difícil querer mal aos burgueses que renovavam as suas casas para as tornar mais confortáveis e pô-las em conformidade com as novas preferências estéticas. (Correia, 1996, p.300)

O verdadeiro interesse pela salvaguarda do Património edificado surge, segundo Choay, na década de 1420, quando os humanistas do Quattrocento se manifestaram contra as constantes pilhagens e destruições dos edifícios antigos (2000).

O 'Quattrocento', se começou sob o signo dos estudos literários e de transcrições e levantamentos epigráficos, definindo uma relação com a cultura clássica essencialmente filológica, moral e política, depressa valorizou os aspectos arqueológicos e arquitectónicos. (Soromenho & Silva, 1993, p.23)

Os papas dos anos seguintes, basear-se-iam nestas condenações e manifestações dos humanistas para proibir a utilização da pedra e dos materiais das antiguidades para outras actuações, “a partir de 1430 (...) os humanistas, em particular os da corte pontifical, são unânimes em apelar à conservação e a uma protecção vigilante aos monumentos romanos” (Choay, 2000, p.44). Foram vários os Papas que publicaram normas de protecção, incluindo disposições para evitar a utilização de partes de monumentos como materiais para a construção nova ou pilhagem de achados arqueológicos (Correia, 2004, p.13).

As viagens eram mais comuns na Europa do Renascimento, as peregrinações abundavam, a deslocação era mais facilitada e as trocas culturais, de saberes e ideais tornam-se um elemento essencial para o conhecimento da época. Se até então a preocupação e a vontade de salvaguarda do património era quase única e exclusivamente uma actuação presente na Península Itálica, tais considerações começam a surgir um pouco por todo o território do velho continente. É certo que não seria até à Revolução Francesa que o grande passo seria dado na conservação do Património fora de Itália (Choay, 2000), no entanto, até então vária legislação surgia de forma singela em alguns países, especialmente do Norte, mas aos quais Portugal não foi excepção.

Entre as leis, no domínio do património, pioneiras na Europa, fora de Itália, encontra-se a *Proclamation agaynst breakyng or defacing of monuments* (de 19 de Setembro de 1560), da Rainha Isabel I de Inglaterra, o *Decreto sobre Monumentos Antigos* (de 28 de Novembro de 1666), do Rei Carlos XI da Suécia, e o *Alvará em Forma de Ley* (de 20 de Agosto de 1721) do Rei D. João de Portugal. (Correia, 2004, p.14)

Os Grandes Teóricos e as Teorias da Intervenção no Património

A grande “reviravolta” no culto e interesse pelo património é dada após a Revolução Francesa (Choay, 2000, Correia, 1996, Correia, 2004). “Durante a Revolução Francesa (1789-95) consolidam-se uma série de princípios orientadores de políticas de salvaguarda do património, com vista a travar as

numerosas e violentas destruições a que o país assistia” (Correia, 2004, 14). Surgem os primeiros teóricos da Conservação e Actuação sobre o Património, entre eles o destacado Eugène-Emmanuel Viollet-le-Duc.

Este, maior expoente da doutrina Intervencionista ou do Restauro Estilístico no Património, defendia que este deveria ser restaurado de forma exaustiva, até ao seu estado mais puro, de forma a devolver-lhe vida e entusiasmo por parte dos seus utilizadores.

Muito focado no interesse pelas edificações medievais, Viollet-le-Duc, caía muitas vezes em ideologias e concepções do imaginário e irreais, que podem, ou não, ter em conta a autenticidade do objecto recuperado, já que ele próprio defendia que “restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restituí-lo a um estado completo que talvez não tenha existido nunca” (Viollet-le-Duc, 1886 citado por González-Varas, 2008, p.159).

Viollet-le-Duc, que contribuiu grandemente, na segunda metade do século XIX, para acrescer o interesse para a arquitectura medieval, não apenas em França, mas em toda a Europa, e que criou os fundamentos da teoria da conservação, demonstrava muito justamente que não podemos considerar como uma forma ou um capricho a mudança de atitude face ao património arquitectónico. Viu a origem na curiosidade geral acrescida para as coisas do passado, curiosidade que tinha conduzido a grandes realizações em diversos domínios das ciências. Os trabalhos de anatomia comparada e de geologia, de filologia e de etnologia tinham demonstrado que não se pode explicar o presente nem o futuro sem estudar os processos de evolução. (Correia, 2004, p.300)

Viollet-le-Duc defendia várias questões que considerava essenciais e de especial importância numa recuperação, ou qualquer actuação de salvaguarda de um monumento. Por um lado, a documentação e a investigação são essenciais e, devem ser feitas de modo científico, uma vez que “qualquer trabalho de recuperação é essencial constatar a época e o carácter de cada parte, redigir uma memória apoiada sobre documentos seguros, com notas escritas, ou com desenhos gráficos”. É igualmente importante, segundo a sua teoria, dotar a actuação de um perfil técnico “A restauração não deve conter-se na aparência do monumento, antes deve estender-se até à sua estrutura construtiva”. Deve ainda dar-se uma especial atenção à funcionalidade do monumento, “uma vez que todos os edifícios em que se realiza uma restauração cumprem uma função, estão destinados a um uso, não se pode descuidar esta faceta de utilidade para fechar-se totalmente no papel de

restaurador de antigas disposições fora de uso. (...) E melhor forma de preservar um edifício é encontrar um uso para ele”. Por último, a teoria intervencionista de Le-Duc inclui um alto valor crítico, uma vez que defende encontrar a “união de estilo” de um edifício, conservando as modificações antigas deste, mas eliminando aquelas que perturbam o valor do testemunho histórico assumido pelo monumento (Viollet-le-Duc, 1886 citado por González-Varas, 2008, p.160-161).

Contrárias a esta teoria, surgem as Anti-Intervencionistas ou Anti-Restauro, representadas nas publicações de John Ruskin, que defendia que restauração e conservação são noções incompatíveis, uma vez que o passar e a acção do tempo formam parte da essência dos monumentos; sem o tempo e sem os seus efeitos, um edifício encontra-se num estado que não poderia nunca ser considerado patrimonial, qualquer actuação levada a cabo num monumento é uma ruptura com a natural vivência deste, uma vez que o destino irremediável de cada edificação é a verdadeira ruína e finalmente o seu desaparecimento (Choay, 2000).

John Ruskin defendia aberta e efusivamente que a verdadeira finalidade de um monumento é ocupar um espaço na memória, mais do que um espaço físico e material que possa sobreviver ao passar dos anos.

A conservação dos monumentos do passado não é uma simples questão de conveniência ou de sentimento. Não temos o direito de tocá-los. Não nos pertencem. Pertencem em parte aos que os construíram e em parte às gerações que virão atrás. (John Ruskin citado por González-Varas, 2008, p. 204)

No entanto, Ruskin defendia também que os edifícios deveriam ser cuidados e “tratados” como se de jóias se tratassem; desta forma a vida dos monumentos seria prolongada, mas nunca forçada a resistir quase um tempo eterno, “cuidem dos vossos monumentos e não tereis depois a necessidade de repará-los” (Ruskin citado por González-Varas, 2008, p. 204).

Restaurar ou intervencionar um edifício significava o pior dos crimes para o mesmo. Este não sobrevive a um restauro, uma vez que o restauro em si termina por “matar” o edifício.

Significa a destruição mais completa que possa sofrer um edifício, destruição da qual não se poderá salvar a menor parcela, destruição acompanhada de uma falsa descrição do monumento destruído. (...) é impossível, tão impossível como ressuscitar os mortos, restaurar o que foi grande ou belo em arquitectura. Outra época poderia dar-lhe outra

alma, mas então seria um novo edifício. (Ruskin citado por González-Varas, 2008, p. 204)

Entre ambas as teorias surgem as de Camillo Boito, quase que como uma mistura apaziguadora de teorias tão antagónicas. Boito defendia o papel da investigação e estudo profundos do edificado e do seu estado. Os diagnósticos, os levantamentos e os inventários jogam um papel essencial para o verdadeiro conhecimento do património. Boito, assim, sempre apoiado na importância da documentação, defende que não se deve negar a intervenção no património edificado, mas que esta seja feita se estudos exaustivos assim o aconselharem e, respeitando sempre o papel do tempo e das suas acções sobre os monumentos (Choay, 2000).

As correntes iniciadas por Camillo Boito viriam a ficar conhecidas como as do Restauro Moderno ou Filológico, nas quais o monumento é visto quase que como um verdadeiro documento da história.

Não nos cansaremos de repetir que, no que toca a restaurações, o primeiro e inflexível princípio consiste em não inovar, inclusive quando somos atraídos para a inovação pelo louvável intento de completar ou embelezar. Convém deixar incompleto e imperfeito tudo o que se encontra incompleto e imperfeito. (...) os desvios, as irregularidades, os defeitos de simetria são feitos históricos, cheios de interesse, os quais frequentemente proporcionam critérios arqueológicos para determinar uma época, uma escola, uma ideia simbólica. (Boito citado por González-Varas, 2008, p. 230)

As Convenções e Cartas – Atenas e Veneza

Anos mais tarde, ainda em período de recuperação da I Grande Guerra, devido à forte preocupação relativamente ao estado do património em geral e por se considerar que urgia o surgimento de uma discussão aberta e de projecção sobre a temática do património e as actuações sobre este, o Serviço Internacional de Museus, organização dependente da Sociedade das Nações, reuniu entre 21 e 30 de Outubro de 1931. Deste encontro extraiu-se um conjunto de conclusões redigidas que ficou universalmente conhecida como Carta de Atenas sobre o Restauro de Monumentos.

Esta Convenção, pioneira e vanguardista, pela primeira vez reflectia um interesse na construção de edifícios, sobretudo na vizinhança de monumentos e outras edificações de valor; singelamente, lembra também a importância de

respeitar a integridade e fisionomia dos conjuntos ao construir novas edificações. A Carta de Atenas fazia ainda uma apresentação das diferentes legislações no que toca à protecção e conservação de monumentos históricos e artísticos. Nas suas conclusões passava de forma explícita e indispensável a necessidade de respeitar o valor histórico e artístico do passado, quer nos restauros, quer na utilização do edifício, deixando aberta a possibilidade de utilização de materiais novos de construção, desde que estes fossem visíveis e facilmente detectáveis. Um outro avanço era o de justificar o património e o seu valor como um interesse da colectividade acima de um interesse pessoal ou de proprietário (Carta de Atenas, 1931).

No período entre as duas Grandes Guerras, a preocupação em ocupar conjuntos de edificações antigas cresce. Em 1931 surgia o trabalho de Gustavo Giovannoni, “autor do primeiro livro de qualquer amplitude consagrado à salvaguarda das cidades antigas (...), combate pelo respeito dos edifícios que, sem ter um valor arquitectónico particular, formam um meio atraente e que contudo, é demolido frequentemente sem escrúpulos” (Correia, 1996, p.301).

Em 1933, naquela que ficou conhecida como A Carta de Atenas sobre o Urbanismo Moderno, são também tratados alguns pontos do património de conjuntos, no entanto não seria até 1976 que o assunto seria deveras levado a cabo e estudado, estabelecendo recomendações de verdadeira importância e valor para a salvaguarda destes espaços.

No período do pós-Guerra, abundam as cartas e convenções produzidas por organismos então criados como a UNESCO (organização da ONU e criada em 1945) ou o Conselho da Europa (criado em 1949 e com representação de inúmeros países membros). De referir que, através da criação destes organismos e das suas consequentes convenções e acordos, a discussão sobre o valor patrimonial recebe uma conotação então internacional, marcando um ponto de inflexão na actuação sobre o Património, o seu entendimento e Salvaguarda a nível global.

A própria definição de Património e de que tipo de bens se deveriam ver inseridos no termo foi sendo ampliada, abrangendo cada vez mais elementos; na Convenção de Haia de 1954, “bens culturais” eram definidos como :

Os bens, móveis ou imóveis, que apresentem uma grande importância para o património cultural dos povos, tais como os monumentos de arquitectura, de arte ou de história, religiosos ou laicos, ou sítios arqueológicos, os conjuntos de construções que apresentem um interesse histórico ou artístico, as obras de arte, os manuscritos, livros

e outros objectos de interesse artístico, histórico ou arqueológico, assim como as colecções científicas e as importantes colecções de livros, de arquivos ou de reprodução dos bens acima definidos. (UNESCO, 1954)

A comunidade científica via-se necessitada de encontrar consensos sobre os princípios da salvaguarda do património, após anos de experiência acumulada. A que ficou conhecida como Carta de Veneza, resultou do II Congresso de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado naquela cidade em Maio de 1964.

Um dos maiores avanços desta Convenção foi precisamente o de rever a definição do conceito de monumento a salvaguardar, que passa então a ser entendida como:

(...) não só a criação arquitectónica isolada como os conjuntos urbanos ou rurais representativos de uma civilização particular de um movimento significativo ou de um acontecimento histórico. Estende-se não somente às grandes criações mas também às obras modestas que ganharam com o tempo uma significação cultural. (ICOMOS, 1964)

Esta Convenção deixava explícito o respeito que se impunha ter em conta pela história e pelo revelar dos valores estéticos do monumento restaurado; tinha em grande consideração também a documentação prévia a levar a cabo, sobre o monumento, bem como das técnicas e materiais a serem utilizados, uma vez que estes só deveriam sê-lo se a sua eficiência fosse demonstrada (ICOMOS, 1964).

Em 1976, a comunidade científica sente a necessidade de definir e clarificar o conceito de “salvaguarda” acabando por fazê-lo através da Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea. Salvaguarda é vista como “ a identificação, a protecção, a conservação, o restauro, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos, e do seu enquadramento” (UNESCO, 1976)

Ao longo dos tempos, com o mudar da sociedade e da sua relação com o património, este foi sofrendo variadas interpretações, admitindo novos conceitos e “formas”, demandando novas interpretações.

Na sua evolução dinâmica, o pensamento contemporâneo sobre a preservação do património cultural tem-se alargado a novas áreas do conhecimento e vem incorporando novos conceitos e critérios. Estes



novos patrimónios estão a colocar novos desafios às comunidades que vão desde a dificuldade em seleccionar os bens a preservar (face aos meios humanos e financeiros disponíveis) até à exigência de novas fórmulas (ainda não experimentadas) de gestão. (Lopes & Correia, 2004, p.34)



Anexo 2

Características da Arquitectura Popular

“ (...) estos factores han sido esquematizados y desarrollados por **Carlos Flores**, experto reconocido en esta temática, en un seminario celebrado en el año 2000, en León, entablaba una lista de características inertes en la casa rural:

1. Enraizamiento en la tierra y en el pueblo; respuesta, casi siempre inmediata y directa, a las necesidades y posibilidades de sus futuros usuarios y a la tradición histórica y cultural de la zona en que se produce.
2. Adaptación al medio. Gran influencia de los factores fisiográficos y climáticos, sin que represente por ello un +precipitado geográfico+.
3. La arquitectura popular rara vez pretende una modificación radical del medio en el que aparece, lo que requeriría recursos que normalmente no se encuentran al alcance del constructor popular.
4. Ligazón con las tradiciones del entorno respecto a los materiales, técnicas constructivas, soluciones plásticas y organización de los espacios interiores.
5. Predominio de un sentido utilitario. Funcionalismo. Economía.
6. Mantenimiento de prototipos con escasas variaciones. Si se da paso a una novedad se hace apoyándose en razones lógicas muy poderosas
7. Predominio del sentido común. Escaso margen para la frivolidad o la fantasía.
8. Fuerte incidencia de los factores económicos con ahorro en lo posible, pero nunca en aquellos aspectos que a la larga originarían nuevos dispendios.

9. La obligada economía de medios materiales ejerce un efecto positivo al despojar a la arquitectura popular de casi todo aquello que no sea estrictamente necesario; sobriedad y elegancia como resultados habituales.
10. La obligada economía de medios materiales ejerce un efecto positivo al despojar a la arquitectura popular de casi todo aquello que no sea estrictamente necesario; sobriedad y elegancia como resultados habituales.
11. Sencillez constructiva. La presencia de un problema complejo se resuelve mediante la solución, encadenada, a una serie de problemas simples.
12. Se trata de una arquitectura pre-industrial, tanto por lo que se refiere a las técnicas como a las herramientas y materiales.
13. Enfoque sin prejuicios respecto a los aspectos plásticos. Soluciones de dentro a fuera. Predominio de las razones funcionales.
14. En algunas obras de arquitectura popular pueden detectarse fallos o deficiencias debidos a una falta de formación académica y en ciertos casos a aspectos de carácter no profesional de quienes realizan la obra. Estos fallos no sólo son a veces disculpables, sino que representan soluciones positivas al incorporar componentes de índole naïf que contribuyen a aumentar el atractivo de la obra. Cuando deficiencias semejantes aparecen en el campo de la arquitectura profesional su valoración, por el contrario, no puede ser mas que negativa al poner de manifiesto el desinterés o incompetencia de quienes la ejecutan.
15. Realización de una obra definitiva que será utilizada por su autor y seguramente por sus descendientes. Esta circunstancia elimina cualquier aspecto de provisionalidad.

16. El esfuerzo personal que el hombre popular dedica a sus obras da lugar a que se establezca entre ambos una relación afectiva de incidencia positiva en el resultado final.

17. La arquitectura popular es al propio tiempo una arquitectura de módulo familiar y de conjuntos. Los conjuntos se forman por agregación de células lo que da por resultado una variedad y vivacidad +orgánicas+, distintas de la monótona masificación que una repetición masificada e indiscriminada llega a producir dentro de la arquitectura profesional.

18. Al no estar referida a una pauta cronológica basada en repertorios formales, la arquitectura popular no puede ser dividida en periodos estilísticos.

19. Dentro de la arquitectura popular las construcciones auxiliares o secundarias son resueltas, por lo general, con la misma atención, cuidado y entrega que la propia vivienda.

20. La arquitectura popular constituye un fenómeno vivo y no un simple ejercicio de diseño por el que se perciben unos honorarios. Esto induce al arquitecto popular a extender su actuación y cuidado más allá de los límites estrictos de la casa, preocupándose por cuestiones tantas veces marginadas por el arquitecto profesional. Se tiene en cuenta la proyección exterior de la vivienda: soportales, cobertizos, terrazas, galerías, bancos, poyos, emparrados, etc.-

21. La arquitectura popular no es realizada como un objeto de especulación, sino para satisfacer la necesidad de aquel que la promueve, en la mayoría de los casos el propio usuario. A esta circunstancia tal vez haya que atribuir la falta de preocupación por dotar a estas obras de una apariencia que estimule el consumo.

22. La vivienda popular rural constituye un reflejo de la vida del hombre campesino y ha sido ajena, en general, a las ideas de comodidad y confort tal como ha venido entendiendo la sociedad burguesa. El ámbito popular ha sido durante siglos la antítesis de lo que representa nuestra sociedad de consumo. El hecho de consumir queda reducido en él a los mínimos de primera necesidad. Cada objeto no sólo es empleado al máximo de sus posibilidades sino que una vez desechado de su función primitiva, por inservible, se le encuentran otros uso adicionales que prolongan su utilización.

23. La arquitectura tradicional no representa, en general, una arquitectura primaria o elemental, sino que responde a situaciones culturales específicas. Dentro de la escala de valores que la determina se encontrarán algunos casos próximos a un cierto primitivismo, mientras que en la mayoría de ellos aparecen soluciones que responden a conceptos o situaciones claramente evolucionados.

24. La arquitectura popular viene determinada por un marcado carácter rural no sólo por encontrar en este medio alguna de sus raíces más profundas sino porque, hasta épocas muy recientes, el carácter predominante, incluso en la ciudad, era el rural. La ciudad como medio absoluto y totalmente urbano supone, en términos generales, una creación exclusiva de nuestro tiempo

25. La arquitectura popular ofrece, con frecuencia, un predominio de los valores volumétricos sobre los espaciales, si bien la existencia de elementos tales como patios, galerías, soportales, etc. dará lugar también a soluciones de una indiscutible calidad y significación desde el punto de vista del espacio.

26. Como final de estas reflexiones habría que señalar la presencia importante, dentro de la arquitectura popular, de una doble componente casual/causal, con incidencia profunda y directa sobre aquellos aspectos compositivos o, en general, estéticos que determinarán su apariencia final. También que algunas decisiones entendidas como simplemente casuales

obedecen con frecuencia a razones estrictas de carácter funcional. En todo caso es preciso insistir en el papel importante que en la arquitectura popular alcanzan componentes puramente fortuitos, dando lugar a soluciones compositivas y estéticas inesperadas de expresividad y originalidad poco frecuentes dentro de la arquitectura profesional.”

(In Ortega, M.L., & Martínez, T.G. (2009). La Casa Rural en Lorca: patrimonio etnográfico del municipio de Lorca. *Alberca: Revista de la Asociación de Amigos del Museo Arqueológico de Lorca*, (7), p. 153-195)



Anexo 3

Categorías do Património Marítimo

(Pereira, 2009, p. 19-23)

“Un breve repaso sistemático, nos daría las siguientes categorías de bienes culturales asociados al patrimonio marítimo que, como se puede apreciar, es un concepto transversal que incorpora elementos del patrimonio arquitectónico, patrimonio industrial, etnográfico, flotante, subacuático, documental, etc.

Patrimonio Natural

ECOSISTEMA MARINO

PAISAJE LITORAL

Cultura Material

BIENES CULTURALES INMUEBLES

- Salinas, amacenes y casetas de la sal
- Arquitectura industrial (almacenes de salazón y viviendas anexas, fábricas de conserva, factorías balleneras, tejeras, aserraderos, caleras, fábricas de curtidos, con sus accesos al mar)
- Asentamientos costeros, urbanismo y fachadas marítimas de las ciudades y villas del litoral
- Arquitectura popular:
 - Vivienda marinera
 - Construcciones adjetivas (secaderos de redes, cabrias, *loxes*, *alboyos* y recipientes para teñir las redes, recipientes comunales para trocear casca, lavaderos de redes, secaderos de pescado, cañeiras o recintos para depositar y secar algas, casetas o barracas de pescadores para diversos usos, muros de contención...)

– Molinos de marea, de viento, y en la desembocadura de los ríos

– Fuentes (en el litoral)

- Elementos de paso (sendas costeras, caminos de pescadores o de carabineros, pasos, caminos de ronda...)
- Divisiones de espacio: muros de separación de los terrenos de labor costeros
- Astilleros, varaderos y tinglados de carpintería de ribera
- Espacios de acuicultura (ostreras, viveros...)
- Pesqueras o comboas
- Arquitectura portuaria (puertos, muelles, diques, dársenas, embarcaderos, rampas de varada, espigones, norays...)
- Otras construcciones portuarias (almacenes, lonjas, cargaderos de mineral, chabolas, grúas grandes, depósitos de agua...)
- Malecones
- Edificios urbanos relacionados con las actividades marítimas (Pescaderías, Aduanas, edificios de Cofradías o Pósitos de Pescadores, Ayudantías...)
- Faros, semáforos y señales marítimas diversas en tierra o en islotes (luces, faroles, señales de milla o de enfilación...)
- Estaciones de Salvamento y Socorrismo
- Casas de Prácticos
- Lazaretos
- Arquitectura militar (castillos, arsenales, diques secos, torres, murallas marítimas, baterías, fortines, cuarteles y otras construcciones defensivas)
- Arquitectura religiosa (santuarios con devoción marinera, ermitas, capillas...)
- Arquitectura de recreo y salud: Balnearios, Casas de baños...
- Cementerios marinos
- Espacios de vigilancia y avistamiento (atalayas, vigías, garitas, torreones...)
- Espacios de sociabilidad de las comunidades de gentes del mar



- Espacios forestales reservados a la construcción naval (Dehesas del Rey²³)

BIENES CULTURALES MUEBLES

- Aparejos de pesca y marisqueo
- Artilugios de pesca y marisqueo (a flote, submarinos...)
- Artilugios de cabotaje y actividades marítimas diversas
- Instrumental de navegación
- Elementos y útiles de comunicación
- Vestimenta y calzado
- Cestería
- Tonelería
- Embarcaciones (patrimonio flotante):
 - Pesca, marisqueo y acuicultura
 - Cabotaje y transporte de ría (viajeros, mercancías...)
 - Transporte en alta mar
 - Deportivas y recreo
 - Marina de Guerra
 - Servicio de puerto
 - Dragas y barcas
 - Barcos escuela
 - Barcos algibe
 - Salvamento
 - Cableros
 - Auxiliares
 - Barcos de río (pesca, recreo, transporte, pasaje...)
 - Barcos históricos

– Submarinos

- Pecios (embarcaciones y objetos que transportaban; patrimonio subacuático)
- Bateas-mejilloneras (patrimonio flotante) y todo tipo de plataformas de pequeño tamaño
- Utillaje de las bateas
- Herramientas y maquinaria de las carpinterías de ribera, velerías y cordelerías
- Herramientas de los toneleros
- Maquinaria y utillaje de los astilleros
- Utillaje de las atadoras y rederas
- Artilugios para recoger algas
- Utillaje empleado en los almacenes de salazón
- Utillaje y maquinaria de las fábricas de conserva
- Utillaje y maquinaria de las factorías balleneras
- Utillaje de las actividades de salvamento (a flote, submarinas...)
- Utillaje de otras actividades submarinas
- Utillaje empleado en la recogida de chapapote y otros residuos
- Maquinaria y utillaje portuario (pequeñas grúas, carretillas, bicheros...)
- Maquinaria y utillaje empleado en la limpieza, empaçado y transporte de pescado
- Utillaje empleado en la preparación y secado de pescado
- Boyas, balizas y otros elementos de señalización flotantes (patrimonio flotante)
- Mecanismos de varada (chigres, rodos...)
- Mobiliario de los Balnearios y Casas de Baño
- Maquetismo histórico y actual

- Juguetería
- Representaciones audiovisuales diversas:
 - Cuadros, grabados y dibujos
 - Fotografías
 - Diaporamas
 - Cine, vídeo y TV
 - Discografía y grabaciones diversas
 - Recursos en la red
- Cartografía, derroteros, bitácoras y cuadernos de a bordo
- Documentación diversa:
 - Fletes y contratos
 - Planos de embarcaciones
 - Contabilidad y correspondencia de casas armadoras, aseguradoras, astilleros y diversos establecimientos industriales y comerciales
 - Estadísticas portuarias
 - Reglamentos y documentación de Cofradías, Gremios, Pósitos, asociaciones marineras (patronales o de clase), y otras entidades relacionadas con el mar
 - Patrimonio documental de la Armada
 - Marcas de pesca impresas
 - Bibliotecas y archivos pertenecientes a agentes sociales vinculados a las actividades marítimas
 - Memorias escritas por personas relacionadas con las actividades marítimas
- Prensa y publicaciones de temática marítima
- Bibliografía marítima
- Iconografía marinera:

- Petroglifos
 - Exvotos
 - Imágenes religiosas
 - Cruces de ahogados
 - Altos y bajos relieves
 - Esculturas y tallas
 - Decoración de las embarcaciones
 - Decoración de los inmuebles (azulejos...)
 - Elementos decorativos diversos
 - Marcas de familia
 - “Maio” de barcos
 - Filatelia
 - Artesanía
- Litografías impresas en las latas de conserva
 - Publicidad diversa (cartelería, folletos, formularios, *spots*, cuñas de radio...)

Cultura Inmaterial

BIENES CULTURALES INMATERIALES

- Tradición y expresión oral (romancero, cuentos, leyendas, refranes, dichos, adivinanzas, cancionero...)
- Folclore (danzas, representaciones, música...)
- Sistemas de reparto
- Unidades de medida
- Organización a bordo
- Toponimia costera e hidrotponimia (de superficie y subacuática)
- Nomenclatura

- Lengua
- Conocimientos y técnicas de trabajo y sobre el medio natural:
 - Pesca, marisqueo y acuicultura
 - Pequeño y gran cabotaje
 - Actividades de conservación, transformación y transporte de pescado, marisco y algas
 - Sistemas de conservación y protección de los recursos pesqueros
 - Confección y reparación de aparejos y utillaje
 - Construcción naval (carpintería, velería, metalurgia, cordelería y cabullería...)
 - Navegación
 - Submarinismo
 - Estiba y desestiba
 - Servicio de puerto
 - Vigilancia y señalización
 - Salvamento y socorrismo
 - Varada
 - Recogida de residuos
 - Artesanía variada (cestería, ropa de aguas, tonelería, zuecos...)
 - Maquetismo
- Usos y costumbres de las gentes del mar (vida cotidiana, juegos, sociabilidad...)
- Gastronomía
- Medicina tradicional
- Ritos y creencias (cosmovisión, mitología, simbología, religiosidad...)
- Fiestas y celebraciones (eventos navales, procesiones marítimas...)

- Deporte relacionado con el mar (regatas, travesías, distintas modalidades deportivas...)
- Sistemas de reproducción de conocimientos (transmisión informal, planes de estudios de escuelas pesqueras, náuticas, construcción naval, submarinismo...)
- Asociacionismo marino y naval:
 - Gremios
 - Cofradías de Pescadores
 - Cooperativas y organizaciones de productores
 - Agrupaciones maríneas (para el trabajo colectivo, de defensa, benéficas, socorros, etc.) y de mariscadores
 - Colectivos de armadores y navieros
 - Sindicatos (pescadores, marinos, estibadores, trabajadores/as del puerto, de la conserva y salazón...)
 - Asociaciones de fabricantes de conserva y salazón
 - Agrupaciones de constructores navales
 - Clubes náuticos y deportivos
 - Sociedades de Salvamento
 - Mutuas de Seguros Navales
- Ciencias del mar (historia, etnografía, antropología, lingüística, biología...)
- Intercambios con otras culturas marítimas
- Creación cultural, anónima o de autor, que tenga como referencia el mundo del mar

En cualquier caso, estas distintas categorías están en muchas ocasiones íntimamente relacionadas, siendo evidentes las dificultades para su disociación, como acontece con el patrimonio inmaterial.”



Anexo 4

Tipologia

Aliados à discussão sobre arquitectura e património, é comum surgirem termos e conceitos como tipologia e tipo. Dos primeiros autores a abrir a discussão sobre este ponto terá sido Quatremère de Quincy, no entanto, este associava à palavra tipo à de modelo:

A palavra tipo não representa tanto a imagem de uma coisa que sirva para copiar ou imitar perfeitamente, mas como uma ideia de um elemento que deve ele mesmo servir de regra ou de modelo.

O modelo, entendido segundo a execução prática da arte é um objecto que se deve repetir tal qual ele é. Pelo contrário o tipo é um objecto segundo o qual cada um pode conceber obras que não se assemelham entre si. Tudo é preciso e está dado no modelo, enquanto tudo é mais ou menos vago no tipo. (Quincy em Quaroni, 1980, p. 89)

Numa definição extremamente ambígua, Quatremère de Quincy apresentava o conceito de tipo como aberto, livre, incapaz de associar objectos semelhantes entre si. Por outro lado, o modelo, esse sim unificador, representava uma regra de criação e agrupamento de elementos. O tipo é relacionado com o objecto, enquanto modelo é relacionado com a norma ou regra da sua criação.

Argan foi também um dos primeiros a colocar em circulação o conceito de tipologia, defendendo-a como um processo criativo e não como um mero sistema de classificação, mas sim como um ponto de partida para projectar; a noção de tipo não corresponde a um sistema de operação formal, o tipo é o registo de uma estrutura permanente. (1993, p.17).

Pelo Dicionário da Língua Portuguesa, o vocábulo tipologia é definido como “1. Ciência dos tipos humanos considerados do ponto de vista da sua conformação física, mas em correlação com traços psicológicos; 2. estudo dos traços característicos de um conjunto de dados e determinação dos seus tipos ou sistemas.” (1998, p.1597).

Assim mesmo definia tipologia Quaroni, precisamente como o estudo dos vários tipos, “ (...) ao falar-se de arquitectura, é comum usar-se o termo ‘tipologia’ da construção para indicar o ‘tipo’ de construção. Esta noção é um claro erro já que ‘tipologia’ é precisamente o estudo dos diferentes tipos” (1980, p. 63).

Temos então que a tipologia só pode ser apresentada debruçada sobre o estudo e análise de vários tipos, de características comuns a determinados objectos. Quase como Quatremère defendia, novamente o tipo associado ao objecto, ao invés que a tipologia é associada ao conjunto e à norma de todos os elementos comuns. Sobre este ponto refere-nos Carlos Martí que “o termo tipo possui numa linguagem não especializada, o significado que equivale de forma geral ao conjunto de propriedades que são comuns a um certo número de indivíduos ou objectos. Neste sentido é sinónimo de classe, família, género” (1993).

Gregotti, na sua obra “Território da Arquitectura”, explica-nos ainda que só é possível fazer a classificação de um determinado fenómeno, após a análise dos variados elementos comuns dos componentes desse fenómeno, “num sentido bem genérico, podemos definir o tipo: a) como modelo de onde extrair cópias e esquemas de comportamento (enquanto resume os traços característicos de um grupo de fenómenos); b) como conjunto de traços característicos, cuja descoberta, num fenómeno determinado, nos permite a sua classificação” (Pallazi, 1934 citado por Gregotti, 1994, p. 147-48).

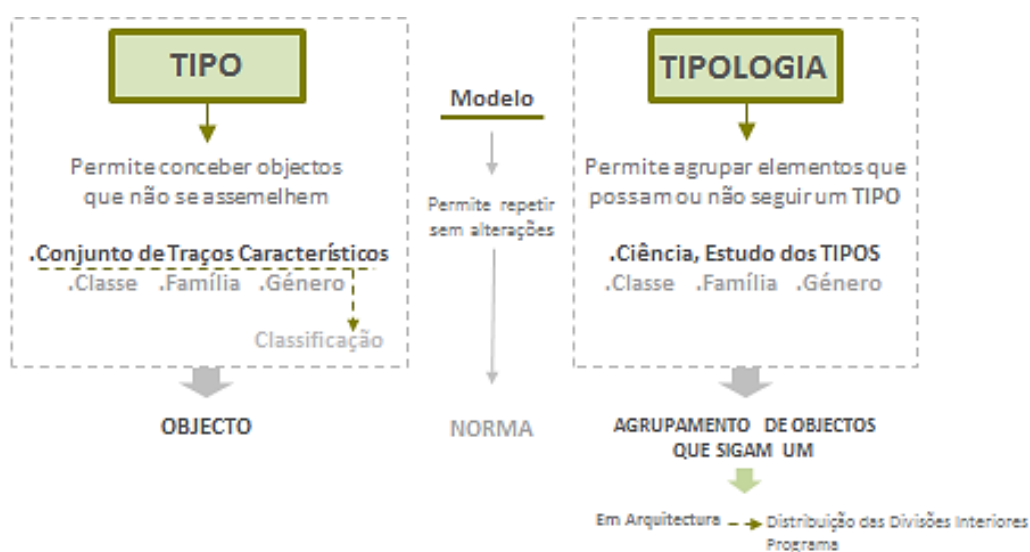
(...) Tipologia significa o estudo dos tipos. A tipologia como na acepção específica da história e da crítica de arte considera os objectos produzidos nos seus aspectos formais de série, ligados por uma função comum ou a uma recíproca imitação, em contraste com os aspectos individuais. (...) O conceito de tipologia vale como princípio de classificação das realizações artísticas segundo certas analogias. Efectivamente quando nos colocamos perante um vasto conjunto de fenómenos sabemos da necessidade de agrupá-los e ordená-los por categorias ou classes. (...)

O agrupamento ou reagrupamento tipológico não tem a finalidade de valorização artística nem uma definição histórica: obras e realizações comuns de qualquer época podem englobar-se na mesma classe tipológica (...) (Terranova & Cellini em Quaroni, 1980, p. 86-90)

Finalmente, podemos associar tipologia, a elementos comuns, quer da forma quer da função do objecto, neste caso, do edifício. A tipologia, ou a análise tipológica, permite-nos agrupar elementos de um conjunto a partir da sua estrutura ou forma, bem como da sua função, sabendo que eles podem ou não seguir um modelo ou um tipo, gerando cópias mais ou menos fidedignas de um elemento inicial que pode ou não ser detectado.

Tomando o exemplo de uma análise tipológica sobre a habitação vernácula, Correia descreve os pisos das construções, como se distribui o programa funcional da vivenda dentro dos espaços que a constituem e como é feita a ligação e união entre estes espaços (2005).

Nas casas de pescadores de Caminha, poderão então ser analisadas características como os espaços interiores e as divisões de cada uma das casas e as suas funções, comparando depois os diferentes casos, tentando compreender se se repetem padrões (tipos), podendo alcançar conclusões sobre a sua final tipologia.



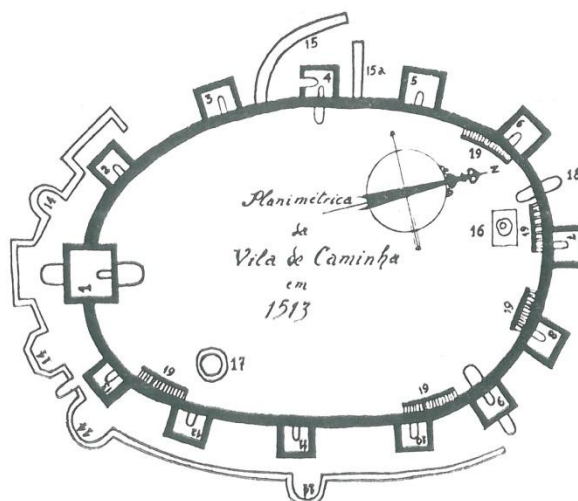
Esquema-Resumo da Revisão Bibliográfica sobre Tipologia da Autora



Anexo 5

Legenda Nominal da Primeira Ordem de Muralhas que Circundavam a Vila de Caminha desde D. Afonso II (1213) a D. Manuel I (1513)

Carvalho, S. (1983)- Caminiana VIII

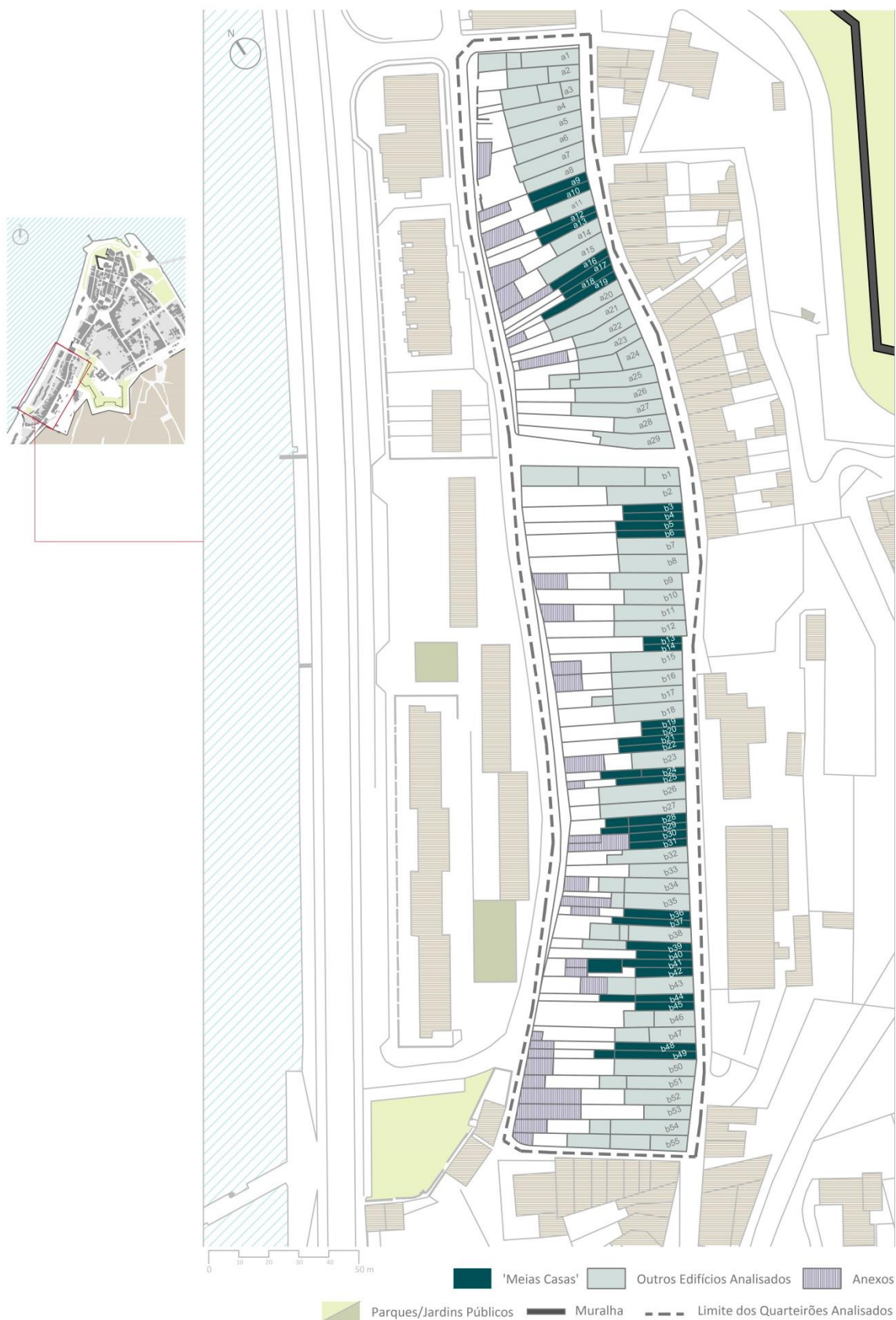


1. Torre das primitivas Portas de Viana, torre de Menagem da fortaleza e actual torre do Relógio.
2. Torre da Varanda e mais tarde Açougue.
3. Torre de Cais Velho ou do Areio Açougue.
4. Torre de Marquês ou das Portas do Mar. *(No actual arco destas portas, existe um braço de armas de D. Afonso II).*
5. Torre dos Cavaleiros ou dos Sinos. *(Por ter servido durante muitos anos de torre sineira à Igreja Matriz, existindo ainda hoje, o arco ogival da sua entrada).*
6. Torre da Praia ou dos Coirões. *(Tinha pelo sul o antigo cais do rio e foi a primeira torre do circuito amuralhado da vila a ser apeada, quando foi construída a nossa Igreja Matriz).*
7. Torre do Cais Pequeno, Cais Novo ou das Portas da Boa Nova.
8. Torre do Coura, Da Junqueira ou do Cais Grande.
9. Torre da Piedade, do Vau, de Santo António «O esquecido» e das Portas do Sol. *(Esta histórica almenara foi demolida em 1837; e as suas pedras seculares, tal como as da Torre de Vilar de Mouros, Foram ingloriamente parar, aos alicerces da antiga «ponte de pau» antecessora da actual!).*
10. Torre do Estaleiro Velho ou Torre Pequena de Vau. *(Foi demolida em fins do século XVIII).*
11. Torre de São João *(Foi demolida depois da capela de São João, ter sido mudada em 1614, por ordem da vereação da Câmara da vila a quem pertence, para o local onde hoje se encontra).*
12. Torre da Albergaria ou do Hospital Velho. *(Foi desmontada até meio, quando se construiu e elevou no ano de 1651, o corpo da igreja e o claustro da Misericórdia).*
13. Torre do Terreiro. *(Foi demolida em parte para no seu local ser erguida a Capela de São Sebastião. Esta torre ficava fronteira ao largo pátio da Misericórdia).*
14. Couraça ou Barbacã. *(esta extensa construção, teve início no reinado de D. Afonso V, ou talvez antes; todavia no ano de 1515 foi retomada a sua conclusão que nunca se chegou a verificar).*
- 15 e 15a. Cais Velho, das Portas do Mar ou do Marquês e Cais do Rio.
- 16 e 17. Poços de água doce de beber.
18. Porta Nova e depois Boa Nova.
19. Escada de acesso aos adarves.







Anexo 6

Zona de Análise - Identificação das Edificações







Registo dos Dados da Análise às Edificações da ‘Rua’





Identificação	a1	a2	a3	a4
N.º Pisos	RC+1	RC +1	RC+1	RC+1
Uso	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação
Estado	Bom	Mau	Bom	Bom
Materiais Construção	Pedra e Tijolo	Pedra	Pedra e Tijolo	Tijolo
Revestimento	Reboco Pintado	Reboco Pintado	Reboco Pintado	Azulejo
Habitada/	Habitada	Abandonada	Habitada	Habitada
Nível de Interesse	Sem Interesse	Sem Interesse	Sem Interesse	Sem Interesse
Largura	5,45	5	5,3	4,7
Foto				




Identificação	a5	a6	a7	a8
N.º Pisos	RC+1	RC +1	RC + 1	RC
Uso	Habitação	Habitação e Comércio	Habitação e Comércio	Habitação
Estado	Bom	Bom	Bom	Mau
Materiais Construção	Tijolo	Tijolo	Tijolo	Pedra
Revestimento	Azulejo	Reboco Pintado	Reboco Pintado	Reboco Pintado
Habitada/	Habitada	Habitada	Habitada	Abandonada
Nível de Interesse	Sem Interesse	Sem Interesse	Sem Interesse	Sem Interesse
Largura	5.60	5	5,8	4,6
Foto				



Identificação	a9*	a10*	a11	a12*
N.º Pisos	RC	RC	RC + a	RC
Uso	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação
Estado	Bom	Médio	Bom	Bom
Materiais Construção	Pedra e Tijolo	Pedra	Tijolo	Pedra e Tijolo
Revestimento	Reboco Pintado	Reboco Pintado	Reboco Pintado	Reboco Pintado
Habitada/	Habitada	Habitada	Habitada	Habitada
Nível de Interesse	2	1	Sem Interesse	3
Largura	3	3	5,4	2,2
Foto				





Identificação	a13*	a14	a15	a16*
N.º Pisos	RC	RC + 1	RC+1	RC
Uso	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação
Estado	Bom	Bom	Bom	Médio
Materiais Construção	Pedra e Tijolo	Pedra e Tijolo	Pedra e Tijolo	Pedra e Tijolo
Revestimento	Reboco Pintado	Reboco Pintado	Pedra	Azulejo
Habitada/	Habitada	Habitada	Habitada	Habitada
Nível de Interesse	3	Sem Interesse	Sem Interesse	3
Largura	2,3	5	5,5	2,9
Foto				

Identificação	a17*	a18*	a19*	a20
N.º Pisos	RC	RC	RC	RC
Uso	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação
Estado	Médio	Bom	Bom	Bom
Materiais Construção	Pedra	Pedra e Tijolo	Pedra e Tijolo	Pedra e Tijolo
Revestimento	Reboco Pintado	Reboco Pintado	Azulejo	Reboco Pintado
Habitada/	Habitada	Habitada	Habitada	Habitada
Nível de Interesse	1	2	4	Sem Interesse
Largura	2,7	2,6	2,9	5,3
Foto				





Identificação	a21	a22	a23	a24
N.º Pisos	RC	RC+1	RC+1	RC
Uso	Habitação	Habitação	Habitação	Comércio (Armazém)
Estado	Bom	Bom	Bom	Bom
Materiais Construção	Pedra e Tijolo	Tijolo	Tijolo	Pedra e Tijolo
Revestimento	Azulejo	Reboco Pintado	Reboco Pintado	Pedra
Habitada/	Habitada	Habitada	Habitada	---
Nível de Interesse	Sem Interesse	Sem Interesse	Sem Interesse	Sem Interesse
Largura	5,2	5,5	5,1	10,2
Foto				





Identificação	a25	a26	a27	a28
N.º Pisos	RC+1	RC + 1	RC+1	RC
Uso	Comércio	Habitação	Habitação	Habitação
Estado	Bom	Bom	Bom	Médio
Materiais Construção	Pedra	Pedra e Tijolo	Pedra	Pedra
Revestimento	Azulejo	Reboco Pintado	Azulejo	Reboco Pintado
Habitada/	---	Habitada	Habitada	Habitada
Nível de Interesse	Sem Interesse	Sem Interesse	Sem Interesse	Sem Interesse
Largura	5,7	5,6	5,2	6,1
Foto				





Identificação	a29		b1	b2
N.º Pisos	RC		RC+1	RC+1
Uso	Habitação		Habitação e Comércio	Habitação
Estado	Bom		Bom	Em Construção
Materiais Construção	Pedra		Tijolo	Betão
Revestimento	Azulejo		Reboco Pintado	---
Habitada/	Habitada		Habitada	---
Nível de Interesse	Sem Interesse		Sem Interesse	Sem Interesse
Largura	5,8		6,1	5,6
Foto				

Identificação	b3*	b4*	b5*	b6*
N.º Pisos	RC	RC	RC	RC
Uso	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação
Estado	Médio	Médio	Bom	Bom
Materiais Construção	Pedra	Pedra	Pedra e Tijolo	Pedra e Tijolo
Revestimento	Reboco Pintado	Reboco Pintado	Azulejo	Azulejo
Habitada/	Habitada	Habitada	Habitada	Habitada
Nível de Interesse	2	1	4	3
Largura	2,9	2,9	3,1	2,6
Foto				





Identificação	b7	b8	b9	b10
N.º Pisos	RC	RC	RC+ 1	RC
Uso	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação
Estado	Bom	Bom	Bom	Bom
Materiais Construção	Betão	Pedra	Pedra e Tijolo	Betão
Revestimento	Pedra e Reboco Pintado	Azulejo	Azulejo	Pedra
Habitada/	Habitada	Habitada	Habitada	Habitada
Nível de Interesse	Sem Interesse	Sem Interesse	Sem Interesse	Sem Interesse
Largura	5,6	6,2	5,6	5,1
Foto				



Identificação	b11	b12	b13*	b14*
N.º Pisos	RC	RC + 1	RC	RC
Uso	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação
Estado	Bom	Bom	Mau	Mau
Materiais Construção	Pedra e Tijolo	Tijolo	Pedra	Pedra
Revestimento	Azulejo	Reboco Pintado	Reboco Pintado	Reboco Pintado
Habitada/	Habitada	Habitada	Abandonada	Abandonada
Nível de Interesse	Sem Interesse	Sem Interesse	2	2
Largura	5,1	5,3	2,4	2,4
Foto				





Identificação	b15	b16	b17	b18
N.º Pisos	RC	RC	RC	RC
Uso	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação
Estado	Bom	Bom	Médio	Bom
Materiais Construção	Pedra e Tijolo	Tijolo	Pedra	Pedra e Tijolo
Revestimento	Azulejo	Azulejo	Reboco Pintado e Azulejo	Azulejo
Habitada/	Habitada	Habitada	Habitada	Habitada
Nível de Interesse	Sem Interesse	Sem Interesse	Sem Interesse	Sem Interesse
Largura	6,1	5,3	5,2	5,9
Foto				





Identificação	b19*	b20*	b21*	b22*
N.º Pisos	RC	RC	RC	RC
Uso	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação
Estado	Mau	Mau	Bom	Bom
Materiais Construção	Pedra	Pedra	Pedra e Tijolo	Pedra e Tijolo
Revestimento	Reboco Pintado	Reboco Pintado	Azulejo	Reboco Pintado
Habitada/	Abandonada	Abandonada	Habitada	Habitada
Nível de Interesse	1	1	4	3
Largura	2,6	2,6	2,6	2,6
Foto				

Identificação	b23	b24*	b25*	b26
N.º Pisos	RC+1	RC	RC	RC
Uso	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação
Estado	Bom	Bom	Bom	Bom
Materiais Construção	Tijolo	Pedra e Tijolo	Pedra e Tijolo	Pedra e Tijolo
Revestimento	Azulejo	Reboco Pintado	Azulejo e Reboco Pintado	Azulejo
Habitada/	Habitada	Habitada	Habitada	Habitada
Nível de Interesse	Sem Interesse	3	3	Sem Interesse
Largura	6	2,5	2,3	5,9
Foto				





Identificação	b27	b28*	b29*	b30*
N.º Pisos	RC	RC	RC	RC
Uso	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação
Estado	Bom	Médio	Médio	Médio
Materiais Construção	Tijolo	Pedra	Pedra	Pedra
Revestimento	Reboco Pintado	Reboco Pintado	Reboco Pintado	Reboco Pintado
Habitada/	Habitada	Abandonada	Abandonada	Abandonada
Nível de Interesse	Sem Interesse	3	3	2
Largura	4,7	3	2,4	2,9
Foto				





Identificação	b31*	b32	b33	b34
N.º Pisos	RC	RC	RC	RC+ 1
Uso	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação
Estado	Bom	Bom	Bom	Bom
Materiais Construção	Tijolo	Pedra e Tijolo	Pedra e Tijolo	Pedra e Tijolo
Revestimento	Azulejo	Azulejo	Azulejo	Azulejo
Habitada/	Habitada	Habitada	Habitada	Habitada
Nível de Interesse	3	Sem Interesse	Sem Interesse	Sem Interesse
Largura	2,6	5,6	5,3	5,2
Foto				


Identificação	b35	b36*	b37*	b38
N.º Pisos	RC	RC	RC	RC
Uso	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação
Estado	Bom	Bom	Bom	Bom
Materiais Construção	Pedra e Tijolo	Pedra e Tijolo	Pedra e Tijolo	Pedra e Tijolo
Revestimento	Azulejo	Azulejo	Reboco Pintado	Azulejo
Habitada/	Habitada	Habitada	Habitada	Habitada
Nível de Interesse	Sem Interesse	3	3	Sem Interesse
Largura	5,7	3	2,5	5,2
Foto				

Identificação	b39*	b40*	b41*	b42*
N.º Pisos	RC	RC	RC	RC
Uso	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação
Estado	Bom	Mau	Bom	Bom
Materiais Construção	Pedra e Tijolo	Pedra	Pedra e Tijolo	Pedra e Tijolo
Revestimento	Pedra e Reboco Pintado	Reboco Pintado	Azulejo	Azulejo
Habitada/	Habitada	Abandonada	Habitada	Habitada
Nível de Interesse	4	2	4	4
Largura	2,8	2,7	2,7	2,7
Foto				

Identificação	b43	b44*	b45*	b46
N.º Pisos	RC	RC	RC	RC+1
Uso	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação
Estado	Médio	Mau	Médio	Bom
Materiais Construção	Pedra	Pedra	Pedra	Pedra e Tijolo
Revestimento	Reboco Pintado	Reboco Pintado	Reboco Pintado	Reboco Pintado e Azulejo
Habitada/	Abandonada	Abandonada	Habitada	Habitada
Nível de Interesse	Sem Interesse	2	3	Sem Interesse
Largura	5,9	2,8	2,8	5,5
Foto				

Identificação	b47	b48*	b49*	b50
N.º Pisos	RC+1	RC	RC	RC + 1
Uso	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação
Estado	Mau	Bom	Bom	Bom
Materiais Construção	Pedra	Pedra e Tijolo	Pedra e Tijolo	Betão
Revestimento	Azulejo	Azulejo	Azulejo	Reboco Pintado
Habitada/	Abandonada	Habitada	Habitada	Habitada
Nível de Interesse	Sem Interesse	3	4	Sem Interesse
Largura	5,6	2,7	2,8	5,6
Foto				

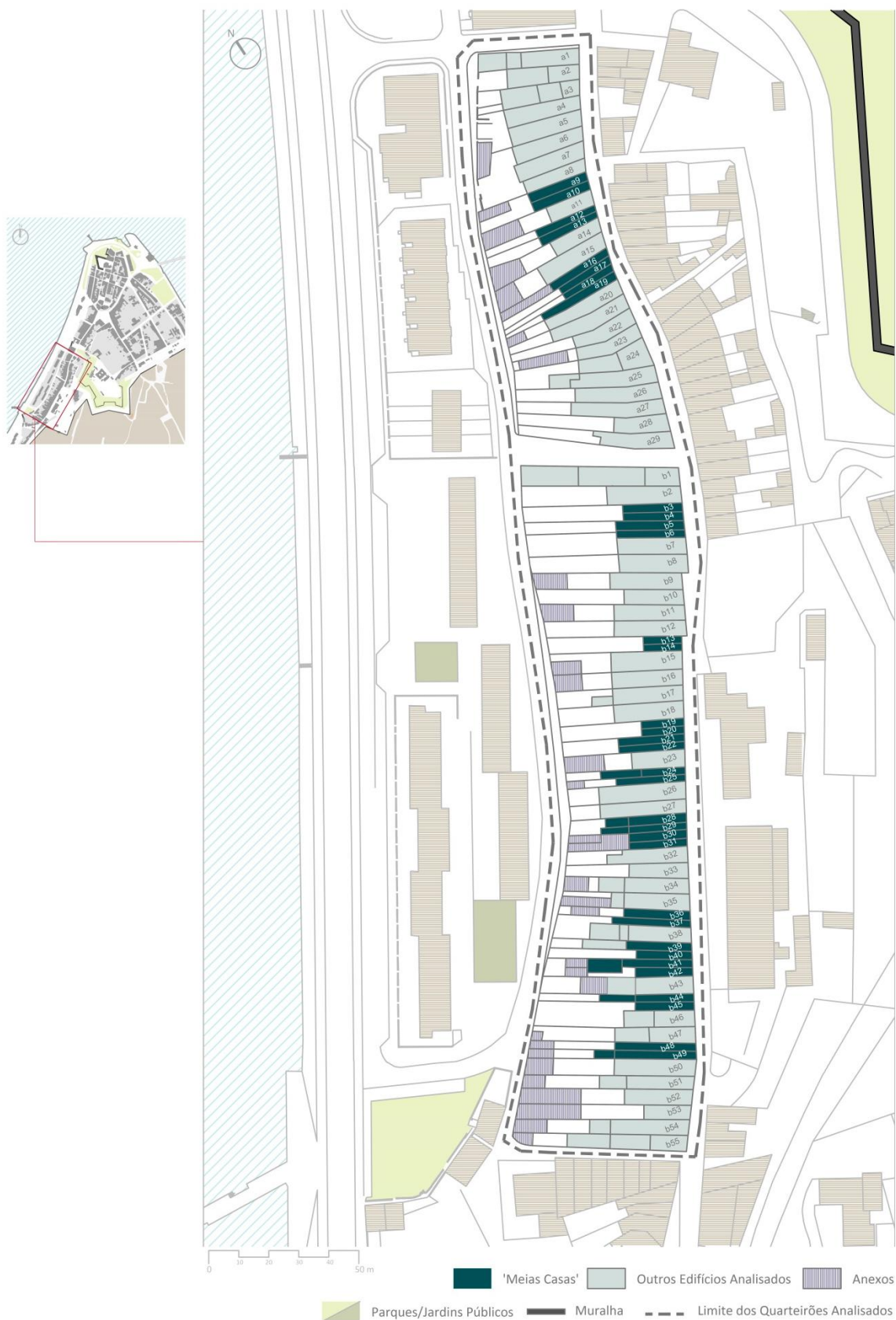
Identificação	b51	b52	b53	b54
N.º Pisos	RC+1	RC	RC + 1	RC
Uso	Habitação	Habitação	Habitação e Comércio	Habitação
Estado	Bom	Bom	Bom	Bom
Materiais Construção	Betão	Pedra e Tijolo	Pedra e Tijolo	Pedra e Tijolo
Revestimento	Pedra	Azulejo	Reboco Pintado	Azulejo
Habitada/	Habitada	Habitada	Habitada	Habitada
Nível de Interesse	Sem Interesse	Sem Interesse	Sem Interesse	Sem Interesse
Largura	4,5	5,3	4,8	5,3
Foto				

Identificação	b55
N.º Pisos	RC + 1
Uso	Habitação e Comércio
Estado	Bom
Materiais Construção	Pedra e Tijolo
Revestimento	Azulejo
Habitada/	Habitada
Nível de Interesse	Sem Interesse
Largura	5,4
Foto	



Anexo 7

Zona de Análise - Identificação das Edificações



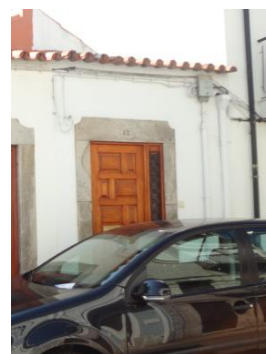
Registo dos Dados da Análise às Meias Casas da ‘Rua’

Identificação	a9	a10		
N.º Pisos	RC	RC		
Largura (m)	3	3		
Estado	Bom	Médio		
Materiais Construção	Pedra e Tijolo	Pedra		
Revestimento	Reboco Pintado	Reboco Pintado		
Cor	Branca	Branca		
Janela na Fachada Principal	Não	Não		
Torre	Vestígios	Sim		
Anexos Independentes	Sim	Sim		
Intervenções Recentes	Sim	Não		
Habitada/ Abandonada	Habitada	Não Habitada		
Nível de Interesse	2	1		
			a9	
				
			Fachada Principal	Fachada Traseira
			a10	
				
			Fachada Principal	Fachada Traseira

Identificação	a12	a13
N.º Pisos	RC	RC
Largura (m)	2,20	2,30
Estado	Bom	Bom
Materiais Construção	Pedra e Tijolo	Pedra e Tijolo
Revestimento	Reboco Pintado	Reboco Pintado
Cor	Branca	Branca
Janela na Fachada Principal	Não	Não
Torre	Não	Não
Anexos Independentes	Sim	Sim
Intervenções Recentes	Sim	Sim
Habitada/ Abandonada	Habitada	Habitada
Nível de Interesse	3	3



a12



Fachada Principal



a13

Fachada Principal

Identificação	a16	a17		
N.º Pisos	RC	RC		
Largura (m)	2,90	2,70		
Estado	Médio	Médio		
Materiais Construção	Pedra e Tijolo	Pedra		
Revestimento	Azulejo	Reboco Pintado		
Cor	Azul	Branca		
Janela na Fachada Principal	Não	Não		
Torre	Não	Sim		
Anexos Independentes	Sim	Não		
Intervenções Recentes	Sim	Não		
Habitada/ Abandonada	Habitação Férias	Habitação Férias		
Nível de Interesse	3	1		

a16



Fachada Principal



Fachada Traseira

a17



Fachada Principal



Fachada Traseira

Identificação	a18	a19		
N.º Pisos	RC	RC		
Largura (m)	2,60	2,90		
Estado	Bom	Bom		
Materiais Construção	Pedra e Tijolo	Pedra e Tijolo		
Revestimento	Reboco Pintado	Azulejo		
Cor	Branca	Ocre		
Janela na Fachada Principal	Não	Sim		
Torre	Vestígios	Não		
Anexos Independentes	Não	Sim		
Intervenções Recentes	Sim	Sim		
Habitada/ Abandonada	Habitada	Habitada		
Nível de Interesse	2	4		
			a18	
				
			Fachada Principal	Fachada Traseira (Edifício Esquerdo)
			a19	
				
			Fachada Principal	Fachada Traseira (Edifício Direito)

Identificação	b3	b4
N.º Pisos	RC	RC
Largura (m)	2,90	2,90
Estado	Médio	Médio
Materiais Construção	Pedra	Pedra
Revestimento	Reboco Pintado	Reboco Pintado
Cor	Branca	Branca
Janela na Fachada Principal	Não	Não
Torre	Não	Vestígios
Anexos Independentes	Não	Não
Intervenções Recentes	Não	Não
Habitada/ Abandonada	Não Habitada	Não Habitada
Nível de Interesse	2	1



b3



Fachada Principal



Fachada Principal



Fachada Traseira

b4

Identificação	b5	b6		
N.º Pisos	RC	RC		
Largura (m)	3,10	2,60		
Estado	Bom	Bom		
Materiais Construção	Pedra e Tijolo	Pedra e Tijolo		
Revestimento	Azulejo	Azulejo		
Cor	Ocre	Rosa		
Janela na Fachada Principal	Sim	Sim		
Torre	Não	Não		
Anexos Independentes	Sim	Não		
Intervenções Recentes	Sim	Sim		
Habitada/ Abandonada	Habitada	Habitada		
Nível de Interesse	4	3		
			b5	
				
			Fachada Principal	Fachada Traseira (Edifício Esquerdo)
			b6	
				
			Fachada Principal	Fachada Traseira (Edifício Direito)

Identificação	b13	b14			
N.º Pisos	RC	RC			
Largura (m)	2,40	2,40			
Estado	Mau	Mau			
Materiais Construção	Pedra	Pedra			
Revestimento	Reboco Pintado	Reboco Pintado			
Cor	Branca	Branca			
Janela na Fachada Principal	Não	Não			
Torre	Vestígios	Vestígios			
Anexos Independentes	Não	Não			
Intervenções Recentes	Não	Não			
Habitada/ Abandonada	Abandonada	Abandonada			
Nível de Interesse	2	2			

b13



Fachada Principal



Fachada Traseira (Edifício Esquerdo)

b14



Fachada Principal



Fachada Traseira (Edifício Direito)

Identificação	b19	b20			
N.º Pisos	RC	RC			
Largura (m)	2,60	2,60			
Estado	Mau	Mau			
Materiais Construção	Pedra	Pedra			
Revestimento	Reboco Pintado	Reboco Pintado			
Cor	Verde	Ocre			
Janela na Fachada Principal	Não	Não			
Torre	Sim	Vestígios			
Anexos Independentes	Não	Não			
Intervenções Recentes	Não	Não			
Habitada/ Abandonada	Abandonada	Abandonada			
Nível de Interesse	1	1			

b19



Fachada Principal



Fachada Traseira (Edifício Esquerdo)

b20



Fachada Principal



Fachada Traseira (Edifício Direito)

Identificação	b21	b22		
N.º Pisos	RC	RC		
Largura (m)	2,60	2,60		
Estado	Bom	Bom		
Materiais Construção	Pedra e Tijolo	Pedra e Tijolo		
Revestimento	Azulejo	Reboco Pintado		
Cor	Ocre	Branco		
Janela na Fachada Principal	Sim	Não		
Torre	Não	Não		
Anexos Independentes	Sim	Sim		
Intervenções Recentes	Sim	Sim		
Habitada/ Abandonada	Habitada	Habitada		
Nível de Interesse	4	3		
				
				
				
				

b21

b22

Identificação	b24	b25
N.º Pisos	RC	RC
Largura (m)	2,50	2,30
Estado	Bom	Bom
Materiais Construção	Pedra e Tijolo	Pedra e Tijolo
Revestimento	Reboco Pintado	Azulejo
Cor	Branco	Ocre
Janela na Fachada Principal	Não	Não
Torre	Não	Não
Anexos Independentes	Sim	Sim
Intervenções Recentes	Sim	Sim
Habitada/ Abandonada	Habitação Férias	Habitação Férias
Nível de Interesse	3	3



b24



Fachada Principal

b25



Fachada Principal

Identificação	b28	b29
N.º Pisos	RC	RC
Largura (m)	3	2,40
Estado	Médio	Médio
Materiais Construção	Pedra	Pedra
Revestimento	Reboco Pintado	Reboco Pintado
Cor	Branco e Amarelo	Verde
Janela na Fachada Principal	Não	Não
Torre	Não	Não
Anexos Independentes	Sim	Sim
Intervenções Recentes	Não	Não
Habitada/ Abandonada	Habitação Férias	Habitação Férias
Nível de Interesse	3	3



b28



Fachada Principal

b29



Fachada Principal

Identificação	b30	b31	
N.º Pisos	RC	RC	
Largura (m)	2,90	2,60	
Estado	Médio	Médio	
Materiais Construção	Pedra	Tijolo	
Revestimento	Reboco Pintado	Azulejo	
Cor	Ocre	Azul	
Janela na Fachada Principal	Não	Sim	
Torre	Não	Não	
Anexos Independentes	Não	Sim	
Intervenções Recentes	Não	Sim	
Habitada/ Abandonada	Abandonada	Habitada	
Nível de Interesse	3	3	



b30



Fachada Principal



b31

Fachada Principal

Identificação	b36	b37
N.º Pisos	RC	RC
Largura (m)	3	2,50
Estado	Bom	Bom
Materiais Construção	Pedra e Tijolo	Pedra e Tijolo
Revestimento	Azulejo	Reboco Pintado
Cor	Ocre	Branco
Janela na Fachada Principal	Sim	Sim
Torre	Não	Não
Anexos Independentes	Sim	Sim
Intervenções Recentes	Sim	Sim
Habitada/ Abandonada	Habitada	Habitada
Nível de Interesse	3	3



b36



Fachada Principal



b37

Fachada Principal

Identificação	b39	b40	
N.º Pisos	RC	RC	
Largura (m)	2,80	2,70	
Estado	Bom	Mau	
Materiais Construção	Pedra e Tijolo	Pedra	
Revestimento	Pedra	Reboco Pintado	
Cor	---	Branco	
Janela na Fachada Principal	Sim	Não	
Torre	Não	Vestígios	
Anexos Independentes	Sim	Não	
Intervenções Recentes	Sim	Não	
Habitada/ Abandonada	Habitada	Abandonada	
Nível de Interesse	4	2	



b39



Fachada Principal



b40

Fachada Principal

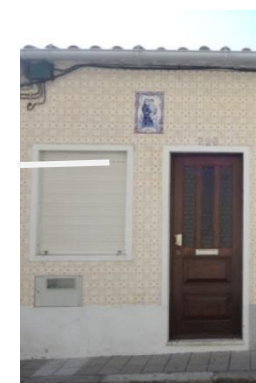
Identificação	b41	b42	
N.º Pisos	RC	RC	
Largura (m)	2,70	2,70	
Estado	Bom	Bom	
Materiais Construção	Pedra e Tijolo	Pedra e Tijolo	
Revestimento	Azulejo	Azulejo	
Cor	Ocre	Ocre	
Janela na Fachada Principal	Sim	Sim	
Torre	Não	Não	
Anexos Independentes	Sim	Sim	
Intervenções Recentes	Sim	Sim	
Habitada/ Abandonada	Habitada	Habitada	
Nível de Interesse	4	4	



b41



Fachada Principal



b42

Fachada Principal

Identificação	b44	b45
N.º Pisos	RC	RC
Largura (m)	2,80	2,80
Estado	Mau	Médio
Materiais Construção	Pedra	Pedra
Revestimento	Reboco Pintado	Reboco Pintado
Cor	Branco	Branco
Janela na Fachada Principal	Não	Não
Torre	Vestígios	Não
Anexos Independentes	Sim	Sim
Intervenções Recentes	Não	Não
Habitada/ Abandonada	Habitação Férias	Habitação Férias
Nível de Interesse	4	4



b44



Fachada Principal

b45



Fachada Principal

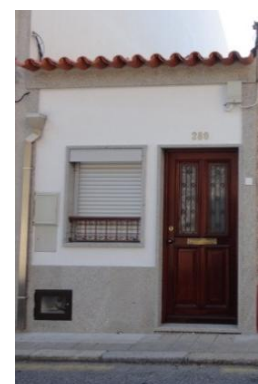
Identificação	b48	b49
N.º Pisos	RC	RC
Largura (m)	2,70	2,80
Estado	Bom	Bom
Materiais Construção	Pedra e Tijolo	Pedra e Tijolo
Revestimento	Azulejo	Reboco Pintado
Cor	Rosa	Branco
Janela na Fachada Principal	Sim	Sim
Torre	Não	Não
Anexos Independentes	Sim	Sim
Intervenções Recentes	Sim	Sim
Habitada/ Abandonada	Habitada	Habitação Férias
Nível de Interesse	3	4



b48



Fachada Principal



b49

Fachada Principal



Anexo 8



Alçado geral da “Rua”



Alçado geral da “Rua” com “Meias Casas” evidenciadas



Alçado geral da “Rua” com amostra analisada